

Universidade de São Paulo  
Escola Superior de Agricultura “Luiz De Queiroz”

Mulheres que alimentam cidades: ecofeminismo e agroecologização de  
territórios

**Anna Fridha Santos Ott**

Dissertação apresentada para obtenção do título de  
Mestra em Ciências, Programa: Recursos Florestais.  
Opção em: Conservação de Ecossistemas Florestais.

Piracicaba  
2023

Anna Fridha Santos Ott  
Engenheira Florestal

**Mulheres que alimentam cidades: ecofeminismo e agroecologização de territórios**  
versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:  
Prof. Dr. **MARCOS SORRENTINO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de  
Mestra em Ciências, Programa: Recursos Florestais.  
Opção em: Conservação de Ecossistemas Florestais.

Piracicaba  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP**

Ott, Anna Fridha Santos

Mulheres que alimentam cidades: ecofeminismo e agroecologização de territórios / Anna Fridha Santos Ott. - - versão revisada de acordo com a Resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2023.

202 p.

Dissertação (Mestrado) - USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

1. Gênero 2. Agroecologia 3. Soberania alimentar 4. Agricultura urbana e periurbana 5. Política pública I. Título.

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação às muitas mulheres que fizeram de mim quem sou, em especial a minha mãe e minha avó. Cada pedacinho de mim carrega a imensidão de vocês.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo que faço sistematicamente. Cresci em um lar evangélico, então, demonstrar gratidão a Deus pela comida no prato e graça renovada a cada dia, era usual. Na dissertação não poderia ser diferente. Agradeço a Ele por me manter viva e com forças para produzir este trabalho.

Agradeço também por todas as vezes na qual a natureza e todas as suas belezas se fizeram presentes no meu caminhar e renovaram meu espírito. Aos banhos de mar e de floresta. Às borboletas que passaram entre os passos. Aos cachorrinhos que surgiram de algum lugar para me cheirar. Todos esses contatos foram essenciais para nutrir minha esperança.

Os humanos foram os mais importantes neste sentido. Para as agricultoras, com as quais nada seria possível, manifesto minha profunda gratidão, e, por consideração e respeito as suas histórias e singularidades, não nomearei nenhum dos

mencionados neste texto, assim como as agricultoras não são nomeadas na pesquisa.

Dessa forma, agradeço ao meu orientador por seu apoio e valiosos ensinamentos ao longo de todo o processo de pesquisa. Sua paciência e dedicação foram fundamentais para a realização deste trabalho. Ele foi família para mim nestes três anos e nenhuma palavra poderia expressar a importância que ele teve na minha vida.

Agradeço ainda as professoras que aceitaram compor a banca de defesa da dissertação e dedicarem seu tempo e expertise na avaliação deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer à minha família, em especial mãe, pai e irmão, pelo constante apoio, encorajamento e compreensão. Seu amor incondicional e crença em mim foram a força motriz que me impulsionou em momentos desafiadores.

Aos amores, românticos ou não, que tive neste percurso, agradeço por trazer alegria e leveza em um momento tão denso e complexo. Destaco as minhas amigas maravilhosas por sempre acreditarem em mim e com quem aprendi o cuidado no cotidiano.

No contexto acadêmico, lembro com alegria dos contatos com a Oca, APG e colegas do programa em Recursos Florestais. As discussões, incentivos e apoio mútuo foram essenciais para minha jornada e crescimento como pesquisadora.

À secretaria do programa de pós e demais professores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Universidade de São Paulo agradeço pelos aprendizados em sala de aula e partilha de conhecimento.

Agradeço ainda a Prefeitura Municipal de Itatinga e a Estação de Ciências Florestais de Itatinga, pela acolhida e crença no trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo financiamento e apoio através do Código de Financiamento 001.

Por fim, expresso meu agradecimento a todas as pessoas que participaram diretamente desta pesquisa, seja participando de entrevistas ou compartilhando conhecimentos e experiências. Sem a colaboração de vocês, este estudo não teria sido possível.

A todas aquelas que, de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal, meu mais profundo agradecimento. Seu apoio foi inestimável e sou imensamente grata por todas as formas de suporte que recebi ao longo desta jornada.

## EPÍGRAFE

*“Ao escrever...*

*Ao escrever a fome  
com as palmas das mãos vazias  
quando o buraco-estômago  
expele famélicos desejos  
há neste demente movimento  
o sonho-esperança  
de alguma migalha alimento.*

*Ao escrever o frio  
com a ponta de meus ossos  
e tendo no corpo o tremor  
da dor e do desabrigo,  
há neste tenso movimento  
o calor-esperança  
de alguma mísera veste.*

*Ao escrever a dor,  
sozinha,  
buscando a ressonância  
do outro em mim  
há neste constante movimento  
a ilusão-esperança  
da dupla sonância nossa.*

*Ao escrever a vida  
no tubo de ensaio da partida  
esmaecida nadando,  
há neste inútil movimento  
a enganosa-esperança  
de laçar o tempo  
e afagar o eterno.”  
Conceição Evaristo*

## SUMÁRIO

RESUMO .....	8
ABSTRACT .....	9
LISTA DE FIGURAS .....	10
1. RAÍZES .....	13
1.1. Apresentação da pesquisadora e o encontro com a pesquisa .....	15
1.2. Introdução .....	19
1.2.1. Agroecologização de territórios .....	20
1.2.2. Agricultura urbana e periurbana .....	29
1.2.3. Ecofeminismo .....	38
1.3. Objetivos .....	41
1.3.1. Objetivo geral .....	41
1.3.2. Objetivos específicos .....	42
2. SOLO .....	43
2.1. O território da pesquisa .....	44
2.1.1. Itatinga, Boca do Sertão .....	44
2.1.1.1. História .....	44
2.1.1.2. Aspectos naturais e sociais .....	47
2.1.2. Horta Comunitária Cheiro Verde .....	56
2.1.2.1. Linha do tempo .....	78
2.1.2.2. As mulheres agricultoras urbanas .....	79
2.1.3. Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga .....	84
2.1.3.1. Mosaico EducoFlorestal de Itatinga .....	86
3. TRONCO .....	89
3.1. Fundamentação metodológica .....	89
4. GALHOS .....	93
4.1. Ferramentas metodológicas .....	93
5. FOLHAS .....	99
5.1. Trajetória metodológica .....	99
5.1.1. Contexto geral .....	99
5.1.2. Expedições investigativas .....	101
5.1.3. Entrevistas semiestruturadas .....	104

5.1.4. Imersão de campo .....	106
5.1.5. Oficina do Futuro .....	110
5.1.6. Percepções sobre a pesquisa intervenção .....	117
5.1.7. Análise dos dados .....	123
6. FRUTOS .....	127
6.1. Resultados e reflexões analíticas .....	127
6.1.1. Cuidado e gênero .....	132
6.1.2. Cuidado e saúde .....	141
6.1.3. Cuidado e natureza .....	145
6.1.4. Cuidados do presente e Oficina do Futuro .....	151
6.1.5. Frutificando cuidados: convergências entre ecofeminismo e agroecologia .....	155
7. SEMENTES .....	161
7.1. Considerações finais .....	161
REFERÊNCIAS .....	171
ANEXOS .....	185



## RESUMO

### **Mulheres que alimentam cidades: ecofeminismo e agroecologização de territórios**

Estamos imersos em crises diversas: econômicas, sociais e ambientais, intensificadas pelo Covid-19. A transição para sociedades sustentáveis e que garantam o bem-viver de todos e todas é urgente. Para isso, é necessário refletir sobre o território a partir de lógicas comprometidas com a sustentabilidade socioambiental e à agroecologização. O presente trabalho se propõe a entender, à luz do ideário que fundamenta os movimentos agroecológico e ecofeminista, como o Programa Horta Comunitária Cheiro Verde (HCCV) é compreendido por suas participantes e por gestores de políticas públicas do município de Itatinga – SP, de forma a subsidiar o aprimoramento e a formulação de novas políticas públicas de agricultura urbana e periurbana (AUP). As perguntas que a pesquisa se debruça são: quais as oportunidades e desafios para os movimentos ecofeministas e agroecológicos incidirem na transição para sociedades sustentáveis? Mais especificamente, a participação de mulheres na agricultura urbana e periurbana pode contribuir para a agroecologização de territórios? O objetivo geral é contribuir para a produção de conhecimentos sobre uma nova cultura da Terra, terra e território, relacionada à formalização, implantação e execução de uma política pública voltada para a agricultura urbana e periurbana (AUP) e sua relação com o ecofeminismo e a agroecologização de territórios. Os objetivos específicos da pesquisa incluem o estudo sobre as interfaces possíveis entre o ecofeminismo e a agroecologização de territórios, a investigação das relações entre o ecofeminismo e a participação das mulheres na AUP, a análise do processo de formulação, implantação e execução da política pública da Horta Comunitária Cheiro Verde no município de Itatinga – SP, a avaliação da participação das agricultoras na agroecologização por meio de seu envolvimento com a Horta Comunitária Cheiro Verde, a compreensão do potencial das políticas públicas que integram a participação das mulheres e a agricultura urbana para o avanço da agroecologia nos municípios e a melhoria de vida das mulheres, e a contribuição para a construção de políticas públicas de gênero e AUP nos municípios. Os resultados destacam que, ao valorizar o cuidado como uma noção fundamental para a sustentabilidade da vida e dos sistemas alimentares, a agroecologia desafia as hierarquias de gênero e busca superar as desigualdades existentes. Ela reconhece e valoriza os saberes tradicionais e locais, incluindo o conhecimento das mulheres no manejo sustentável dos bens naturais e na preservação da agrobiodiversidade. O ecofeminismo desempenha um papel importante na compreensão das desigualdades de gênero presentes na agricultura urbana e periurbana de base agroecológica. Ele destaca o papel predominante das mulheres no cuidado e ressalta sua participação muitas vezes invisibilizada. O ecofeminismo convida a repensar as relações sociais, valorizando o cuidado, a participação ativa das mulheres e a equidade de gênero. O ecofeminismo e a agroecologia compartilham uma perspectiva de justiça social, ambiental e de gênero. As interseções entre o ecofeminismo, a agroecologia e a perspectiva do cuidado oferecem uma abordagem enriquecedora para repensar e transformar os sistemas agrícolas e alimentares atuais. Ela desafia os padrões patriarcais e as desigualdades de gênero, reconhecendo e valorizando a contribuição das mulheres na agricultura urbana e periurbana. Por fim, é fundamental que as políticas públicas considerem a interseccionalidade das desigualdades, levando em conta as diferentes realidades e necessidades das mulheres em relação à classe social, raça, etnia, orientação sexual, entre outros aspectos. A implementação de políticas inclusivas e sensíveis às diversidades é essencial para garantir a participação na tomada de decisões e promover a valorização econômica de seu trabalho. A conclusão desta pesquisa demonstra a importância da abordagem militante, engajada e decolonial para promover e valorizar o conhecimento das mulheres, assim como suas experiências e perspectivas. A pesquisa também destaca a necessidade de descentralizar e diversificar os saberes, incorporando os conhecimentos tradicionais e ancestrais das comunidades locais. Isso permite questionar a neutralidade e a universalidade do conhecimento científico, abrindo espaço para a construção de saberes alternativos e mais inclusivos.

Palavras-chave: Gênero, Agroecologia, Soberania alimentar, Agricultura urbana e periurbana, Política pública

## ABSTRACT

### **Women feeding cities: ecofeminism and agroecology of territories**

We are immersed in various crises: economic, social, and environmental, intensified by Covid-19. The transition to sustainable societies that ensure the well-being of everyone is urgent. To achieve this, it is necessary to reflect on the territory based on logics committed to socio-environmental sustainability and agro-ecologization. This study aims to comprehend, through the lens of the ideology that underpins the agroecological and ecofeminist movements, how the Cheiro Verde Community Garden Program (HCCV) is perceived by its participants and public policy managers in the municipality of Itatinga - SP, in order to support the improvement and formulation of new public policies for urban and periurban agriculture (UPA). The research questions are as follows: What are the opportunities and challenges for ecofeminist and agroecological movements to contribute to the transition to sustainable societies? Specifically, can women's involvement in urban and periurban agriculture contribute to the agroecologization of territories? The overarching objective is to contribute to the production of knowledge regarding a new culture of Earth, land, and territory, linked to the formalization, implementation, and execution of public policies focused on urban and periurban agriculture (UPA) and its relationship with ecofeminism and the agroecologization of territories. The specific research objectives include exploring the potential connections between ecofeminism and the agroecologization of territories, investigating the interrelations between ecofeminism and women's participation in UPA, analyzing the formulation, implementation, and execution process of the public policy of the Cheiro Verde Community Garden in the city of Itatinga - SP, evaluating women farmers' engagement in agroecology through their involvement with the Cheiro Verde Community Garden, understanding the potential of public policies that integrate women's participation and urban agriculture for advancing agroecology in municipalities and improving women's lives, and contributing to the development of gender and UPA public policies in municipalities. The results underscore that agroecology, by valuing care as a fundamental concept for the sustainability of life and food systems, challenges gender hierarchies and aims to overcome existing inequalities. It recognizes and appreciates traditional and local knowledge, including women's knowledge in sustainable management of natural resources and the preservation of agrobiodiversity. Ecofeminism plays a significant role in comprehending the gender disparities present in agroecologically-based urban and periurban agriculture. It highlights women's predominant role in caregiving and emphasizes their often overlooked participation. Ecofeminism encourages us to reconsider social relations, valuing care, active women's participation, and gender equality. Ecofeminism and agroecology share a perspective of social, environmental, and gender justice. The intersections between ecofeminism, agroecology, and the care perspective offer an enriching approach to rethink and transform current agricultural and food systems. It challenges patriarchal patterns and gender inequalities by recognizing and valuing women's contributions in urban and periurban agriculture. Lastly, it is crucial for public policies to consider the intersectionality of inequalities, taking into account diverse realities and needs of women related to social class, race, ethnicity, sexual orientation, among other aspects. Implementing inclusive policies that are sensitive to diversities is essential to ensure women's participation in decision-making and to promote the economic recognition of their work. The conclusion of this research demonstrates the importance of a militant, engaged, and decolonial approach to promote and value women's knowledge, experiences, and perspectives. The research also highlights the need to decentralize and diversify knowledge by incorporating the traditional and ancestral knowledge of local communities. This allows questioning the neutrality and universality of scientific knowledge, creating space for constructing alternative and more inclusive knowledge.

Keywords: Gender, Agroecology, Food sovereignty, Urban and periurban agriculture, Public policy

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ilustração gerada por uma I.A a partir da descrição do campo da pesquisa .....	14
Figura 2. Felicidade em estar na Horta Comunitária Cheiro Verde.....	17
Figura 3. Evolução da renda domiciliar <i>per capita</i> .....	24
Figura 4. Três pedras brancas na fazenda Pedra Branca.....	46
Figura 5. Mapa de Itatinga.....	47
Figura 6. Mapa do espaço urbano e suburbano de Itatinga em 1948.....	49
Figura 7. Mapa do espaço urbano e periurbano de Itatinga em 2023.....	50
Figura 8. Cobertura vegetal de Itatinga e municípios vizinhos.....	51
Figura 9. Municípios abrangidos e distribuição territorial da APA.....	52
Figura 10. Cachoeira salto do lobo, no distrito do Lobo.....	54
Figura 11. Destaque das ruas divididas em quadras.....	55
Figura 12. Itatinguenses na inauguração do reservatório.....	57
Figura 13. Imagem de satélite Horta Comunitária Cheiro Verde em 2006, marcações da autora.....	58
Figura 14. Córrego do Toledo na saída para rua São Bernardo.....	59
Figura 15. Corrente do córrego do Toledo.....	59
Figura 16. Córrego do Toledo na saída Omar Alabi.....	60
Figura 17. Antigo reservatório transformado em composteira.....	62
Figura 18. Área da APP com degradação acentuada em 2006.....	63
Figura 19. Imagem da recuperação da APP, com consórcio de hortaliças e pequenas árvores.....	64
Figura 20. Crianças em visita na APP na margem do córrego do Toledo em 2003.....	64
Figura 21. Montagem com posição da placa e detalhe da frase.....	66
Figura 22. Placa na margem do córrego do Toledo.....	66
Figura 23. Área da APP com mata ciliar recomposta em 2022.....	67
Figura 24. Gestores e agricultoras no encerramento do ano de 2022, em frente a “casinha”.....	69
Figura 25. Antiga estrutura para guardar equipamentos.....	70
Figura 26. Separação e limpeza das hortaliças.....	71
Figura 27. Estufas da horta em 2005 e destroços em 2021.....	71
Figura 28. Kits separados para montagem das cestas.....	72
Figura 29. Esquema da relação das equipes de maio de 2022.....	73
Figura 30. Área dos canteiros na Horta Comunitária Cheiro Verde.....	76
Figura 31. Identificação da HCCV no portão de entrada.....	76
Figura 32. Doze componentes do método oca.....	94
Figura 33. Distância da EECFI até a HCCV.....	100
Figura 34. Verduras e frutas recebidas após expedição.....	103
Figura 35. Agricultoras realizando venda dos produtos da horta nas ruas de Itatinga.....	104
Figura 36. Retorno para a estação no ônibus escolar rural.....	108
Figura 37. Abacateiros da HCCV.....	109

Figura 38. Balde com abacates coletados na horta. ....	110
Figura 39. Equipe de estagiárias e pesquisadora antes do início da oficina do futuro com o Mosaico. ....	111
Figura 40. Saladas do almoço que ocorreu durante a oficina do futuro. ....	112
Figura 41. Árvore dos sonhos produzida na OF com as agricultoras. ....	113
Figura 42. Muro das lamentações produzido na OF com as agricultoras. ....	114
Figura 43. Pesquisadora e agricultoras na entrada da cachoeira da EECFI. ....	114
Figura 44. Caminho adiante produzido na OF com as agricultoras urbanas. ....	115
Figura 45. Uma das ações da agenda 21 da HCCV. ....	116
Figura 46. Foto com todos os presentes durante o dia da oficina do futuro. ....	117
Figura 47. Eixos orientadores e categorias analíticas. ....	124
Figura 48. Divisão da categoria cuidado ....	125
Figura 49. Nuvem de palavras gerada a partir das entrevistas semiestruturadas com o grupo de agricultoras. ..	129
Figura 50. Nuvem de palavras gerada a partir das entrevistas semiestruturadas com o grupo de gestores. ....	130
Figura 51. Nuvem de conceitos dos códigos gerados pela I.A do atlas.ti. ....	131
Figura 52. Nuvem de conceitos gerada a partir da codificação dos trechos em “cuidado e gênero”. ....	132
Figura 53. Nuvem de conceitos gerada a partir da codificação dos trechos em “cuidado e saúde”. ....	141
Figura 54. Nuvem de conceitos gerada a partir da codificação dos trechos em “cuidado e natureza”. ....	145
Figura 55. Sistematização dos resultados da “oficina do futuro”. ....	153
Figura 56. Ações tiradas no plano de ações da oficina do futuro da HCCV. ....	154
Figura 57. Código qr para acesso ao vídeo do prémio. ....	185
Figura 58. Código qr para acesso ao vídeo sobre diálogo. ....	185
Figura 59. Código qr para acesso ao álbum. ....	185



## 1. RAÍZES

Assim como as raízes de uma árvore são responsáveis por fixar a planta no solo e absorver os nutrientes necessários para o seu crescimento, a seção da pesquisa intitulada "Raízes" cumpre um papel fundamental na contextualização do estudo. A apresentação da pesquisadora e da pesquisa, que é o primeiro tópico dessa seção, é comparável às raízes que se estendem em diferentes direções e se ramificam em busca de alimento e suporte. Estabeleço minha identidade enquanto pesquisadora e os propósitos em relação ao estudo em questão, permitindo que o leitor se sinta conectado ao trabalho desde o início.

Posteriormente, a introdução é aprofundada com três subtópicos: Agroecologização de territórios, Agricultura urbana e periurbana e Ecofeminismo. Esses temas representam as raízes que se fixam no solo, se expandem e se conectam em diferentes direções, absorvendo água e nutrientes de fontes distintas. Da mesma forma, esses tópicos exploram diferentes abordagens e perspectivas em relação à agroecologia, agricultura urbana e periurbana e ecofeminismo, fornecendo as bases necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

Em seguida, a seção de objetivos estabelece as metas a serem alcançadas e os impulsos que me atingiram, assim como as raízes estabelecem o suporte e a nutrição para o crescimento da árvore em busca da luz. O objetivo geral e os objetivos específicos representam as raízes que se ramificam em diferentes direções e profundidades, estabelecendo as metas e as direções que a pesquisa deve seguir.

Sem as raízes, a árvore não teria suporte e não poderia crescer. Da mesma forma, a seção Raízes é a base que sustenta toda a pesquisa. Ela fornece a fundamentação para que o estudo possa se desenvolver e prosperar.

Sendo assim, para escancarar a identidade desta pesquisa e inspirar a leitura, deixo um poema singelo, feito para explorar a metáfora da árvore que fiz com o sumário da pesquisa.

Amadureceu

Do solo que acolhe nossas pegadas,  
Surge um território que nos identifica  
Acolhe diversidade de vidas,  
E nos inspira e motiva

As raízes se espalham  
Buscando a terra que sara  
Onde novas ideias  
Sejam nutridas e cultivadas

O tronco da pesquisa se ergue  
Firme e resistente, suportando  
Os galhos que se ramificam  
Em direções diversas, explorando

As folhas e frutos  
Recebem luz e energia

Transformando os resultados  
Em reflexões de sabedoria

Por fim, as sementes  
Trazem novas ideias  
E abrem outros caminhos  
Para mentes diversas

Assim, a árvore da pesquisa  
Cresce forte e exuberante  
Com trabalho engajado  
Que nos guia adiante.

Aproveito também para trazer uma ilustração, riquíssima em detalhes e sensibilidade, que elaborei por meio de uma Inteligência Artificial (IA) sobre o campo da pesquisa (Figura 1).



Figura 1. Ilustração gerada por uma IA a partir da descrição do campo da pesquisa

Fonte: autora.

## 1.1. Apresentação da pesquisadora e o encontro com a pesquisa

Para iniciar um memorial descrevendo o meu percurso na pós-graduação, é necessário, anteriormente, fazer um breve resumo de como se deu minha jornada na academia até ingressar no mestrado. Sou engenheira florestal pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, campus de Cruz das Almas. Na graduação, passei boa parte do curso sem ter muita noção do que de fato fazia uma engenheira florestal.

Gosto de usar a metáfora de que tive um casamento das antigas com minha profissão, explico. Nos primeiros 6 semestres, tive afinidade com muitas áreas: solos, colheita, silvicultura, educação ambiental, inventário, entomologia. Gostava de praticamente tudo (menos botânica), mas parecia alheia a todos aqueles conhecimentos que me atravessavam. Como um flerte, eu olhava e desejava, mas nunca me aproximava o suficiente para conhecer profundamente.

Depois de muita paquera, quem arranjou o casamento foi a pesquisa. Fui bolsista voluntária em projeto de iniciação científica com silvicultura de nativas enquanto, concomitantemente, fui coordenadora de projeto de extensão em educação ambiental. Finalmente entendi a engenharia florestal, e a amava. Dividia minha paixão em polos opostos: a rigidez da metodologia quantitativa da silvicultura em contraste com o diálogo e a incrementalidade da educação ambiental.

No meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), já ciente do meu desejo de fazer mestrado na Universidade de São Paulo – USP e com medo da fama “protecionista” da instituição, resolvi fazer estágio supervisionado na Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga - EECFI e conduzi meu experimento em um dos talhões de eucalipto da fazenda. Trabalhei com fatores que influenciam a rebrota após o primeiro corte, chamado talhadia. Passei quatro meses morando na estação e tive oportunidade de conhecer muitas iniciativas, entre elas, o Mosaico Educoflorestal de Itatinga. Esse grupo preza pela extensão universitária dos estudantes da EECFI voltadas ao município de Itatinga.

Ainda dividida, me encontrava entediada com a pesquisa quantitativa do meu TCC e encantada com o Mosaico. Motivada pelo engenheiro da estação, que enxergava no meu perfil muita sinergia com as ações do grupo, mudei de planos e fiz o processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais, para a vaga de políticas públicas, sob orientação do Professor Dr. Marcos Sorrentino, coordenador do Laboratório de Educação e Política Ambiental - Oca, do qual o Mosaico faz parte como um dos subgrupos.

Fazer a pós-graduação nunca foi uma questão para mim. Meu pai seguiu a carreira acadêmica, então, para mim, esse sempre foi o percurso lógico da vida: acabar o ensino médio, passar numa faculdade, formar, fazer mestrado e doutorado.

Apesar disso, não sou capaz de lembrar, nesses 27 anos de vida, nada que tenha desejado mais do que entrar no mestrado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). O êxtase da notícia da minha aprovação me deixou algumas noites sem dormir. Ia deixar a Bahia, mudar para São Paulo, morar em uma cidade grande (desde que virei adulta só tinha morado em Cruz das Almas, com 60 mil habitantes), fazer mestrado, conhecer muitas pessoas e lugares novos.

Em meio a tantas novidades, a mais terrível delas foi conhecida por todo o Brasil no mesmo período. Primeiros casos de morte por Covid-19. Até aquele momento, eu tinha tido uma semana de atividades presenciais. Assisti a uma aula na sala, fiz uma reunião no laboratório (com direito a café da manhã compartilhado) e comi duas vezes no restaurante universitário. Estava encantada pela ESALQ. Tão grande, tão bonita, tão arborizada. Vim de uma universidade federal de interior, pobre de marré deci. Sem restaurante universitário, sem verba para fazer pesquisa,



sem reagentes dentro da validade para trabalhar (lembro de usar alguns que venceram antes de 2000). Vivi quatro greves durante os cinco anos de curso. Lutamos para ter papel higiênico nos banheiros.

Agora eu estava na ESALQ, uma universidade pública privilegiada, com muitos recursos e pompa. No meu primeiro dia como aluna, levei uma canga na bolsa e tratei de descobrir onde era a piscina da escola. Que coisa fascinante! Tomar um banho de piscina entre os compromissos dentro da própria universidade. Me imaginava passando os dias fazendo as atividades mais diversas e tendo uma outra experiência acadêmica.

A pandemia só permitiu aquela primeira semana e tive que realocar os desejos, que, rapidamente, se tornaram frustrações. Estava longe da minha terra, do mar, da minha família, das minhas amigas. Isolada dentro de uma casa com recém conhecidos e sem entender o que aconteceria com meu mestrado.

Naquele momento, o meu projeto de pesquisa ainda era o que escrevi e submeti no processo seletivo. Era voltado a construção de uma política municipal de educação ambiental para Cruz das Almas. A inviabilidade da execução me obrigou a mudar de projeto e comecei a pensar em possibilidades que fossem alinhadas ao Mosaico.

Escrevi um projeto de educação ambiental com jovens do ensino médio e plantio de sistema agroflorestais. As temáticas me agradavam, mas o público-alvo não era minha preferência. No projeto de extensão que participei durante a graduação, trabalhei com crianças participantes da V Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente e tive minha paciência testada ao limite. Refletindo agora, acredito que escrevi aquele projeto por uma visão ainda ingênua da Educação Ambiental que me direcionou para um lugar comum de relação com crianças e adolescentes.

Insatisfeita com o recorte que escolhi e com o projeto que tinha escrito, depois de longas crises que envolviam uma profunda insegurança por ter “migrado” de área e estar dedicada à educação ambiental e políticas públicas, preferi mudar de projeto mais uma vez.

É difícil imaginar atuações em um espaço que você não ocupa e nem pode ocupar. Eu queria um projeto que se integrasse ao Mosaico, logo, ele teria que ser em Itatinga. Apesar de ter morado quatro meses na estação, minha rotina se resumia a ir para o campo, voltar para o alojamento e, no dia do mês agendado, ir ao centro da cidade comprar coisas extras que não vinham na “cesta básica”. Tudo que eu conhecia de Itatinga, além da estação, era a rodoviária, a praça central (point da cidade) e o supermercado. Tão pouco poderia viajar e visitar Itatinga, visto as regras de adequação da USP a pandemia que por mais de um ano proibiram viagens.

Conversando com amigos do Mosaico, soube da existência da Horta Comunitária Cheiro Verde de Itatinga, promulgada por uma lei municipal e com atuação majoritária de mulheres. Tinha achado o lugar da minha pesquisa. A agricultura urbana foi tema da minha prova de conhecimentos específicos na seleção do mestrado e desde então eu fiquei fascinada em como a natureza pode trazer melhorias infinitas na vida das pessoas na cidade. E não precisa ir longe, viajar, ir para lugares não explorados ou paradisíacos. As plantas do nosso quintal, as árvores das praças e calçadas, as hortas nos terrenos baldios...cada uma dessas “intervenções verdes” englobam um universo de pessoas, relações sociais, questões históricas, contato com a terra, cultura alimentar, entre outros tantos aspectos, específicos daquelas pessoas e lugares.

Fazendo uma adaptação da metáfora do casamento para a pós-graduação, e, especialmente, para o meu projeto, comecei o flerte com o tema. Abri a lei que institui a horta na internet e fiquei presa na primeira frase do primeiro artigo: “Fica criado o “Programa Horta Comunitária - Cheiro Verde”, de caráter assistencial”. As palavras comunitária e assistencial saltaram aos meus olhos desde então. Separadas por apenas 20 letras, tão próximas e idealmente tão distantes, para mim, que acredito na “comunitária” como autônoma. Entre outros, os requisitos para

participar do programa da horta são: desemprego de pelo menos 6 meses e preferência pela participação de mulheres arrimo de família.

Inicialmente, me interessei em saber mais sobre a questão identitária das mulheres participantes da Horta. No período de escrita da primeira versão do projeto com a horta, eu estava cursando a disciplina “Psicologia social e epistemologias latino americanas” que direcionou minhas leituras para o campo da psicologia comunitária e teorias da libertação (com autores como Paulo Freire, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel, Aníbal Quijano e Ivone Gebara), enveredei a pesquisa para uma área ainda mais desafiadora e que exigiria uma profundidade na metodologia que futuramente descobri ser inviável de alcançar com os obstáculos de ida para campo que enfrentei devido a pandemia.

O que nos leva a versão apresentada aqui. Com a necessidade de adaptação do recorte de trabalho na horta, mudei o foco do meu interesse para questões que englobam duas das minhas paixões de estudo desde o início do mestrado: ecofeminismo e agroecologização de territórios. No primeiro momento, as perguntas que me engajaram ao tema, foram: de que forma se dá a participação da mulher agricultora urbana Itatinguense na agroecologização da cidade? como os ideários ecofeminista e agroecológico podem potencializar esse envolvimento?

Assim que se tornou possível viajar de novo, pude conhecer e conviver com as agricultoras e, a partir disso, tive certeza da escolha do recorte e me casei com a pesquisa de mestrado. É possível entender a minha alegria com a Figura 2.



Figura 2. Felicidade em estar na Horta Comunitária Cheiro Verde.

Fonte: autora.

Muitas adaptações foram necessárias e a metodologia foi revisada e incrementada em diversos momentos. O próprio desenvolvimento da minha confiança no pesquisar foi construído paulatinamente e, mesmo que este fosse o espaço, não seria capaz de descrever em palavras as crises geradas e superadas durante esse processo.

Discussões de disciplinas e leituras diversas me empoderaram no sentido de entender que, apesar de estar construindo conhecimento, jamais seria capaz de saber tudo sobre os temas, e, o mais importante, que a pesquisa parte de uma perspectiva que vem de um corpo, que é meu. É a pesquisa de uma mulher, sobre mulheres.

**“...como se pode dizer de quem dança pela dança?...”**

Essa frase, da página 27 do livro favorito que li para a pesquisa, chamado “Terra Femina”, de longínquo 1992, me impacta desde o dia que bati os olhos nela.

Apenas é possível criticar uma dança, ao avaliar a dançarina. A mente não produz a ciência estando separada de um corpo que ocupa um espaço. Corinne Kumar D’Souza (1992), no mesmo livro, diz ainda:

“Não se separa o pensar do ser; a teoria da prática, a pobreza dos pobres: a vida não se distancia do conhecimento, o pesquisador do pesquisado, o conhecedor não se separa do que é conhecido” (D’SOUZA, 1992).

A incorporação dessa perspectiva no fazer-pesquisar é apresentado neste trabalho por meio da pesquisa militante e engajada, na qual não existe a presunção de fazer com que as temáticas escolhidas pareçam neutras ou posicionadas fora da realidade material. De forma semelhante, elas tampouco expressam delírios pessoais ou manifestações de cartilha estudantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com rigor acadêmico, que explora curiosidades científicas da pesquisadora, em um território onde existem vínculos pessoais e institucionais.

Como práticas da pesquisa militante, algumas condutas foram assumidas. São elas: a busca preferencial por referências acadêmicas femininas; elaboração de elementos poéticos, imagens, ilustrações e vídeo (endereços online e códigos QR para acesso, disponíveis no Anexo A); o uso de pronomes femininos para designações generalistas (por exemplo: as moradoras); as bancas de avaliação da dissertação, na qualificação e na defesa, serem majoritariamente formada por mulheres; e, escrever o texto em 1ª pessoa.

Essas decisões partiram de uma profunda reflexão sobre quais os limites da apropriação do pesquisado pela pesquisadora. Lembro do choque que senti ao ouvir a professora Katia Rubio, na disciplina “Memória e narrativas biográficas” da Faculdade de Educação da USP, relatar que orientava suas alunas a escreverem as pesquisas na primeira pessoa. O meu pequeno caderno azul, que usava para anotações da disciplina, está recheado de frases soltas, indicações de leituras de autoras que corroboram essa ideia e sinais de interrogação.

Na engenharia florestal havia aprendido que a escrita científica se desloca de você, e, portanto, deve ser redigida na terceira pessoa. Descobrir a possibilidade de escrever a pesquisa, a partir de uma narrativa que me compreende como parte do pesquisado, tornou o processo mais leve e transparente, comigo, com as participantes e, assim espero, com os leitores. As escolhas tomadas talvez não sejam notadas durante a leitura, mas, pontuo-as brevemente aqui, como demonstração da honestidade que me comprometi com essa pesquisa.

Além da pesquisa, durante o mestrado, estive envolvida ativamente na militância estudantil, por meio da Associação da Pós-Graduação (APG) e da representação discente na instância da Congregação da ESALQ. Essas experiências me trouxeram a oportunidade de estudar, refletir e lutar por uma universidade outra, que fosse capaz de abarcar saberes diversos e promover diálogos sociais.

Avaliando os aprendizados adquiridos durante a pós-graduação, percebo que o mais evidente é a percepção de que, até mesmo no momento da escrita desse parágrafo, a minha construção, enquanto pesquisadora, é constante. Não existiram pontos de virada sobre saber como fazer a pesquisa ou o percurso no mestrado como um todo - a própria procura por esses pontos demonstra uma visão dualista e cientificista, de respostas prontas.

Estive e estou disponível para aprendizados constantes e que emergem em todas as formas de manifestação da vida. Por meio delas, produzi essa dissertação de mestrado e espero, profundamente, lhe oferecer uma leitura compreensível e ter gerado um conhecimento, que não é universal, e não é neutro, mas é extremamente real.

## 1.2. Introdução

A transição que vise a ruptura do estado de iniquidades e degradação socioambiental e humana, inerente ao capitalismo, agravado com os eventos climáticos extremos e com a pandemia do Covid-19, será necessariamente educadora, democrática e radical (OLIVEIRA et al., 2020).

À luz do ideário ambientalista ou ecologista (BOFF, 2009; Encíclica Laudato Si, 2015; MORIN, 1992) são lançados desafios para a construção de um pacto voltado a nova cultura da terra (como espaço de vida e de fortalecimento de laços comunitários), da Terra (como Gaia, mãe, vida que acolhe outras vidas, o habitat e bem comum), e dos territórios (relacionado às relações de poder, governabilidade governança) (SORRENTINO et al., 2020), preocupada com gerações do presente e futuro, visando a adequação das práticas agrícolas à diversidade de características ecossistêmicas que potencialmente refletem na sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

No cenário internacional, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) compilam 17 objetivos de uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que alcancem a sustentabilidade até 2030. Esses objetivos transformaram-se na Agenda 2030 também elaborada pela ONU, do qual o Brasil é signatário. Para o devido e almejado cumprimento da Agenda 2030, revela-se a necessidade do desenvolvimento de ações conjuntas, sólidas e urgentes, considerando temas como soberania alimentar e a produção agrícola sustentável (COSTA et al., 2018).

As temáticas ambientais avaliadas sobre a égide do contexto educativo têm como inegável protagonista a Educação Ambiental (EA) que preza pela construção de uma perspectiva ambientalista de mundo e de sociedade (LOUREIRO, 2005). Sorrentino e colaboradores (2005, p. 287), afirmam que a EA “visa superar as injustiças ambientais, a desigualdade social, a apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade”. Nessa perspectiva, nos últimos 30 anos da EA no Brasil consolidou-se a reflexão e resistência às influências neoliberais, além da estruturação do arcabouço legal que valorizou processos participativos e de controle social com intuito de exercer a descentralização das políticas públicas.

Dessa forma, a EA deve ser capaz de propor um novo estilo de vida, promovendo um “ato político voltado para a transformação social” (JACOBI, 2003, p.1). Torna-se, portanto, crítica, na medida em que possibilita a “politização dos problemas socioambientais, em sua gênese, consequências, contradições e possíveis alternativas” (LIMA, 2009, p. 1). Diante disso, ela passa a ser tratada como campo na área de políticas públicas, pois as ações em EA representam instrumentos legais que apontam os rumos de importantes temáticas sociais nas diferentes esferas da administração pública. Para além de contribuições acadêmicas, as pesquisas que se debruçam em políticas públicas podem auxiliar no entendimento de questões teóricas e práticas relativas ao próprio ser e fazer político (NERY-SILVA; SANTANA, 2016).

A sustentabilidade dos sistemas produtivos tem sido alvo de políticas públicas, como no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), para o período 2013–2019 (GUÉNEAU et al., 2019). A agroecologia carrega uma abordagem que reconhece a interdependência entre os sistemas agrícolas e os ecossistemas naturais, buscando práticas que promovam a saúde do solo, a conservação da biodiversidade e a resiliência dos agroecossistemas. Essa forma de agricultura, que visa a produção de alimentos saudáveis, a conservação dos recursos naturais e a promoção da justiça social, requer um profundo engajamento no cuidado com a terra, as plantas, os animais e as comunidades envolvidas (ROSSET; BARBOSA, 2019).

Trazendo para a ótica da cidade, a agricultura urbana e periurbana (AUP) tem sido fomentada como uma resposta para o “conjunto de problemas sociais, ambientais e econômicos enfrentados nos municípios pelos diversos

órgãos internacionais, governos nacionais, locais e organizações da sociedade civil” (GIACCHÈ; PORTO, 2015, p.45).

A otimização no uso dos espaços ociosos nas cidades é urgente, e se torna ainda mais valiosa quando atua de forma social, tendo a intervenção o propósito de beneficiar a comunidade, com função de produzir alimentos dentro e nos contornos das cidades. A partir disso, introduzem-se nas políticas municipais ações de AUP: os jardins, as hortas comunitárias, os pomares, os canteiros de ervas, a compostagem, entre outros (ROSA, 2011, p.8).

Nesta pesquisa, pretende-se analisar a relação da mulher urbana com a agroecologização do território e sua possível contribuição na transição para cidades e sociedades mais sustentáveis. Para sustentar essa ideia, parto da perspectiva presente nas teorias ecofeministas da ética do cuidado. Ela propõe que vivemos em um sistema que sanciona a subordinação, vinculado a uma estrutura conceitual patriarcal e opressora, na qual a perspectiva feminina na ética é considerada inferior.

Como foi proposto por Carol Gilligan e outras autoras (1992), é necessário ter o conhecimento de que diferentes sujeitos possuem vozes distintas, mas a sociedade patriarcal mantém uma ordenação da vida baseada no gênero, com homens estando no topo da hierarquia social e sem a permissividade de que os sujeitos sejam livres para o exercício de diferentes vozes morais (apud KUHNNEN, 2014). Apenas a voz masculina é que se faz ouvir.

A ética do cuidado propõe que a teoria moral feminista deve reivindicar o espaço para o feminino na sociedade, permitindo o falar de uma voz moral diferente da voz padrão, o que se faz por meio da inserção das mulheres nas mais diversas instituições sociais (KUHNNEN, 2014), incluindo aquelas nos quais os meios de ser, fazer e saber são expostos.

A ética do cuidado não deve ser apenas uma reivindicação “feminina”, mas, em uma sociedade não patriarcal, aparece como busca para a ampliação do sentido da moralidade, almejando o cuidado coletivo e responsável nas/das relações e como transformadora do espaço social.

Fazendo emergir sentimentos morais como empatia, amor, entendimento mútuo entre outros, propõe uma abordagem ecofeminista da ética, para a superação das formas de ser, saber, conhecer e da própria sociedade patriarcal. O ecofeminismo aproxima e aglutina, então, elementos do movimento feminista e agroecológico, ambos críticos à dominação patriarcal e proponentes de outras formas de relação com/entre a mulher e a natureza (SHIVA; MIES, 1993).

Neste contexto, este trabalho justifica-se, pois, se propõe a entender, à luz do ideário que fundamenta os movimentos agroecológico e ecofeminista, como o Programa Horta Comunitária Cheiro Verde - HCCV é compreendido por suas participantes e por gestores de políticas públicas do município de Itatinga – SP e como isso afeta o processo de agroecologização do território, de forma a subsidiar o aprimoramento e a formulação de novas políticas públicas de agricultura urbana e periurbana (AUP).

### **1.2.1. Agroecologização de territórios**

A partir do século XIX, começa a ser perceptível para a sociedade que o dióxido de carbono, aliado a outros gases resultantes da atividade industrial, quando acumulados na atmosfera da Terra poderiam causar consequências irreversíveis ao planeta (CUADRA et al, 2018).

Publicações como o livro “Primavera Silenciosa”, lançado em 1962 por Rachel Carson, impulsionaram o debate acerca da perda de qualidade de vida em função do uso indiscriminado dos agrotóxicos e como isso afetava os recursos naturais.

No final da década de 60, grupos, associações e organizações sociais iniciaram o questionamento sobre o modo de produção e estilo de vida das sociedades modernas, bem como a relação humanidade e natureza. Havia entre esses indivíduos a percepção de que o meio ambiente estava sendo deteriorado pós-revolução Industrial (CARVALHO, 2006), iniciava-se assim, o movimento ambientalista.

Apesar do pensamento sobre a relação homem-natureza existir nas discussões filosóficas desde os pré-socráticos (LOUREIRO et al, 2006), foi através do movimento ambientalista que as pautas ambientais se inseriram no contexto da esfera pública de decisões.

Na construção histórica, o movimento ambientalista é resultado de um conjunto de macro movimentos socioculturais de contracultura que se popularizou nos países desenvolvidos. Para Loureiro (2004), o ambientalismo não pode ser compreendido desvinculado das grandes lutas das classes subalternas, das minorias, e nem da recusa dos padrões de acumulação econômica.

Essas lutas são conectadas pois suas opressões (desrespeito ao meio ambiente, o sexismo, a hierarquia e a exploração do trabalho) estão arranjadas num só sistema, que se naturalizou como universal e hegemônico, mas tem sua construção histórica englobada por dominação – o sistema mundo colonial moderno capitalista patriarcal.

Esse conceito refere-se ao resultado da exploração colonial das Américas (baseado em domínio, exploração e poder), que se tornou gênese do modelo civilizatório e foi emaranhado de genocídios, epistemicídio, sexismo e racismo (DA SILVA; DE BORBA; FOPPA, 2021). O processo, segundo Grosfoguel (2016), se deu no decorrer de quatro genocídios durante o século XVI, sendo eles: (I) com muçulmanos e judeus em Al-Andalus; (II) com povos indígenas na América; (III) com africanos, aprisionados na África e escravizados nas Américas e, (IV) contra mulheres indo-europeias, queimadas como bruxas por praticarem e transmitirem conhecimentos sobre o domínio da natureza.

Com essas “conquistas” no processo de colonização, houve a expansão da lógica de poder - colonial, patriarcal, europeu e moderno, que permitiu a ascensão e formação histórica do capitalismo. Esse sistema segue a mesma ideia de exploração. Segundo Quijano (1992), uma economia capitalista não seria possível sem a invasão da América. Da mesma forma, segundo Escobar (2003), a modernidade também não teria existido, considerando-se a identificação da mesma noção de dominação, no caso da modernidade, expressa através da racionalidade, como característica central.

Nesse contexto, na produção científica, a racionalidade produz a ideia de que existe uma ciência ou pesquisa neutra, em que um posicionamento não é assumido, portanto, trata-se de uma verdade absoluta.

Para Grosfoguel (2016):

“A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais.” (p. 25).

“(…) se a teoria emerge de uma conceituação baseada nas experiências e sensibilidades sócio-históricas concretas, assim como a concepção de mundo desses espaços e corpos sociais particulares, então as teorias científicas sociais ou qualquer outra teoria limitada à experiência e visão de mundo de somente cinco países no mundo são, para dizer o mínimo, provincianas. Mas

esse provincianismo se disfarça debaixo de um discurso de “universalidade”. A pretensão é que o conhecimento produzido por homens desses cinco países tenha o mágico efeito de apresentar uma capacidade universal: suas teorias são supostamente suficientes para explicar as realidades sócio-históricas do restante do mundo. Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo, com suas dimensões espaciais/temporais muito particulares e “aplicá-las” em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas citadas anteriormente. Essas teorias sociais, baseadas nas experiências sócio-históricas dos cinco países, constituem a base teórica das ciências humanas nas universidades ocidentais dos dias de hoje. A outra face desse privilégio epistêmico é a inferioridade epistêmica. O privilégio epistêmico e a inferioridade epistêmica são dois lados da mesma moeda. A moeda é chamada racismo/sexismo epistêmico (Grosfoguel, 2012), na qual uma face se considera superior e a outra inferior.” (p. 27)

Nesse sentido, a modernidade – que tem na filosofia cartesiana um dos seus pilares, para Grosfoguel, camufla uma realidade nítida na qual o conhecimento sempre assume uma posição, seja de privilégios ou inferioridade. Sobre isso, no mesmo artigo de 2016, o autor continua:

“(…) a filosofia cartesiana assume a epistemologia do ponto zero, ou seja, um ponto de vista que não assume a si mesmo como ponto de vista. A importância de René Descartes para a epistemologia ocidentalizada pode ser percebida 370 anos depois: as universidades ocidentalizadas seguem carregando o legado cartesiano como critério para validar a produção da ciência e do conhecimento. Mesmo os que são críticos da filosofia cartesiana continuam utilizando-o como critério para diferenciar o que é ciência ou não. A divisão de “sujeito-objeto”, a “objetividade” – entendida como “neutralidade” –, o mito de um “Ego” que produz conhecimento “imparcial”, não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas.” (p. 30).

Em busca de superar os efeitos da colonização do conhecimento produzidos no Sul-Global, a decolonialidade surge como um conceito e uma abordagem teórica que busca desafiar e dismantlar as estruturas de poder, dominação e exploração legadas pelo colonialismo. Ela questiona as formas como o colonialismo moldou e continua a moldar as sociedades contemporâneas, tanto no nível político quanto no cultural.

No livro “Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais” (2020), organizado por Heloisa Buarque de Hollanda e escrito por muitas autoras, a decolonialidade é entendida como uma crítica aos modelos eurocêntricos e ocidentalizados de conhecimento, que muitas vezes perpetuam visões hierárquicas e dominantes do mundo. Ela busca desconstruir as narrativas coloniais e abrir espaço para perspectivas e conhecimentos marginalizados, produzidos a partir de experiências e culturas não ocidentais.

Ao explorar a decolonialidade, é importante entender que ela não se limita apenas ao período histórico do colonialismo europeu, mas também abrange as formas contemporâneas de colonização, como a neocolonização econômica (performado pelo capitalismo), cultural e política. As estruturas coloniais ainda estão presentes e operam de maneiras sutis e complexas, perpetuando desigualdades e injustiças (VAREJÃO et al., 2020.)

Ainda segundo o livro, mais especificamente no capítulo de Suely Aldir Messeder, “A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico” evidencia-se que, a luta pela decolonialidade busca desconstruir e desafiar as noções estabelecidas de universalidade, verdade objetiva e neutralidade, e promove a ideia de pluralismo epistêmico, que reconhece a existência de múltiplos conhecimentos e perspectivas válidas. Isso envolve repensar as estruturas sociais, políticas, culturais e educacionais que foram moldadas pela colonização e promover o diálogo intercultural, a valorização e o respeito pelas práticas culturais e conhecimentos locais, o combate ao racismo estrutural e a busca por formas mais igualitárias de poder e representação.

Contemporaneamente, o capitalismo, como resultado das explorações coloniais, garante que a desigualdade de classe exista para permitir a acumulação de riqueza por alguns e a pobreza de outros (mantendo a lógica de dominação), dessa forma, torna-se possível o acúmulo de excedentes e crescimento produtivo.

Segundo Montañó (2012), no capitalismo, o próprio crescimento econômico gera desigualdade e pobreza. Para o aumento de capital privado no modo de produção capitalista, é necessário a exploração da relação entre capital e trabalho, donos de meios de produção e trabalhadores, dominadores e dominados (MONTAÑO, 2012). Quanto maior é o acúmulo por parte dos donos dos meios de produção de riquezas geradas pelo trabalhador, maior é a desigualdade e a pobreza.

No Brasil, antes mesmo do Covid-19, a pobreza já estava em ritmo de crescimento. Com título autoexplicativo, a publicação “Distribuição e renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza” deixa nítida a insuficiência das políticas públicas em conter a disparidade social entre as classes de renda brasileiras.

Como é possível ver na Figura 3, a publicação demonstra que, comparando-se os anos de 2018 e 2014, a renda média das famílias era maior em 2014 (BARBOSA, DE SOUZA, SOARES, 2020). Por motivos variados que incluem a crise econômica, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a ascensão do governo neoliberal de direita e a pandemia, a situação não melhorou.



GRÁFICO 1  
 Brasil: evolução da renda domiciliar *per capita* (2012-2018)  
 (Em R\$ de 2018)

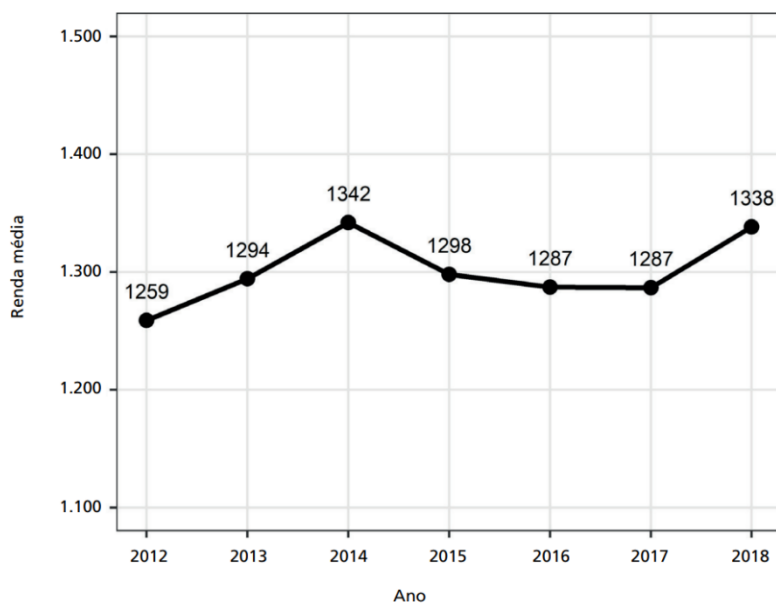


Figura 3. Evolução da renda domiciliar *per capita*.

Fonte: Microdados da PNAD Contínua.

Os dados, apesar de fidedignos, ocultam uma realidade cruel: a crise e o decréscimo ou crescimento da economia repercutem de maneiras distintas para as famílias com posições diferentes na distribuição de renda. Sendo mais clara, a renda real da metade mais pobre dos brasileiros caiu nos três anos da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD Contínua (2015-2018), e quanto mais próximo da base da distribuição, maior a queda. No outro oposto, a metade mais rica da população teve aumento na renda, e de mesmo modo, quanto mais perto do topo, maior o crescimento relativo.

É curioso perceber que, entre 2012 e 2015, as taxas de crescimento econômico estiveram consideravelmente maiores nos estratos mais pobres, o que indicam curvas com incidências que determinam a redução na desigualdade, algo como um “crescimento pró pobre”. Logo depois, em 2015, iniciou-se um movimento inversamente oposto, o crescimento beneficiou os mais ricos. Na verdade, o absurdo escancara-se com o fato de que, a metade mais pobre da população brasileira ficou ainda mais pobre em 2018, enquanto os ricos, quanto mais ricos, mais ricos! Percebe-se, então, duas correntes: a tendência “pró pobre” que ocorreu entre 2012 e 2015 e a “pró-rico” que vai de 2015 a 2018.

O entendimento da economia nacional é um dos meios de compreensão da vida das pessoas. Entretanto, ao realizar uma análise crítica da conjuntura atual, fica nítido que o regimento do cotidiano por recursos financeiros, aglomera pobreza e miséria de um lado, face à luxúria, vaidade e privilégios da Outra.

Uma das maiores mazelas da pobreza é a fome. Caracterizada de modo simplório como a privação quantitativa de alimentos, a fome, para Josué de Castro (1948), referência internacional no tema, trata-se de um problema político injustificável considerando a ampla extensão territorial e potência de produção agrícola brasileira. Até meados dos anos 90, a fome era entendida pelo governo como um problema de abastecimento e distribuição, entretanto, o combate a ela é um direito social garantido na constituição (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

A partir dos anos 2000, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 o enfrentamento da fome se tornou prioridade, ao contrário do que ocorria antes. Destaca-se nesse percurso de mudanças, a implantação do Programa Fome Zero (PFZ), Programa Bolsa Família (PBF), Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e o retorno do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto em 1994. A segurança alimentar é definida como o acesso físico, social e econômico, de forma permanente, à alimentação suficiente em quantidade e nutrientes (FAO, 1996).

Muitos avanços foram feitos para conter a fome das famílias brasileiras, entretanto, em 2021, por questões relacionadas a pandemia e o desmonte sem limites promovido pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o país retornou ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas - ONU, com 19 milhões de pessoas passando fome e 119 milhões em insegurança alimentar (GOULART, 2021).

Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é conceituada no Brasil como o não acesso pleno e permanente a uma alimentação adequada, predominantemente condicionada pela situação de renda (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010, p. 35).

Além de não ser capaz de alimentar a população, o setor agropecuário, mesmo com inegáveis avanços, tem a necessidade de adaptar os agroecossistemas de modo a minorar os impactos na mudança do clima, visto que a agropecuária é uma das atividades que mais contribui com a emissão de CH<sub>4</sub> (BERNDT, 2010) e eventos climáticos de extrema magnitude, atribuídos à mudança global do clima, produzem impactos nos ecossistemas, no campo e em áreas urbanas em diversas partes do planeta (CUADRA et al., 2018).

Os gargalos que limitam a exploração devastadora dos recursos naturais pelo sistema produtivo agropecuário atual (convencional) não se limitam ao clima. A erosão do solo, a compactação (RICHART et al., 2005), a diminuição da fertilidade natural e perda do solo (COGO et al., 2003), ignorada a décadas pelas políticas públicas, é um efeito depredatório da produção agrícola e mais um obstáculo para a manutenção do manejo vigente.

As alterações das condições ambientais, principalmente do clima, afetam intensivamente a produção agrícola e requerem políticas de adaptação (STEVANOVIĆ et al., 2016). Nesse contexto, o foco nas questões da produção de alimentos, se dá pelo caráter que torna a agricultura única como atividade econômica, o fato de que impacta diretamente todos os ativos dos quais depende, sendo esses: a natureza, o social, o humano, o físico e o capital econômico.

Quanto menor o estoque desses ativos, maior a fragilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias e menor a capacidade de resiliência dos sistemas produtivos (PALHARES et al., 2018).

Para além do debate ambiental, a necessidade de alternativas para manejo, uso do solo e produção de alimento, deve perpassar por questões sociais, como o desafio de combate à fome. Esse desafio somente será superado quando o projeto de desenvolvimento nacional definir as necessidades alimentares e nutricionais de toda a população como a principal meta da produção agropecuária.

A existência de 44 milhões de brasileiros que não têm sequer sua dieta alimentar quantitativa atendida, releva o demérito com o direito à alimentação adequada garantido constitucionalmente (GOMES, 2007). É importante destacar que a “sustentabilidade do sistema agroalimentar não se limita a internalizar o conceito somente nos sistemas de produção, é preciso também fomentar e praticar o consumo sustentável” (PALHARES et al., 2018, p. 14). Para lutar contra o controle político da indústria agroalimentar, pequenos agricultores, fortalecidos pelo reconhecimento de que são um conjunto díspar, com uma variedade de pontos de vista políticos, conceberam a noção de soberania alimentar (PATEL, 2009; WITTMAN; DESMARAIS; WIEBE, 2010).

Assim, a soberania alimentar tem sido definida de diversas formas, sendo o significado mais representativo o contemplado na Declaração Final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar desenvolvido em 2001, que afirma que ela é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação de toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses e pesqueiros e os povos indígenas na produção agrícola, comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental (*apud* CAMPOS; CAMPOS, 2007).

Diante dessa conceituação, é necessário destacar a importância do termo na sociedade contemporânea, revisando eventos históricos e discursos relevantes que propiciam seu desenvolvimento. No marco da Cúpula Mundial de Alimentos desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 1996, a *Via Campesina* apresentou o conceito que se entende atualmente por “soberania alimentar” (DA SILVA, 2020; ZAAR, 2015) e tal termo ganhou destaque em eventos subsequentes.

Por exemplo, em 2007 e 2008, distúrbios alimentares surgiram na Europa, África, América do Sul e Caribe devido ao aumento repentino e acentuado dos preços do arroz, milho e trigo. Esses incrementos de custo não resultaram da falta de estoques globais de alimentos, e sim da inflação nos preços dos alimentos.

Ao mesmo tempo, a expansão do agronegócio em detrimento da agricultura familiar e a substituição do trabalho agrícola pela mecanização, quando combinados, não permitiam (e ainda não permitem) a superação da pobreza, situação que exige profundas mudanças no atual sistema agroalimentar (ZAAR, 2015).

Em outubro de 2009, durante seu discurso de boas-vindas na cerimônia de abertura do Dia Mundial da Alimentação, o Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf, afirmou que mais de 100 milhões de pessoas estavam com fome em comparação a 2008 e reconheceu que na época havia pelo menos um bilhão de pessoas com fome ao redor do planeta. No mesmo evento, Diouf solicitou aos governantes maiores retornos de produtividade da agricultura e maiores investimentos no desenvolvimento agrícola para enfrentar os desafios da fome (FAO, 2009).

Em novembro do mesmo ano, mais de 600 representantes de 450 Organizações Não Governamentais (ONGs) de camponeses, pescadores, pastores, povos indígenas, moradores urbanos, trabalhadores agrícolas, jovens e mulheres, se reuniram em Roma para o Fórum Popular da Soberania Alimentar. Na sua abertura, Olivier de Schutter, relator especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, afirmou que os pequenos agricultores se tornaram cada vez mais marginalizados com o passar do tempo. Segundo ele, as aquisições de terras em grande escala garantem a segurança alimentar e energética nacional; no entanto, ameaçam a soberania alimentar para aqueles que dependem da terra e dos recursos hídricos para sua subsistência.

Diante desse panorama, pode-se deduzir que a soberania alimentar está enraizada em movimentos populares por terra e produção de alimentos e é nesse entendimento que a agroecologia tem um papel fundamental a desempenhar no futuro dos sistemas alimentares.

A agroecologia é uma forma de praticar a agricultura ou utilizar tecnologias que não agridem o meio ambiente. Propõe romper com o modelo de desenvolvimento rural hegemônico baseado em latifúndios e monoculturas que beneficiam principalmente os negócios agrícolas e consolidam a exclusão social.

Na agricultura familiar, a agroecologia opõe-se à falta de autonomia do capital financeiro do agricultor e se manifesta como uma resistência ao atual modelo de agronegócio e seus problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos (SANTOS et al., 2014).

Esse movimento/técnica surge de uma necessidade comum dos países: envolver a população rural e, em particular, as mulheres, a partir de suas prioridades locais e conhecimentos tradicionais utilizando o princípio da

agroecologia (SILVA, 2020). Ou seja, a agroecologia organiza a mobilização no avanço das melhorias na produção de alimentos, considerando fatores não somente ambientais, mas também éticos e sociais.

Percebe-se, a partir dessa noção de valorização de outros conhecimentos e a ligação da agroecologia com movimentos de lutas sociais, que ela é mais do que apenas uma técnica de cultivo e pode ser encarada como um projeto de sociedade, sendo, portanto, perspectiva para alcançar sociedades mais sustentáveis (PONTES et al, 2017).

Assim, tanto a soberania alimentar como a agroecologia, imbricadas e articuladas, destacam a necessidade de um sistema alimentar democrático, que envolva participação tanto dos cidadãos quanto dos produtores. Esse ideal representa uma ruptura com a organização dos mercados agrícolas imposta por corporações transnacionais e governos neoliberais, cujas orientações políticas já violaram as normas protecionistas para a agricultura familiar, implementadas por alguns governos nacionalistas e populares (SANTOS et al., 2014; STEDILE; CARVALHO, 2011).

É urgente que ocorram investimentos (de todos os tipos) em arranjos produtivos (produção, distribuição, consumo e gestão) e de serviços que garantam a continuidade e melhoria de vida de forma sustentável de todos os seres, humanos e não humanos, da terra (DE MORAES PISSALDO; SANCHES, 2016).

Para explorar caminhos de transformação, será considerada a construção do conceito de ecologização, que é, na definição de Costabeber e Moyano (2000), uma ação ativa, que perpassa a multidimensionalidade e adentra em aspectos econômicos, sociais e ambientais.

“Ecologização” marca a literatura científica pelas primeiras vezes no início dos anos 80, como referência à introdução dos critérios ecológicos na prática agrícola, em um momento no qual as preocupações insurgentes eram no sentido de reduzir o aporte de agrotóxicos (SILVA, 2014). Etimologicamente, a palavra provém do alemão *oekologisierung* e tem intenção de demonstrar as preocupações ambientais com relação às políticas públicas (KNOEPFEL; LARRUE; ZIMMERMANN, 1987; apud CASTRO, 2009). Assumindo essa perspectiva e englobando-a para um sistema de produção de alimentos, adequa-se o termo para agroecologização, ou, transição agroecológica

Os obstáculos para a construção da soberania alimentar e agroecologização, perpassam, para Stedile e Carvalho (2011) a luta contra a tirania sobre a dieta alimentar. Para os autores, essa tirania é determinada por fatores como: a artificialização da agricultura pelo uso crescente de agrotóxicos, a agroindustrialização dos alimentos, a padronização mundial dos hábitos alimentares da população e a manipulação industrial para fornecer alimentos com sabores, odores e aparência semelhantes aos naturais.

Aliadas ao aumento na oligopolização dos controles corporativos das cadeias produtivas de alimentos, esse cenário indica que, homogeneizada e manipulada, a produção e distribuição de alimentos busca apenas altos lucros para o grande agronegócio empresarial.

Esse combo e interconexões de crises nas quais estamos (conflitos políticos, desigualdade econômica, catástrofes ambientais, mazelas sociais) caracteriza-nos, segundo Beck (2010), em uma sociedade global de risco. Além disso, o sistema moderno não nos protege de ameaças externas às nossas fronteiras e, além dessas, existem ainda as ameaças internas inerentes ao sistema econômico vigente.

Será possível ao capitalismo atender as demandas da sociedade global de risco, dado que a filosofia deste considera o lucro em detrimento de valores humanos como o direito à equidade social e à preservação da natureza? O capitalismo valoriza a propriedade privada e garante o direito e o poder de uma classe, a burguesa, sobre a outra, a proletária. Além disso, não assegura estabilidade econômica uma vez que o lucro não pertence à sociedade, mas a setores privados (OLIVEIRA et al, 2020).

Por conta disso, contribui para a discrepância social e exploração desmedida dos recursos naturais, nos empurrando para um colapso ambiental iminente. Qual é o propósito de estarmos vivos? Produzir e acumular riqueza? A quais grupos essa sociedade atende? Ao analisar a conjuntura em uma sociedade que está inserida no sistema mundo colonial moderno capitalista e patriarcal, pode-se reconhecer que os mais afetados são os pobres, os oprimidos, as comunidades vulneráveis e as mulheres (SOUZA, 2020).

Está escancarada a possibilidade para a construção de uma nova ordem econômica mundial, regida por um urgente modelo novo de desenvolvimento econômico e de organização da sociedade (JÚNIOR, 2020).

Para isso, o exercício de pensar e realizar ações que partam da instituição pública ou da sociedade civil para a transição agroecológica, surge a partir da necessidade de se alcançar o bem viver (ACOSTA, 2012). O conceito de bem viver aponta para “uma ética do suficiente para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo” (BOFF, 2009, p. 2), “supõe uma visão holística e integradora, inserido na grande comunidade terrenal que inclui além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais” (BOFF, 2016).

Segundo Oliveira e colaboradores (2020), analisar a importância de uma transição para uma nova noção desenvolvimentista é exercício primordial para aqueles que estão engajados com a continuidade da vida em toda a sua diversidade, que seja apta a propiciar à plenitude dos humanos e dos demais seres e sistemas naturais do presente e do futuro, com melhorias gradativas das suas condições de sobrevivência.

Os mesmos autores ainda afirmam que é necessário ter a dignidade humana como alicerce ético primordial para a construção de um novo sistema, que seja justo na divisão dos bens produzidos por todos e que haja para servir o ser humano e não para fazê-lo de servo.

As ações socioambientais voltadas à transição para sociedades mais sustentáveis devem ter caráter incisivo nas lutas imediatas (antipatriarcal, antirracista, antifascista, ambientalistas), em medidas conjunturais (questões de médio prazo, como a descarbonização da sociedade e a substituição das matrizes energéticas) e nas mudanças culturais (recuperação do sentido de vida comum, da coletividade, do resgate de valores simples) (OLIVEIRA et al., 2020).

Para isso, ela precisa ser educadora, dialógica e transformadora, além de questionadora em si mesma, mantendo viva a problematização das medidas implantadas no sentido de garantir processos que resultem na redução das desigualdades sociais.

Dessa forma, a educação ambiental (EA) é concebida como proposta no intuito de transformar a percepção socioambiental, passando então a ser entendida como a resposta que a educação deve dar à crise ambiental vivida pela humanidade. A EA é um processo de aprendizagem permanentemente capaz de desenvolver conhecimento, competências e ânimo para alcançar valores e atitudes necessárias para lidar com questões e problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis (DIAS, 2003).

As ações em EA ganham um destaque maior porque se entende que pode ser uma grande ferramenta para a compreensão dos ideais de desenvolvimento sustentável e para a prática da gestão ambiental (SILIPRANDI, 2002). Diante disso, a EA também se consolida como caminho para a transição agroecológica.

Da mesma maneira, é possível tratar a EA como meio para a construção crítica, emancipatória e participativa de política pública estruturante, definida por Morimoto (2014) como aquela desenvolvida com a participação da comunidade interessada. Ela atua no sentido de refletir o cumprimento da obrigação do Estado em prover condições que facilitem a efetiva participação da sociedade em processos de tomada de decisão e gestão pública, sem o caráter manipulador ou meramente assistencialista.

Um dos desafios de se construir uma política pública efetiva está no acompanhamento dialógico e permanente, capaz de mensurar qualitativamente como o processo de implantação e execução da política se consolidou; como o diagnóstico foi realizado; quais atores estiveram presentes; quais demandas estão sendo atendidas; de que forma ela reflete a cultura da sociedade na qual se insere; e o que se pretende conquistar a partir de tais ações.

É preciso haver um planejamento para que tais políticas sejam executadas de forma duradoura e que sustentem a implementação de outras iniciativas. Partindo dessa perspectiva, para alcançar a agroecologização, é necessário ter como objetivo uma transição que seja educadora ambientalista, à medida que entende que são necessárias políticas públicas municipais, fomentadas por políticas estaduais, nacionais e internacionais, que devem comprometer-se com todos os habitantes do território ao qual se destinam.

Evidentemente, devemos reconhecer os apontamentos de Layrargues (2002), sobre os dois tipos de políticas públicas:

- Políticas públicas autoritárias: com suas metas traçadas exclusiva e unilateralmente pela tecnoburocracia, visando a instituição de regras de convívio social com vistas à manutenção velada dos grupos políticos dominantes no poder;
- Políticas públicas democráticas: que refletem a dinâmica do tecido social em constante mudança e que no embate político apontam novos vetores ou confirmam antigos caminhos ao desenvolvimento harmonioso da sociedade. Elas requerem atores sociais devidamente representados e instâncias coletivas de negociação (considera-se que o Estado apenas deve mediar o diálogo).

Enquanto a primeira sugere uma ação desencadeada a partir de um corpo diretivo, a segunda valoriza processos participativos. Os processos participativos normalmente conseguem atender demandas amplas e com maior chance de sucesso.

Em conformidade com a definição de Demo (1991), de que participação é um processo de conquista e construção organizada da emancipação social, ela demanda um percurso emancipatório. Neste, é prevista a participação ativa e informada dos órgãos de controle social durante o processo de formulação de uma política pública.

Não raramente, as políticas ambientais municipais apresentam caráter hierárquico, a julgar pelo seu processo de construção, normalmente, é percebido pelo gestor a necessidade de desenvolver ações ambientais reunindo uma comissão técnica responsável pelo diagnóstico, planejamento e execução das ações.

Poucos percebem que isso se caracteriza enquanto uma política pública autoritária, em que a participação popular está alijada nas tomadas de decisões. A essência do conceito de políticas públicas, entretanto, está no problema público, cujas causas e consequências abarcam toda uma coletividade, que nem sempre terão o governo como ator protagonista (SECCHI, 2013).

### **1.2.2. Agricultura urbana e periurbana**

O debate sobre mudanças necessárias para melhoria do nosso modo de vida de forma a minimizar os impactos ambientais e garantir o meio ambiente ecologicamente sadio e comum a todos (para os de agora e os do porvir) já é tema da agenda internacionalmente há muitos anos.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama (2020), a construção das medidas internacionais de proteção ambiental se deu por força da pressão popular. Em 1968, -

mesmo período dos movimentos de contracultura, como o ambientalismo, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), realizou uma conferência de peritos internacional para tratar sobre o uso racional e a conservação dos recursos da natureza, ali, iniciou-se o programa “Man and Biosphere” [O Homem e a Biosfera] e principiou-se o debate da problemática ambiental em nível global (DE PASSOS, 2009).

Entretanto, foi apenas em 1972, com a realização da Conferência das Nações Unidas em Estocolmo (Suécia), que o panorama ambiental global de fato se apoderou de novos direcionamentos. Considerada um marco para a história das políticas ambientais internacionais, a Conferência de Estocolmo (como ficou conhecida) teve como um dos catalizadores a publicação do Clube de Roma, chamada “The Limits of Growth” com tradução livre de “Os limites do Crescimento”. Nessa obra, consta alertas sobre problemas graves, como os que tangem a energia, poluição, saúde, ambiente e o crescimento da população mundial, ressalva ainda que a humanidade, dentro do seu padrão econômico, tem crescimento limitado (MAGRINI; MARCO, 2001).

A conferência teve a intenção de buscar e recomendar outro tipo de desenvolvimento, fez-se o uso, pela primeira vez, do termo “Ecodesenvolvimento”. O conceito baseava-se em aliar o desenvolvimento econômico com a vigilância ecológica e justiça social (IBAMA, 2020). Le Prestre (2005), afirma que o objetivo era “garantir um quadro de vida adequado e a perenidade dos recursos naturais”. A importância do encontro ocorrido em Estocolmo se dá, pois, a partir dele, “os problemas ambientais passaram a ser encarados não apenas como provenientes do processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico, mas, sobretudo como um problema gerado pelas desigualdades sociais” (GONÇALVES, 2019).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o relatório “Nosso Futuro Comum” também conhecido como “Relatório Brundtland” que determinava a urgência da realização de uma conferência global na busca de um novo modelo de desenvolvimento.

Apesar do termo “desenvolvimento sustentável” ser usado desde a Conferência de Estocolmo, foi no relatório de Brundtland que o conceito foi oficialmente usado pela primeira vez (HOGAN, 2007). A definição mais comum de desenvolvimento sustentável pode ser entendida como aquele que “satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de alcançar a satisfação de seus próprios interesses” (GUERRA, 2006). Um ponto marcante nesse conceito que vale destaque, é a ideia de que existem limites de exploração ao meio ambiente no modo de organização social contemporâneo para que as necessidades atuais e futuras sejam satisfeitas.

Outro evento relevante realizou-se em 1992, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), culminou, entre outros resultados, na Agenda 21, o encaminhamento mais importante do evento.

A Agenda 21 foi criada para instrumentalizar a adoção do desenvolvimento sustentável nos países, mas segundo Gugelmin et al (2003) é uma ferramenta de governança participativa que investiga a conjuntura de um território, podendo ser nacional, estadual, regional ou municipal, de forma a possibilitar a construção de um futuro sustentável.

Muitos avanços e conquistas ocorreram nas políticas ambientais internacionais na década de 90, devido a série de conferências e encontros realizados, entretanto, com a virada do século, percebeu-se uma cadência mais lenta no enfrentamento da crise ambiental.

Jacobi (2002), afirma que mesmo com inovações em várias escalas, os princípios para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável ainda eram entendidos como obstáculo ao crescimento econômico. A Rio+20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, seguiu o mesmo padrão. Guimaraes e Fontoura (2012) declaram que o

encontro poderia ser chamado de Rio-20, posto que não alcançou progressos relevantes em relação a primeira conferência. Os autores destacam o afastamento do discurso com o real engajamento por parte dos governos.

Um dos obstáculos enfrentados para a construção do desenvolvimento sustentável é a conciliação do debate acirrado entre os países do Norte e do Sul Global. Essa tensão ocorre porque os países que foram os primeiros a iniciarem seu crescimento econômico (do Norte), preocupam-se agora com o futuro ambiental, ainda que seu desenvolvimento industrial tenha sido favorecido com a colonização e se instituído antes da problemática ambiental ser uma realidade social; enquanto os países ainda em processo de industrialização (do Sul) priorizam o desenvolvimento econômico (MOURA, 2019).

O argumento econômico é a base da distinção entre o posicionamento do Norte e do Sul. O temor para os países do Sul é de que a proteção ambiental exerça entrave para o desenvolvimento econômico. A divisão Norte-Sul foi marcante durante todo o processo de negociação nas conferências internacionais de meio ambiente. Najam (2005), afirma que a requisição da agenda ambiental internacional não partiu originalmente dos países do Sul. O Norte é o maior responsável pela degradação dos recursos naturais e produção de resíduos e o Sul sofre penalidades desproporcionais aos efeitos que causa, além de arcarem com maiores custos no controle das mudanças climáticas (ELLIOT, 2004).

Segundo Sant'anna e Moreira (2016), na Conferência de Estocolmo e na Rio92 os países do Sul rejeitaram a problemática ambiental, entretanto na Rio+10 eles se posicionaram com maior engajamento para a construção do desenvolvimento sustentável, entendido como um conceito que abrangia as necessidades do Sul por um sistema mais igualitário. Enquanto o Norte espera que seja melhorado apenas as condições do meio ambiente, o Sul almeja a transcendência da política ambiental global, por meio da reforma política internacional (SANT'ANNA; MOREIRA, 2016). Com o uso do conceito de economia verde na Rio+20, os países do Sul se mostraram contrariados.

Isso aconteceu porque, para os países do Sul global, a promoção de uma economia verde favoreceu os ricos e poderosos e desfavoreceu os países em desenvolvimento. Eles argumentam que uma economia verde é uma forma de "colonialismo verde" que serve aos interesses dos países ricos, permitindo-lhes continuar a explorar os recursos naturais dos países em desenvolvimento (NEWELL; PATERSON, 2010).

Os críticos da economia verde argumentam que ela pode ser usada para justificar a apropriação de terras e recursos naturais nos países em desenvolvimento, enquanto exporta benefícios econômicos e ambientais para os países do Norte, além de poder ser usada para impor restrições comerciais a produtos dos países do Sul que não atendem a certos padrões ambientais. Por esses motivos, a comissão do Sul se opôs à promoção de uma economia verde durante a Rio+20. Eles entendiam que a comunidade internacional deveria se concentrar em questões de justiça ambiental e social, incluindo a realocação de recursos e tecnologia para países em desenvolvimento e redução da desigualdade global (MARTINEZ-ALIER, 2012).

Na busca de uma abordagem mais política, a Comissão do Sul definiu "Sul" como lugar de exclusão, no qual, além da pobreza econômica se tem "pobreza de influência", os países concordam que foram colocados para trás e encontram-se no subúrbio dos argumentos (SOUTH COMMISSION, 1990). Trata-se, portanto, da dependência política que inibe o posicionamento autônomo do Sul. A questão ambiental trouxe à tona mais uma forma de dominação nas estruturas do sistema mundo colonial moderno capitalista patriarcal, que se mostra nos conflitos ambientais entre as relações Norte-Sul (SANT'ANNA; MOREIRA, 2016).

Um dos encaminhamentos da Rio+20 foi o relatório "O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta", ele foi apresentado em 2017 e pontua os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que será traçado pela ONU (PNUD, 2020). Atualmente, trata-se



da sistematização mais robusta dos ideais propostos em todo o percurso mundial para a resolução das questões ambientais. Entre os 17 objetivos, seis foram destacados pela convergência dos seus eixos temáticos e o presente projeto, sendo:

- Fome zero e agricultura sustentável (ODS 2)
- Saúde e bem-estar (ODS 3)
- Igualdade de gênero (ODS 5)
- Cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11)
- Consumo e produção responsáveis (ODS 12)
- Ação contra a mudança global do clima (ODS 13)

No tangente as cidades (ODS 11), a Agenda 2030 remete à construção de cidades mais inclusivas, democráticas, seguras e resilientes. Para tanto, deve-se considerar a interdependência entre a zona urbana e a zona rural. As áreas urbanas são intensamente dependentes de combustíveis fósseis, energia, água e alimento. Esses recursos naturais estão, em maior parte, na zona rural e são vitais para abastecer a população e permitir que a indústria, o comércio e os serviços funcionem adequadamente (PRIMAVESI, et al, 2007). Dessa forma, é necessário que as zonas urbanas estejam atentas a iniciativas capazes de aumentar sua resiliência.

O aproveitamento de espaços ociosos nas cidades é cada vez mais imprescindível e, apesar de incipiente, a agricultura urbana e periurbana (AUP) passa a ser valorizada pela emergência ecológica que vive a civilização contemporânea. Nesse contexto, protagonizam os jardins, os quintais produtivos, as hortas comunitárias, os pomares, os canteiros de ervas e a compostagem (ROSA, 2011). Muitas são as definições de AUP no campo acadêmico, a fim de garantir que se torne um objeto de pesquisa distinto da agricultura praticada no meio rural, assim como alvo de políticas públicas próprias. O conceito mais encontrado na literatura remete-se à MOUGEOT (2000):

“(...) a praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana.” (MOUGEOT, 2000, p. 10)

No campo das políticas públicas, com programas municipais de agricultura urbana, destacam-se cidades como: Curitiba (PR), Sete Lagoas (MG), Teresina (PI) e São Paulo (SP). Mas, foi através do Programa Fome Zero (2003), que a agricultura urbana foi entendida como estratégica para a segurança alimentar (BIAZOTI, 2020). Nesse sentido, ela é caracterizada por uma diversidade de aspectos, desde tamanho, modelos, gestão, produção, entre outros.

A existência de hortas nas áreas urbanas e periurbanas, com ou sem o apoio governamental, tomou impulso na América Latina, África e Ásia como uma estratégia de sobrevivência das populações mais pobres, atingidas pela crise econômica que se instalou nessas regiões (BRYLD, 2003).

No documento “Subsídio para Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)” é possível perceber uma visão crítica para que uma política pública de agricultura urbana seja estruturada. A agricultura urbana e periurbana se fundamenta na construção de cidades produtivas, ecológicas, inclusivas e que promovem Segurança Alimentar e Nutricional. Entende-se cidades produtivas como perímetros urbanos que promovam o desenvolvimento econômico a partir de uma visão de economia popular, solidária e social, originando um comércio

mais justo e inclusivo para aqueles que participam da comunidade a ser beneficiada com a AUP, incentivando o combate à desigualdade (LOVO, 2011; COUTINHO; COSTA, 2011).

O conceito de cidade ecológica refere-se à capacidade de estimular uma gestão territorial e socioambiental mais efetiva, direcionando de forma mais consciente os resíduos sólidos e uso de águas residuais, por exemplo, resultando em uma cidade ecologicamente mais equilibrada. Por conseguinte, a AUP viabiliza a possibilidade de um contexto urbano mais inclusivo, respeitando a diversidade cultural e social, visto que suas atividades corroboram com políticas destinadas a grupos em condições de vulnerabilidade.

Por último, a AUP tem como propósito ratificar a Segurança Alimentar e Nutricional através de políticas de combate à fome vinculadas à promoção do fácil acesso e disponibilidade de alimentos de qualidade com alto valor nutricional. Esses conceitos foram cunhados através do relatório da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) em conjunto com o Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados (SANTANDREU; LOVO, 2007).

De acordo com Boukharaeva et al. (2005), o conceito de AUP perpassa por seis áreas que se conectam entre si e resultam nas principais características que distinguem esse sistema de outros: tipos de atividade econômica, localização, tipos de área, sistema e escala de produção, tipos de produto e destino.

A atividade econômica é uma importante característica da AUP, pois, não somente a fase produtiva é incluída no processo de agricultura urbana, como também as fases de processamento e comercialização (BOUKHARAEVA et al., 2005). Ainda segundo o autor, a localização é o elemento mais referenciado, visto que, é a produção e comercialização na cidade e seus arredores imediatos que sintetiza a nomenclatura desse modelo de produção. Entretanto, poucos autores debatem sobre uma definição dos espaços intraurbanos, usando critérios variados.

Na literatura, autores traçam o limite da área periurbana através da relação entre a porcentagem de edificações, a infraestrutura viária e os espaços abertos por km<sup>2</sup> (Losada et al, 1998). Outros autores usam a distância entre o centro urbano e as áreas que podem abastecer a cidade com bens perecíveis (Moustier, 1998); ou ainda, a área até a qual as pessoas que vivem dentro dos limites administrativos da cidade podem deslocar-se para se dedicarem a atividades agrícolas (Lourenço-Lindell, 1995). Boukharaeva et al. (2005), utiliza de alguns critérios para tipificação de área, como: a relação com as condições de propriedade ou uso; a distância entre a área a ser cultivada e a casa do produtor; se a área está bem desenvolvida; se têm outras construções ou não; dessa forma, é possível diferenciá-las de áreas industriais, rurais e residenciais.

A categoria denominada por Boukharaeva et al. (2005) como sistema de produção e escala não é uma característica determinante da AUP, já que não se destaca tipos específicos de sistemas de produção, sendo assim, existem muitas formas de se apresentar a interação entre a agricultura urbana e outros sistemas, tal como uso de agrotóxicos ou não e como se dá o fornecimento de produtos.

Sobre a escala, a literatura direciona para micro, pequenas e médias empresas, individuais ou familiares em oposição a conglomerados de grandes empresas, nacionais ou internacionais. Por isso, a AUP possibilita um sistema de produção descentralizado, mais próximo dos centros consumidores (MOUGEOT, 2000).

Segundo Mougeot (2000), o tópico dos tipos de produtos, refere-se à produção de alimentos para consumo humano ou animal. Ainda assim, Boukharaeva et al. (2005) não exclui de seus estudos a categoria dos produtos não alimentares do fazer agrícola urbano. Além disso, a questão pode ser debatida a partir da diferenciação do tipo de colheita (grãos, raízes, hortaliças, plantas ornamentais, entre outras) e os tipos de animais a serem produzidos (galinhas, suínos, coelhos, entre outros).

Com relação ao destino, muitas das definições de agricultura urbana e periurbana incluem a produção agrícola não exclusivamente para autoconsumo como também para o comércio. Boukharaeva et al. (2005) retrata que o mercado de exportação também é um destino para a produção realizada em centros urbanos, ampliando os lucros e gerando novos benefícios em comparação a outras fontes de abastecimento.

Posto que as características da agricultura urbana e periurbana apontam para uma atividade multifuncional com frentes variadas como: econômica, social, cultural e de produção de alimentos (DIELEMAN, 2017), torna-se evidente as diferentes formas e finalidades que essa prática pode ter, a depender do contexto socioeconômico e cultural que se está inserido o perímetro urbano em questão (MALTA, 2011).

Em países em desenvolvimento e emergentes, a AUP atua na alteração de cenários de desemprego, disparidade social e crise econômica. Todavia, em países desenvolvidos encontram-se muitos exemplos de AUP, porém, voltados ao lazer, ocupação de tempo dos cidadãos, relacionamento amigável entre vizinhos e aumento das áreas verdes (COHEN; REYNALDS, 2014).

Muitos autores contestam a multifuncionalidade da agricultura urbana. Para eles, falta um aprofundamento na discussão, que permitiria o detalhamento do conceito e análise da conexão com outros temas (MBIBA, 1998). Para Brand e Muñoz (2007), em referência a outros autores, a comunidade acadêmica falha em gerar soluções efetivas que correlacionem o fazer agrícola nas cidades com a necessidade dos mais socioeconomicamente atingidos desses centros.

A fim de originar um entendimento focado sobre o tema em questão, Mougeot (2000) constata a importância de aprofundar os contrastes entre a agricultura urbana e periurbana da agricultura rural. Os elementos revisados anteriormente – tipos de atividade econômica, localização, tipos de área, sistema e escala de produção, tipos de produto e destino – com exceção da localidade, podem ser facilmente aplicados para a agricultura rural, tornando-se insuficiente para justificar o conhecimento, pesquisa e políticas públicas ainda mais direcionadas (MOUGEOT, 2000). Ao identificar e conceitualizar com maior profundidade a AUP, tornando-a mais específica, atinge-se uma maior coerência e eficácia, sendo capaz de melhorar a funcionalidade desse sistema (BOUKHARAEVA et al., 2005).

É possível encontrar numerosas referências bibliográficas que distinguem a agricultura urbana, periurbana, intraurbana e rural somente a partir da localidade. De acordo com Adam (2001) a agricultura urbana e intraurbana acontece dentro dos centros urbanos, enquanto a periurbana se encontra nas periferias e margens dos mesmos centros, sendo a agricultura rural pertencente a zonas afastadas das cidades. Organizações como a FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – corroboram com Adam e conceituam agricultura intraurbana como atividade praticada em terrenos não edificadas, públicos ou privados, passíveis de se ajustarem a produção, e a agricultura periurbana está localizada na franja dos grandes centros, sendo estas mais próximas de zonas sem muitas edificações (FAO, 2013).

Em contrassenso com o argumento de Adam (2001), Mougeot (2000) já afirmava que não é a localização urbana que distingue a AUP da agricultura rural, sendo, portanto, a dessemelhança fundamental, a integração e interação existente entre a agricultura urbana e periurbana com o ecossistema econômico, social e ecológico urbano.

Para Boukharaeva et al. (2005), o reaproveitamento de recursos urbanos e a produção para essa população é altamente influenciada pelas condições urbanas como o cenário político, a competição pelo solo e o mercado urbano, e podem impactar na diminuição da pobreza, aumento na segurança alimentar, na saúde e em contextos socioculturais.

Para garantir a produtividade, o retorno econômico e o cumprimento do seu papel sociocultural, a AUP precisa ser ratificada por organizações e pelo fazer público, para que sejam proporcionadas todas as ferramentas e condições como serviços de formação, apoio técnico e gestão adequada (VAN VEENHUIZEN, 2006). Ainda de acordo com o autor, os órgãos públicos podem colaborar com a sustentabilidade dos territórios com o acesso a áreas adequadas e eficazes para a produção agrícola.

A agricultura urbana e periurbana é realizada em todo o mundo de formas e com objetivos diferentes. Cada região possui políticas públicas diversas de acordo com a legislação local e em como ela interpreta o uso da terra e a competição dos recursos econômicos (CAMPS-CALVET et al., 2016).

O Reino Unido possui múltiplas experiências com AUP que são asseguradas por legislações municipais e federais (HOWE, 2002). Nos Estados Unidos, Nova York é um exemplo internacional de agricultura urbana executada em grande metrópole, onde a densidade populacional e o nível de urbanização se tornam um entrave a ser contornado (ANGOTTI, 2015). Nos países citados, o poder público fornece água, compostos orgânicos e sementes.

O exemplo internacional que mais se destaca no que se refere a agricultura urbana e periurbana é Cuba, devido ao forte movimento agrícola (LEME, 2012). Em decorrência da revolução de 1959, o país realizou amplas reformas agrárias e um intenso processo de estatização das terras, apoiando a monocultura e a utilização de insumos agrícolas importados, seguindo à risca o modelo soviético que servia de norteador para o recente país socialista (BUCHMANN, 2009). Tais transformações proporcionaram, entre as décadas de 1960 a 1980 a retirada do país latino-americano do mapa da fome.

Com a queda do regime soviético em 1989 e a rígida aplicação dos embargos estadunidenses, Cuba volta para um estado de extrema insegurança alimentar (WEZEL; BENDER, 2003). O governo que antes subsidiava os alimentos básicos, neste momento não conseguia mais garantir o acesso a todos, havendo poucas safras de feijão e arroz. Em virtude do cenário crítico que se encontrava o país, o governo cubano passou a apoiar a produção de alimento através de uma ótica socioecológica, abandonando os insumos agroquímicos importados e transferindo o foco produtivo de latifúndios monocultores para quintais e hortas nos centros urbanos (ALTIERI, 2002).

O amplo incentivo do governo federal transformou a prática em uma ferramenta estratégica para a construção soberana de segurança alimentar, pois oferecia, com baixo custo, uma forte complementação na dieta dos cubanos (WEZEL; BENDER, 2003). Dessa forma, em 1994, a AUP alcançou larga escala em território cubano ao incorporar grande parte da população nessa iniciativa.

No Brasil, a agricultura urbana e periurbana frequentemente é pensada através de políticas públicas estaduais e municipais, pontuais e descontínuas. Todavia, alguns incentivos federais podem ser constatados ao longo dos anos, como o programa Fome Zero, iniciado durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007). Tal iniciativa teve como objetivo articular, conceber e estruturar políticas públicas setoriais para discutir e solucionar a fome no território nacional. O programa foi inicialmente incumbido ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e posteriormente se tornando um plano de governo interministerial, sendo os responsáveis: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Fazenda (FOME ZERO, 2011).

O programa possui quatro pilares fundamentais: fortalecimento da agricultura familiar, mobilização e controle social, geração de renda e articulação e, o principal, acesso a alimentos (FOME ZERO, 2011). O pilar de

acesso a alimentos é o que orienta o Programa de Agricultura Urbana/ Hortas comunitárias, com incentivo à produção de alimentos voltada à transformação socioeconômica e cultural, criando uma comunidade inclusiva, com geração de renda e acesso a alimentos com alto valor nutricional (FOME ZERO, 2011). O Fome Zero foi de suma importância para viabilizar outra iniciativa federal, o Programa de Apoio e Desenvolvimento de Agricultura Urbana e Periurbana, implantado pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, (MOREIRA, 2008).

Em 2010, o debate sobre a segurança alimentar e o acesso a alimentação de qualidade, se solidificava no Brasil através da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), garantida por meio do decreto 7.272/10 que regulamentou a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11346/06. Ainda que presentes na legislação e nas iniciativas por parte do governo nacional, são os governos municipais e estaduais os maiores responsáveis pela interferência em projetos voltados à AUP.

Para Coutinho e Costa (2011), o apoio exercido primordialmente pelos governos locais tem sido executado com baixo investimento capital e humano, havendo insuficiente contribuição legislativa urbanística e sanitária. A ineficiência dos planos de governos municipais a respeito de leis de zoneamento, parcelamento do solo, entre outros, é utilizada a fim de beneficiar os interesses privados de quem já possui o poder do capital (MARICATO, 2000). Ainda para a autora, o viés social e inclusivo que justificam tais projetos se apresenta mais como um falso discurso de boas intenções do que de fato praticado.

Ao refletir sobre o cenário da agricultura urbana e periurbana nacional, entende-se que a forma como ela é praticada, os agentes que a incentivam e o arcabouço legislativo, variam de cidade e estado, devido à falta de uma política pública federal centralizada.

No Rio de Janeiro, a AUP é realizada nas periferias com o apoio e fortalecimento de organizações não governamentais (ONGs) e associações (MONTEIRO e MENDONÇA, 2004). Em Belo Horizonte, existe uma política municipal de promoção da agricultura urbana e periurbana em parceria com o programa global Cidades Cultivando para o Futuro, coordenado pela fundação internacional RAUF (LARA e ALMEIDA, 2008). No Recife, as principais ferramentas de interferência para a organização da AUP são a Lei Orgânica de 2007, os zoneamentos urbanos de 1936 e o Plano Diretor de 2008 (FERREIRA e CASTILHO, 2016).

Em 1996, em média 78,4% da população brasileira vivia em centros urbanos, sendo a cidade de São Paulo o maior deles, considerada, portanto, a capital do Mercosul (MADALENO, 2002). Pode-se creditar a essa significativa concentração humana, além da migração das zonas rurais, não somente do estado como de todo o Brasil, o prematuro início de projetos de implementação de hortas em espaços públicos não utilizados (OLIVEIRA, 2018).

A prática agrícola sempre esteve presente no cotidiano das regiões metropolitanas do estado de São Paulo, como forma de sustento, lazer, autossustentência e promoção de saúde. Em decorrência da urbanização, as áreas de cultivos destinadas a AUP foram sendo cada vez mais afastadas, porém, nos últimos anos, o incentivo e a necessidade vêm tornando a agricultura uma atividade cada vez mais presente nos centros urbanos do estado de São Paulo, ocupando os mais diversos espaços, como escolas, quintais de casa, terrenos abandonados, chácaras, prédios, propriedades de órgãos públicos, empresas concessionárias que prestam serviço à população, como a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e a Petrobras (ROSTICHELLI, 2013).

De acordo com Rostichelli (2013), todos os agricultores entrevistados em sua pesquisa não possuíam a posse legal das terras que cultivavam, isso evidencia a importância desses terrenos, públicos e/ou privados, dentro do perímetro urbano, para a aplicação da AUP no estado.

Segundo Baron (2017) foram mapeadas 340 experiências de agricultura urbana no município de São Paulo, sendo elas destinadas a lazer, hortas comerciais e subsistência. No interior do estado também é possível

encontrar múltiplos exemplos da aplicação desse sistema. Giacchè e Porto (2015) descreveram políticas públicas encontradas em Campinas (SP) como o programa de hortas comunitárias (PHC) que tinha como objetivo ocupar os espaços públicos municipais. Por sua vez Pimentel e Laura (2009), evidenciam o caso de Botucatu (SP) que apresenta 16 hortas urbanas comunitárias implantadas por iniciativa popular nas áreas periféricas pertencentes à prefeitura.

No município de Piracicaba (SP), no art. 92 da lei municipal 224/08, há o incentivo mais relevante para a transformação de terrenos baldios em hortas comunitárias. De acordo com o trabalho de Oliveira (2018), a legislação tinha como objetivo, ser uma política pública voltada a limpeza e saneamento dos terrenos baldios para garantir uma estética e evitar que essas áreas se tornassem depósito de lixo e vetor de doenças. A lei concede 50% de redução do imposto territorial municipal, 50% na taxa de limpeza pública e 50% no tratamento de esgoto e água para terrenos que possuam ao menos dois terços de sua área destinados às hortas.

A pesquisa realizada por Santandreu e Lovo (2007), por meio do MDS, é hoje uma das maiores referências para mapeamento e compreensão da AUP em território nacional (ALMEIDA, 2016). Tal pesquisa identificou, aproximadamente, 600 iniciativas de agricultura urbana, distribuídas em 11 regiões metropolitanas brasileiras, de cinco regiões do território nacional. Foram aprofundadas 160 experiências, desenvolvidas em 52 municípios, entre eles regiões metropolitanas e centros urbanos de médio e pequeno porte, com altas taxas de urbanização e com níveis de pobreza altos ou médios (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Segundo Santandreu e Lovo (2007): “A presença de hortas em fundo de quintal, de hortas escolares e comunitárias, de espaços de comercialização como lojas e feiras, de farmácias naturais e outros espaços de transformação não é uma novidade nos municípios das áreas metropolitanas das Regiões estudadas. As pessoas desenvolvem este tipo de atividade em experiências promovidas pelos municípios e outros atores sociais, como as ONGs ou movimentos sociais, ou ainda auto-organizados pelos próprios produtores familiares e as/os vizinhos de numerosos bairros populares.”

Santandreu e Lovo (2007) afirmam que a agricultura urbana e periurbana podem ter sua prática encontrada em todas as regiões do Brasil e abarca uma grande variedade de contextos e alta capacidade de consolidação como atividade multifuncional. Os autores tornam veemente a máxima do reconhecimento da multifuncionalidade das ações, de suporte à pesquisa, de fomento na cadeia de produção, à geração de emprego e educação, de controle social das políticas públicas e de fortalecimento da consciência cidadã dos beneficiários (BIAZOTI, 2020).

O contexto nacional voltado a temática se apresenta através de diversos problemas, como os de infraestrutura urbana (acúmulo de lixo, sistema de saneamento sucateado, mobilidade urbana, entre outros), advindos de um crescimento urbano acelerado e desorganizado, responsável por inserir um grande contingente em um cenário de segregação e desigualdade social, que colocou brasileiros a margem da sociedade, em um cenário de insegurança educacional, urbana e alimentar. Nesse contexto, a agricultura urbana e periurbana pode se apresentar como uma saída cidadã, inclusiva e democrática (SANTANDREU; LOVO, 2007).

As diversas vivências experienciadas pelos sujeitos praticantes da AUP é um dos motivos pelos quais há dificuldades em se estabelecer características e identificações através de um único conceito (ROSTICHELLI, 2013, p. 28). A partir da literatura acadêmica e dos textos legislativos a respeito da agricultura urbana e periurbana, revela-se uma série de possibilidades de nomenclaturas e categorização para esses agricultores, como por exemplo: camponeses, pequenos agricultores, agricultores familiares e agricultores urbanos.

A fim de entender a importância e como a AUP se aloca no cenário socioeconômico do Brasil, a pesquisa executada por Santandreu e Lovo (2007), identifica que grande parte dos agentes envolvidos com esse sistema

produtivo fazem parte de grupos minoritários e vulneráveis como mulheres, idosos, desempregados, migrantes de áreas rurais, crianças, portadores de necessidades especiais, comunidades tradicionais, entre outros. Dos grupos citados anteriormente, os migrantes de zonas rurais são os mais referenciados como alvo de disseminação e perpetuação de uma agricultura urbana e periurbana, no entanto, sua origem não indica o contato prévio do indivíduo com a atividade agrícola, necessariamente (COUTINHO, COSTA, 2011).

O conhecimento dos sujeitos por trás das práticas de agricultura urbana e periurbana é um desafio, já que eles não constam nas estatísticas oficiais e o interesse acadêmico a respeito desta temática é recente, tornando essa uma lacuna importante para ampla compreensão do tema (ALMEIDA, 2016).

Os benefícios promovidos pela AUP, de acordo com Castelo Branco e Alcântara (2011), podem ser analisados a partir de uma ótica privada e social. A possibilidade de obtenção de renda direta é considerada, pelos autores, o maior benefício de ordem privada, a receita varia entre os produtores, tendo seu máximo alcance em torno de um salário mínimo. Como fatores de alternância da renda, Castelo Branco e Alcântara (2011), elencam a intensidade e o cultivo dos lotes. Os benefícios de ordem social e ambiental são os mais diversos, como a melhoria da comunidade local, redução na incidência de doenças, eliminação de terrenos abandonados e uma maior segurança alimentar (CASTELO BRANCO, ALCÂNTRA, 2011).

### **1.2.3. Ecofeminismo**

De acordo com a autora Emma Siliprandi (2012, p.145) “a segurança alimentar não é uma condição vivida indistintamente entre as pessoas: existem particularidades conforme se é pobre ou rico, homem ou mulher, branco ou negro, morador da cidade ou do campo”.

Segundo a Segunda Conferência sobre a Mulher da ONU, realizada em 1980 em Copenhague, as mulheres representam um terço da força de trabalho mundial e possuem apenas cerca de 1% da propriedade de todos os bens, situação a qual não se alterou significativamente (SILIPRANDI, 2012).

A baixa disponibilidade de recursos produtivos e capital é determinante para uma situação de pobreza e insegurança alimentar, por esses motivos, em grande parte dos países em desenvolvimento, as mulheres e crianças são mais afetadas pela fome e desnutrição (SILIPRANDI, 2012).

Para as mulheres brasileiras, a pandemia piorou muito sua condição. Por serem a maior parte nos trabalhos precarizados com risco de desemprego (comércio, hotelaria, serviços domésticos e de cuidados) ou estarem em setores que apresentam perigo alto de contaminação, como a educação e saúde (com 56,9% de trabalhadoras), sem riscos de perda do emprego, mas de contágio e perda da vida, as condições de trabalho recuaram em dez anos para as mulheres Latino-Americanas (CENTENERA, 2021). Em 11,1% das casas chefiadas por mulheres, os moradores passam fome; nas chefiadas por homens o número cai para 7,7% (PENSSAN, 2021).

Mesmo dentro de casa, em muitos casos, a garantia de não se contaminar contrapôs o medo de conviver com o agressor. Em países como China, Itália, França e Espanha, houve aumento do número de ocorrências policiais para violência doméstica. No Brasil, a situação não é diferente. Logo em abril de 2020, pouco mais de um mês desde o início do isolamento, as denúncias subiram 40% em relação ao mesmo mês de 2019.

Além da violência, as mulheres passaram a ter uma sobrecarga de trabalho ainda maior, com filhos e marido em casa, o trabalho doméstico aumenta e a divisão de trabalho por gênero sobrecarrega para algumas

mulheres que, diante dessa situação, passaram a fazer tripla jornada de trabalho (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020).

A responsabilidade pelo cuidado da família, como a aquisição e preparo dos alimentos, está intimamente ligada à identidade social feminina. Para Siliprandi (2012), os recursos e condições a que essas mulheres são submetidas para garantir a alimentação de suas famílias, não estão sendo discutidas, como por exemplo, a infraestrutura e o tempo e esforço despendido.

No meio agrícola, as mulheres também são responsáveis pela produção direta dos alimentos, protagonizando o cuidado de hortas, pequenos animais e transformação de produtos como queijos e pães (SILIPRANDI, 2012). A predominância do trabalho das mulheres em hortas e produções agrícolas urbanas e periurbanas se dá pela complementação de renda e fortalecimento da identidade feminina (CASTELO BRANCO, ALCÂNTARA, 2011, p. 424-425).

Os movimentos e organizações femininas têm chamado atenção para a necessidade do debate feito por mulheres sobre as transformações nos modelos produtivos que impactam diretamente a segurança e soberania alimentar, como os grandes monopólios e conglomerados transnacionais alimentícios (SILIPRANDI, 2012). Ainda segundo a autora, as mulheres vêm construindo, em muitos países, experiências alternativas de produção, distribuição e consumo ecológicos de alimentos em centros urbanos.

A filósofa Carol Gilligan investiga como na sociedade patriarcal vozes diferentes são formadas, valoradas, hierarquizadas e naturalizadas. O problema, de acordo com Gilligan (2011, p. 18), está na sociedade patriarcal que mantém uma ordenação da vida baseada no gênero, na qual ser um homem significa ser diferente de uma mulher e estar no topo da hierarquia social, mais uma interface do sistema mundo colonial moderno capitalista patriarcal. Dentro dessa estrutura, tem-se o estabelecimento de um sistema de valores que sanciona a subordinação. O ato de silenciar a voz diferente está vinculado a uma estrutura conceitual opressora e patriarcal, que predomina na sociedade e não dá lugar para a perspectiva feminina por considerá-la inferior.

Gilligan entende que a perspectiva da moralidade masculina – que indica a necessidade de respeitar os direitos dos outros – e a da moralidade feminina – que ordena cuidar de forma responsável dos outros –, devem ser vistas como complementares. A noção de direito da moralidade masculina está associada a cidadania, não alcançada pelas mulheres pelo processo patriarcal que se deu a democracia. É preciso reivindicar reformulações morais e éticas por meio das quais o modo de raciocínio “feminino” seja levado em consideração, mas sem exigir que ele seja o único modo existente. Nesse sentido, ter conhecimento de que diferentes sujeitos possuem vozes distintas, mas não precisam ficar restritos a elas, isto é, podem desenvolver outras formas de perceber e lidar com problemas morais, representa um potencial transformador da sociedade e, por conseguinte, do modelo de reprodução de gênero.

Para tanto, é preciso dar atenção a outros valores, como o “cuidado e a reciprocidade nas relações, e ao ponto de vista epistemológico e moral de um grupo subordinado, a saber, as mulheres” (WARREN, 1987, p. 11). Isso significa que, ao defender a existência de uma voz moral diferente, Gilligan não pretende sustentar a estrutura conceitual patriarcal, ao contrário, sugere que a voz feminina necessita ser ouvida, e que, por meio da inserção das mulheres nas mais diversas instituições sociais, torna-se cada vez mais fácil para mulheres e homens alcançarem o que ela denomina de maturidade moral. Ela defende que indivíduos são seres relacionais, nascidos dentro de um sistema de relações e, talvez, a tendência para o cuidado, empatia, cooperação e a capacidade para o entendimento seja a chave para a sobrevivência humana enquanto espécie.

A valorização dessas noções é defendida através da teoria moral feminista, que reivindica um espaço para o feminino na sociedade, para a voz distinta do padrão – uma voz que não é caracterizada por emoção irracional,



mas por uma racionalidade contextualizada, diferente da razão tradicional que refletem as teorias modernas sobre a moralidade (Kuhnen, 2014). A reflexão moral feminista objetiva, antes, chamar a atenção para a própria concepção de moralidade dentro de uma sociedade na qual as relações entre homens e mulheres, em grande medida, ainda se configuram de forma assimétrica. Nas palavras de Pauer-Studer (1996), a moral sob a ótica feminista procura superar dualismos de gênero improdutivos e insustentáveis, para colocar-se o objetivo de “libertar todos da estrutura de uma configuração de gênero patriarcal e estabelecer uma ética que considera explicitamente as mulheres como sujeitos morais” (PAUER-STUDER, 1996, p. 18).

Nesse contexto, Gilligan (2011, p. 19), afirma que, em uma sociedade não patriarcal, a racionalização da moralidade deve partir da ética baseada no cuidado (ou ética do cuidado), e esta não é apenas uma reivindicação “feminina”, mas uma voz humana universal. A ética do cuidado não se compromete com os valores femininos do modo como são concebidos dentro da sociedade patriarcal, nem pretende sustentar tal modelo de sociedade. Ao invés disso, ao ampliar o sentido da moralidade, trazendo ao palco a importância de certas qualidades morais até então desvalorizadas, em detrimento de noções de justiça, direitos e princípios, a ética do cuidado responsável nas relações, mostra-se como transformadora do espaço social.

O cuidado aparece aqui na forma da valorização da interdependência entre os seres humanos, considerando-se as relações sem serem desvinculadas de seu contexto, algo que talvez não seja alcançado em uma concepção moral centrada em direitos, princípios e justiça. Na sociedade não patriarcal, homens e mulheres podem ser livres para o exercício de diferentes vozes morais. Ambos são livremente capazes da justiça, da autonomia e do cuidado responsável nas relações. A ética do cuidado, ao dar espaço aos sentimentos morais, tais como, amor, entendimento mútuo, empatia, entre outros, não é uma abordagem feminina, mas uma abordagem feminista da ética, que visa a transformação da própria sociedade patriarcal. Todos os indivíduos podem ser educados para o exercício do cuidado durante suas vidas, mas, para isso, é preciso, quase que paralelamente, a construção de uma sociedade não assentada no paradigma patriarcal.

O reconhecimento do trabalho de cuidados como uma tarefa majoritariamente feminina foi crucial para o fortalecimento do movimento feminista ao longo do século XX e trouxe elementos importantes para a crítica que a teoria faz à sociedade capitalista e patriarcal. Tal crítica questiona a própria (in)sustentabilidade da vida, o que fica ainda mais evidente com a crise sanitária e o isolamento social vivenciado durante a pandemia. Para Carrasco (2003), existe uma tensão entre o tempo de vida capitalista que busca o lucro e o tempo dos cuidados que busca a vida. Tal tensão foi construída a partir da separação e hierarquização entre cultura e natureza, noção que o pensamento cartesiano (mais um resultado do sistema mundo moderno colonial capitalista patriarcal) também nos impôs.

A superação dessa dicotomia, assim como a separação entre homem/mulher, razão/emoção; e a conexão entre a luta feminista e ambientalista (ao entender que tanto a mulher quanto a natureza são vítimas de uma exploração que parte da mesma noção de poder e domínio) são um dos objetivos da teoria ecofeminista.

No livro *Ecofeminismo*, escrito com Maria Mies e Vandana Shiva, a autora escreve:

“Uma perspectiva ecofeminista apresenta a necessidade de uma nova cosmologia que reconhece que a vida na natureza (incluindo os seres humanos), mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos. Somente deste modo estaremos habilitados a respeitar e a preservar a diversidade de todas as formas de vida, bem como das suas expressões culturais, como fontes verdadeiras do nosso bem-estar e felicidade. Para alcançar este fim, as ecofeministas utilizam metáforas como re-tecer o mundo, curar as feridas, religar e interligar a teia. Este esforço para criar uma cosmologia e antropologia holísticas, abrangendo toda a vida, deve implicar

necessariamente um conceito de liberdade diferente do utilizado desde o Iluminismo” (SHIVA, 1993, p. 15).

Por outro lado, autoras identificadas com uma perspectiva do feminismo marxista enxergam na superação dessa dicotomia a necessidade de transformação socioeconômica. Patriarcado e capitalismo caminham juntos e é por isso que, quando as mulheres são colocadas como aquelas que cuidam da casa e da família e, por isso, “liberam” os homens para trabalhar fora e ter um salário que permita o consumo dos bens materiais necessários à reprodução da vida, verifica-se que o capitalismo incorpora a mais valia das mulheres sem remunerá-las por isso.

Essa divisão sexual do trabalho foi alvo de diversas críticas e trouxe também diversas contradições ao mundo dos cuidados, uma vez que as mulheres viam no trabalho doméstico uma fonte de exploração, enquanto o trabalho fora de casa possibilitaria a emancipação feminina. Esse pensamento permitiu ao neoliberalismo a incorporação do feminismo em sua agenda, mas deixou de o vincular a uma proposta radical de transformação social.

Independente da vertente, acredito ser essencial apontar que o cuidado é essencial para a sustentabilidade da vida e, nesse sentido, ele deve, por um lado ser compartilhado entre os indivíduos de uma comunidade e, por outro, entrar nas análises sociais, econômicas e ambientais se quisermos reproduzir a vida enquanto espécie humana que vive na Terra. Olhar para a sustentabilidade da vida torna urgente olhar como a vida se organiza e se reproduz: a vida se sustenta na natureza.

É dela que provêm os alimentos - plantas, animais e água - a energia e os minerais utilizados em uma série de aparatos e utensílios que necessitamos para viver. Para ela retornam os resíduos da nossa produção de alimentos e aparatos. E, se tudo corre a seu tempo, esses resíduos transformados voltam a nos prover alimento e energia. Somos também natureza: somos compostos minerais que vêm do solo por meio das plantas ou animais e que se inter-relacionam. Cada elemento químico depende de outro em proporções determinadas para ser absorvido. Nosso corpo, assim como o solo, combina inúmeras formas de vida (bactérias, fungos) em permanente rearranjo em busca de equilíbrio e a temperaturas determinadas (PRIMAVESI, 2019). Somos, portanto, ecodependentes.

A ecodependência também converge com ideários do movimento agroecológico. Cultivar comida é um ato de cuidado. Cuidado com a terra, com a Terra, com o território, com os outros seres vivos, com a sobrevivência, entretanto, a agricultura da monocultura (dos cultivares vegetais e da mente humana (SHIVA, 1993) não tem o cuidado em seu cerne. Ela rompe com o senso de coletivo, de ciclicidade, de zelo, tão necessários aos processos de plantar e colher. A agroecologia, por sua vez, busca fazer diferente: resgata a parceria, a diversidade, o cuidado.

Sustento, então, a ideia de que o jeito de conhecer e fazer, proposto por esta outra lógica – agroecológica, é essencialmente feminino; não no sentido do que se limita ao ser mulher, mas se apodera da experiência que mulheres (ocupando esse espaço de inferioridade, ao lado da natureza) têm no cuidado e na relação com a natureza enquanto essência de existir.

### **1.3. Objetivos**

#### **1.3.1. Objetivo geral**

Contribuir para a produção de conhecimentos sobre uma nova cultura da Terra, terra e território relacionada à formulação, implantação e execução de políticas públicas voltadas à agricultura urbana e periurbana e sua relação com ecofeminismo e agroecologização de territórios.

### **1.3.2. Objetivos específicos**

- Desenvolver estudos sobre as possíveis interfaces entre ecofeminismo e agroecologização de territórios;
- Pesquisar relações possíveis entre ecofeminismo e a participação de mulheres na agricultura urbana e periurbana (AUP);
- Analisar e compreender como o processo de formulação, implantação e execução da política pública da Horta Comunitária Cheiro Verde ocorreu no município de Itatinga – SP;
- Avaliar a participação das agricultoras na agroecologização do território, a partir de seu envolvimento com a Horta Comunitária Cheiro Verde;
- Compreender se políticas públicas que alinham a participação de mulheres e a agricultura urbana podem contribuir para o avanço da agroecologia nos municípios e para a melhoria de vida das mulheres;
- Contribuir para a construção de políticas públicas de gênero e de AUP nos municípios.

## 2. SOLO

O solo é a base física e material que sustenta a vida das plantas, fornecendo nutrientes, água e um ambiente favorável para o seu crescimento. Da mesma forma, a seção da pesquisa intitulada "Solo" é responsável por explorar o território em que a pesquisa está inserida, fornecendo as bases físicas e materiais para o desenvolvimento do estudo.

O primeiro tópico da seção, "O território da pesquisa", pode ser comparado ao solo que sustenta a planta. Assim como o solo é a base em que a planta se desenvolve, o território da pesquisa é o ambiente em que o estudo está inserido. Dentro desse tópico, o subtópico "Itatinga, Boca do Sertão" é comparável ao solo específico em que a planta está plantada. Ele explora a área em que a pesquisa foi realizada, destacando aspectos históricos, culturais e geográficos relevantes para o estudo. As subdivisões "História", "Aspectos naturais" e "O Itatinguense" fornecem informações importantes sobre o ambiente em que a pesquisa está inserida, permitindo que o leitor entenda a complexidade e as particularidades da região.

A seguir, o subtópico "Horta Comunitária Cheiro Verde" pode ser comparado à planta que cresce no solo. Ele explora a iniciativa da horta comunitária, destacando sua importância na região e fornecendo informações sobre a linha do tempo da iniciativa e as mulheres agricultoras urbanas envolvidas no projeto. Da mesma forma, a planta cresce a partir do solo, a horta comunitária cresce a partir da iniciativa das mulheres agricultoras urbanas e do ambiente em que está inserida.

Sem um solo adequado, as plantas não podem crescer e prosperar. Da mesma forma, sem uma compreensão adequada do território da pesquisa e das iniciativas locais, a pesquisa não pode produzir resultados significativos. A seção "Solo" é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, assim como o solo é fundamental para o crescimento das plantas.

Assim como o solo afeta o crescimento e o desenvolvimento das plantas, o território afeta a identidade e as experiências dos indivíduos que nele vivem. Nós somos moldados por nossa relação com o território em que vivemos, e esse território situa as nossas identidades locais. Dentro desse contexto, a seção "Solo" da pesquisa pode ser vista como um estudo da relação entre as pessoas e o território em que vivem. Ela explora a história, os aspectos naturais e a comunidade local da região, fornecendo uma compreensão mais profunda da complexidade do território e de como ele influencia a vida das pessoas que nele vivem.

Além disso, o subtópico "Horta Comunitária Cheiro Verde" destaca a importância da iniciativa das mulheres agricultoras urbanas, mostrando como elas estão usando o território em que vivem para construir uma comunidade mais sustentável e equitativa. Essa iniciativa é um exemplo de como a relação entre as pessoas e o território pode ser transformada para atender às necessidades da comunidade local e criar um senso mais forte de identidade local.

A relação entre o solo e a interrelação entre quem somos e o lugar de onde viemos é complexa e profunda. A seção "Solo" da pesquisa é fundamental para entender como o território molda a identidade e as experiências das pessoas que vivem nele e como a relação entre as pessoas e o território pode ser transformada para construir comunidades mais sustentáveis e equitativas.

## 2.1. O território da pesquisa

### 2.1.1. Itatinga, Boca do Sertão

Apesar da pesquisa ter sido realizada na Horta Comunitária Cheiro Verde – HCCV, é necessário, antes de nos atentarmos ao território específico, elaborar algumas considerações que situem o leitor no município no qual a horta se insere, Itatinga – SP.

As informações aqui contidas são extraídas de fontes públicas como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do portal de Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo – LUPA, e de referências conseguidas através do envolvimento da pesquisadora com o território, como por exemplo, o livro “Presépio da Serra”, disponibilizado para mim através de um vereador que é parente do escritor. No livro, de 1999 (primeira edição de 1966), o autor e historiador, José Leandro Franzolin, relata e detalha o surgimento e desenvolvimento de Itatinga na região.

Aliado ainda a dados obtidos com uma antiga organização não governamental do município, o “Instituto Itapoty”, o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico, e o Plano Diretor de Turismo de Itatinga, descrevo a cidade, sua história e habitantes, com a intenção de situar o leitor e mesclar as impressões dos meus próprios registros de campo, de forma que seja possível trazer uma noção mais complexa do território.

#### 2.1.1.1. História

A fundação da cidade de Itatinga, remonta a época de exploração do ouro e riquezas pelos “bandeirantes” ou “sertanistas” durante o Brasil colonial.

Segundo Franzolin (1999), durante esse período de exploração e desbravamento nos sertões do interior paulista, a cidade de Botucatu, ou Freguesia de Santana, ou ainda, Wotubatu (nome dado pelos indígenas) destacava-se como principal polo na região. Com a tomada definitiva da região, consequência de seguidos extermínios e escravidão aos povos indígenas habitantes, os sertanistas firmaram-se definitivamente na região, e iniciaram a construção de vilas e plantios de fazendas.

Ainda segundo o autor, um dos caminhos para acessar Botucatu, passava por Itatinga, que na época contava apenas com um “ranchão”, que servia de lugar para pausa e descanso dos sertanistas que continuariam o trajeto, conquista e povoamento do sertão. Por isso, de 1772 até 1849, Itatinga foi a conhecida “Boca-do-Sertão” registrada na história de São Paulo.

Alguns povoados estavam plantados ao longo do caminho até Botucatu. Entre eles, este que se chamou “Abaré”, “Rio Novo”, “Freguesia de São João Batista do Itatinga”, e, hoje, Itatinga.

Ali ainda habitavam indígenas caiuás, que chamavam o território de Abaré-y. Esse nome foi escolhido pois Abaré, no Tupi-Guarani, significava “aquilo que estava fora do conjunto”, e o Rio Novo, um dos rios que passam por Itatinga, estava fora do percurso natural. Enquanto ao norte os rios direcionavam-se todos para a bacia do Tietê e ao Sul corriam para o Paranapanema, o “Abaré-y” ia para o Oeste, diferentemente dos demais; e o ípsilon (Y) é na língua indígena Tupi-Guarani o designativo de água (ITAPOTY, 2012).

Para a tomada concreta do território, um enorme massacre aos povos originários ocorreu. Os seguidos extermínios, teriam acontecido, entre 1843 e 1848. Um emocionante relato do escrito por Hernani Donato,

historiador e escritor botucatuense, publicado na edição de 2 de setembro de 1944 na “Folha de Botucatu”, traz uma crônica sobre a tomada de Itatinga, que é possível ser lida no livro “Presépio da Serra”. Segue:

*“Na manhã estival que a alquimia celeste tornava um caleidoscópio de tonalidade irisada, A tropa encheu de novidade a rua mal desperta da Freguesia Santa Anna. Um bando anônimo de origens díspares para um fim comum. eram os homens de José Theodoro de Souza e de Tito Corrêa de Mello.*

*No solo poeirento da rua, os pés nus e as botas sertanejas deixaram um sulco. No sertão, o machado e o facão esculpíram outro sulco na epiderme da terra - o mato. E a tropa acampou - quando a girandola de estrelas acendiam no céu a “feèrie” das intermitências luminosas. Tão próximos estiveram essa noite, brancos e vermelhos, que, trazidos pelo vento, o azedume do “maiz” fermentado para o cauim da taba, poz tremores de náuseas na sensibilidade olfativa dos posseiros que à luz desmaiada das constelações aguçavam o aço para o morticínio da manhã.*

*E a manhã não teve os adornos de sons e de cores dos dias comuns. Povoaram-na os sons de morte e as cores funéreas do fumo e do fogo. A várzea inundou-se de chamas e o rio sorveu o sangue da gente vermelha que sucumbiu sob o bacamarte impiedoso. O rolo compressor da fúria alisou o chão da taba e o último cainá deixou-se espostejar à porta de sua “oca”, em meio a fumarada que se erguia, levando a Tupã o choro convulso das “cunbãs” mortas pelo fogo e dos “curumins” perdidos da torrente sob o pavor da fuga impossível.*

*José Theodoro de Souza e Tito Corrêa de Mello, haviam selado a conquista do planalto, com o lacre que foi o sangue da gente cainá. O chefe branco saltou para a “ocara” em ruínas agarrando o único sobrevivente. E na ânsia de batizar solenemente o seu império que assim nascia, enquanto a natureza convulsa escondia dos céus a sua ganância, e o sangue, como um símbolo lustral, empapava a terra crestada pelo fogo, interrogou:*

*- “como se chama esse lugar?”*

*- “Abare-y” - disse o índio, antes que a cabeça rolasse pelas águas do rio. Abare-y dos índios. Rio Novo do branco conquistador.”*

No trecho “tropa encheu de novidade a rua mal desperta da freguesia de Santa Anna”, Hernani revela que ali só havia uma rua. Para Franzolin (1999), isso seria então por volta de 1843, quando aquele povoado foi elevado à categoria de Freguesia. Após o massacre, um primeiro povoado com a denominação de “Rio Novo” surgiu nas barrancas daquele rio, numa data anterior a 1849 e, por esse tempo já haviam fazendeiros instalados nas terras além do “Wotubatu”.

Outra história interessante de ser trazida sobre a tomada de Itatinga pelos brancos, é de “Nhá Rosa”, e também está descrita no livro “Presépio da Serra”, segue:

*“...Naquelas paragens do Tamanduá, tudo era planície e os índios viviam pelas margens dos rios, nas matas virgens que davam toda espécie de caça. Um dia, quando se preparavam para uma grande festa de casamento, um demônio que lançava fogo e vento surgiu no meio deles e arrebatou a noiva, levando-a para o alto da Serra. Passaram-se várias luas até que vencidas as esperanças de vê-la regressar, o velho cacique seu pai, armou-se e partiu a ver se resgatava a filha. O noivo então, envergonhado pela covardia, recuperou-se e seguiu também com o velho. Muito tempo depois, sem que houvessem voltados, os Índios viram atônitos que lá da Serra vinham novamente labaredas de fogo e o rugir dos ventos. Fugiram para longe, abandonando suas tabas, que com o correr dos anos se transformaram nas Itatinga, um aglomerado de pedras que afloram da planície. De índole medrosa, ou então supersticiosos, os Índios nunca mais por ali passaram”.*

Itatinga é também uma palavra do Tupi-Guarani e se relaciona a uma formação rochosa de cor branca, monumento natural localizado a leste da sede do município. Itatinga significa, portanto, a junção de Ita = pedra e Tinga = branca, Pedra Branca. A lenda que deu origem ao nome da cidade é denominada Lenda do Deus Tupã.

Diz a lenda, que Deus Tupã possuía um altar onde fazia suas oferendas, que eram três pedras brancas. Com a chegada dos bandeirantes na região, houve conflitos com os indígenas causando muitas mortes, enfurecendo Tupã, que deixou de utilizar as três pedras brancas como o seu altar e as escureceu, simbolizando o sangue sujo pela morte (ITATINGA, 2019).

As pedras brancas encontram-se em uma fazenda privada e o acesso só é permitido mediante autorização prévia (Figura 4).



Figura 4. Três pedras brancas na fazenda Pedra Branca.

Fonte: Plano Diretor de Turismo de Itatinga 2019 – 2022.

Em 1881 teria sido erguido o primeiro “marco” – “um tosco cruzeiro” identificando a presença cristã nas terras do Rio Novo. Entretanto, foi em 1884, por meio de uma subscrição popular, que erigiram uma modesta capela sob a invocação de São João Batista, no lugar onde hoje é a Igreja Matriz. Em abril de 1891, o Distrito de Paz de São João de Itatinga foi criado pela Lei Estadual de 1º de abril de 1891 e em 1896 foi elevada à categoria de Município pela Lei Estadual nº 415 de 24 de julho de 1896 (FRANZOLIN, 1999).

Segundo o autor, o desenvolvimento da cidade, deve-se, em parte, a participação dos imigrantes, em especial os italianos. Centenas de famílias chegaram à região por volta de 1888 com o propósito de substituir a mão de obra escrava. Para Itatinga a chegada dos italianos foi oportuna. A economia baseava-se apenas na pecuária e em poucos roçados de algodão e da cana-de-açúcar. Com os italianos, começava-se a plantar o café e surgir “oficinas” – ferreiros, carpinteiros, pedreiros, além de toda a gama de ocupações que impulsionaram a vila que passou a ganhar o aspecto urbano.

Apesar de notável importância, nenhuma será maior do que a presença do brasileiro (mestiço) no desenvolvimento do município.

### 2.1.1.2. Aspectos naturais e sociais

Itatinga (Figura 5) localiza-se a 221 quilômetros de distância da capital do estado, em direção ao sudoeste pelo eixo da Rodovia Castelo Branco; de Botucatu, a distância é de apenas 33km, ao qual encontra limite ao norte, ao sul com os municípios de Angatuba e Paranapanema, a oeste com Avaré e ao leste com os municípios de Pardinho e Bofete. A área territorial abrange dois distritos rurais, sendo o Distrito do Lobo e o Distrito Engenheiro Serra, e totaliza 979,82 km<sup>2</sup>.

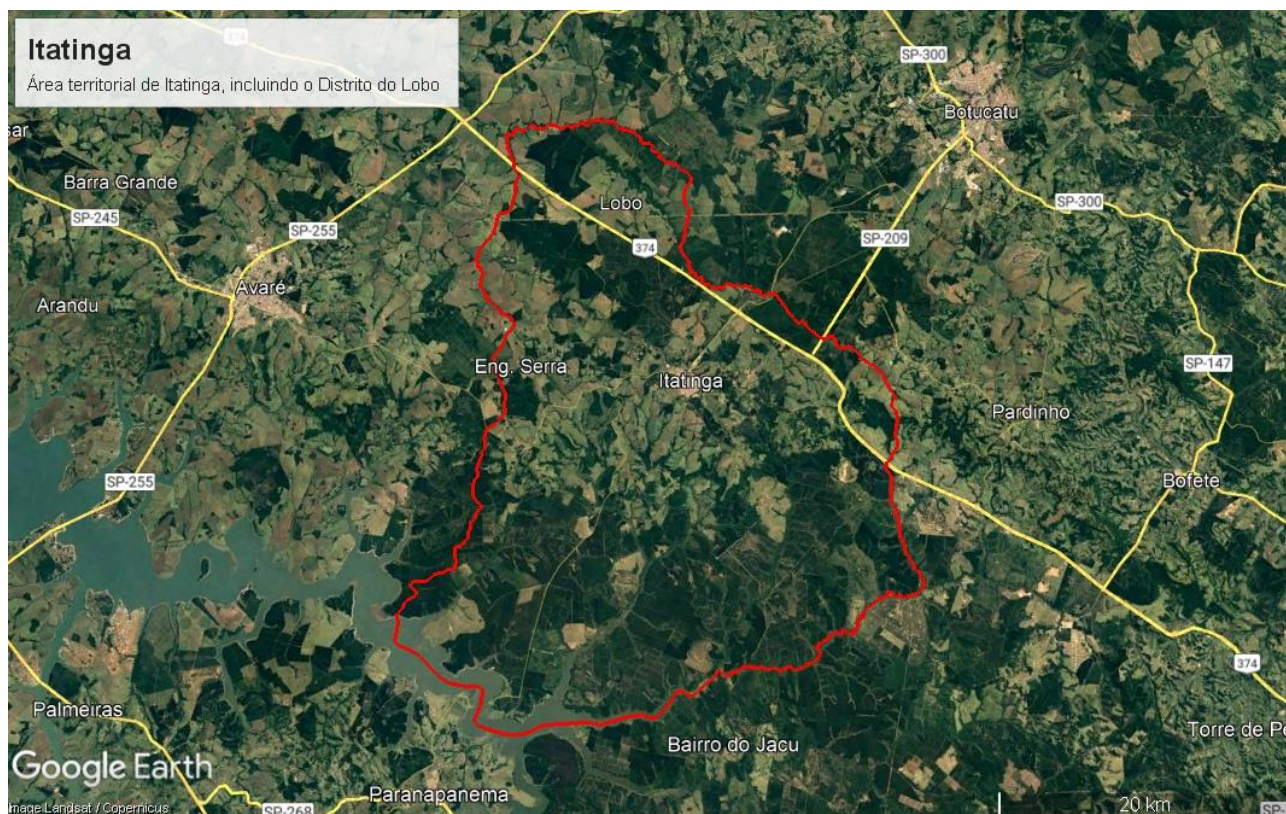


Figura 5. Mapa de Itatinga.

Fonte: Google Earth (2023), elaboração da autora.

Destaca-se a proporção da área, majoritariamente composta de zona rural, com a área urbana ocupando uma pequeníssima área do território. Esse contraste, além de visual, é numérico, como é possível notar com maiores detalhes pela tabela 1.

**Tabela 1.** Tipos de uso e área ocupada correspondente em Itatinga.

Tipo de Uso	Área ocupada (km <sup>2</sup> )
-------------	---------------------------------



Silvicultura (monocultura)	378
Mosaico de agricultura e pastagem	160,35
Formação florestal	121,98
Pastagem	76,86
Formação savânica	44,81
Cana	43,45
Citrus	39,25
Campo alagado e área pantanosa	28,61
Rio, lago	25,88
Formação campestre	21,06
Soja	20,33
Outras lavouras temporárias	7,10
Área urbanizada	3,82
Outras lavouras perenes	3,23
Área não vegetada	3,07
Café	2,01
Total	979,8

Fonte: Mapbiomas e autora.

A área urbanizada ocupa 3,82 km<sup>2</sup> e as monoculturas de eucalipto ocupam 378 km<sup>2</sup>. As áreas de mosaico de agricultura e pastagem ocupam o segundo lugar, com 160 km<sup>2</sup>, não chegam nem à metade da área ocupada pelo eucalipto. Segundo os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária - LUPA, o uso do solo tem predomínio da produção de eucalipto, sendo aproximadamente 37,5% de cobertura em relação ao território total do município (LUPA, 2017). Esse domínio é causado pela presença de grandes empresas de silvicultura na região.

Mesmo na categoria de cidade pequena, a área urbana cresceu muito desde sua fundação, como é possível comparar entre o mapa de Itatinga de 1948 (Figura 6) e a imagem de satélite de 2023 (Figura 7).

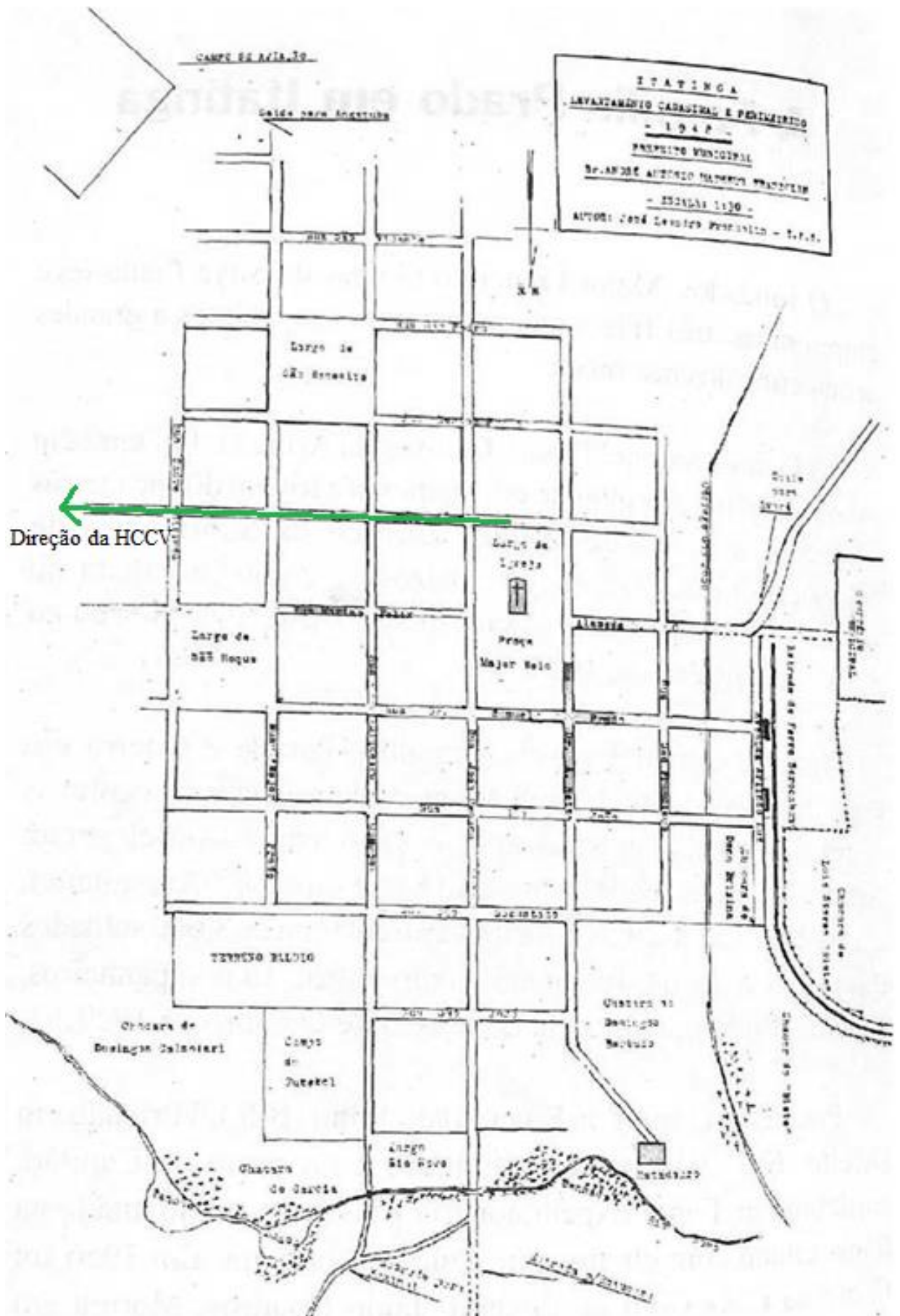


Figura 6. Mapa do espaço urbano e suburbano de Itatinga em 1948.

Fonte: Franzolin, 1999.

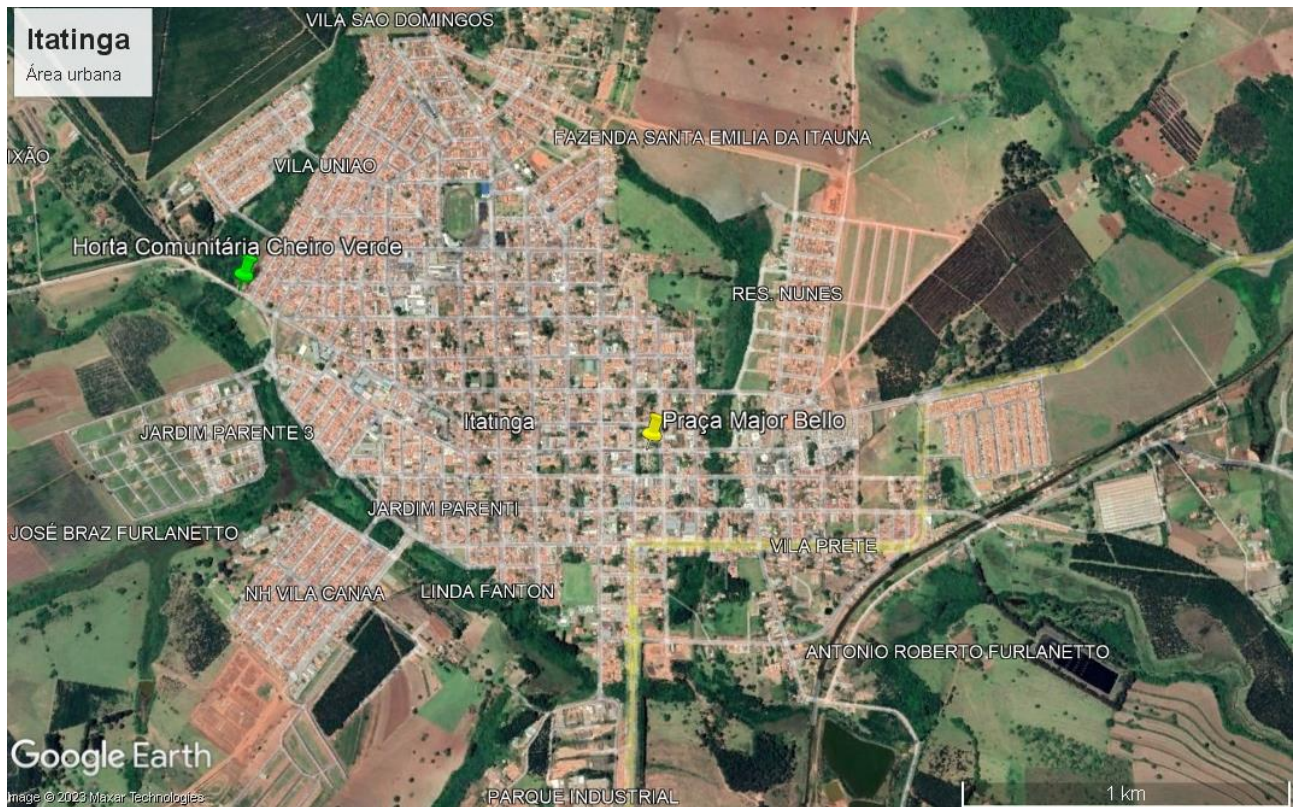


Figura 7. Mapa do espaço urbano e periurbano de Itatinga em 2023.

Fonte: Google Earth e marcações da autora.

No mapa de 1948, tomando como referência a Praça Major Bello, é possível reparar que existem poucas quadras ao redor e as chácaras ainda estavam bem próximas da região central. Atualmente, o perímetro urbano compreende muitas quadras e grandes bairros populares como a Vila Canã, Vila Nova Itatinga e Vila União (alguns desses com unidades do programa Minha Casa Minha Vida). Destaco na imagem a marcação da Horta Comunitária Cheiro Verde e sua distância em relação ao centro da cidade, percebe-se também, que, mesmo estando na região periurbana, muitas construções do tipo moradia estão se instalando no em torno da horta, o que evidencia o crescimento urbano do município.

A comparação temporal demonstra isso. Dados do livro “Presépio da Serra”, de pesquisa efetuada entre 1948 e 1949, complementados com dados do IBGE da época, afirmam que havia 374 casas residenciais em Itatinga (FRANZOLIN, 1999), no censo de 2010 do IBGE, consta 4.733 domicílios em área urbana, um aumento de 1.265%, percentual superior – mais que o dobro, de cidades como São Paulo, a qual contava com 552 mil domicílios em 1950 e em 2010 tinha 3,3 milhões, um aumento de 500% ao longo de 60 anos.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT de 1992, a vegetação natural possui interface entre Cerrado e Mata Atlântica, sendo o cerrado o bioma mais presente na região, é possível visualizar a disposição dos biomas no município na figura 8. A floresta atlântica é classificada como Floresta Estacional Semidecidual. A transição entre cerrado e mata atlântica, possibilita ao município, uma grande variedade de fauna e flora com belezas naturais estonteantes. Atualmente, existe apenas 7,13% de vegetação nativa remanescente em Itatinga, formada por pequenos fragmentos de mata atlântica e cerrado (MAPBIOMAS, 2023).

A região apresenta paisagens fortemente caracterizadas pelo domínio geomorfológico das Cuestas Basálticas. É possível observar a disposição da Cuesta também na figura 9. As cuestas são formações de planalto com uma face com declive abrupto, chamado de front e outra com declive suave, chamada reverso. O basalto é uma

rocha vulcânica e resultado de atividades das placas tectônicas, que, ao solidificar, forma o belíssimo planalto de Itatinga, formado por morros e montanhas (ITAPOTY, 2012).

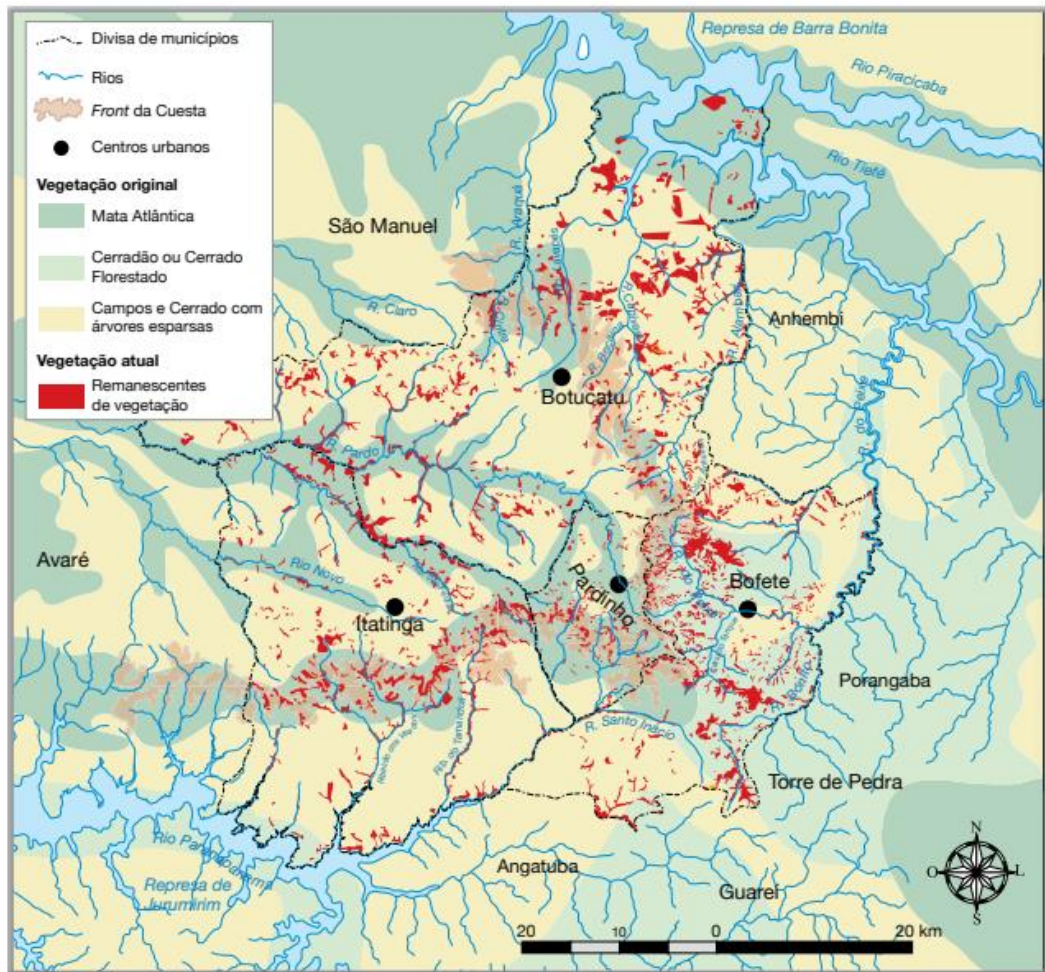


Figura 8. Cobertura vegetal de Itatinga e municípios vizinhos.

Fonte: Itapoty, 2012.

Uma parte considerável do território de Itatinga – mais de 10%, está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) Corumbataí Tejuapé, no Perímetro Botucatu (Figura 9). Itatinga é o município com a maior porcentagem de área da unidade de conservação dentro do seu território. A constituição da APA se deu pela presença de importantes atributos ambientais e paisagísticos constituídos pelas Cuestas Basálticas, pelos remanescentes significativos da flora e fauna nativas, particularmente do cerrado e pela ocorrência de patrimônio arqueológico (ITATINGA, 2019).

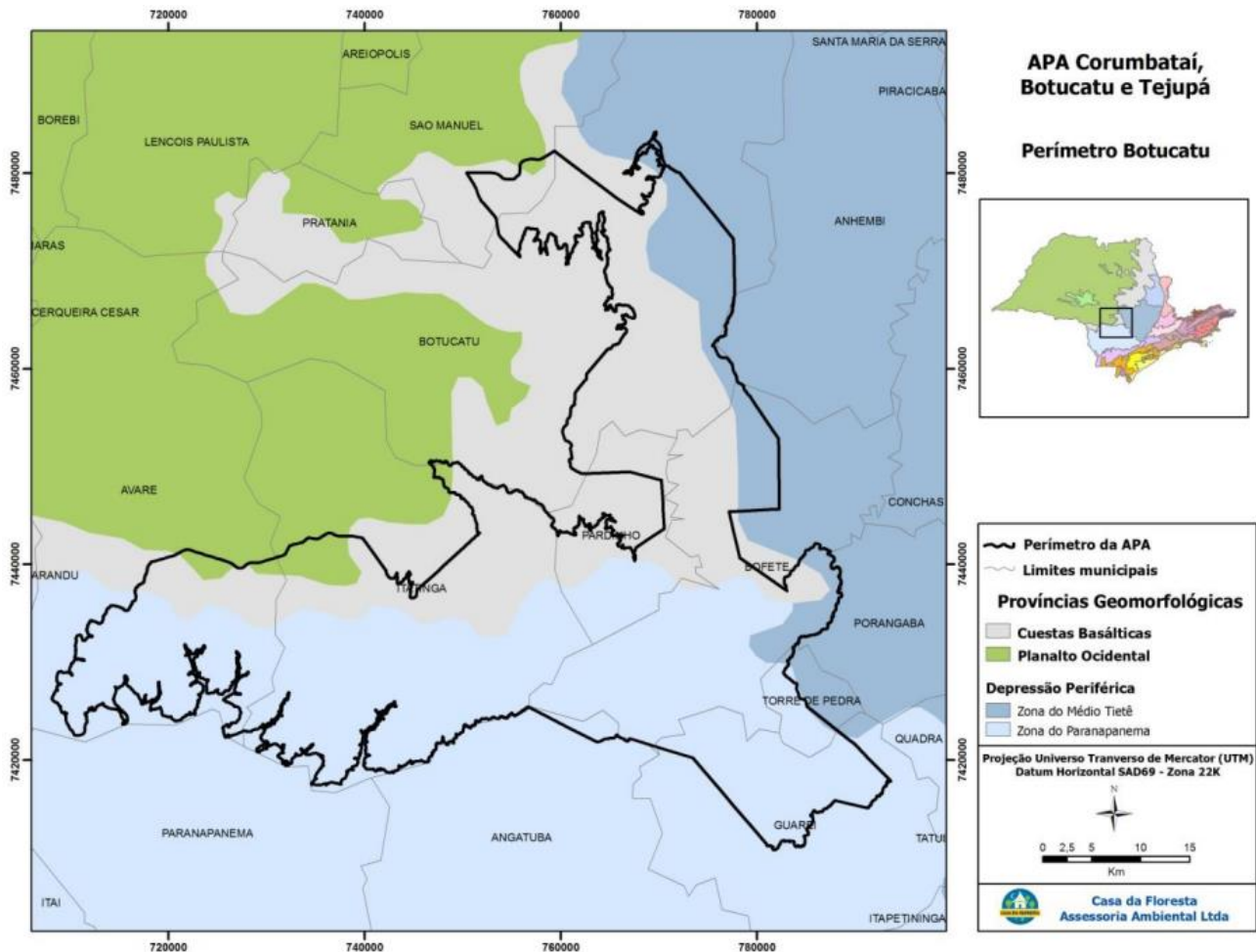


Figura 9. Municípios abrangidos e distribuição territorial da APA.

Fonte: Fundação Florestal do Estado de São Paulo, 2016.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) (2022), Itatinga possui características de clima subtropical úmido, com verões quentes e invernos amenos. Durante o verão, que ocorre entre os meses de dezembro e março, as temperaturas médias variam de 20 a 30 graus Celsius, com máximas podendo chegar a 35 graus Celsius. É comum haver chuvas intensas e frequentes nessa época do ano.

Já no inverno, que ocorre entre os meses de junho e setembro, as temperaturas médias variam de 10 a 20 graus Celsius, com mínimas podendo chegar a 5 graus Celsius. É uma época mais seca, com poucas chuvas e um clima mais ameno. Entre o outono e a primavera, que ocorrem nos meses de abril, maio, outubro e novembro, as temperaturas médias variam entre 15 e 25 graus Celsius, com chuvas menos frequentes do que no verão. É importante ressaltar que as condições climáticas em Itatinga podem ser influenciadas por fatores como a altitude, a proximidade com a costa e a vegetação local. A precipitação média anual é de 1.372 mm (ITATINGA, 2014).

O município conta com os seguintes rios: Rio Novo, Rio das Pedras, Rio Bonito, Rio Tamanduá, Rio Pardo, Rio Santo Inácio, Rio dos Veados, Ribeirão do Meio, Rio Paranapanema e dezenas de rios de pequeno porte (ITATINGA, 2019).

Com relação a produção agrícola, além do eucalipto, ela é impulsionada pela produção de citrus, leite, cana e mel com predomínio de propriedades típicas da agricultura familiar. Os produtores de leite e mel, são, inclusive, grupo majoritário na Associação de Produtores Rurais de Itatinga (ASPRI).

Nos últimos anos, é possível perceber mudanças com relação ao tamanho e quantidade de propriedades, com o aumento dos arrendamentos de parte das terras para o cultivo de eucalipto, cana-de-açúcar e citricultura (PISANI, 2009). Atualmente, as unidades de produção agropecuária com até 100 hectares (o módulo fiscal em Itatinga são 30 hectares), representam 71% dos estabelecimentos, entretanto, ocupa apenas 12% da área, enquanto que, quinze propriedades concentram 35% da área (SÃO PAULO, 2017; BRASIL, 2017). Reflexo de um problema crônico brasileiro de acúmulo de terras por poucos.

Com relação à demanda local de alimentos, dados da pesquisa do colega de laboratório, Bruno Garcia (2022), demonstram que a agricultura familiar de Itatinga tem relevância no suprimento de produtos *in natura* consumidos no município, apesar de muito aquém das suas necessidades. No caso de verduras, 50% são compradas da agricultura familiar de Itatinga. No tocante a legumes e frutas, a participação da agricultura familiar diminuiu significativamente, chegando a 15% e 7,7%, respectivamente.

A população em Itatinga no último censo do IBGE (2022) foi de 21.139 pessoas, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,706 com densidade demográfica de 18,42 hab./km<sup>2</sup>. De acordo com o IBGE (2010), apenas 15,7% da população está ocupada, sendo que os trabalhadores formais recebem em média 2 salários-mínimos por mês e em 31,9% dos domicílios os rendimentos mensais vão até meio salário-mínimo por pessoa.

Sobre a educação, segundo o IBGE (2022), há no município duas escolas com ensino pré-escolar, sendo uma pública municipal e a outra particular. Existem dez escolas com ensino fundamental, sete são públicas e municipais, duas públicas estaduais e uma é particular. As escolas públicas municipais foram responsáveis por 2.156 matrículas, as estaduais por 693 e a escola privada, por 124. A rede pública municipal possui 113 profissionais, a estadual 50 e a rede privada, 18.

O ensino médio é oferecido em duas escolas estaduais, receberam ao todo 621 matrículas e possuem 49 professores. A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais, evidencia que Itatinga tem um percentual maior que os municípios da região e do Estado, sendo de 8,08% (ITATINGA, 2014).

Considera-se que os empregos oferecidos no município são de baixa remuneração (ITATINGA, 2019). Ainda segundo o plano, a agricultura, pecuária e extrativismo, são os maiores geradores de rendas. A silvicultura (extração de madeira e produção de derivados) é a atividade principal do município e maior geradora de empregos. Destacam-se ainda empregos na área de construção civil e no setor industrial, que detém pequenas empresas de bebidas, plásticos, metalurgia e uma gráfica. Um dos problemas para implantação destas indústrias é falta de mão de obra qualificada, pois não há iniciativas para qualificação de mão de obra (ITATINGA, 2019). A proximidade e alta disponibilidade de transporte para Botucatu, faz com que boa parte da população trabalhe e/ou estude na cidade vizinha.

A questão do lixo em Itatinga é um problema com muitas interfaces. O aterro municipal foi definitivamente interditado em 2011 após diversas multas (VIEIRA, 2011) e, desde então, os resíduos do município são transportados e depositados no aterro sanitário de Botucatu, com custo de destinação, em 2014, de R\$ 89,30 por tonelada. Outro problema diz respeito a coleta seletiva, que nunca ocorreu e a presença cada vez maior de “catadores de lixo” que não têm espaço nem segurança adequada para selecionar os resíduos e destiná-los de maneira eficiente (ITATINGA, 2014). Uma pesquisa feita pela prefeitura relevou que, em 2013, 65% dos resíduos produzidos pelos habitantes era de matéria orgânica, facilmente decomposto caso seja feita a compostagem corretamente. Caso houvesse a separação de resíduos e compostagem da matéria orgânica, o custo do município reduziria consideravelmente com a destinação para Botucatu.

Com relação ao turismo, Itatinga propicia a prática do ecoturismo (com muitas fazendas abertas à visitação) e esportes de aventura como: trekking, cross, mountain bike, escalada, rapel, entre outros. Além disso, possui recursos naturais e culturais, como as cachoeiras (Figura 10), trilhas em matas nativas, fazendas históricas, pesqueiros, a estação experimental de ciências florestais, o recanto dos cambarás, a Abadia Nossa Senhora da Assunção Hardenhausen e a Igreja Matriz de São João Batista construída no estilo neobarroco em 1889 (ITATINGA, 2019).



Figura 10. Cachoeira Salto do Lobo, no Distrito do Lobo

Fonte: Guia do Turismo Brasil, 2023.

Sobre as minhas próprias impressões com relação a cidade, destaco o intenso frio que passei e as belezas naturais de tirar o folego, como árvores frondosas e aves exuberantes, inclusive, com a presença constante de tucanos. As ruas são largas e limpas, o trânsito é tranquilo e bem sinalizado. A cidade tem ruas com pouca arborização, mas muitos espaços verdes por causa dos vazios urbanos (terrenos sem construções, mas com árvores ou horta) e quintais frondosos nas frentes das casas.

Cidade onde o céu sempre acha sua cabeça, seja com o sol quente ou frio cinza, por causa da ausência de prédios. Pessoas sempre simpáticas e atentas, conectadas com o presente, da forma que somente uma boa, pacata e pequena cidade interiorana permite. O ar é gostoso de respirar e normalmente bebia água direto da torneira. Itatinga é daquelas cidades que facilmente se anda toda a pé. Gostava de caminhar pelas ruas e nunca me perder, graças a arquitetura da cidade que a faz ser como um tabuleiro de xadrez (Figura 11). Costumava dizer que “todos os caminhos levam até a praça municipal”.



Figura 11. Destaque das ruas divididas em quadras.

Fonte: Google Earth e autora.

De acordo com o próprio plano diretor de turismo (2019) sobre o povo, trata-se de uma comunidade contemplativa, a qual está constantemente apreciando a vida e observando os acontecimentos. Para mim, destaca-se a falta de pessoas pretas. Isso deve-se a formação étnica da cidade, com maior presença de brancos – mais de 70% da população, seguida de pardos e por último negro (IBGE, 2022), como é possível ver na tabela 2, a qual está dividida entre população urbana e rural. Os dados estão desatualizados pois são referentes ao Censo do IBGE de 2010.

**Tabela 2.** Características étnico-raciais

Etnia/Cor	Urbano	Rural	Total	Porcentagem
Branca	11.705	1.403	13.108	72,61
Parda	3.870	369	4.239	23,48
Preta	582	48	630	3,49
Amarela	54	5	59	0,33
Indígena	12	4	16	0,09
Total	16.223	1.829	18.052	100

Fonte: IBGE 2010 e autora.

Mesmo com as diferenças quando comparada as minhas cidades referências, sou grata por ter conhecido e desenvolvido a pesquisa em um lugar com belezas naturais esplêndidas e que, apesar de ter sido palco de dores e mortes no passado, avança na construção de uma cidade com maiores compromissos ambientais e sociais.

Isso é demonstrado com o avanço na elaboração de políticas públicas como por exemplo: o programa “Frente de Trabalho” que emprega 120 pessoas em situação de desemprego e vulnerabilidade social em vagas temporárias em serviços de limpeza urbana, manutenção de praças e jardins, conservação de estradas rurais, entre outras atividades de interesse público. Os participantes recebem capacitação profissional em áreas como construção civil, jardinagem, pintura, entre outras.

Além da “Frente de Trabalho”, há também programas de estímulo a esporte, cultura e turismo, e recentemente, em 2022, houve o plantio de outra horta urbana no centro de vivência do idoso. Outras atividades pontuais como palestras com o tema violência contra as mulheres com participação das mulheres que estão inseridas



na frente de trabalho e na horta comunitária já ocorreram e fazem parte da gama de atividades que a prefeitura promove regularmente.

É possível notar uma sensibilidade socioambiental por parte dos munícipes. Em 1999, em declaração oficial, o prefeito Antonio Carlos Almeida, cita a necessidade de diversificação das atividades econômicas e exemplifica com a reciclagem, tratamento e compostagem do lixo; ainda não alcançados. Além dele, o prefeito Aristeu Pedroso, foi citado incontáveis vezes pelos entrevistados por seu sonho em transformar o espaço da horta em uma área capaz de produzir toda a merenda das escolas municipais. Foi dele a ideia e iniciativa de produzir, com mão-de-obra feminina, hortaliças no terreno da prefeitura.

É importante destacar ainda, o papel que o técnico da prefeitura, que atuou com a horta afim de transformá-la em um espaço de produção orgânica e com princípios agroecológicos, teve na manutenção e sustentabilidade desse território até os dias atuais. Essas percepções, talvez estimuladas pelas belezas naturais da cidade, foram e são essenciais para promover mudanças no território.

### **2.1.2. Horta Comunitária Cheiro Verde**

A área específica da pesquisa é a Horta Comunitária Cheiro Verde (HCCV). Os dados aqui apresentados, além das fontes mencionadas para o subtópico de Itatinga, contam ainda com observações do diário de bordo, informações das entrevistas semiestruturadas, de conversas informais com sujeitos relevantes para a pesquisa e relativos ao perfil das agricultoras traçado através de perguntas das entrevistas semiestruturadas.

A horta é uma área situada na região periurbana de Itatinga, com coordenadas 23°06'34.1"S e 48°36'17.7"O. Em uma pesquisa de extensão realizada por pesquisadores da UNESP em 2012, estimou-se que a área de produção era de 5.000 m<sup>2</sup>, esse número possivelmente está desatualizado, pois, constantemente, novas leiras ou canteiros são iniciados ou desativados dependendo de fatores como a disposição de mão-de-obra, mudas e equipamento; ou se aquela área está sendo explorada a muitos ciclos de colheita. Ainda segundo esse trabalho, a produção mensal era de seis mil quilos de olerícolas produzidas de forma orgânica, segundo as normas da IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movements) (VIELTES et al., 2012).

A horta existe há mais de 30 anos, entretanto, não há registros oficiais que mapeiem seu surgimento e avanços ao longo do tempo. Através de conversas informais com as agricultoras e outros sujeitos relevantes, e de uma profunda pesquisa para obtenção de dados secundário, consegui mapear alguns acontecimentos e episódios que ocorreram no território da horta, e apresento-os aqui e no próximo tópico por meio de uma linha do tempo. A construção da cronologia e recuperação dos acontecimentos decorrentes na horta, desde sua fundação até os dias atuais, só foi possível a partir de uma reconstrução de trajetórias que preza pela valorização da oralidade e resgate de memórias.

Lucília de Almeida Neves Delgado, no livro "História Oral: memória, tempo, identidade" (2006), argumenta que a história oral pode ser uma ferramenta poderosa para recuperar histórias e experiências que não foram registradas em documentos escritos. Ela destaca que a história oral permite a inclusão de múltiplas perspectivas e vozes na narrativa histórica, desafiando a visão hegemônica e homogênea da história, sendo uma maneira de resgatar a memória de grupos marginalizados e invisibilizados na história oficial.

O contexto social, cultural e político deve ser levado em conta nas entrevistas e conversas, a fim de compreender as nuances e as complexidades das histórias narradas, sendo um processo colaborativo, no qual a

entrevistadora e a entrevistada estão envolvidas em uma troca mútua de conhecimentos e experiências (DELGADO, 2006).

Vale pontuar o fato de que o terreno da horta foi, inicialmente, o reservatório e a bomba de água da cidade, na qual era coletada água do Córrego do Toledo, que fica dentro do terreno da horta, para abastecer a cidade de Itatinga (Figura 12).



Figura 12. Itatinguenses na inauguração do reservatório.

Fonte: Franzolin, 1999.

A vazão do Córrego do Toledo, que deságua no Rio Novo, afluente do Rio Pardo, era suficiente para abastecer Itatinga. Em imagens de satélite antigas, é possível ver em quais ponto do córrego foram feitos os desvios, as antigas estruturas, e onde a água era acumulada. A área alagada (polígono azul claro) foi resultado de um processo de assoreamento e desvios do córrego para fazer um uso produtivo, também com plantio de hortaliças, mas por parte do caseiro do terreno, que produzia para consumo da família. Existem marcações na Figura 13, para facilitar visualização.

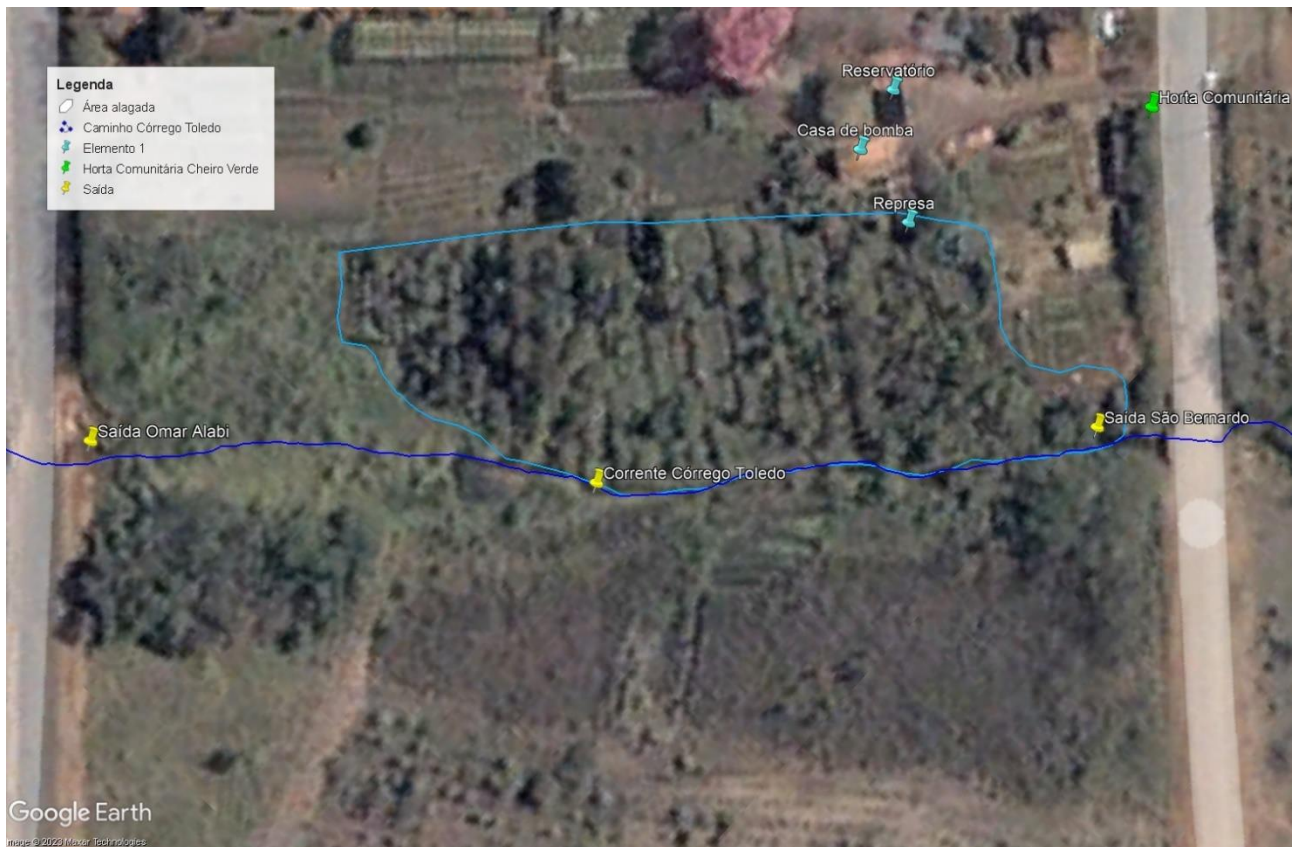


Figura 13. Imagem de satélite Horta Comunitária Cheiro Verde em 2006, marcações da autora.

Fonte: Google Earth e autora.

Nas fotos abaixo, é possível ver como está atualmente o Córrego do Toledo, nos pontos marcados na figura acima (Saída Omar Alabi, Corrente Córrego do Toledo e Saída São Bernardo):



Figura 14. Córrego do Toledo na saída para rua São Bernardo.

Fonte: autora.



Figura 15. Corrente do Córrego do Toledo.

Fonte: autora.



Figura 16. Córrego do Toledo na saída Omar Alabi.

Fonte: autora.

Após a desativação como bomba da cidade, em 1980, o território passou por diversas transformações. O prefeito da época convidou um funcionário aposentado da prefeitura para morar em uma casa no terreno da horta e ser caseiro do espaço; e, concomitantemente, iniciou o movimento de, através do direcionamento pelas assistentes sociais, ocupar mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica no plantio de hortaliças.

Elas eram encaminhadas pelas assistentes sociais, mas, até aquele momento, não havia alguém para fazer a supervisão ou orientá-las, ou uma identidade e senso de projeto coletivo e comunitário. As escolhas e conhecimentos adotados relacionados a plantio eram provenientes de algumas delas que tinham experiência por terem vivido na zona rural. Esse cenário gerava constantes desentendimentos entre elas, muitas vezes ocasionados pelas comparações de quem se dedicava mais ou menos no trabalho. A consequência desses atritos, além do desconforto social, era a perda de produtividade, afinal, para a planta, era indiferente quem tinha feito a última rega, mas ela precisava ser feita.

Existiam, duas áreas distintas de produção. Uma, na parte superior esquerda do terreno, na qual apenas mulheres trabalhavam na produção de hortaliças para consumo próprio e venda nas ruas. O trajeto percorrido com carrinhos de mão para a venda era nas ruas próximas a horta e o lucro era dividido entre elas. Nessa época, elas plantavam poucas variedades e as mesmas culturas nas mesmas áreas, sem intervalo ou rotação de cultivo.

A outra parte produtiva ficava na margem direita do Córrego do Toledo, onde o caseiro do terreno plantava hortaliças sem fins comerciais, apenas para consumo familiar. Segundo o caseiro, entre 1980 e 2002, ele realizou, repetidas vezes, o procedimento de desviar o curso do Córrego do Toledo e assorear as partes desejadas

para plantio com esterco e compactação do solo com passada de bois. Nessa área usada pelo caseiro havia uma nascente, que, segundo os sujeitos relevantes para essa pesquisa, encontrava-se praticamente morta.

Até aquele momento, em ambas as áreas de produção, por falta de apoio técnico, conhecimento e normalização dessa prática, utiliza-se intensamente agrotóxicos e pesticidas nos plantios, o que acarretou em uma diminuição da produtividade e salinização do solo. A produção não era suficiente para as mulheres realizarem as vendas e terem bons lucros e tampouco seria para realizar o sonho do antigo prefeito de alimentar as crianças na merenda escolar com a produção da horta.

Com o aumento da degradação da qualidade do solo, a prefeitura contratou um técnico agrícola para se dedicar exclusivamente a horta, e, caso ele não fosse capaz de recuperar e reverter aquela situação, a horta seria fechada, pois não gerava mais lucros e trazia custos, não benefícios.

A contratação de um profissional, em 2002, para se dedicar exclusivamente a horta, mudou drasticamente a realidade do território.

Com a experiência vivenciada no baixo sul da Bahia, (por uma grata e surpreendente coincidência do destino, o técnico é meu conterrâneo) com as perdas de cacau pela vassoura de bruxa, o profissional estava convencido que a agricultura tradicional não seria suficiente para lidar com as novas ameaças no campo – novas doenças e fungos, insetos mais resistentes, mudanças climáticas; e, ao ser contratado pela Prefeitura de Itatinga para atuar com técnico agrícola na horta comunitária, começou a pôr em prática tudo que havia aprendido sobre a agricultura orgânica.

Inicialmente, o solo ficou sem uso produtivo e houve o plantio de espécies para adubação verde. Após esse período, através do acompanhamento integral e exclusivo do técnico, as agricultoras foram orientadas com relação a rotação de cultura e como manejar os canteiros de forma que sempre houvesse produção. A adubação era totalmente orgânica e as práticas convencionais adotadas foram substituídas por práticas de manejo sustentável. Essas transformações refletiram em um aumento de três vezes da produção anterior.

Além de mudanças com relação ao sistema de plantio, mudanças relacionais ocorreram entre as agricultoras e o território. Coletivamente elas decidiram um nome e o técnico fez a elaboração oficial de um projeto para a então, Horta Comunitária Cheiro Verde. A dinâmica entre elas também melhorou e a produção alcançou níveis suficiente para, não só abastecer as escolas para a merenda, como também a delegacia e o hospital da cidade.

Existia também a doação de uma cesta de alimentos orgânicos para os pacientes de câncer do município. Essa iniciativa se deu quando o antigo prefeito, que idealizou a horta, foi diagnosticado com câncer. Em gratidão, as agricultoras preparavam uma cesta e levava para ele. A ação foi tão bem recebida que se expandiu para todos os pacientes de câncer terminal do município e tornou-se, posteriormente, a contra partida da horta ao fundo social do município.

A venda na rua estava sendo lucrativa e elas iniciaram a venda também no espaço da horta, o que gerou visitas frequentes de moradores, que levavam a família e crianças para conhecerem o território, as agricultoras e poderem ter contato com a natureza enquanto compravam seus alimentos.

Outra transformação no território relaciona-se ao uso alternativo das antigas estruturas de abastecimento, como por exemplo, a casa de bomba, que atualmente é um galpão para guardar ferramentas e os carrinhos de mão, ou ainda, o antigo reservatório de água, que se tornou uma enorme “composteira”, que não é manejada e não cumpre as técnicas necessárias para a decomposição correta dos resíduos orgânicos, como é possível visualizar na Figura 17.



Figura 17. Antigo reservatório transformado em composteira.

Fonte: autora.

Além dessas áreas produtivas, o terreno da horta abrange uma Área de Proteção Permanente – APP, que estava em um processo agudo de degradação, com áreas de solo exposto e assoreamento do Córrego do Toledo, como é possível ver na Figura 18.



Figura 18. Área da APP com degradação acentuada em 2006.

Fonte: Google Earth e autora.

Na imagem acima, é possível notar pequenas mudas florestais crescendo na margem do Córrego do Toledo. O plantio dessas mudas foi realizado por um projeto que ocorreu em 2003 (três anos antes da imagem acima) e foi coordenado pelo técnico agrícola em parceria com os professores das escolas do município (públicas e privadas).

Tratava-se de uma proposta para recuperação de nascentes com restauração da mata ciliar e envolvia outros locais de Itatinga (propriedades particulares ou de posse da prefeitura) além da horta, que foi considerada área piloto do projeto. Documentos da época registram que a área piloto destinada para o projeto na horta correspondia a 10.000 m<sup>2</sup>. O plantio para restauração da área foi feito com o propósito de recompor a mata ciliar da APP. O terreno da horta enquadra-se como uma unidade de conservação (UC) do tipo APP, pois engloba faixas marginais de um curso d'água natural perene e intermitente, sendo o Córrego do Toledo, que tem no máximo 1 quilometro de comprimento e 5 metros de largura. Seu curso deságua no Rio Novo.

Como a área de produção do caseiro estava na margem do Córrego do Toledo, houve a incorporação gradual dela, com participação ativa e consciente do caseiro, na mata ciliar que estava sendo restaurada. Além de toda a margem do córrego, o plantio das árvores ocorreu também nos trechos entre as áreas alagadas, usadas anteriormente para produção. Atualmente, boa parte das árvores da área total são resultado do processo natural de regeneração espontânea.

É possível perceber na Figura 19 que na área anteriormente alagada o plantio foi realizado em pequenos espaços de terra, com o consórcio temporário de árvores nativas, cultivos de ciclo curto e hortaliças. Isso se deu para que fosse possível ao caseiro produzir enquanto as árvores ainda não cresciam o suficiente para sombrear a área e, dessa forma, haver tempo hábil para que ele iniciasse uma nova produção em área mais apropriada. A produção dele também era assessorada pelo técnico, que o ensinou sobre agricultura orgânica e ajudava-o no manejo.





Figura 19. Imagem da recuperação da APP, com consórcio de hortaliças e pequenas árvores.  
Fonte: Arquivo Itatinga.

Segundo dados secundários, o projeto de recuperação de nascentes e plantio de mata ciliar baseou-se em práticas de agroecologia, no sistema orgânico e realizou educação ambiental com as agricultoras, escolas, comunidades envolvidas, e produtores rurais. É possível ver as crianças no Córrego do Toledo na Figura 20.



Figura 20. Crianças em visita na APP na margem do Córrego do Toledo em 2003.  
Fonte: Arquivo Itatinga.

O projeto envolvia alunos da pré-escola, ensino fundamental, médio e superior, e o plantio foi de mudas espécies nativas (doadas pela prefeitura) da mata atlântica e cerrado, biomas da cidade. As crianças que fossem plantar as mudas recebiam a certidão de nascimento da árvore que plantou e o sobrenome da criança era incorporado ao nome da árvore. Para a manutenção e manejos posteriores das árvores, as mulheres agricultoras

participaram ativamente, não somente nos plantios que ocorreram na horta, mas em outras áreas que o projeto alcançou.

Segundo entrevista com o antigo técnico da prefeitura, esse projeto chamou atenção da comitiva de japoneses que participariam da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 e foi apresentado por eles durante o evento. Por causa do projeto, o técnico fez uma viagem ao Japão em 2014 para compartilhar a experiência, em especial sobre o manejo dos recursos hídricos. Infelizmente, apesar da profunda e demorada busca por mais informações relacionadas a isso na internet e com a prefeitura, não consegui encontrar outras evidências, para além dos relatos dos sujeitos relevantes para esta pesquisa.

Lamentavelmente não existem registros oficiais sobre esses movimentos históricos que ocorreram na horta e que refletem a sustentabilidade e resiliência desse território. É possível que esta pesquisa seja a primeira a compilar os acontecimentos que ocorreram na horta. A importância de se estruturar os marcos históricos de um território é de grande relevância quando se considera a identidade cultural como uma das bases de estratégias de desenvolvimento.

Os marcos históricos de um território referem-se a eventos, locais, construções e elementos que têm significado e estejam enraizados na história do local. Ao estruturar e valorizar esses marcos históricos, é possível preservar a memória e a identidade cultural de uma comunidade, proporcionando um senso de pertencimento e continuidade; além de promover o respeito às tradições, a valorização da diversidade cultural e a preservação do patrimônio cultural. (FLORES, 2006).

Para Milton Santos (2000), o território não é apenas um espaço físico, mas também um espaço social, político, econômico e cultural, onde as relações humanas são estabelecidas. Ele destaca a importância das relações sociais, das práticas cotidianas e da identidade cultural na construção do território, e enfatiza que a valorização dos aspectos culturais e históricos é essencial para compreender a complexidade e diversidade dos territórios; além de permitir um planejamento territorial integrado, que considere a complexidade das dimensões experienciadas no local.

Para o autor, é necessário a valorização do papel dos atores locais na construção do território. Ao envolver a comunidade local na identificação, preservação e promoção dos marcos históricos, é possível promover a participação cidadã, o empoderamento da comunidade e a construção de um desenvolvimento mais inclusivo, participativo e culturalmente enraizado, evitando a descaracterização e degradação desses locais (SANTOS, 2000).

Com o projeto de restauração da nascente do Córrego do Toledo e ativo trabalho do técnico, surgiu, em caráter oficial, o Projeto Cheiro Verde, ideia de uma Horta Comunitária na parte mais alta do terreno, visando um uso mais equilibrado e sustentável da área de APP, com inclusão da participação da comunidade. Pode-se afirmar, portanto, que a Horta Comunitária Cheiro Verde foi um fruto das árvores plantadas para a regeneração da mata ciliar do Córrego do Toledo.

Ainda é possível encontrar na horta placas que foram instaladas no período do projeto de plantio de mudas das escolas, como a da Figura 21, localizada na saída do Córrego do Toledo da rua Omar Alabi, que diz: “Não existe inseto praga, mas sim inseto com fome. Porque não deixar o mato crescer se ele não prejudica a plantação? Não existe planta doente, mas sim ambiente desequilibrado. Através da agricultura orgânica pode-se conservar a água do planeta. Agricultura orgânica: saída para a agricultura familiar.”



Figura 21. Montagem com posição da placa e detalhe da frase.

Fonte: autora.

Ou ainda, uma outra com os dizeres “Na natureza nada se cria nada se perde tudo se transforma 5° E” (Figura 22). Que, seguindo a própria frase, transformou-se em resíduo na margem do Córrego do Toledo.



Figura 22. Placa na margem do Córrego do Toledo.

Fonte: autora.

No cotidiano, o impacto da restauração da APP era sentido com a presença de muitos animais silvestres, especialmente aves, com a visita diária de um casal de tucanos. Esse projeto e a regeneração natural das espécies, possibilitou o crescimento de um fragmento florestal no terreno da horta, como é visto na Figura 23, de 2022.



Figura 23. Área da APP com mata ciliar recomposta em 2022.

Fonte: Google Earth e autora.

Através da medição por imagens de satélite, acredita-se que o território total da área (quadrado verde maior) é aproximadamente de 28.000 m<sup>2</sup>. A área de produção (quadrado verde menor) de aproximadamente 3.000 m<sup>2</sup> e a área do fragmento florestal (quadrado vermelho) de aproximadamente 21.000 m<sup>2</sup>.

O plantio das mudas e recuperação da mata ciliar do Córrego do Toledo transformou a horta em um grande espaço verde na zona periurbana de Itatinga. A presença da biodiversidade de árvores favorece a regulação térmica do ambiente, onde percebe-se um microclima diferente assim que se passa do portão. Estar inserida em uma APP torna a horta singular em alguns sentidos, como a paisagem, composta por árvores de diferentes tamanhos e estratos florestais; ou ainda, com relação a água que irriga a produção de hortaliças, que vem do próprio Córrego do Toledo por meio de bombas.

A recuperação da APP foi o primeiro passo no processo de transição para um sistema agroecológico na horta. Os benefícios da proximidade com um fragmento florestal para a produção de hortaliças, se dão, pois, os processos naturais de polinização, controle de pragas e doenças e a própria qualidade do solo se autorregulam por meio dos serviços de suporte da floresta (BORMA, 2022).

Após a saída do técnico da prefeitura, a horta passou por diferentes processos de adaptação e ajustes. É interessante destacar que, apesar de não ter sido um cargo concursado, a atuação do técnico e as melhorias

promovidas no território foram acolhidas pela população a ponto de o técnico ter sido mantido pela prefeitura mesmo com as trocas de prefeito. Sua saída se deu por aprovação em concurso em outro município. Infelizmente, o profissional não foi substituído, o que gera reclamações das agricultoras até os dias atuais.

O que se deu no decorrer dos anos após a saída do técnico é descrito na linha do tempo, entretanto, vale o destaque de que, em 2018, a HCCV tornou-se uma política pública municipal. O projeto de lei que instituiu a horta como uma política pública de caráter assistencial foi sancionado em novembro de 2018 pela Lei nº 2.148, que se encontra no Anexo B.

A política pública da horta determina que ela é “de caráter assistencial, a ser coordenado pela Diretoria Municipal de Assistência Social, visando proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda para até 30 (trinta) trabalhadores, integrantes de parte da população desempregada ou em estado de vulnerabilidade, residente no município” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA, 2018). O programa é coordenado em parceria pela Diretoria Municipal de Assistência Social e a Diretoria de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Agropecuária.

Entre os aspectos apresentados na lei, destaca-se, o artigo 3º, que trata das condições para o alistamento no programa, com os seguintes requisitos:

“I - Situação de desemprego igual ou superior a 6 (seis) meses, desde que não seja beneficiário de seguro-desemprego ou outro benefício de caráter previdenciário;

II - Residência, no mínimo, pelo período de 6 (seis) meses, em local próximo ao da colaboração prevista no artigo 4º;

III - Apenas 1 (um) beneficiário por núcleo familiar;

IV - Estar a família em condições de penúria que ameace a sua subsistência, de acordo com laudo técnico a ser realizado pelo setor competente;

V - Inscrição no Cadastro Único.

Parágrafo único. No caso de o número de alistamentos superar o de vagas, a preferência para participação no programa será definida mediante aplicação, pela ordem, dos seguintes critérios:

1. maiores encargos familiares;
2. mulheres arrimo de família;
3. maior tempo de desemprego.” (ITATINGA, 2018)

A lei ainda determina que a participação na horta é de seis meses, prorrogáveis em até 6. Informalmente, isso não ocorre. Apesar de muitas mulheres participarem em períodos diferentes e com intervalo, pedindo desligamento do programa durante gravidez ou momentos nos quais as demandas familiares não permitem que elas dividam seu tempo; todas que estavam participando do programa durante a pesquisa (11 agricultoras) estavam na horta há mais de 6 meses e a maioria delas – 72% participava a pelo menos 1 ano. Cinco delas participavam há mais de 7 anos (antes mesmo de ser instituída como lei) e duas destas há mais de 17 anos.

A participação é cíclica e em alguns momentos conta com mais ou menos agricultoras, mas, de acordo com conversas e entrevistas, nunca chegaram a 30 participantes. Apesar de não restringir a participação para mulheres, na prática, segundo os gestores, as mulheres são as mais interessadas, e, segundo a diretora de assistência social, os homens costumam preferir trabalhos mais braçais e, àqueles que já tentaram, não se adaptaram ao trabalho da HCCV.

Por prever, como um dos critérios dentro da lei, os maiores encargos de família, durante a pesquisa, a maioria das mulheres participantes da horta – 81%, são mães. Entre estas, todas tem no mínimo 2 filhos, sendo o

máximo de 6. Além dos filhos, muitas delas cuidam dos idosos da família, como pais e/ou sogros. A lei ainda diz que a idade máxima de participação é de 59 anos, entretanto, uma das agricultoras já estava com 78 anos e ativa na horta.

É necessário destacar que Itatinga ainda não dispõe de uma política municipal que compreenda a agricultura urbana e periurbana em sua totalidade, embora existam alguns avanços em termos de políticas públicas que se relacionam com o meio ambiente, com a elaboração do:

- “Plano Municipal de arborização urbana e áreas verdes, e normas de proteção e conservação da flora no perímetro urbano de Itatinga”, instituído através da Lei Municipal nº 2011 de outubro de 2015;
- “Plano Municipal Integrado de Saneamento básico” de 2020;
- “Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos” de 2014;
- “Plano Diretor de Turismo de 2019/2022”
- “Plano Municipal de Saúde 2022/2025”

Além desses, em 2022 foi aberta consulta pública para abertura do Plano Plurianual de Itatinga, o principal instrumento de planejamento em médio prazo, que consta no artigo 165 da Constituição Federal. O de Itatinga, será para o quadriênio de 2022 a 2025 (ITATINGA, 2023). Ademais, como as estimativas do censo do IBGE apontam que Itatinga deve ter superado os 20 mil habitantes em 2023, espera-se que o Plano Diretor Municipal seja elaborado.

Sobre os gastos públicos com a horta, tentei acessar os dados através do portal da transparência do município (sugerido por um funcionário do departamento financeiro após visita presencial), mas as despesas não são discriminadas, o que impediu o acesso aos valores gastos exclusivamente com a horta.

A prefeitura disponibiliza, além do terreno, as mudas, equipamento e esterco para o plantio na horta. Durante o período de realização da pesquisa, houve investimento em infraestrutura com a construção de uma cozinha com banheiro (chamada carinhosamente por todas de “casinha”), no final de 2022 (Figura 24), para que as mulheres pudessem preparar um café e beber água.



Figura 24. Gestores e agricultoras no encerramento do ano de 2022, em frente a “casinha”

Fonte: Arquivo Itatinga, 2022

Nas minhas primeiras visitas, todas tinham que levar a garrafa de água de casa, pois existia apenas uma salinha para guardar os regadores e um pequeno e simples banheiro (Figura 25), os outros equipamentos ficavam no galpão que antes funcionava a casa de máquinas da rede de abastecimento de água.



Figura 25. Antiga estrutura para guardar equipamentos.

Fonte: autora.

Além da casinha, em termos de estrutura, existe uma mesa no centro do terreno, em baixo de uma amoreira, onde tomávamos café, separávamos e limpávamos as verduras e cheiros verde (Figura 26). Nos galhos da amoreira ficavam penduradas as mochilas de todas.



Figura 26. Separação e limpeza das hortaliças.

Fonte: autora.

No terreno da horta existe ainda a estrutura do que um dia foram as estufas/viveiros. Como é possível comparar em imagem de 2005 e mais atual, de 2021, na Figura 27.



Figura 27. Estufas da horta em 2005 e destroços em 2021.

Fonte: Prefeitura Municipal de Itatinga e autora, 2021.

O viveiro era particular de um produtor que foi autorizado pela prefeitura a produzir no terreno. Não consegui mais informações referentes a tempo de permanência ou tipo de produção que ocorria no viveiro. Já as estufas, eram das agricultoras, mas após um temporal que arrancou as telas da estrutura, decidiu-se por abandonar a produção nelas e incorporar o espaço a área produtiva.

Caso as agricultoras tivessem viveiros, seria possível que a própria horta produzisse as mudas que plantam, além de produzir para outros fins na cidade, como para outras hortas urbanas ou para a arborização



municipal. A possibilidade de plantio de parte da produção em estufa garantiria maior segurança de renda, pois as perdas decorrentes de fatores climáticos ou ataque de insetos são quase nulas em ambientes controlados como estufas. Já ocorreram geadas em Itatinga e, em uma delas, em 2021, toda a produção das agricultoras foi perdida, deixando-as sem renda naquele mês, para além do valor da cesta básica pago pela prefeitura.

No terreno há ainda a casa do casal de caseiros. O casal tem gatos, um cachorro, algumas galinhas e um quintal com produção de hortaliças para consumo de ambos. Conversas informais com o casal fazem parte dos dados secundários da pesquisa.

Na minha primeira visita após o contato inicial, cheguei na horta antes das 7h e as agricultoras estavam separando tomates vindos da fazenda Santa Terezinha, também de produção orgânica. Os frutos que não passam no critério da fazenda são encaminhados para a horta e as agricultoras fazem a separação daqueles que estão em condições minimamente aceitáveis e os embalam, para que possam compor a cesta do fundo social, que vai ser direcionada aos pacientes com câncer terminal de Itatinga.

São 30 cestas com hortaliças da horta, tomates da fazenda Santa Terezinha e frutas compradas pela prefeitura. Semanalmente, um carro da prefeitura passa para coletar os produtos separados e embalados pelas agricultoras (Figura 28) e os levam para montar as cestas em outro lugar. Elas fazem parte da contrapartida, prevista na lei, da horta para o Programa para o Fundo Social de Solidariedade.



Figura 28. Kits separados para montagem das cestas.

Fonte: autora.

As agricultoras, com exceção da líder, são divididas em grupos de trabalho, no qual cada grupo trabalha duas manhãs na semana. O grupo dos dias é ainda subdividido em dois grupos, um que fará as vendas na rua e outro que ficará para manutenção da horta. É possível entender o esquema através da Figura 29.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA**  
- ESTADO DE SÃO PAULO -  
Rua Nove de Julho n.º 304 - Centro - CEP. 18690-000  
CNPJ n.º 4534417/0001-43  
E-MAIL: SECRETARIA@PM.ITATINGA.SP.GOV.BR  
SITE: WWW.ITATINGA.SP.GOV.BR  
Diretoria Municipal de Assistência Social

**Relação das Equipes Maio-2022**

<u>DIA</u>	<u>GRUPO 1</u>	<u>GRUPO 2</u>
<u>Segunda-feira</u>	1- Lucilene Marcolino 2- Nair	1- Sandra Rosa 2- Gislaine Gouvea
<u>Terça-feira</u>		
<u>Quarta-feira</u>	1- Michele 2- Andrea	1- Francisca 2- Kátia Daniele
<u>Quinta-feira</u>		
<u>Sexta-feira</u>	1- Sandra Romão 2- Tamires	1- Luiza 2- Aline Silvestre
<u>Sábado</u>		

Maria José todos os dias.

*\*OBS: 4 carrinhos nas Ruas para realizar as vendas (2 de cada Equipe). As demais realizam as atividades da Horta, lembrando que quem ficar na Horta deve se dedicar para atender as equipes que realizam as vendas.*

03 Faltas sem justificativa, não será repassado o montante das vendas.

Figura 29. Esquema da relação das equipes de maio de 2022.

Fonte: Diretoria Municipal de Assistência Social, 2022.

A divisão entre quem fica e quem sai para vender é definida de acordo com fatores como: facilidade ou dificuldade da mulher para lidar com dinheiro e troco, vergonha ou desinibição de vender na rua, constrangimento ou facilidade em se relacionar com os clientes, disposição física e a própria vontade da agricultora.

A dinâmica de trabalho das agricultoras consiste, normalmente, em:

- Chegar por volta de 6h30min da manhã;
- Ligar a bomba d'água e esperar as caixas d'água começarem a encher;
- Fazer a primeira rega (manual com regadores);
- Começar os trabalhos de manutenção como limpeza de canteiros, plantio de mudas, colheita das plantas maduras, entre outros;
- Divisão entre o grupo que ficará na horta e aquele que irá vender nas ruas;
- Limpeza e organização no carro-de-mão das verduras a serem vendidas;
- Saída do grupo da venda e continuação dos serviços de manutenção pelo grupo que fica na horta;
- Após o retorno do grupo das vendas, acontece a segunda rega manual, com todas, por volta das 11h30min;
- Por fim, cada uma colhe aquilo que quer levar para casa no dia.

A partir de 2021, a gestão compartilhada da horta (diretoria de meio ambiente e assistência social), decidiu que uma das mulheres iria todos os dias da semana para acompanhar melhor as demandas e rotina da horta. A líder é

quem decide quais serviços são prioritários e faz repasses das necessidades de mudas e material para o diretor de meio ambiente, que também costuma ir a horta todos os dias, nas primeiras horas da manhã.

A gestão ser compartilhada é um fato que trouxe, em muitos momentos, problemas organizacionais. Havia decisões sobrepostas e indefinidas porque ambas as diretorias davam direcionamentos, cada uma com uma decisão. A própria divisão dos grupos era confusa. A diretoria de assistência social fazia uma tabela de rotação por mês, entretanto, em conversas informais com o diretor de meio ambiente, as agricultoras alteravam seus dias. Isso provocava constantes atrasos no serviço e confusões sobre quem trabalhava em qual dia.

As mulheres adotam práticas sustentáveis de plantio como: rotação de cultura e área, curvas de nível, plantas de cobertura, culturas em faixas, sistema de manejo mínimo com técnicas como alternância de capinas, ceifa do mato, cobertura morta, faixa de bordadura, quebra vento, adubação orgânica, canais escoadouros, bacias de retenção de água, e a recuperação da Área de Proteção Permanente – APP, na qual a horta se situa.

As vendas dos produtos ocorrem nas ruas da redondeza, com as verduras em carros de mão, ou diretamente na horta no turno de trabalho das agricultoras.

Nos dias de chuva, era muito difícil realizar as atividades, não havia capas de chuva e o terreno molhado ficava extremamente escorregadio. Os equipamentos no geral eram precários e com necessidade de manutenção. Por vezes chegavam funcionários da prefeitura para pegá-los emprestado, sem data ou garantia de devolução, deixando as agricultoras inseguras sobre a disponibilidade de material para trabalhar.

Muitas casas vizinhas da horta têm janelas voltadas para o terreno e era constante que jogassem o lixo no terreno, o que demonstra certa insensibilidade ambiental por parte dos vizinhos. As agricultoras já realizavam muitos serviços e não era possível fazer a limpeza constante, o que ocasionava acúmulo de lixo em diversos pontos do terreno.

Outro ponto de destaque relaciona-se a falta de registro da produção e saída de cada um dos produtos, eles não eram pesados nem tabelados de acordo com tamanho, apenas espécie. Existe variação, a depender da estação do ano, nas verduras e hortaliças produzidas e vendidas pelas mulheres.

A descrição dos alimentos vendidos na maior parte do ano, juntamente com os valores referentes em 2021, encontra-se na Tabela 3.

**Tabela 3.** Tabela de produtos e preços da HCCV

Alimento	Preço
Alface (pé)	R\$ 2,50
Brócolis	R\$ 5,00
Couve	R\$ 2,50
Couve-flor	R\$ 4,00
Repolho	R\$ 4,00
Cheiro Verde	R\$ 2,50
Rabanete	R\$ 3,00
Beterraba	R\$ 3,00
Chicória (pé)	R\$ 2,50
Quiabo	R\$ 3,00
Coentro	R\$ 2,50
Chuchu	R\$ 3,00
Almeirão	R\$ 2,50
Pimenta doce	R\$ 3,00
Tomate cereja	R\$ 5,00
Cenoura	R\$ 3,00
Acelga (pé)	R\$ 3,00
Alho porró	R\$ 4,00
Beringela	R\$ 3,00
Abobrinha	R\$ 3,00
Espinafre	R\$ 3,00

Fonte: Prefeitura de Itatinga, 2021.

É possível notar que os valores dos produtos da horta estão a baixo do valor de mercado – menos da metade quando comparados a outros hortifrutis de orgânicos. Essa é uma decisão dos gestores para que possibilite que as pessoas do município, principalmente os residentes a bairros próximos da horta, tenham acesso a um alimento orgânico e saudável. Não necessariamente todos os produtos da lista estão disponíveis em qualquer época do ano, a disponibilidade vai de acordo com a época do ano, a demanda dos consumidores e as mudas doadas pela prefeitura.

Apesar da escolha da gestão em manter os preços baixos, existem oportunidades para agregação de valor dos produtos que não ocorrem e não são consideradas pelas participantes e responsáveis. Para além do fato de serem alimentos orgânicos, seria também pela possibilidade de processamento mínimo ou beneficiamento dos alimentos (vender descascados, cortados ou ralados; transformá-los em alimentos em conservas, compotas ou geleias), e o “*storytelling*” relacionado a produção de alimentos orgânicos por mulheres agricultoras urbanas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e em terreno pertencente ao município.

Os plantios são feitos em canteiros, cada um com uma espécie, como é possível ver na (Figura 30).

---

<sup>1</sup> Storytelling é uma técnica de comunicação que envolve contar histórias de maneira envolvente e persuasiva, com o objetivo de transmitir uma mensagem, ideia ou valor de forma impactante (PALACIOS; TERENCEZZO, 2016).



Figura 30. Área dos canteiros na Horta Comunitária Cheiro Verde.

Fonte: autora.

A cobertura do solo entre os canteiros é feita com espinafre, o plantio das mudas é direto e regularmente são feitas capinas manuais para retirada de plantas invasoras.

A horta conta com uma sinalização em cada um dos dois portões, sendo uma placa na qual consta apenas a frase “VENDE-SE VERDURAS Sem Agrotóxicos DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE” (Figura 31). O nome Horta Comunitária Cheiro Verde não aparece nas placas ou carrinhos de mão, apenas na camiseta de uniforme das agricultoras. Além das camisetas, as agricultoras recebem botas e chapéu.



Figura 31. Identificação da HCCV no portão de entrada.

Fonte: autora.

Os sujeitos da pesquisa são as agricultoras urbanas da horta, os gestores municipais relacionados por sua implementação e continuidade, e outros sujeitos relevantes para essa pesquisa.

A escolha desse recorte se deu por: 1) a necessidade de se trabalhar políticas públicas em Itatinga, tendo em vista a necessidade de ações extensionistas por parte da Universidade de São Paulo - USP no município que se localiza a Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga - EECFI da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ (esse assunto será detalhado no subtópico sobre a estação); 2) a relevância que intervenções socioambientais têm tido por parte do governo municipal, com forte atuação do Conselho Municipal de Defesa de Meio Ambiente (COMDEMA), formado por representantes da prefeitura, sociedade civil e empresas privadas da região; 3) a certificação de Qualidade Município VerdeAzul de 2019<sup>2</sup>; e 4) a existência e atuação em Itatinga do grupo Mosaico Educoflorestal de Itatinga<sup>3</sup> do Laboratório de Educação e Política Ambiental - Oca, do qual fiz parte durante o mestrado.

---

<sup>2</sup> Município VerdeAzul é um programa criado em 2007 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, para estimular o desenvolvimento de uma agenda ambiental municipal, auxiliando prefeituras na elaboração e execução de políticas e ações continuadas que promovam a sustentabilidade e a aplicação de Planos de Gestão Ambiental (GIRÃO, 2012).

<sup>3</sup> Mais sobre o grupo, como os motivos pelo qual se deu sua existência e ações atuais, estão descritas no subtópico 2.1.3.1.

### 2.1.2.1. Linha do tempo



### 2.1.2.2. As mulheres agricultoras urbanas

A proposta desse tópico é evidenciar os dados referentes ao perfil das mulheres agricultoras urbanas que atuavam na horta durante o período de realização dessa pesquisa. As informações são provenientes das entrevistas semiestruturadas e foram sistematizadas em forma de gráficos para facilitar a visualização. Para fazer um paralelo entre os dados, trago algumas observações de campo e informações encontradas em fontes secundárias.

No livro Presépio da Serra (1999), o autor destaca, sobre os indivíduos de Itatinga, a religiosidade presente, advinda do catolicismo. De forma semelhante, isso era observado entre as agricultoras. Ao fazer as atividades na horta, frequentemente elas estavam cantando músicas gospel ou fazendo orações e agradecimentos.

Sobre as mulheres Itatinguenses, José Leandro Franzolin (1999), escreve que a mulher itatinguense sempre esteve presente nas conquistas da cidade, sendo, segundo o autor, uma companheira corajosa e dedicada aos seus deveres. Durante a época de desbravamento, elas cuidavam dos filhos e ensinavam as obrigações primárias, além de serem responsáveis por fabricar diversos produtos necessários para a sobrevivência da época, como sabão, pão, farinha, açúcar, entre outros (FRANZOLIN, 1999). É possível inferir com essa narrativa que as mulheres sempre estiveram intimamente envolvidas e protagonizavam os trabalhos e cuidados relativos à alimentação.

Ademais, o autor destaca que as mulheres também atuavam fora de casa, cuidando de ofícios delicados, como ensinar nas escolas primitivas e prestar assistência a mulheres grávidas, já que médicos obstetras eram raros naquela época. Duas mulheres Itatinguenses foram as enfermeiras e parteiras que assistiram aos partos das mulheres durante cinquenta anos. Além delas, outras mulheres trabalhavam como tricoteiras e quituteiras. Franzolin (1999) nomeia mulheres cozinheiras, afirma que elas eram talentosas e que o preparo de alimentos sempre foi um predado da mulher itatinguense.

Para as mulheres agricultoras, assuntos relacionados a comida, preparo, receitas e afins, eram comuns e envolviam todo o grupo. Entretanto, não se limitava a isso. Elas partilhavam aspectos da vida particular, problemas domésticos e nos relacionamentos, formando uma verdadeira rede de apoio. A relação entre elas era amistosa e sincera.

Atentando-se aos dados de perfil, destaco, inicialmente, a escolaridade. Algumas agricultoras eram analfabetas, o que confesso que me causou surpresa e revelou meu despreparado e arrogância pois, para as entrevistas, não levei carimbo para que elas pudessem colocar a impressão digital no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. No gráfico 1, é possível ver o nível de escolaridade, sendo: EF I, ensino fundamental um; EF II, ensino fundamental dois; e EM, ensino médio.



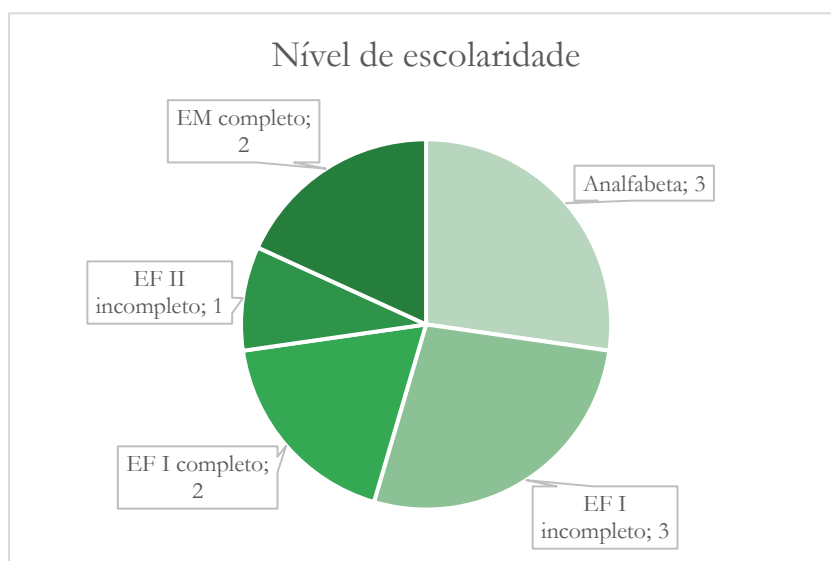


Gráfico 1: nível de escolaridade das agricultoras.

Fonte: autora.

Com relação a maternidade, os dados podem ser vistos no gráfico 2.

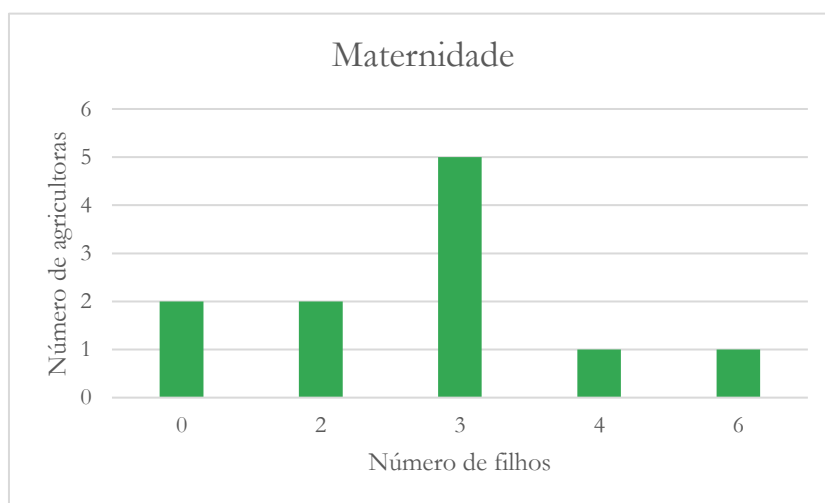


Gráfico 2: número de filhos das agricultoras.

Fonte: autora.

Relativo à família, especificamente ao número de pessoas na casa, o gráfico 3, apresenta os dados.

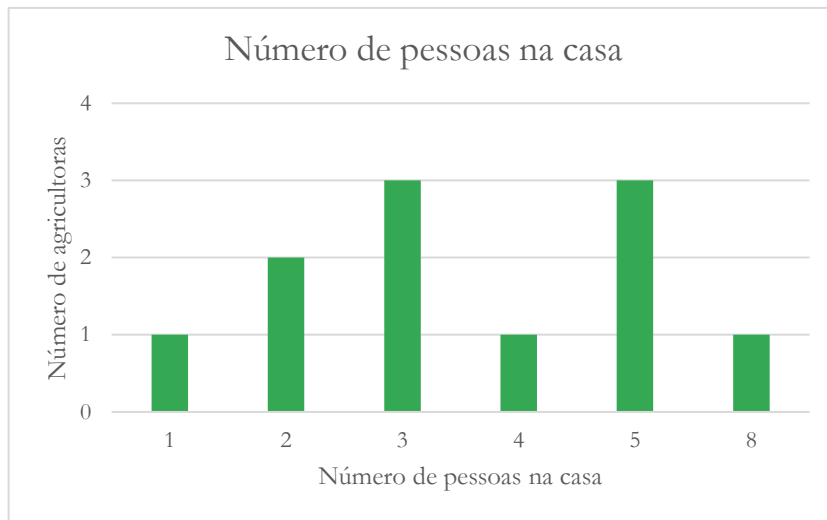


Gráfico 3: número de pessoas na casa.

Fonte: autora.

A renda por pessoa na família pode ser vista no gráfico 4.

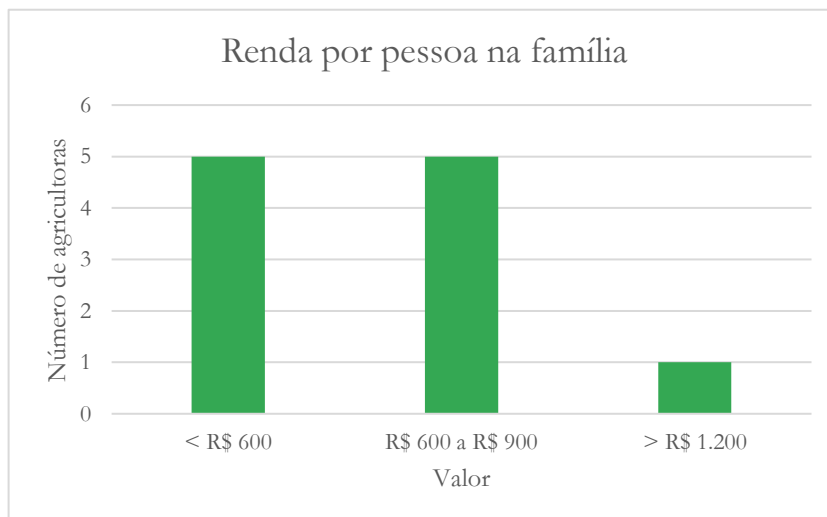


Gráfico 4: renda por pessoa na família.

Fonte: autora.

Sobre o tempo de trabalho na horta, os dados podem ser vistos no gráfico 5.

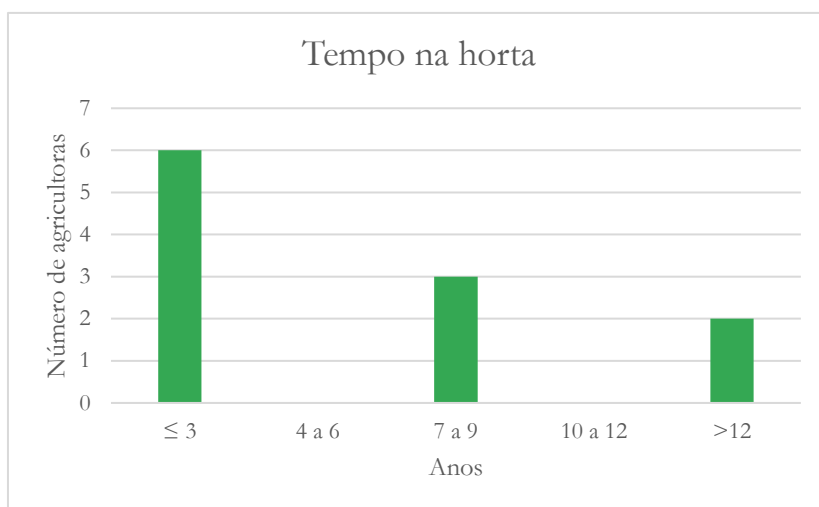


Gráfico 5: tempo de trabalho na horta em anos.

Fonte: autora.

O estado civil das agricultoras pode ser visto no gráfico 6, o qual destaca o número de mulheres viúvas.

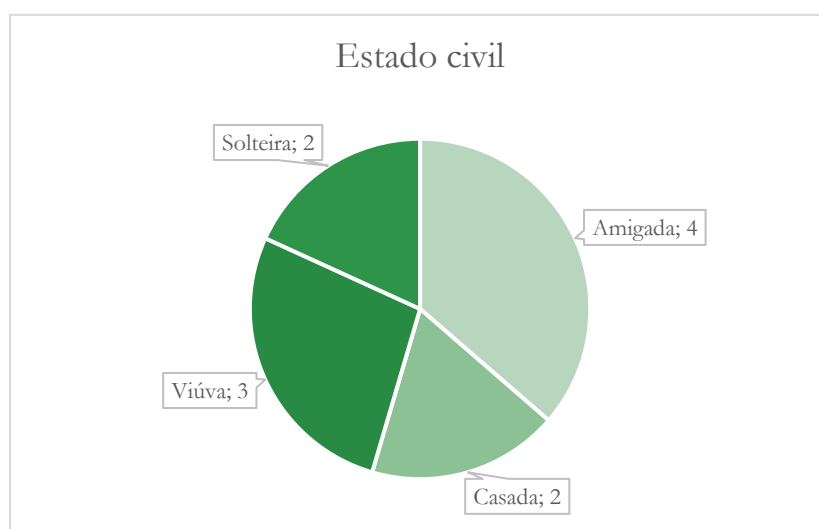


Gráfico 6: estado civil das agricultoras.

Fonte: autora.

A idade das agricultoras encontra-se no gráfico 7.

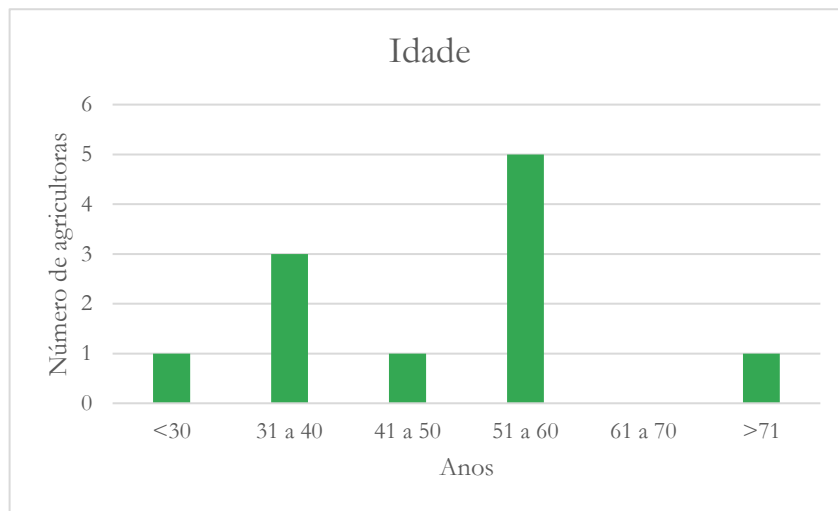


Gráfico 7: idade das agricultoras.

Fonte: autora.

A condição da moradia das agricultoras pode ser vista no gráfico 8.

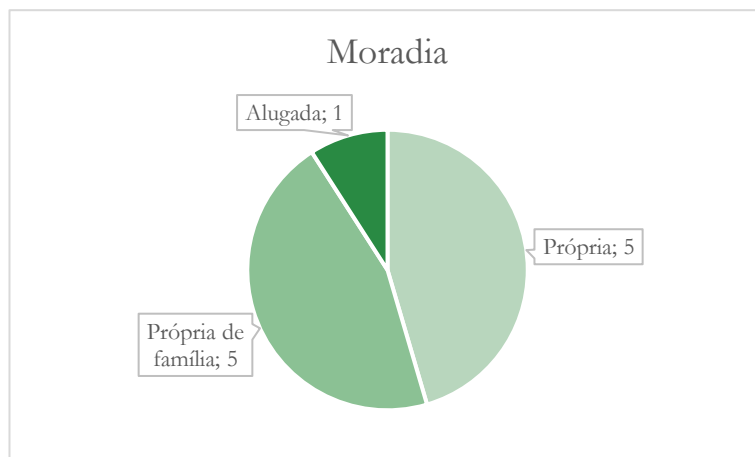


Gráfico 8: condição de moradia das agricultoras.

Fonte: autora.

Por fim, a etnia das agricultoras encontra-se no gráfico 9.

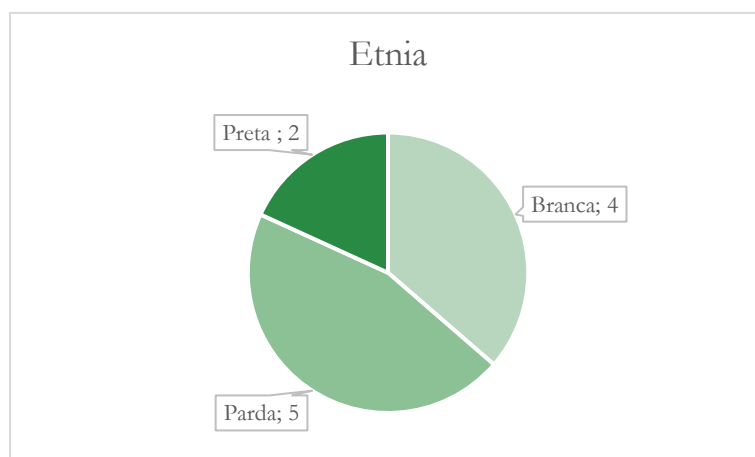


Gráfico 9: etnia das agricultoras.

Fonte: autora.

### 2.1.3. Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga

A Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga – EECFI entra no solo da pesquisa pois, a própria idealização da pesquisa surge por causa dela, e isso será explicado nesse tópico.

A Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga é uma unidade de pesquisa e ensino da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP), localizada no município de Itatinga, no interior de São Paulo. Na década de 1920, a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP) já havia iniciado suas pesquisas sobre a produção florestal, com o objetivo de estudar as espécies de madeira adequadas para o plantio em São Paulo.

Naquela época, os experimentos eram realizados em áreas próximas à ESALQ, mas com o aumento da demanda por pesquisas na área florestal, surgiu a necessidade de um local específico para esse fim. Foi então que, em 1988, a ESALQ incorporou um antigo horto florestal da Ferrovia Paulista (FABASA) ao seu patrimônio. A EECFI está localizada a cerca de 160 km da cidade de Piracicaba, onde fica a sede da escola (BARRICHELO, 2021).

Desde então, a Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga tem sido um importante centro de pesquisas sobre florestas e seus ecossistemas, com a realização de estudos nas áreas de genética florestal, silvicultura, ecologia florestal, manejo de recursos naturais e restauração de ecossistemas florestais, entre outras. Além disso, a estação também realiza atividades de extensão, treinamentos e capacitações para profissionais da área florestal, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e do país (ESALQ, 2020).

A EECFI possui uma área total de 2.163 hectares, dos quais 1.500 foram arrendados para empresas florestais da região e o restante está destinado a atividades universitárias, sob gestão do Departamento de Ciências Florestais (LCF) da ESALQ. A estação possui ainda uma infraestrutura completa para realização de pesquisas, incluindo laboratórios, equipamentos de campo e alojamentos para pesquisadores.

A estação é reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade de suas pesquisas e contribuições para o desenvolvimento de conhecimento florestal da região e do país. A partir das pesquisas desenvolvidas na estação, têm sido criadas tecnologias e soluções inovadoras para a produção e conservação de florestas, além da formação de profissionais altamente capacitados na área de ciências florestais.

Além disso, a estação oferece diversas atividades que podem ser consideradas como atrativos para visitantes e estudantes, tais como:

- Trilhas ecológicas: a estação conta com várias trilhas que permitem aos visitantes conhecer a flora e fauna locais e se conectar com a natureza.

- Cachoeira do horto: pode ser acessada através das trilhas ou pela entrada principal. Não é muito alta, mas limpa e bonita.

- Observação de aves: a estação é um ótimo local para a observação de aves, com mais de 200 espécies registradas. A preservação das florestas e a diversidade de habitats na região tornam a estação um verdadeiro paraíso para os observadores de aves.

- Museu Florestal: o museu da estação apresenta uma coleção de objetos relacionados à história das florestas e sua exploração. Infelizmente, ele permanece majoritariamente fechado.

- Programas educacionais: a estação oferece programas educacionais para escolas e universidades, com atividades que visam promover a conscientização ambiental e a importância da preservação das florestas.

A Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga é um lugar único, que oferece diversas atividades para quem deseja aprender mais sobre as florestas e sua preservação, além de oferecer um contato direto com a natureza e suas riquezas.

Apesar dos benefícios destacados, houve uma ameaça de desapropriação da Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga em 2014. Naquele ano, a Prefeitura de Itatinga e o Governo do Estado de São Paulo decidiram incluir a área da estação em um projeto de construção de um polo logístico para o interior (ESALQ, 2020).

A decisão gerou uma grande mobilização por parte de pesquisadores, estudantes e ativistas ambientais, que se posicionaram contra a construção do complexo logístico na área da estação. A alegação era de que a construção poderia trazer impactos negativos para a fauna e flora da região, além de afetar as pesquisas e atividades realizadas na estação.

A ESALQ-USP, proprietária da Estação Experimental, também se posicionou contra a desapropriação, afirmando que a área é de grande importância para a pesquisa científica e a conservação ambiental. A universidade mobilizou uma campanha de conscientização e diálogo com a população e as autoridades, buscando sensibilizar sobre a importância da estação e sua relevância para a ciência e a sociedade.

Para evitar ameaças como essa e no esforço de mostrar a importância da estação no município, o Laboratório de Política e Educação Ambiental - Oca, do departamento de Ciências Florestais, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ, elaborou diversas iniciativas a fim de aproximar as atividades de pesquisas, ensino e extensão do município, fazendo que a produção de conhecimento fosse além das porteiras da fazenda.

Um dos frutos desse movimento é a existência de um grupo responsável por facilitar a aproximação das ações realizadas na EECFI com o município sede - o grupo Mosaico Educoflorestal de Itatinga, do qual a minha pesquisa faz parte, como parte da Oca. Após muitas movimentações e negociações, a Prefeitura de Itatinga e o Governo do Estado de São Paulo recuaram na decisão de desapropriar a área da estação. Assim, a ameaça de desapropriação foi contornada e a Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga segue sendo um importante centro de pesquisa e conservação ambiental no estado de São Paulo.

### 2.1.3.1. Mosaico EducoFlorestal de Itatinga

O Mosaico Educoflorestal é formado por professores, pesquisadores e estudantes da USP e tem como objetivo promover ações de educação ambiental na região de Itatinga, utilizando a Estação Experimental como espaço pedagógico para trabalhar questões relacionadas à conservação da biodiversidade e à gestão de recursos naturais.

Desde o surgimento do Mosaico e em toda a sua atuação, o grupo tem como referência o método Oca, desenvolvido em 2016. Essa metodologia visa desenvolver suas atividades com uma abordagem horizontal, participativa, dialógica e que tem a educação ambiental crítica como eixo transversal de todas as atividades. Trata-se de fundamentos e estrutura incremental para intervenções socioambientais que buscam a promoção da sustentabilidade nos processos educadores.

Através dos incentivos da USP por meio do Programa Unificado de Bolsas (PUB), do Edital Aprender na Comunidade e de duas pesquisas de mestrado, o Mosaico tem uma forma de fortalecimento do grupo e garantia do desenvolvimento de projetos. Além disso, existem contatos e parcerias em Itatinga com agentes significativos como a Diretoria do Meio Ambiente, Diretoria da Agropecuária, com os catadores autônomos, com agricultores familiares, com as mulheres da Horta Comunitária Cheiro Verde e com o Instituto Itapoty para a construção de espaços dialógicos.

Dentre as atuações, destaca-se: gerenciamento de resíduos sólidos na estação, diálogo com os catadores autônomos do município; a implantação e a manutenção de duas áreas de SAF's (Sistemas Agroflorestais), bem como o uso dessas áreas para atividades de educação ambiental; a caracterização e ações de arborização urbana na cidade; organização de parte do PREFERI (Programa de Estágio de Férias de Itatinga), além de promover algumas vivências agroecológicas. Ao longo dos anos, o grupo incentivou e auxiliou no desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso com os catadores autônomos da cidade, e de uma pesquisa de mestrado com SAF.

Sempre alinhado ao Método Oca (2016) e visando uma maior participação popular na estação, o Mosaico alcançou alguns resultados, dentre esses estão: a implantação do SAF Bananas (Sistema Agroflorestal Bananas) e o SAF Pomar (Sistema Agroflorestal Pomar), ambos usados como espaços para práticas de educação ambiental crítica, nos meses de janeiro e julho no PREFERI e também em vivências e demais visitas. É importante ressaltar que no contexto da EEFCI - ambiente utilizado majoritariamente para pesquisas de melhoramento da produção de algumas espécies florestais exóticas, como *Eucalyptus spp.* e *Pinus spp.* - as áreas de SAF's e sua utilização são uma mudança de paradigma e geração de dados para sistemas alternativos de produção.

Todos os projetos desenvolvidos (PUBs, mestrados, editais) estão relacionados com manifestações ambientais, culturais e sociais em espaços que dialogam de forma direta com a sociedade. Tendo como demanda inicial e como utopia a concessão de um espaço dentro da EEFCI destinado para os munícipes plantarem de maneira agroecológica.

O Mosaico conquistou avanços no fortalecimento da relação da população de Itatinga com a EEFCI e para isso acontecer, há um diálogo com instituições parceiras que possuem interesse em sua proposta. O grupo contribui com a divulgação da EEFCI para a comunidade regional e universitária, fortalecendo o valor da educação, pesquisa e extensão na estação. Em resposta, muitas pesquisas e projetos foram realizados, porém ainda há limitações que dificultam a realização das mesmas, como a dificuldade de transporte para fazer pesquisas na cidade de Itatinga, pois a EEFCI fica a 9 km do centro da cidade e muitos alunos não possuem seu próprio transporte e precisam recorrer a outros meios. Como a atuação do grupo está ligado diretamente a Estação, enfrentamos o

problema de mobilidade, pois a sede do Mosaico é localizada em Piracicaba na ESALQ. Para o futuro, as perspectivas do grupo é conseguir finalizar projetos cumprindo seus objetivos, contribuir com a diversificação e integração de pesquisas a serem realizadas na EECFI, além de conseguir ampliar o oferecimento de cursos, vivências e oficinas para universidades, escolas técnicas e escolas básicas.





### 3. TRONCO

O tronco de uma árvore é a base que sustenta os galhos, folhas e frutos, e é através dele que os nutrientes e a água são transportados para as diversas partes da árvore. De maneira semelhante, a seção "Tronco" da pesquisa é a base metodológica que sustenta e orienta os tópicos relacionados às técnicas, trajetória, resultados, reflexões analíticas e considerações finais.

Assim como o tronco de uma árvore é responsável por garantir o fluxo adequado de nutrientes e água para as partes da árvore que precisam, a seção "Tronco" da pesquisa fornece a base teórica e metodológica necessária para garantir que a pesquisa seja realizada de forma sistemática e coerente. Dentro dessa seção, a "Fundamentação Metodológica" fornece o embasamento teórico para as técnicas que foram utilizadas na pesquisa. Ela ajuda a garantir que a pesquisa seja realizada de forma rigorosa e que os resultados obtidos sejam confiáveis.

Os galhos, folhas e frutos de uma árvore são influenciados pela qualidade do tronco, assim como os tópicos relacionados às técnicas, trajetória, resultados, reflexões analíticas e considerações finais são influenciados pela qualidade da "Fundamentação Metodológica".

#### 3.1. Fundamentação metodológica

A posição de investigar respostas para fenômenos sociais, devem buscar a crítica e a ciência teórica e empírica. Todo processo científico, ou seja, toda pesquisa, deve ter um planejamento que considere os sujeitos, sua natureza e singularidades; o contexto (tempo e local no qual se insere); o que se busca saber e/ou intervir; recursos disponíveis para a pesquisa; melhores procedimentos técnicos que se apliquem à pesquisa e o método mais apropriado a ser utilizado (Orsolini e Oliveira, 2010).

É possível dividir as pesquisas científicas em dois grandes grupos: as de abordagem quantitativa (na qual o referencial para atingir o objetivo está fora de nós - fatos) e as de abordagem qualitativa (o referencial para atingir o objetivo tangencia tudo aquilo que posiciona o conhecimento no mundo - interesses, valores, disposições) (RUBIO, 2020). Nesta pesquisa, o arranjo das ações baseia-se nas técnicas e metodologias próprias da pesquisa qualitativa, na qual a realidade não pode ser quantificada e um universo de significados é considerado como essencial (MINAYO, 2001, p.21). De acordo com Tozoni-Reis (2005, p. 271), "como na educação, a pesquisa em educação ambiental é essencialmente qualitativa". Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa realizada na Horta Comunitária Cheiro Verde, no município de Itatinga - SP.

Dentre as muitas abordagens possíveis na construção metodológica de uma pesquisa, um caminho é o uso da multirreferencialidade. Ela se baseia na ideia de que a realidade é complexa e multifacetada e, portanto, requer múltiplas perspectivas e abordagens para ser compreendida adequadamente. Na pesquisa qualitativa, a multirreferencialidade pode ser entendida como a utilização de múltiplas fontes de dados e a adoção de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas para a obtenção e análise dos dados (MINAYO, 2010). Permite, assim, uma compreensão mais profunda e rica do fenômeno em estudo, o que permite explorar as complexidades do fenômeno a partir de diferentes perspectivas. Além disso, a multirreferencialidade também pode ajudar a mitigar alguns dos preconceitos e limitações que são inerentes a uma única abordagem teórica ou metodológica (SOUZA, 2012).

Nesta pesquisa, a adoção da multirreferencialidade permitiu combinar a análise de dados de entrevistas com a análise de documentos e observações de campo para obter uma visão mais completa do fenômeno em estudo.

Além disso, foi possível integrar diferentes teorias e conceitos para ajudar a explicar e interpretar os dados de maneira mais rica e profunda. Lidar com uma grande quantidade de dados e integrar diferentes abordagens teóricas e metodológicas de maneira coerente e consistente foi desafiador, mas acredito ter sido a melhor escolha para compreender a complexidade do fenômeno em questão.

Tendo a multirreferencialidade como sentido na construção metodológica da pesquisa, uma das abordagens trabalhadas foi a do estudo de caso. Para Demo (1991), o estudo de caso baseia-se na criticidade e criatividade do diálogo estabelecido com a realidade, resultando na elaboração individual e segurança na intervenção. No estudo de caso, o planejamento é elaborado refletindo sobre questões de 'como' e 'por que'. Isso ocorre, pois, a pesquisa apresenta pouco controle sobre as variáveis, considerando-se que elas se objetivam da realidade acontecendo no hodierno (YIN, 2005). Dessa forma, é possível, através do estudo de caso, que o objeto seja preservado, considerando a singularidade dos eventos no qual ele se desenrola, permitindo, ainda assim, a construção de hipóteses e teorias que os expliquem.

Os benefícios, segundo Gil (2007) são: 1) sua capacidade de descobrir coisas, isso deve-se a incrementabilidade do planejamento e a própria concepção da técnica; 2) a possibilidade de visualização dos diversos aspectos do estudo; e 3) os fatos dos procedimentos técnicos serem simples, da coleta até a análise de dados. A etapa do procedimento se inicia com a formulação do problema, seguido do recorte da unidade-caso e posterior definição do número de casos. Após essas etapas definidas, elabora-se o planejamento da intervenção.

A pesquisa intervenção é uma estratégia metodológica que envolve a intervenção da pesquisadora no contexto em que a pesquisa está sendo realizada. O objetivo não é apenas descrever ou explicar fenômenos, mas também produzir mudanças na realidade estudada (BRANDÃO, 1999). Para isso, a pesquisadora precisou estabelecer uma relação de colaboração com as participantes da pesquisa, ou seja, aqueles que foram afetados pela intervenção.

Para Brandão (1984), uma das principais vantagens da pesquisa intervenção é que ela permite a produção de conhecimento que é útil e aplicável à realidade estudada. Além disso, esse tipo de pesquisa pode gerar mudanças significativas na vida das participantes e contribuir para a melhoria de políticas públicas e práticas profissionais. É importante destacar que a pesquisa intervenção apresenta desafios específicos em relação a outras estratégias de pesquisa. É necessário ter cuidado ao planejar e implementar intervenções, de modo a garantir que elas não causem danos ou efeitos indesejados, considerando-se aspectos éticos e garantindo que as participantes fossem informadas sobre os objetivos da pesquisa e que tivessem a opção de participar ou não.

Ela se dá a partir da temática problematizadora ambiental, que direciona as ações de forma que ocorram participativamente. Essa abordagem, proposta por Paulo Freire (1996), com caráter radicalmente democrático e de construção do conhecimento por meio do diálogo (GADOTTI, 2000), tem por objetivo a incidência de mudanças em governança. Em sua obra, Freire propôs a metodologia da "educação popular", que é baseada na participação ativa e consciente dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Essa metodologia é centrada na ideia de que o conhecimento é construído de forma coletiva e que os participantes devem ter voz ativa na definição dos objetivos e na condução da pesquisa. Assim, a pesquisa intervenção pode ser vista como uma extensão da metodologia Freireana, uma vez que também valoriza a participação ativa dos sujeitos envolvidos na pesquisa, e busca produzir conhecimentos úteis e aplicáveis à realidade social em que se inserem (LOUREIRO, 2016).

Na condução dos diálogos, foi utilizada a noção proposta por Martin Buber. Para ele, mais do que a interação entre pessoas, o diálogo relaciona-se com um paradigma de compreensão do mundo: a lógica dialógica. Von Zuben (2001) avalia o diálogo por Buber como uma práxis que se baseia na reflexão que potencializa a ação e

por ela expressa e transforma a reflexão. Dessa forma, é uma filosofia que propõe um projeto de existência fundamentado no resgate do humano a partir da relação. Em contraste absoluto à tradição cartesiana, Buber supera a lógica dualista, binária e separatista, que situa os indivíduos separados uns dos outros, do mundo e da natureza (RENTE, 2020).

A filosofia Buberiana entende a relação como fundamento ontológico dos seres humanos. Para Friedman (2013), as três características mais destacáveis da sua obra são: a valorização da comunidade e a conexão com o Outro como modo de acesso à espiritualidade; a concepção de uma ontologia da relação como fundante primária para conceber as pessoas no mundo; e, a partir disso, a criação de uma antropologia do encontro (apud RENTE, 2020). Para ele, não deve haver no diálogo uma vinculação a priori entre signos e significados, ou seja, não se pode presumir a existência de uma verdade transcendente, passível de ser acessada. A verdade é própria da descoberta feita em/nas relações, sendo os sentidos construídos de maneira conjunta e compartilhada, a partir do encontro (RENTE, 2020).

A disponibilidade para a vivência do inter-humano (noção de interexistência entre os humanos e não coexistência), para o mistério do Outro, é a abertura para um modo de existir outro, não exatamente uma escolha deliberada, mas uma adesão a uma outra forma de ser-no-mundo na qual a dimensão do “entre nós” é fundante. Esse espaço entre o Eu e o Tu é o lócus de ação do diálogo (VON ZUBEN, 2008). A lógica dialógica acolhe a diferença sem pretensão de instituir a igualdade. Na verdade, apoia-se na lógica relacional, na qual o que irá se produzir é enigmático, fruto da “obra da graça” (BUBER, 2001).

A filosofia dialógica de Buber permite o conhecimento das formas pelas quais as pessoas se relacionam entre si, e, além disso, como conhecemos e nos relacionamos com o mundo, seus seres - vivos ou não - e seus fenômenos. Assim, o outro é entendido não apenas por outros seres humanos, mas, incluído também, a totalidade da realidade do nosso presente, na forma dos seres físicos, das ideias, da arte, da natureza, da espiritualidade (VON ZUBEN, 2008). Sua perspectiva, inaugura uma modalidade no diálogo que se baseia na franqueza e autenticidade do ser, que concebe o outro como diverso e, ao mesmo tempo, semelhante, no sentido de que compartilham a existência.

A abertura, diálogo e participação das agricultoras da horta foi trabalhada por meio da pesquisa-intervenção, na busca da criação de uma:

“situação de convívio social comprometida com a emancipação e o engajamento dialógico horizontal de seus membros, voltado para a ruptura de impedimentos psicológicos e eliminação de ausências cognitivas, ambos mantenedores da alienação que inviabiliza a crítica” (TASSARA; ARDANS, 2005, p. 201).

Por fim, a elaboração do arranjo das ações baseou-se no “Método Oca” de Educação Ambiental (OCA, 2016), voltado à atuação na Pesquisa Intervenção comprometida com transformações sociais que possibilitem a transição para sociedades sustentáveis. O Método Oca de Educação Ambiental é uma abordagem pedagógica que busca promover a educação ambiental de forma participativa, lúdica e criativa, a partir de cinco pilares fundamentais: diálogo, felicidade, potência de ação, comunidade e identidade (OCA, 2016). Eles serão trazidos brevemente aqui pois seus aspectos se relacionam com a dinâmica vivenciada na Horta Comunitária Cheiro Verde e com as reflexões que ocorrerão.

O artigo “Em busca da sustentabilidade educadora ambientalista” (2010) de Alves e outras pesquisadoras do Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca), apresenta esses cinco conceitos e seus significados, que estão relacionados com o Método Oca. Segundo o trabalho, o diálogo baseia-se na construção de um espaço de

escuta e de trocas de saberes. Alinhado com a perspectiva de Martin Buber, já discutida, no Método Oca valoriza-se a pluralidade de vozes e perspectivas, reconhecendo a diversidade cultural e a importância do diálogo intercultural.

A felicidade tem como objetivo promover um ambiente de aprendizagem alegre e prazeroso, em que as participantes se sintam motivadas e engajadas nas atividades propostas. A ideia é que, ao se sentir felizes e entusiasmadas, as pessoas possam se envolver de forma mais criativa e produtiva nas atividades educativas (OCA, 2016). A felicidade também é apontada como uma busca compartilhada por e para todas.

O pilar potência de ação, está relacionado à capacidade dos participantes de agir de forma efetiva e transformadora diante dos desafios ambientais. Valorizar a potência de ação dos indivíduos é reconhecer que todos os seres têm um papel importante a desempenhar na preservação do meio ambiente. A potência de agir é incrementada pelos bons encontros e pela participação no coletivo (ALVES et al., 2010).

Para o "Método Oca" de educação ambiental (2016), a noção de comunidade valoriza a importância da construção de relações de solidariedade e de cooperação entre os participantes. Busca criar um ambiente de aprendizagem colaborativo, em que os todas possam se apoiar mutuamente e trabalhar em conjunto para alcançar os objetivos propostos.

A identidade, último pilar, reconhece a importância da valorização da cultura e da identidade dos participantes. A metodologia busca criar um ambiente de aprendizagem em que os participantes possam expressar suas identidades e saberes, valorizando a diversidade cultural e o conhecimento local (MORIN, 1992).

Ao integrar esses cinco pilares (que não apresentam ordem de maior ou menor importância entre si), o Método Oca busca promover uma abordagem pedagógica transformadora, que valoriza a participação ativa dos envolvidos e a construção coletiva do conhecimento. Essa metodologia tem se mostrado efetiva na promoção da educação ambiental e na mobilização para ações de preservação do meio ambiente, contribuindo para uma educação mais democrática e participativa (OCA, 2016).

As noções e compromissos alicerçados na fundamentação metodológica descrita foram incorporados e adotados durante a realização de toda a trajetória metodológica da pesquisa, em visitas, imersão, planejamento das ações, entrevistas semiestruturadas e Oficina do Futuro. O detalhamento dessas ferramentas e como elas ocorreram, serão detalhados nos tópicos seguintes.

## 4. GALHOS

Os galhos de uma árvore são as principais extensões que saem do tronco e que suportam as folhas, flores e frutos. Eles são responsáveis por expandir e distribuir a copa da árvore, permitindo que ela cresça e se desenvolva. De maneira semelhante, a seção "Galhos" da pesquisa está relacionada às técnicas utilizadas, que são as principais extensões da base teórica e metodológica da seção "Tronco", e que permitem expandir a pesquisa para obter resultados mais abrangentes e aprofundados.

Dentro da seção "Galhos", as técnicas são apresentadas e discutidas de forma mais detalhada, permitindo que sejam compreendidas em sua complexidade e que sejam aplicadas de maneira apropriada. É nessa seção que são descritas as ferramentas e instrumentos utilizados para coletar e analisar dados, bem como as estratégias de coleta e análise adotadas.

Os galhos de uma árvore possuem as folhas, responsáveis por coletar a luz solar e realizar a fotossíntese, que é o processo pelo qual a árvore produz sua própria energia. Da mesma forma, as técnicas descritas na seção "Galhos" são responsáveis por coletar os dados necessários para a pesquisa e analisá-los de forma apropriada, permitindo que sejam obtidos os resultados desejados.

Assim como os galhos são responsáveis por sustentar as folhas, flores e frutos da árvore, as técnicas descritas na seção "Galhos" são responsáveis por suportar a trajetória da pesquisa e permitir que os resultados sejam alcançados de forma adequada. Elas também permitiram que a pesquisa fosse adaptada a diferentes situações e contextos, assim como os galhos de uma árvore se adaptam às condições climáticas e de iluminação.

### 4.1. Ferramentas metodológicas

Os cinco pilares do Método Oca se desdobram em 12 componentes não sequenciais e diversas ferramentas com eles compatíveis. São componentes articulados e que se incrementam (Figura 32).

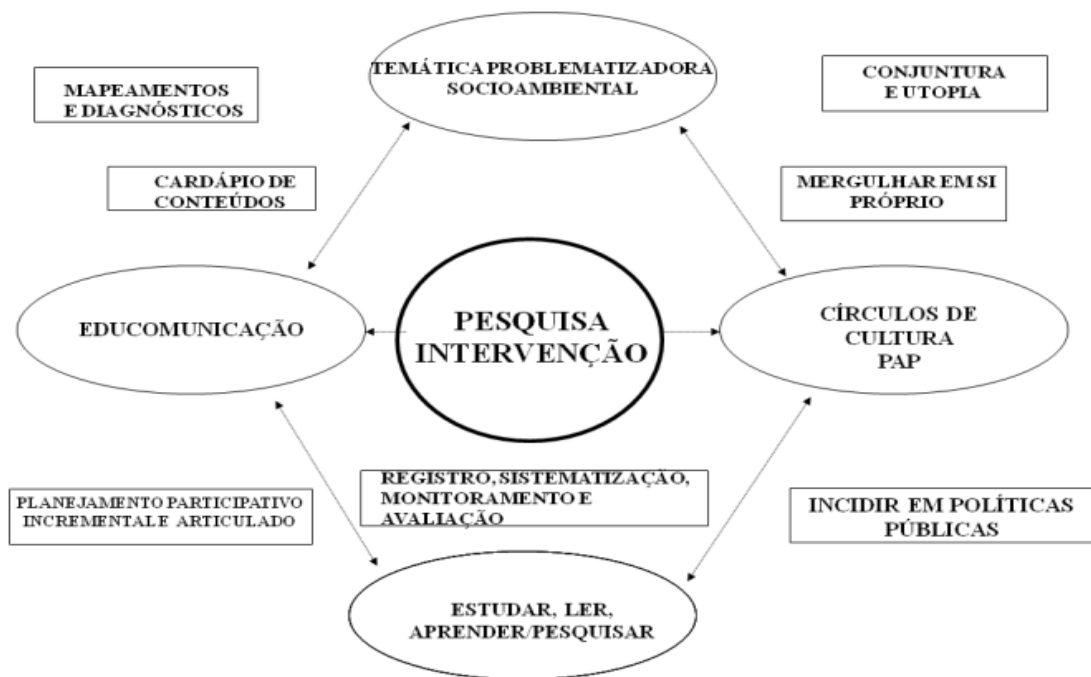


Figura 32. Doze componentes do Método Oca.

Fonte: Oca, 2016.

Trata-se de diversas técnicas compatíveis com os cinco pilares que “pautam-se pelo fazer educador ambientalista comprometido com transformações sociais que promovam a transição do atual estado de degradação socioambiental para sociedades sustentáveis” (OCA, 2016, p. 88). São eles: temática problematizadora socioambiental; círculo de cultura, mergulhar em si (mergulho eu-mundo); conjuntura e utopia; planejamento participativo incremental e articulado; estudar, ler, aprender e pesquisar; mapeamento e diagnóstico intervenção; incidir em políticas públicas; educomunicação; registro, sistematização, monitoramento e avaliação; cardápio de conteúdos (OCA, 2016; TROVARELLI; SORRENTINO, 2021).

Não tem a intenção de ser uma “fórmula pronta e fixa”, sendo mais um convite “para danças diversas, sendo os passos escolhidos, transformados e/ou incrementados pelos que se envolvem com o ritmo” (OCA, 2016, p.76). Os passos não têm pré-requisitos ou são obrigatórios, entretanto, quanto mais dimensões alcançadas, melhores os processos e os resultados da intervenção. Eles foram essenciais na decisão de quais ferramentas metodológicas seriam usadas nessa pesquisa e como executá-las.

Para a realização de uma pesquisa qualitativa na Horta Comunitária Cheiro Verde - HCCV, a metodologia foi dividida em dois momentos: 1º- obtenção dos dados primários e secundários; e 2º- análise dos dados.

Os dados foram coletados em campo por meio da observação participante, utilizando sempre um diário de bordo e filmando, fotografando ou gravando determinadas situações, durante a imersão de campo e nas intervenções educadoras. Também foram coletados por meio da leitura crítica e fichamento de documentos já produzidos sobre a HCCV, conversas informais realizadas com outros sujeitos relevantes para essa pesquisa, entrevistas semiestruturadas com gestores municipais e agricultoras da HCCV e, Oficina do Futuro e elaboração da Agenda 21 com as agricultoras urbanas da horta.

Para obtenção dos dados primários, foram utilizadas diferentes ferramentas metodológicas:

- Diário de bordo com os relatos das expedições exploratórias e do período de dois meses de imersão vivenciado na HCCV;
- Conversas informais com outros sujeitos relevantes para essa pesquisa, sendo: o casal de caseiros da casa que fica no terreno da horta, e um dos fundadores de uma organização não governamental – ONG de Itatinga, chamado Instituto Itapoty e o técnico da prefeitura que trabalhou na horta entre 2002 e 2009;
- Entrevistas semiestruturada com dois grupos distintos, sendo: 1 - gestores municipais de Itatinga relacionados a gestão da HCCV (três vereadores e três vereadoras, o diretor e uma funcionária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a diretora da Secretaria Municipal de Assistência Social e o prefeito); e 2 - onze agricultoras urbanas da HCCV
- Oficina do Futuro (OF) com o grupo de agricultoras urbanas da HCCV e elaboração da Agenda 21 do pedaço;

Os dados primários foram obtidos através da observação participante nas expedições exploratórias e imersão de campo que propiciaram a elaboração do diário de bordo, realização de entrevistas semiestruturadas e uma Oficina do Futuro.

A observação participante é uma técnica bastante utilizada em pesquisas qualitativas, que consiste em observar e participar do contexto social ou cultural estudado de forma sistemática e planejada. Essa técnica permite à pesquisa obter informações em profundidade sobre as práticas sociais, valores, crenças e costumes dos sujeitos envolvidos no contexto estudado, além de possibilitar a análise da dinâmica e das relações existentes entre elas (FLICK, 2019).

Para realizar a observação participante, a pesquisadora precisou se inserir no contexto estudado, interagir com os sujeitos envolvidos e participar das atividades realizadas por elas. Para isso, foram necessárias recorrentes expedições e um período de imersão de campo. Isso permitiu a compreensão sobre a conjuntura local e o planejamento participativo incremental e articulado das ações a serem realizadas. É importante destacar que a observação participante exigiu não interferir ou influenciar o contexto observado (BECKER, 1999). Os autores (LUDKE; ANDRE, 1986; OLIVEIRA, 2016) costumam sistematizar os principais passos envolvidos no trabalho e na execução da observação participante em:

- Planejamento da pesquisa: definir claramente o objetivo da pesquisa, o contexto a ser estudado e os critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos participantes, bem como as estratégias para registro dos dados;
- Inserção no contexto: fazer contato com os sujeitos participantes e obter autorização para realizar a pesquisa. No caso desta pesquisa, foi necessária obtenção de autorização das instituições envolvidas;
- Observação sistemática: observar de forma sistemática as práticas sociais, crenças, valores e costumes dos sujeitos envolvidos. Registrar as observações em diários de campo ou em outras ferramentas de registro, como áudios, vídeos ou fotografias;
- Participação ativa: participar ativamente das atividades realizadas pelos sujeitos envolvidos, como conversas, reuniões, cerimônias, entre outras. Essa participação é importante para obter informações mais detalhadas sobre as práticas e relações sociais em questão;



- Análise dos dados: analisar as informações coletadas e interpretá-las à luz dos objetivos da pesquisa. Essa análise foi realizada por meio de técnicas de análise de dados qualitativos, como a codificação e categorização dos dados;
- Redação do texto final: redigir o texto final da pesquisa, descrevendo os resultados obtidos e as reflexões da pesquisa.

Os registros sistemáticos das reflexões, observações e vivências foram coletados através do diário de bordo, fotos, vídeos e gravações. O diário de bordo foi uma ferramenta útil que proporcionou a compreensão das minhas próprias reações e sentimentos em relação à situação observada, permitindo a avaliação da minha posição e possíveis preconceitos que possam ter afetado a observação.

O diário de bordo é um documento importante que pode ser utilizado para dar credibilidade aos resultados da pesquisa, ele permite que outros pesquisadores tenham acesso às impressões da pesquisadora e, assim, possam compreender melhor como a pesquisa foi conduzida e como os resultados foram obtidos. Dessa forma, o diário de bordo é uma ferramenta importante para aumentar a transparência e a credibilidade da pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A escolha da entrevista semiestruturada como técnica de coleta dos dados primários se deu pois ela permite a coleta de informações aprofundadas e detalhadas sobre as experiências, percepções, crenças e valores dos participantes. Ao contrário das entrevistas estruturadas, em que as perguntas são fixas e pré-definidas, as entrevistas semiestruturadas me permitiram adaptações ao contexto e às respostas do entrevistado, seguindo um roteiro flexível que permitiu a exploração de temas e tópicos em profundidade. Elas possibilitam a compreensão das nuances e do fenômeno estudado, a partir da perspectiva dos participantes, e investigação de questões complexas que podem ser difíceis de serem exploradas por meio de outros métodos de coleta de dados (TAYLOR; BODGAN, 1998).

Com vistas a construção de uma dinâmica de intervenção educadora que fosse capaz de propiciar o mergulhar em si próprio, conhecendo conjuntura e utopia, de forma que, o entendimento da realidade contextualizada seja o primeiro passo para a busca de mudanças propiciando processos de agroecologização e incidência em políticas públicas, a Oficina do Futuro foi pensada como ferramenta metodológica para a construção da Agenda 21 da Horta Comunitária Cheiro Verde.

Rocha e Aguiar (2003, p. 71), enfatizam que na pesquisa intervenção o foco não é a mudança a curto prazo da ação proposta, mas todo o processo da “produção de uma outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto”.

Diante disso, a Oficina do Futuro (OF) é uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Ecoar para a Cidadania, e tem por finalidade promover um momento reflexivo no qual a comunidade possa dialogar, se sensibilizar e envolver com os compromissos acordados entre os atores sociais, com esforços na construção da sustentabilidade local e regional, visando estabelecer a Agenda 21 daquele território ao qual o debate se debruçou, chamado pelo Instituto Ecoar de “pedaço”, trazendo a noção de território como uma unidade relacional (URBANO, 2013).

A Oficina do Futuro consiste na promoção de um espaço de diálogo e construção coletiva, no qual os participantes são convidados a refletir sobre seus desejos e expectativas para o futuro em relação a determinado tema. A partir dessa reflexão, busca-se identificar as principais demandas, problemas e obstáculos que impedem a realização desses desejos e expectativas, bem como as possibilidades de superação dessas barreiras. A técnica da Oficina do Futuro é muito útil para a pesquisa intervenção, pois possibilita a construção coletiva de conhecimento e a promoção de mudanças efetivas em contextos específicos. Além disso, contribui para o fortalecimento da

participação social e para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como o diálogo, a criatividade e a resolução de problemas (MATTHÄUS, 2001).

Durante a oficina, os participantes são estimulados a dialogar, a apresentar e a compartilhar ideias, a debater opiniões e a construir juntos propostas de ação. É importante destacar que a técnica da Oficina do Futuro valoriza a participação ativa e a criatividade dos envolvidos, buscando sempre promover uma atmosfera de diálogo e respeito mútuo.

A Agenda 21 é uma estratégia para a construção de ações que podem ser a nível global, como a que já existe e foi pactuada durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, e assinada por 179 países, ou em escalas menores, como Agendas 21 nacionais (o Brasil concluiu o processo de construção da sua em 2002), estaduais, municipais, em bairros, comunidades, escolas ou grupos relacionais (PORTUGAL; SANTOS, 2004).

Seguindo a descrição feita por Portugal e Santos (2004), as OFs possuem três etapas distintas e complementares. Inicia-se pela construção da árvore dos sonhos, na qual foram desvelados os sonhos das participantes para a HCCV. As participantes da atividade escrevem seus desejos e os penduram como as folhas da árvore, desvelando suas utopias para o espaço relacional. Esse momento de procura por uma utopia individual que se reflete no espaço coletivo, propicia o mergulho em si próprio por parte de todas as participantes.

Posteriormente, é elaborado o muro das lamentações. Nesse momento, o grupo reflete sobre os obstáculos e desafios para materializar os sonhos anteriormente elaborados, permitindo a análise de conjuntura coletiva e o mapeamento e diagnóstico das temáticas problematizadoras socioambientais.

Por último, são destacadas as sugestões e propostas para o enfrentamento dos problemas apontados, na busca da conquista dos sonhos. Esse momento tem o intuito de promover a potência de ação das participantes a fim de incidir em políticas públicas.

Como fechamento da oficina, há uma leitura coletiva de tudo que foi registrado e a avaliação da Oficina do Futuro. As ideias são reunidas em blocos de sínteses dos conteúdos, que orientam o planejamento das ações a serem realizadas pelas participantes. A sistematização dessas ações coletivas é a Agenda 21 do Pedago.

Os dados secundários foram provenientes do: Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Lei Municipal de Itatinga que formalizou a HCCV, Lei nº 2.148, de 13 de novembro de 2018, e do livro “Presépio da Serra” de José Leandro Franzolin de 1999. A análise documental é a leitura de “qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação” (MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 169).

A sistematização e análise dos dados se deu pela triangulação de sujeitos e técnicas de coleta conforme descrita por Marcondes e Brisola (2014). Possibilitou a revisão das categorias previamente criadas a partir da literatura e depois a triangulação dentro delas dos conteúdos obtidos a partir das distintas técnicas de coleta e dos depoimentos dos diversos sujeitos que participaram da pesquisa. Trata-se de uma análise dividida em quatro etapas.

Na primeira, a partir da literatura e da transcrição integral das entrevistas, foram criados alguns eixos orientadores. Na segunda etapa, debruçei-me sobre as questões relevantes alinhadas ao diálogo com autores que tratam do tema, na busca por aclarar os elementos presentes nas narrativas. A terceira etapa, trata-se da análise de conjuntura frente ao exposto, situando o objeto de estudo no contexto mais amplo que se encontra, examinando em qual esfera esse contexto se reflete no espaço particular da pesquisa. Por último, há a reinterpretação das análises, na construção de um processo dialético e incremental, faz-se a interpretação das interpretações, localizando os dados empíricos inerentes ao pesquisar.

A triangulação é uma técnica de análise de dados em que duas ou mais fontes de dados são utilizadas para verificar e validar as informações coletadas. Essa técnica é muito utilizada em pesquisas qualitativas, pois permite verificar a coerência e consistência dos resultados obtidos.

No caso da triangulação de sujeitos, diferentes participantes da pesquisa são entrevistados ou observados com o objetivo de obter diferentes perspectivas sobre o mesmo fenômeno. Já a triangulação de técnicas consiste em utilizar diferentes técnicas de coleta de dados para validar as informações obtidas, como por exemplo, a observação participante, entrevistas semiestruturadas e questionários para obter diferentes perspectivas e validar as informações obtidas.

Ao utilizar a triangulação de sujeitos e técnicas, a pesquisa busca aumentar a confiabilidade e validade dos resultados obtidos, uma vez que as informações são coletadas de diferentes fontes e por diferentes meios. Além disso, a triangulação também permite a identificação de possíveis discrepâncias e contradições nas informações coletadas, o que pode ser útil para aprofundar a análise e obter conclusões mais precisas sobre o fenômeno estudado (DE OLIVEIRA, 2015). Para realizar a triangulação é preciso comparar as informações obtidas de diferentes fontes e por diferentes técnicas de coleta de dados. É importante analisar cuidadosamente as informações coletadas e identificar as semelhanças e diferenças entre elas, a fim de verificar a consistência e validade dos resultados obtidos.

A análise de dados pode ser feita por meio de diferentes técnicas, como a análise de conteúdo, análise temática e análise de discurso, a técnica mais adequada se relaciona com os objetivos da pesquisa e o tipo de dados coletados. Para esta pesquisa, foi escolhida a análise temática. Ela consiste em identificar e agrupar padrões e temas recorrentes nos dados coletados, buscando compreender o significado desses padrões e temas para a pesquisa em questão.

Dentro da triangulação de sujeitos e técnicas, a análise temática pode ser usada para integrar os dados coletados de diferentes fontes, como observação participante, entrevistas e oficinas, por exemplo. Ela pode ser utilizada para identificar temas e padrões comuns entre as diferentes fontes de dados, permitindo uma análise mais completa e robusta dos resultados. Para isso, é necessário seguir algumas etapas.

A primeira é a familiarização com os dados, em que o pesquisador lê e relê os dados coletados para se familiarizar com o conteúdo e identificar os padrões e temas recorrentes. Em seguida, é feita a codificação, em que o pesquisador categoriza os dados em temas e subtemas relevantes. Depois disso, é realizada a análise propriamente dita, em que o pesquisador busca compreender os significados dos temas e subtemas identificados, relacionando-os à teoria e ao objetivo da pesquisa (SOUZA; ZIONI, 2003). Nesta pesquisa, para a codificação dos dados, foi utilizado o programa ATLAS.ti versão número 23.

Segundo as mesmas autoras, a análise temática na triangulação de sujeitos e técnicas pode ser uma técnica poderosa para integrar diferentes fontes de dados e obter resultados mais robustos e completos. Entretanto, é importante ter um olhar crítico e reflexivo sobre os resultados, levando em conta as possíveis limitações e vieses de cada técnica e fonte de dados utilizada.

## **5. FOLHAS**

As folhas de uma árvore são responsáveis pela realização da fotossíntese, processo pelo qual a planta produz seu próprio alimento e, por consequência, garante sua sobrevivência e a fortalece. De maneira semelhante, durante a trajetória percorrida e a partir das decisões tomadas, a pesquisa foi ganhando robustez para realizar as intervenções planejadas participativamente.

A seção "Folhas" está relacionada à trajetória da pesquisa, na qual são relatados os processos de coleta e análise dos dados, incluindo como se deu a definição dos participantes, as idas a campo e a coleta de dados. As folhas de uma árvore são únicas e apresentam características próprias, da mesma forma, a trajetória é personalizada para cada pesquisa. Os caminhos apresentados nessa seção são específicos para a pesquisa em questão. Assim como as folhas de uma árvore captam a luz solar e produzem energia, a seção "Folhas" é responsável por gerar conhecimento e construir os resultados a partir dos dados coletados.

### **5.1. Trajetória metodológica**

#### **5.1.1. Contexto geral**

Após a definição de que o recorte da pesquisa seria a Horta Comunitária Cheiro Verde – HCCV em Itatinga, iniciou-se o processo de aproximação com os sujeitos envolvidos com o território. Muitos foram os obstáculos para a realização da pesquisa em uma cidade diferente (longe de Piracicaba) e que eu não tinha vínculos até aquele momento. Tive o suporte de alojamento e parte da alimentação pela Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga EECFI, entretanto a estação fica na região rural do município e a mais de 9 quilômetros de distância da horta, sendo boa parte do caminho de terra de chão (Figura 33). Diante das dificuldades, o desenvolvimento deste trabalho só foi possível graças à atuação e iniciativas de muitas pessoas, da instituição e do território de Itatinga, que participaram ativamente da tomada de decisões, desde o diagnóstico até a avaliação.

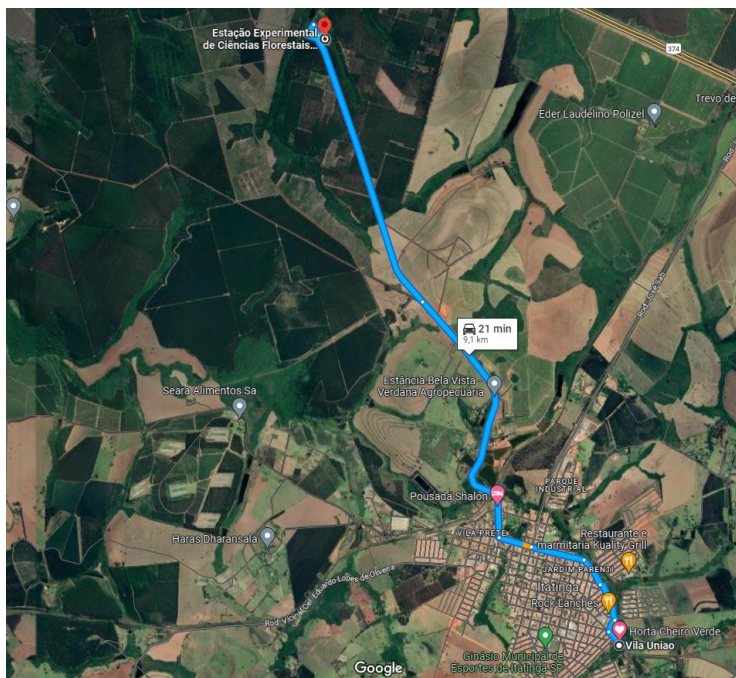


Figura 33. Distância da EECFI até a HCCV.

Fonte: autora.

As dificuldades de deslocamento, para além de viajar em momentos de pós pandemia, no qual não sabíamos como estaria a situação da doença no período da viagem e necessitávamos de atualizações constantes da situação tanto em Piracicaba, quanto em Itatinga, estava no cumprimento das burocracias institucionais. Durante o período de pandemia mais severo (de março de 2020 até julho de 2021) as viagens para estações experimentais estavam proibidas e depois desse período o medo entre todos ainda era enorme visto que ainda não havíamos nos vacinado.

Era necessário atender a muitos protocolos sanitários e a própria natureza da pesquisa de campo – com mulheres agricultoras e socioeconomicamente vulneráveis, fazia com que as viagens fossem adiadas. Além disso, a indisponibilidade de recursos foi um enorme empecilho.

O departamento de Ciências Florestais declarou que não havia verba prevista para custear viagens para as Estações Experimentais e a melhor alternativa era disponibilizada pelo veículo que faz o transporte de pesquisadores (as), correspondências e materiais entre os campus da USP em Piracicaba e a EECFI - o malote. Entretanto, o veículo do malote chegava em Itatinga por volta das 11h da manhã (as mulheres trabalhavam de 6:30 – 12:30) e se dirigia diretamente para a EECFI, além de acontecer uma vez na semana (normalmente nas quintas-feiras). O problema na logística do malote para o desenvolvimento da minha pesquisa era a incompatibilidade com a rotatividade de grupos de trabalhos das mulheres agricultoras urbanas.

A cada dois dias era um grupo diferente, sendo, portanto:

- Grupo A: Segunda-feira e terça-feira
- Grupo B: Quarta-feira e quinta-feira
- Grupo C: Sexta-feira e Sábado

Sendo assim, a única forma que o malote poderia ser útil é se eu fosse na quinta-feira e ficasse uma semana para retornar na outra quinta, mas, de qualquer maneira, eu não teria como me deslocar até a horta a pé e

não era possível para a equipe da estação me levar e buscar todos os dias, visto a distância. Diante disso, levou um tempo e tive dificuldades até que conhecesse todas as agricultoras urbanas.

Os recursos foram advindos em parte pela minha bolsa de mestrado para impressões de documentos e banners para Oficina do Futuro e deslocamentos até o município de Itatinga. Também foi utilizado o recurso PROEX (Programa de Excelência Acadêmica) do Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais.

O meu primeiro contato com a área aconteceu de maneira autônoma e impulsionada pela curiosidade. Em primeiro de maio de 2021 (até àquele dia, eu conhecia a horta apenas pela câmera do Street View do Google Maps), viajamos até Itatinga, era um domingo ensolarado e de rodovias quietas. Chegamos na Horta através da localização salva como favorita no aplicativo de GPS. Olhei do portão e tirei fotos das áreas externas. Em um lapso de coragem chamei na casinha na lateral direita do terreno, onde parecia morar uma família.

A senhora me atendeu, pedi para comprar verduras e, muito solícita, ela me disse que as mulheres não trabalhavam no domingo, portanto, não havia venda. Agradei e voltei para Piracicaba ainda mais convicta de que havia encontrado o território para explorar as inquietações teóricas que me atravessavam. A partir daquele momento a flexibilização para viagens foi maior e eu iniciei os contatos para realização da pesquisa e das entrevistas semiestruturadas. No mesmo período, iniciei a submissão do projeto no Comitê de ética em pesquisa com seres humanos, do qual tive aprovação. O número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE é 52823921.3.0000.5395.

Tratando-se de uma política pública municipal, entendemos que seria necessário conhecer as percepções dos gestores municipais envolvidos com a dinâmica de criação, execução e manutenção dela. Dessa forma, enviei e-mails e fiz ligações para a Prefeitura de Itatinga afim de contactar os vereadores, prefeito e dirigentes da Diretoria de Assistência Social e Diretoria de Meio Ambiente para realização de entrevistas semiestruturadas. A maioria dos e-mails foram ignorados, mas, daqueles que consegui contactar por telefone, obtive sucesso em quase todos os casos. Marquei as primeiras entrevistas e agendei a primeira ida oficial para Itatinga.

### **5.1.2. Expedições investigativas**

A primeira expedição ocorreu no início de agosto de 2021 e tinha a intenção de aproximar os vínculos e me conectar com a horta. A viagem foi no dia 09/08/2021 e naquela mesma noite aproveitei a oportunidade para ir até a primeira sessão extraordinária aberta, depois da pandemia, que estava acontecendo na Câmara Municipal de Itatinga.

Na mesma semana, realizei entrevistas semiestruturadas com um vereador e uma funcionária da Diretoria de Meio Ambiente. Elas ocorreram na câmara municipal e na Casa do Cidadão<sup>4</sup>. A funcionária foi responsável por me introduzir na horta e apresentar minha pesquisa para as mulheres agricultoras. Conversei com elas sobre mim, sobre os objetivos da pesquisa e questioneei se poderia realizar a pesquisa com elas na horta.

Elas foram extremamente simpáticas e pareciam animadas com a pesquisa e minha presença. A líder das agricultoras me recebeu e presenteou-me com um buquê de flores de brócolis. Enquanto estávamos lá, o diretor de

---

<sup>4</sup> A Casa do Cidadão de Itatinga é um local voltado ao relacionamento entre a Prefeitura Municipal e o cidadão. Oferece “serviços próprios da Prefeitura como Dívida Ativa, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, também mantém parceria com a Justiça Eleitoral, Banco do Povo, Junta do Serviço Militar, cadastro de Microempreendedor Individual (MEI), Acessa São Paulo, Detran e uma Unidade do Poupatempo (ITATINGA, 2023).

Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Itatinga (PMI) chegou e fui apresentada a ele. A entrevista semiestruturada com ele ocorreu na mesma manhã, também na Casa do Cidadão.

Ainda naquela semana reservei dois dias para acompanhar as atividades das agricultoras e realizar observação-participante. Além disso, fiz entrevista com a diretora Assistência Social da PMI.

No diário de bordo, sobre as primeiras observações do trabalho na horta naquela semana, consta:

“Alguns tanques (entre 5 e 6) estão dispostos no terreno e recebem água do poço da horta através da bomba. Com a caixa d'água cheia, as mulheres começam a encher os regadores e regar as leiras. O serviço é puxado. O regador cheio é pesado e precisam de muitas idas e vindas para finalizar uma leira e o terreno é bem irregular, escorreguei algumas vezes enquanto executava a atividade e meus ombros estavam doendo ao final.”

“Depois da rega, começamos a capinar a área do pergolado onde plantam chuchu que morreu com a geada. Toda a produção tinha sido perdida com o frio e nessa semana a horta apareceu na TVtem<sup>5</sup> com uma reportagem sobre isto. A capina foi bem cansativa e paramos duas vezes para tomar café durante a atividade. Algumas mulheres levam café e alguns biscoitos para o momento da pausa e compartilham. A água para beber cada uma tem que levar da própria casa, na horta não tem bebedouro. Todas são bem-humoradas e simples. Conversam como amigas de longa data sobre suas rotinas e conhecidos. Quando acabou a capina, a líder rapidamente foi atrás de serviço e designou para as outras mulheres: limpar as leiras das plantas daninhas. Já estava cansada, mas o agacha e levanta da atividade me deixou exausta, no final meu joelho já estava doendo.”

“Quando soube que ia embora, a líder logo se preocupou com as comidas que eu levaria para mim e perguntou do que eu gostava e o que eu queria. No fim da manhã, antes de eu ir embora, ela separou maços de coentro, cebolinha e alho-poró e um lindo e grande repolho. Pegou mais algumas coisas para as outras mulheres da horta também. Elas pegam coisas para o autoconsumo à vontade, sem nenhum registro, mas sem exageros. Antes de ir embora eu dei mais umas voltas pela horta tirando fotos e caminhei mata adentro procurando o riacho que passa ao lado.”

Ao final dos 5 dias de observação e participação, voltei para Piracicaba com muitas verduras e frutas (Figura 34).

---

<sup>5</sup> A horta se tornou manchete no G1 e tema de matéria na TVtem por causa de uma forte geada que ocorreu em 2021 e congelou 80% da produção das agricultoras. A reportagem pode ser acessada através do endereço: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/07/19/geada-congela-80percent-das-hortalicas-da-horta-comunitaria-de-itatinga-apos-chegada-de-massa-de-ar-frio.ghtml>



Figura 34. Verduras e frutas recebidas após expedição.

Fonte: autora.

Concomitante ao desenvolvimento da pesquisa, naquele semestre, eu havia submetido, juntamente com o grupo Mosaico Educoflorestal de Itatinga, o qual participei durante o período do mestrado, um projeto para solicitação de bolsistas no Programa Unificado de Bolsas – PUB. O tema foi a “Atuação das mulheres de Itatinga na transição para uma cidade sustentável” e se baseava em acompanhar o desenvolvimento das atividades do projeto e produzir resultados extras. O projeto foi aceito com a aprovação de três bolsas. O processo inclusivo foi conduzido e a partir dali eu contei com o apoio de três estagiárias para o desenvolvimento da pesquisa.

Na segunda ida à Itatinga, estive com duas estagiárias. Os processos de registro ocorreram e acompanhamos todas as atividades desenvolvidas pelas agricultoras: plantio de mudas, limpeza dos canteiros, rega das plantas, colheita, limpeza das verduras, organização nos carrinhos de mão para vendas e as vendas na rua (Figura 35). Após a semana, mais uma vez saímos com sacolas cheias de comida para levar para casa.





Figura 35. Agricultoras realizando venda dos produtos da horta nas ruas de Itatinga.

Fonte: autora.

Constatou-se, a partir das visitas e conversas iniciais, que seria necessário entender melhor como as mulheres percebem e percebem-se no espaço da horta. Foi notado que havia falta de autonomia por parte delas para participarem das decisões referentes à horta e que muitas se conformavam com a dinâmica do trabalho. A participação na gestão era ínfima e acontecia apenas por parte da líder. Apesar de boa parte do trabalho mais árduo ser facilmente mecanizado – como é o caso da rega, não foi percebida nenhuma estranheza por parte das agricultoras em realizarem esse trabalho ou ânimo para atuar para mudanças ocorrerem.

Apesar da demonstração de forte vínculo existente entre elas, ele não se refletia em organização para incidência na política pública da qual elas eram alvo. Por esse contexto, além da realização de entrevistas semiestruturadas, foi pensada a condução da Oficina do Futuro com as mulheres agricultoras.

Foram realizadas intervenções junto a dois diferentes grupos de Itatinguenses:

- 1- Entrevistas semiestruturadas com **gestores municipais de Itatinga relacionados a gestão do programa da HCCV (três vereadores e três vereadoras, o diretor e uma funcionária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a diretora da Secretaria Municipal de Assistência Social e o prefeito)**;
- 2- Oficina do Futuro e entrevistas semiestruturadas com **onze agricultoras urbanas da HCCV**.

### 5.1.3. Entrevistas semiestruturadas

As perguntas das entrevistas, tanto para os gestores, como para as agricultoras, foram pensadas de maneira que elas atuassem como uma intervenção socioeducadora, considerando-se que, esse momento, envolve a interação entre a pesquisadora e o participante, e pode afetar o processo e o resultado da pesquisa. O roteiro de perguntas utilizado nas entrevistas semiestruturada para os gestores, encontra-se no Anexo C e, o roteiro utilizado com as agricultoras da Horta Comunitária Cheiro Verde, encontra-se no Anexo D.

Uma entrevista semiestruturada com perguntas engajadas pode ser considerada uma forma de intervenção socioeducadora, especialmente se o objetivo da entrevista é promover mudanças sociais ou educacionais, a pesquisadora pode usar perguntas para estimular a reflexão e a análise crítica do participante. Nesse caso, a entrevista

não seria apenas uma forma de coletar dados, mas também uma ferramenta para promover reflexões e aprendizados (TRIVIÑOS, 2008).

A entrevista semiestruturada, quando bem conduzida, pode atuar como uma prática de intervenção, já que ela possibilita um espaço para diálogo e reflexão entre entrevistado e entrevistadora. Isso pode levar a uma ampliação de perspectivas e até mesmo a uma mudança de comportamento ou atitude por parte do entrevistado. Isso ocorre porque, durante a entrevista, o entrevistado é instigado a pensar sobre si mesmo, suas experiências e opiniões, e a expressá-las de forma clara, além de possibilitar a construção de novos saberes e perspectivas, tanto para o entrevistado quanto para a entrevistadora (LATHER, 1991).

Essa abordagem é muito valiosa em pesquisas que buscam compreender a complexidade das relações sociais e seus desdobramentos na vida das pessoas. Além disso, a entrevista permitiu à entrevistadora explorar aspectos importantes que surgiram durante o diálogo, de modo a aprofundar a compreensão do objeto de estudo. Dessa forma, a entrevista se torna uma prática de intervenção, pois permite a construção de um espaço de escuta ativa, de reconhecimento do outro e de diálogo.

Ao conduzir uma entrevista semiestruturada, a pesquisadora pôde fazer intervenções verbais e não verbais que podem ter influenciado as respostas e as percepções do participante. No entanto, é importante lembrar que, ao conduzir uma entrevista semiestruturada, a postura assumida foi a de minimizar o impacto na coleta de dados, evitando influenciar as respostas do participante de maneira inadequada.

Além disso, é fundamental respeitar a autonomia e a privacidade do participante, assegurando que ele se sinta confortável e seguro durante a entrevista. Por conta disso, tanto as entrevistas com os gestores municipais quanto com as agricultoras urbanas, ocorreu a partir da disponibilidade e vontade de se voluntariar para participação, expressos após o contato e convite. A entrevista e a gravação só foram iniciadas após a leitura, compreensão e assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) por parte dos e das entrevistados (TCLE dos gestores no Anexo E; TCLE das agricultoras no Anexo F).

Durante as entrevistas semiestruturadas com os gestores municipais, foi percebido uma desconfiança por parte dos gestores com a palavra “entrevista”. Eles associavam com material para publicação e perguntavam repetidas vezes quais eram os objetivos daquilo e se as gravações seriam públicas. Acredito que esse foi um fator que dificultou o agendamento, e, por alguns gestores, eu fui reiteradamente ignorada. Uma das entrevistas demorou três meses de agendamentos e reagendamentos para acontecer.

Apesar de ter um roteiro de perguntas longo e complexo, em alguns casos, os gestores não estavam engajados com as reflexões que elas suscitavam e se distraíam facilmente, mexendo no celular durante a entrevista.

Para o grupo de gestores, o objetivo da entrevista foi entender como a Horta Comunitária Cheiro Verde é percebida e como avaliam os nexos entre mulheres e meio ambiente, especialmente no âmbito das políticas públicas. O interesse foi compreender o que pensam sobre as políticas públicas e o que elas devem promover dentro do município, se a questão de gênero é um parâmetro na formulação de políticas públicas e conhecer como a lei da horta foi pensada.

Apesar das expectativas, os gestores me trouxeram poucos elementos com relação a horta. Boa parte do tempo das entrevistas eles se dedicavam a explicitar seus esforços individuais na defesa dos interesses dos seus eleitores. Sobre as agricultoras da horta, eles reforçavam reiteradamente o quanto as julgavam simples, humildes, sem experiências profissionais ou capacidades intelectuais. Em muitos momentos, quando perguntava sobre a maior participação das mulheres na gestão da horta, tive a impressão de que esses argumentos, além dos impedimentos do arcabouço burocrático, eram usados para desqualificar uma participação mais ativa das mulheres na horta.

Foi trazido também a falta de empoderamento que essas mulheres tinham e que para melhorar essa situação a prefeitura levava-as para um dia no salão de beleza. Para mim, parecia contraditório por parte dos gestores perceberem a falta de empoderamento, mas não acreditarem na participação e autonomia como promotores deste. Se traduzindo em uma ideia limitada e mercadológica de que mulher empoderada é mulher de cabelos penteados e arrumada.

As entrevistas semiestruturadas com as agricultoras teve o objetivo de entender como a Horta Comunitária Cheiro Verde era percebida por elas e como avaliam os nexos entre mulheres e meio ambiente. Além disso, tinha o intuito de coletar informações referentes ao perfil delas (dados usados na raiz da pesquisa para elaborar o subtópico sobre as mulheres agricultoras) e entender o vínculo delas com o território, explorando perguntas sobre se elas plantam em casa, consomem o que plantam, preocupam-se em comer alimentos orgânicos, quem (homens ou mulheres) plantam/cozinham nas casas e qual interesse elas teriam em políticas públicas voltadas a mulheres e ao meio ambiente.

A relação de confiança e segurança em comer o que se planta e as mudanças alimentares causadas pelo acesso a produção da horta foi demonstrado em diversos momentos, além de reiterado o quanto elas se sentiam bem com o contato da mão na terra, as relações de amizade com outras mulheres e a possibilidade de fazer um trabalho fora de casa, evidenciando os benefícios para saúde mental além da maior autonomia individual com a renda própria proveniente das vendas de verduras.

Sobre a renda familiar mensal, foi percebido que elas sentiam vergonha de falar. Sobre os trabalhos domésticos, quando não era feito 100% por elas, elas falavam sempre em “receber ajuda”, dando a entender que a noção de obrigatoriedade com a lida do lar era feminina. Sobre o feminismo, senti que quem disse que era feminista, é porque sentiu que essa era a “resposta certa”, mas a maioria não sabia o que é feminismo.

#### **5.1.4. Imersão de campo**

Tendo em vista as dificuldades encontradas para deslocamento – nas expedições investigativas, uma das viagens tinha sido possível pelo recurso da PROEX, o qual utilizei para alugar um carro e poder ir e voltar da horta para a estação experimental todos os dias durante uma semana; e, na segunda vez, utilizamos o carro do departamento de Ciências Florestais e um técnico do laboratório Oca foi nosso motorista; decidi, juntamente com meu orientador e mediante autorização do gestor da EECFI, fazer uma imersão de campo e acompanhar a rotina de trabalho da horta por um período maior e conhecer melhor as agricultoras.

A importância da imersão era ainda maior quando se considera que parte do planejamento envolvia a execução da Oficina do Futuro, que demanda tempo, organização e abertura dialógica entre as participantes e a pesquisadora para a condução satisfatória da dinâmica. Ela consiste em uma inserção mais intensa e prolongada no campo de estudo, permitindo uma vivência mais aprofundada e uma maior compreensão do objeto de estudo e de suas relações sociais.

A imersão de campo também pode ser entendida como uma prática de intervenção, pois permitiu uma atuação mais ativa da pesquisadora no campo, o que pode gerar mudanças e impactos no ambiente estudado e contribuir para uma produção de conhecimento mais crítico e comprometido com a realidade social, podendo gerar impactos positivos no campo de estudo e na vida das pessoas envolvidas (PASSOS; BARROS, 2009).

Durante a imersão, foi possível perceber problemas, necessidades, desafios e potencialidades. Essa compreensão pode contribuir para a proposição de soluções, políticas públicas e projetos sociais mais efetivos e alinhados às demandas da população. Além disso, a imersão de campo também pode gerar uma maior empatia e engajamento do pesquisador com o campo de estudo, possibilitando uma compreensão mais ampla e complexa das dinâmicas sociais ali presentes. Isso pode contribuir para uma produção de conhecimento mais crítica, sensível e comprometido com a realidade social (ROCHA; AGUIAR, 2003).

É importante ressaltar, no entanto, que a imersão de campo exige uma postura ética e responsável, que deve respeitar a privacidade e a integridade dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Além disso, é fundamental destacar que a pesquisa foi construída em diálogo com a comunidade estudada, valorizando suas experiências e saberes e garantindo uma participação ativa e significativa em todo o processo, mais uma razão para a imersão de campo.

Durante a imersão foi utilizada a abordagem da observação participante, utilizando sempre um diário de bordo e filmando, fotografando ou gravando determinadas situações. Para ela acontecer, morei na EECFI durante o mês de maio e junho de 2022. Estive alojada em um alojamento da estação e a logística do meu transporte diário envolvia muitas etapas.

Como as mulheres da horta começavam a chegar para o trabalho entre 6h e 6h30min, era necessário encontrar uma solução que me permitisse chegar o maior próximo do horário delas. Conversando constantemente com o gestor da estação e com o diretor de meio ambiente, pensamos na possibilidade do meu deslocamento ser facilitado pelo ônibus escolar rural, que passava próximo a entrada da estação e chegava na cidade às 7h.

O diretor de meio ambiente pediu autorização para eu utilizar o ônibus na garagem da prefeitura e o deslocamento entre o meu alojamento e o ponto do ônibus acontecia no momento da ronda dos guardas da estação, às 5h30min.

Durante a imersão de campo, portanto, a minha rotina era:

- Acordar às 4h40min;
- Pegar carona com o carro da guarda às 5h30min;
- Pegar carona com o ônibus escolar rural às 6h;
- Chegar no ponto da escola mais próxima da horta (a última parada) às 6h45min;
- Terminar o trajeto andando;
- Chegar na horta às 7h.

Após terminar o trabalho com elas nas atividades da horta, por volta de 12h, eu almoçava e depois ia para a escola para pegar o ônibus (Figura 36) e voltar para a estação, repetindo as mesmas etapas do trajeto da manhã.



Figura 36. Retorno para a estação no ônibus escolar rural.

Fonte: autora.

A questão do almoço foi uma surpresa que me ocorreu durante a imersão. Na primeira semana, eu levava a marmita com a comida que tinha preparado na noite anterior. Na segunda semana, o diretor de meio ambiente me informou que começaria a levar marmittas para mim. Não entendi no primeiro momento e questionei como era possível existir uma verba da prefeitura que pudesse bancar meu almoço diário, estava constrangida em receber almoço enquanto as mulheres iam para casa cozinhar. Ele desconversou e expressou os esforços que estava fazendo para que eu me sentisse acolhida. Agradei com veemência e a partir da segunda semana me alimentava com as marmittas que ele levava para mim, ainda quentes, próximo ao fim do expediente das agricultoras.

Durante a rotina de trabalho diário na imersão de campo, muitas situações foram observadas e são relevantes para a pesquisa, elas foram registradas no diário de bordo, no qual consta os relatos exploratórios do período de dois meses de imersão vivenciado na HCCV

Uma delas, era a dinâmica do cafezinho. Após algumas horas de trabalho, todas as agricultoras paravam juntas para tomar um café e comer alguma coisa. Cada uma levava uma coisa para partilhar e era comum que o assunto do cafezinho fossem receitas dos produtos da horta, além de desabaços sobre questões pessoais que eram acolhidos e elaborados em conjunto a fim de encontrar soluções. Depois voltavam, todas juntas, a trabalhar em diferentes tarefas. As pausas para os cafezinhos aconteciam mediante vontade de qualquer uma das agricultoras de fazer um intervalo, e o número de repetições dependia de fatores como as condições do clima, tipo de trabalho executado e grupo que estava trabalhando no dia, de acordo com a rotatividade das equipes.

Outra situação interessante envolveu árvores de abacate do terreno da HCCV. Em uma caminhada explorando o terreno, após os trabalhos do dia finalizados, me deparei com duas enormes árvores de abacate lotadas de frutas (Figura 37).



Figura 37. Abacateiros da HCCV.

Fonte: autora.

Rapidamente peguei um balde e comecei a coletar os muitos frutos que estavam no chão. Voltei para a mesa e começamos a distribuir os abacates entre as agricultoras. Questionei porque elas não coletavam os abacates para consumo e venda e elas explicaram que era simplesmente uma questão de falta de costume.

Daquele dia em diante, todos os dias, ao final do expediente, eu ia até os pés de abacates coletar as novas frutas caídas. As árvores eram abundantes e dia após dia eu enchia pelo menos um balde com os frutos (Figura 38) e distribuíamos entre todas.

Um desses dias, uma agricultora recusou os abacates pois os filhos viam as frutas e ficavam pedindo vitamina de abacate, mas o leite estava caro e não era possível beber vitamina todos os dias. Perguntei se elas não conheciam a receita de guacamole e expliquei que poderia ser outra alternativa para o uso do fruto. Nenhuma delas conhecia, então, naquele dia, peguei muitos tipos de “cheiros-verdes” diferentes e na manhã seguinte levei um pote de guacamole e um pacote de biscoito para o momento coletivo do cafezinho. Todas gostaram muito da receita e voltaram a pegar abacates. No decorrer das semanas, outras receitas de guacamoles, feitas por diferentes mulheres, foram levadas para partilha no nosso cafezinho.



Figura 38. Balde com abacates coletados na horta.

Fonte: autora.

Outro fenômeno relevante de ser trazido nesta pesquisa, foi a percepção da religiosidade no contexto individual e relacional entre elas. Todos os dias, antes da dupla da venda do dia sair para vender as verduras na rua da cidade, as mulheres que ficavam na horta as abençoavam e proferiam palavras de prosperidade para os caminhos que elas trilhassem. Além disso, durante as conversas enquanto trabalhavam, era recorrente que usassem expressões como “Deus proverá”, “Deus é bom o tempo todo” e cantassem música gospel.

### **5.1.5. Oficina do Futuro**

Depois de definida, durante as expedições investigativas, que a intervenção que seria conduzida com as agricultoras seria a Oficina do Futuro, decidimos, em consideração a falta de experiência da pesquisadora na condução da oficina, que faríamos um exercício de formação com o grupo Mosaico Educoflorestal de Itatinga; a fim de testar os materiais, conhecer os tempos e as eventuais surpresas que poderiam acontecer durante a OF.

Para a realização da oficina com o grupo, elaboramos todos os materiais previstos e o planejamento detalhado da dinâmica. A atividade ocorreu no laboratório Oca (Figura 39), foi muito bem-sucedida e essencial para nos adequarmos e realizarmos a OF com as agricultoras.



Figura 39. Equipe de estagiárias e pesquisadora antes do início da Oficina do Futuro com o Mosaico.

Fonte: autora.

Com a OF de teste realizada com o Mosaico, durante o período de imersão, além da observação participante com as mulheres da horta, estive planejando a execução da Oficina do Futuro.

O local para realização da oficina foi um desafio e um sonho ao mesmo tempo. Durante as conversas informais na imersão de campo, perguntei a todas as agricultoras se elas conheciam, e, qual relação tinham com a Estação Experimental de Ciências Florestais, e a maioria esmagadora delas respondeu que não conhecia ou tinha conhecido quando criança, em atividade escolar.

Ao ouvir aqueles relatos, tive certeza de que era incumbência da minha pesquisa possibilitar que as mulheres fossem na EECFI. Esse era o maior sonho da minha pesquisa até aquele momento. A ideia da minha pesquisa tinha surgido a partir da perspectiva de aproximação da estação com a cidade, então, era necessário para isso, que as pessoas da cidade ao menos conhecessem o lugar. Compartilhei meu desejo com as agriculturas, que se animaram muito com a ideia e contribuíram para cada decisão ser tomada.

Com o desejo latente de transformar aquele sonho em realidade, comecei a articulação para conseguir: i) transporte para levá-las; ii) alimentação para o dia da atividade; iii) viagem de ida e volta das estagiárias para levarem os materiais, me apoiarem e darem suporte com as prováveis crianças, filhas ou parentes das agricultoras, que compareceriam; iii) adequação dos espaços para realização da dinâmica. Para isso, houve uma reunião com representantes da diretoria de meio ambiente, a pesquisadora e o gestor da EECFI.

A partir dos encaminhamentos e acordos definidos, chegamos a uma data e organizamos as logísticas. O transporte foi disponibilizado pela prefeitura (o mesmo escolar rural que me levava para a horta durante a semana), a atividade ocorreu no sábado então não haveria convergência de demandas.

O gestor da estação havia liberado o espaço e confirmado presença no dia da atividade. O maior desafio era a alimentação. Conseguir os alimentos e quem cozinhasse para aproximadamente 25 pessoas, necessitava de recursos que não tínhamos e fazer a Oficina sem pausas para alimentação era inviável. Além disso, ainda era necessário definir como esses alimentos seriam transportados para a estação.

Depois de diferentes tentativas frustradas, chegamos em um acordo no qual cada um disponibilizou o que era possível. Com recurso do programa de pós-graduação em Recursos Florestais, compramos boa parte dos alimentos. Eles foram comprados em Piracicaba (porque os valores são menores) e transportados para Itatinga por



uma estagiária do projeto, no carro do malote; os alimentos, não perecíveis, foi doada pela EECFI; e as hortaliças e verduras foram doadas pela horta.

O almoço foi farto, saboroso e um momento de descontração entre todas (Figura 40).



Figura 40. Saladas do almoço que ocorreu durante a Oficina do Futuro.

Fonte: autora.

As quatro cozinheiras do almoço foram as que trabalham no lar dos velhinhos da prefeitura. Elas levaram enormes panelas e equipamentos para cozinhar. Para o café da manhã, tive auxílio de uma estagiária (a única que pôde estar presente), e cozinhamos antes das mulheres chegarem.

Foi elaborado um novo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a dinâmica (Anexo G) e o roteiro para a condução da Oficina do Futuro com as agricultoras da HCCV (Anexo H). A sistematização de todas as etapas da OF encontra-se no Anexo I.

Certamente o dia da realização da Oficina do Futuro foi o mais feliz em toda a trajetória da pesquisa. Todos aqueles dias passando um frio congelante e acordando antes do sol, tinham me levado a realização de um sonho que duvidei muito ser possível de acontecer. Saber que, através da pesquisa, tinha sido possível articular tantas parcerias a fim de um desejo coletivo foi extremamente enriquecedor. Todas as agricultoras que estavam ativas na horta compareceram e algumas levaram filhos(as) ou netas(os). No horário do almoço, compareceram a diretora de assistência social, o diretor de meio ambiente, e o prefeito com a primeira-dama.

A atividade seguiu a base metodológica estudada e o roteiro definido previamente, baseado na experiência de condução da oficina com grupo Mosaico. Como estava com o apoio de apenas uma estagiária, que ficou cuidando das crianças, conduzi a oficina sozinha e por conta disso não haveria como fazer anotações sobre as observações que surgiram durante a realização da atividade. Acredito que para uma sistematização mais elaborada, fosse necessário pelo menos mais uma pessoa de apoio.

No início da atividade as agricultoras pareciam animadas, mas confusas e inseguras se seriam capazes de entender a dinâmica. Havia um receio de que fosse muito difícil extrair as opiniões delas, mas ao decorrer da atividade, vozes mais ativas foram aparecendo. Durante toda a atividade, estive estimulando para que aquelas que não falavam muito se expressassem caso desejassem. Antes de começarmos foi reforçado que todas as opiniões eram



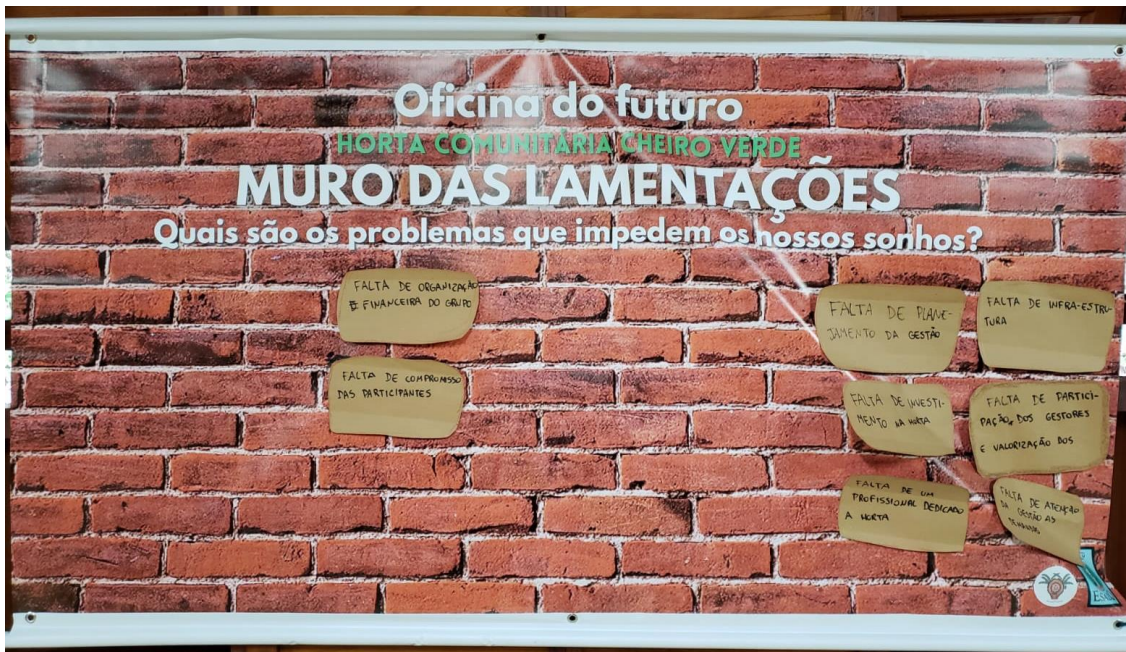


Figura 42. Muro das lamentações produzido na OF com as agricultoras.

Fonte: autora.

No final da manhã, saímos para fazer a trilha da estação que leva até a cachoeira (Figura 43). Todas pareciam muito animadas e curiosas para explorar o lugar.



Figura 43. Pesquisadora e agricultoras na entrada da cachoeira da EECFI.

Fonte: autora.

Após o almoço, voltamos para a sala na qual a atividade estava acontecendo e continuamos a atividade. O cansaço (mental e físico), limitou uma participação mais ativa no período da tarde e as dinâmicas não se desenrolaram com tanta fluidez. Senti elas pessimistas com a dinâmica e, acredito que por isso, elas começaram a me intimidar para acabar logo ou escrever qualquer coisa para que chegasse ao fim da oficina, o que me deixou desestimulada e impaciente.

Para o caminho adiante (Figura 44), definimos quatro passos para serem detalhados no plano de ação.



Figura 44. Caminho adiante produzido na OF com as agricultoras urbanas.

Fonte: autora.

Por último, detalhamos os passos em quatro ações no plano de ações ou “Agenda 21 do Pedaco” (Figura 45). Nesse momento, além de cansadas, elas estavam temerosas e não se disponibilizaram para assumir todas as ações por medo de represália, demissão ou retaliação por parte dos gestores. Por conta disso, duas das quatro ações foram assumidas pela pesquisadora e as estagiárias.

<b>AÇÃO</b>	CARTA DE SOLICITAÇÕES
<b>MATERIAIS E CUSTOS</b>	PAPELARIA E VINDA PARA ITATINGA
<b>PRAZOS</b>	PRIMEIRA SEMANA DE JULHO
<b>RESPONSÁVEIS</b>	FRIDHA E ESTAGIÁRIAS
<b>COMO AVALIAR</b>	ATRAVES DA RESPOSTA DOS GESTORES

Figura 45. Uma das ações da Agenda 21 da HCCV.

Fonte: autora.

A carta de solicitações para os gestores, agregando todos os sonhos e possíveis caminhos para resolvê-los, foi a maior ação entre as definidas, entretanto, infelizmente, após a imersão de campo, eu precisei me distanciar das atividades de campo e parar a coleta de dados para conseguir me dedicar a escrita e análise da pesquisa. Encaminhei as demandas da oficina para as estagiárias do projeto, mas elas não as cumpriram. O acordo era de escrevermos a carta e as agricultoras assinarem, mas isso não parecia ser a melhor opção, pois elas também demonstravam receio de assinar a possível carta.

Outra ação, mais simples, foi a de ter um caixa na horta, para que fosse possível ter troco para efetuar as primeiras vendas com mais facilidade. Segundo as agricultoras, isso começou a acontecer e trouxe retornos positivos.

Durante a avaliação, as mulheres estavam agradecidas pela oportunidade de ter ido à estação e de debater coletivamente sobre as questões referentes à horta, entretanto, demonstravam receio quanto às mudanças e participação mais ativa, por se sentirem inseguras com relação à dependência que têm do trabalho. Uma foto (Figura 46) de todo o grupo que esteve presente durante o dia foi tirada por uma assessora do prefeito.



Figura 46. Foto com todos os presentes durante o dia da Oficina do Futuro.

Fonte: autora.

Apenas escrevendo essa trajetória metodológica pude perceber que a “Agenda 21 do Pedaco” da horta não foi efetivamente satisfatória porque metade das ações no plano de ação foram encaminhadas para as responsáveis serem a pesquisadora e estagiárias do PUB de mulheres, e, não as próprias agricultoras.

Acredito que isso se deve ao fato de que, apesar da minha participação na dinâmica da horta, as experiências de vulnerabilidade e emparedamento vividas pelas mulheres possivelmente não as permite se perceberem como agentes de transformação capazes de incidir em mudanças na política pública da qual elas são alvos. O temor e a vulnerabilidade afetaram a potência de ação e ocasionou que elas se indispueram para assumir responsabilidades por receio de serem afastadas do trabalho na horta ou intimidadas por algum dos gestores.

Uma possível forma de modificar e dirimir essa situação, possibilitando uma abordagem mais profunda e complexa sobre a dinâmica da horta, seria conduzir oficinas do futuro diferentes e específicas junto à cada um dos grupos que trabalhei (agricultoras e gestores municipais) e que se envolvem com o território.

Após o período de imersão, para finalização das atividades de campo da pesquisa, foi necessário realizar reuniões de avaliação para o fechamento daquele ciclo. Me reuni com as estagiárias do PUB e com o gestor da EECFI. Com as estagiárias, reforcei a importância de continuidade das ações e compromissos acordados, além de agradecê-las pela parceria. Da mesma forma, se deu a avaliação com o gestor, que demonstrou acreditar que as articulações criadas para a realização da pesquisa podem ter sido uma boa iniciativa para aproximar mais a EECFI e a Prefeitura Municipal.

### 5.1.6. Percepções sobre a pesquisa intervenção

Muitas das percepções e conhecimentos referentes à dinâmica da horta encontram-se na seção solo, no tópico sobre a HCCV. Entretanto, relato aqui as vivências e reflexões que surgiram de uma ótica pessoal e que possibilitaram o mergulho em si, ou melhor, o mergulho em mim.

Durante esse mergulho busca-se compreender os valores, as normas, as crenças e os significados que orientam a ação dos sujeitos pesquisados, bem como as dinâmicas sociais e culturais em que eles estão inseridos. Além disso, é também um momento em que a pesquisadora deve refletir criticamente sobre o seu próprio papel na pesquisa e sobre os seus próprios pressupostos teóricos e metodológicos. Isso porque o contato direto com os sujeitos pesquisados pode trazer à tona questões éticas e epistemológicas importantes, que devem ser levadas em consideração na análise dos dados (D' SOUZA, 1992).

A partir da leitura de Maria Angelica de Melo Rente (2020) sobre Martin Buber, percebe-se que o mergulho em si é um momento de reflexão, autoanálise e diálogo, que deve estar atento não só aos aspectos sociais e culturais do contexto pesquisado, mas também às implicações de sua própria presença na pesquisa e às suas relações com os sujeitos pesquisados. Essa reflexão crítica é fundamental para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados da pesquisa.

Início o aprofundamento das questões que me atravessaram durante a trajetória para realização das intervenções com o testemunho das dificuldades de se fazer uma pesquisa engajada com pessoas em situação de vulnerabilidade. A falta de apoio institucional supera os problemas de deslocamento. Enquanto ouvia meus colegas na USP relatando a disponibilidade de verba e estrutura para realização da pesquisa com parcerias de empresas privadas do setor de eucalipto, via a minha pesquisa e abordagem teórica e prática, sempre deslocada das discussões científicas nas disciplinas e encontros do programa de pós-graduação. As pesquisas com atividade de extensão – mesmo que nos moldes tradicionais de estender o conhecimento, não eram citadas ou reconhecidas.

Muitas vezes tentei me deslocar entre Piracicaba e Itatinga de carona com outros colegas de programa que realizavam pesquisa na estação, mas em todas fui rejeitada por não fazer parte do projeto específico. Pagava Uber, ônibus e ficava no meio da estrada, com medo e sozinha (e por vezes sofrendo assédio dos motoristas que passavam) esperando até que algum funcionário da estação pudesse me buscar, enquanto que, no mesmo dia e hora, colegas pesquisadores estavam fazendo o mesmo trajeto e com vagas sobrando no transporte. A falta de solidariedade entre os pós-graduandos da ESALQ me entristecia e fazia-me questionar sobre a pesquisa recorrentemente. Lembro das vezes que cheguei à secretaria do Recursos Florestais chorando, em desespero, por não saber como lidar com tantos impeditivos.

O próprio comitê de ética foi um desafio para uma pesquisa com imperativo da participação, como a minha. Precisava da aprovação do comitê de ética para me conectar com as agricultoras, entretanto, não era possível submeter uma pesquisa na plataforma sem todas as definitivas decisões sobre quais e como as intervenções se daria. Como era possível eu saber quais seriam se eu queria decidir juntamente com as agricultoras? Como o planejamento participativo e a incrementalidade do processo não é previsto e esperado em pesquisas com seres humanos?

Por conta das articulações com diferentes instâncias (prefeitura de Itatinga, diretoria de meio ambiente, LCF, ESALQ e EECFI) e constantes tentativas – frustradas – de deslocamento por meios institucionais, boa parte da intervenção teve que cuidar de burocracias e isso foi me desgastando com o processo a ponto de me fazer desistir e assumir que os custos e dificuldades de deslocamento e pertencimento universitário teriam que ser apenas problemas meus.

Nos relatos do diário de bordo é possível perceber meu desgaste e frustração por estar na universidade considerada por muitos como a melhor e mais rica do país, fazendo algo da qual ela constantemente se vangloria – aproximando a universidade da comunidade local, e, mesmo assim, me sentindo completamente sozinha e em um constante e exaustivo movimento de convencimento e resistência.

Se, de fato, a atuação com a comunidade local é uma preocupação da Universidade de São Paulo, é preciso mais que as iniciativas individuais de pesquisadoras comprometidas com esse propósito. Apenas essas pesquisas não são suficientes para transformar a universidade e nem encontram fortalecimento institucional para prosperarem.

A questão dos prazos foi outro desafio para a pesquisa, principalmente por ela ter acontecido em período pandêmico e logo após a pandemia. A segurança das agricultoras era prioritária e, por conta disso, apesar de ter ingressado no mestrado em abril de 2020, só pude conhecê-las em agosto de 2021. Isso atrasou meu campo e consequentemente a escrita da pesquisa. Pedi a prorrogação para ser possível concluir todas as etapas, entretanto, fiquei sem bolsa a partir de julho de 2022. Trabalhar sendo mal remunerada já era ruim, mas trabalhar sem receber é bem pior.

Para além das questões burocráticas, ainda pairava sobre mim uma permanente insegurança em trabalhar com pesquisa e dados qualitativos, a falta de familiaridade e confusão com novos e tantos conceitos da educação, pesquisa social e ecofeminismo me desestabilizavam e me faziam questionar minha capacidade como pesquisadora. Aliada a estranheza por não estar produzindo conhecimento “técnico”, vivi intensas crises profissionais (que resultaram em outros tipos de crises) durante a pesquisa.

Outra circunstância que se desvelou no processo foi a minha dificuldade em orientar as estagiárias do PUB. Apesar de elas estarem, teoricamente, sendo orientadas pela professora responsável pelo projeto, na prática, a orientação era minha. A professora assinou o projeto, atendendo ao nosso pedido de um favor para viabilizar a solicitação das bolsas, mas não auxiliou ou acompanhou o que estava sendo feito.

A responsabilidade com três jovens ingressantes da graduação pesava nas viagens de campo e a falta de experiência com metodologias científicas fez com que, inúmeras vezes, tivéssemos que retroceder nas discussões e compromissos adotados. Existia a pressão de que eu fosse a líder delas, entretanto, haviam momentos em que fazer as atividades sozinha seria mais rápido e efetivo do que ensiná-las. Tivemos poucas oportunidades para realizar formações coletivas e estávamos envolvidas ainda com outras obrigações relacionadas as viagens de campo, reuniões sobre o projeto e com o grupo mosaico, além das disciplinas e demandas da graduação delas.

Apesar dos diferentes tipos de expectativas e obstáculos encontrados, acredito que fui honesta e cumpri com o que era possível de ser feito no processo da intervenção. Espero que isso seja percebido com a leitura da trajetória que trilhei e que, apesar da dificuldade pessoal de me expor, os sentimentos e reflexões vividos durante a pesquisa possam ser desvelados suficientemente.

Durante as entrevistas e conversas informais na imersão de campo, em diversos momentos, tive acesso a informações conflitantes. Enquanto que, segundo os gestores, acontecia recorrentemente iniciativas promovidas pela prefeitura como cursos de capacitação e almoços coletivos, segundo as agricultoras isso era raridade e elas se lembravam de apenas um curso no início dos anos 2000, além de uma ida ao salão de beleza.

A convivência com as agricultoras da horta me fez perceber que não basta apenas a existência de uma lei. Como implementá-la de forma educadora? É preciso que, para a profunda transformação da vida dessas agricultoras, a política pública esteja alinhada com a responsabilidade educadora e promova a capacitação mínima das mulheres sobre orgânicos, sistemas de plantio, circuitos curtos de comercialização, entre outros temas relevantes. O aprendizado era, inclusive, uma demanda recorrente delas.

Com a imersão foi possível compreender melhor sobre a vida das mulheres e as suas percepções sobre o território, incluindo como elas se sentiam em relação ao ambiente da horta. Boa parte delas se casaram ou tiveram filhos quando jovens e, por estarem desempregadas, escolheram participar do programa da horta comunitária pela



fonte de renda e pela flexibilidade e necessidade de poucas horas semanais de trabalho, o que permite que elas se mantenham presentes nos cuidados e demandas da casa e da família.

É evidente que a competitividade no mercado e as poucas opções de emprego (outra atividade comum na região é trabalhar na colheita de laranjas), além da baixa escolaridade que elas tiveram acesso, dificultam a empregabilidade delas. Entretanto, é nítido que, mesmo que conseguissem um trabalho formal, muitas não poderiam assumir devido às responsabilidades com cuidados familiares e domésticos. A maioria delas, além de protagonizar atividades domésticas de alimentação, limpeza e organização, ainda cuidam dos filhos pequenos, dos familiares idosos (pais e sogros), ou dos dois.

Esses cuidados atravessam a vida das mulheres de tal forma que atuou como obstáculo para que fosse possível a elas finalizarem os estudos, se profissionalizarem ou adquirirem experiência profissional. Na opinião do diretor do meio ambiente, não seria viável modernizar e automatizar alguns processos na horta, apesar do esforço e cansaço que elas causam, pois com a adoção da tecnologia elas “não teriam o que fazer” e isso tiraria o emprego delas e perderia o intuito social.

Um erro metodológico causado pela falta de experiência e inocência da pesquisadora, foi ter acreditado que fazer a oficina do futuro só com as agriculturas seria efetivo. As mulheres vivenciam um sistema hierárquico que as impede e empareda, e, não permite a livre expressão e que a potência de ação delas seja direcionada para incidir em políticas públicas. Obstáculos psicológicos e materiais foram impeditivos para participação e comprometimento delas. Portanto, a construção da Agenda 21 da horta foi falha pois não as responsabilizava pelas ações. Idealmente, na Agenda 21, quem protagoniza as ações são aquelas que pertencem ao local.

Possivelmente, a realização de oficinas do futuro com todos os agentes que estão envolvidos, ou que poderiam se envolver na dinâmica da horta, como a comunidade local, os professores da educação básica, os gestores municipais e em um processo educador mais profundo, complexo e delongado trariam elementos mais apropriados para a construção da Agenda 21 da horta.

Apesar disso, vale ressaltar que a atividade foi importante no sentido de oportunizar elas se reunirem para refletir sobre o território da horta pela primeira vez e se perceberem como um coletivo alinhado para as melhorias de trabalhos delas mesmas. A oficina possibilitou a reflexão das agricultoras sobre seu espaço sob a perspectiva de projeção do futuro e construção coletiva.

Permitiu, ainda, levar e apresentar a estação para as mulheres, onde passeamos e interagimos em um espaço diferente para elas. A oficina contou com a presença de crianças, familiares das agricultoras. Elas foram convidadas para a visita e uma das estagiárias foi responsável por elaborar e conduzir atividades educativas e seguras com o grupo. Materiais de papelaria, como lápis de cor, tinta, pincel e folha de papel colorida foram levados do laboratório Oca, em Piracicaba, para a estação, afim de facilitar o entretenimento das crianças. Apesar de ter sido um desafio a mais, tudo ocorreu de forma segura e as agricultoras mostravam-se felizes por partilhar o dia ao lado das crianças.

O desvelamento das limitações da oficina trouxe a reflexão sobre a intersecção das desigualdades vividas pelas mulheres. É importante considerar que existe uma interação entre as diferentes formas de opressão, como a raça, o gênero, a classe social e outras categorias sociais. No caso específico das agricultoras, mulheres brasileiras pobres, maioria mães, pretas e pardas, essa intersecção é particularmente grave e se intensificam mutuamente, sendo limitadoras do pleno viver por essas mulheres.

O combo de vulnerabilidades experienciado pelas mulheres, englobam ainda o racismo ambiental, que se refere à forma como as minorias étnicas e comunidades marginalizadas enfrentam uma desigualdade ambiental em

relação à exposição a riscos ambientais e degradação do meio ambiente. Essa desigualdade está relacionada à distribuição desproporcional de poluição, resíduos perigosos, instalações industriais nocivas e outros problemas ambientais. O racismo ambiental está enraizado em questões sociais, econômicas e políticas mais amplas, como segregação residencial, desigualdade de renda, falta de representação política e discriminação sistemática (DE SOUZA FILGUEIRA, 2021).

Apesar dos obstáculos encontrados, as críticas apresentadas, representam apenas o compromisso da pesquisa com a transparência e compartilhamento dos processos vividos, e não expressam o impacto e benefícios que a iniciativa da Prefeitura Municipal de Itatinga de implantar e manter uma horta comunitária têm na sociedade.

No cotidiano, a convivência com as agricultoras era extremamente fácil e amável. Elas demonstravam muito carinho e cuidado comigo, sempre se preocupando com a minha solidão morando na estação e com o frio que passei durante os meses que estive com elas. Sempre que possível, durante as nossas atividades na horta, eu transmitia informações técnicas sobre algum dos temas relacionados a minha pesquisa ou aos conhecimentos que obtive como engenheira florestal. Além das agricultoras, me relacionei diariamente com o casal de caseiro que mora na casa que fica no terreno da horta. Sempre solícitos e queridos, me ajudaram a coletar informações sempre que necessitei.

As agricultoras gostavam da minha participação, especialmente nas saídas para vender as verduras. Isso se dava porque, segundo elas, a venda era mais fácil quando eu estava, pois as pessoas iam comprar para saber quem eu era. Os moradores da redondeza e as agricultoras se conheciam por nome e elas sabiam exatamente quem gostava mais de qual produto. Muitas vezes, durante as andadas para vender, sobrava mais de alguma verdura e elas sabiam claramente qual casa ir para vendê-los mais rápido.

Havia também o caso, muito frequente, de moradores irem até a horta comprar diretamente no espaço, era frequente que eles pedissem para colher ou ir pessoalmente escolher o vegetal desejado na terra, além de trocarem receitas e dicas de usos dos alimentos.

Essas dinâmicas relacionais incorporam o senso de pertencimento e vínculo das agricultoras e dos moradores com o território da horta e de Itatinga. As agricultoras demonstraram frequentemente uma sensibilidade aguçada para questões ambientais, relatando problemas de lixo na cidade, mal tratos com animais, e, mesmo trabalhando na horta, mantendo e cuidando de plantas dentro de casa.

Com o tempo, fui percebendo os múltiplos benefícios e impactos que a horta pode trazer. Proporcionar o aumento do consumo de alimentos orgânicos, a geração de trabalho e renda para mulheres e ocupação ambientalmente correta de vazios urbanos da cidade, são só alguns dos benefícios visualizados com essa política pública.

Entretanto, era visível que o esforço físico extremo resultava em uma receita ínfima e que ela poderia ser potencializada com a adoção de algumas tecnologias e capacitação das mulheres. Além do uso do próprio espaço da horta. Durante a imersão e nas entrevistas, não foi citado a presença de professores ou estudantes municipais que se apropriassem do espaço como educador e de construção de conhecimento coletivos. A composteira que existe no terreno é mal manejada e, apesar de ter capacidade em tamanho, não faz a compostagem de resíduos de outros lugares, mesmo que provenientes da prefeitura.

Isso indica que a articulação da horta com outras iniciativas (de educação, meio-ambiente ou até mesmo turismo) não é promovida ou discutida. Apesar da visualização de inúmeras possibilidades (composteira municipal, espaço educador, beneficiamento das verduras) me mantive interessada no que de fato acontecia e qual era o desejo delas para o espaço, evitando expressar minhas opiniões no tocante a esse tema.

Ao passo que fui conhecendo-as e me familiarizando com a rotina, o encantamento com a pesquisa se fortaleceu e me nutriu durante todo o trajeto. Reconhecia naquelas mulheres as próprias mulheres da minha vida. Minha mãe, minha avó, minha tia, minhas amigas e a mim mesma e, apesar da saudade da minha rede de apoio, me encontrava nelas todos os dias. Sentia que ir para aquele lugar e possibilitar que aquelas vozes fossem de fato escutadas, era o verdadeiro compromisso que assumi no fazer da pesquisa. Ouvir histórias incríveis de mulheres invisíveis socialmente e saber que, através da minha pesquisa, elas seriam valoradas – por conta dessa suposta superioridade do conhecimento acadêmico, me revigorou em todos os momentos de dificuldades.

Apesar da afinidade que desenvolvemos (a ponto de me fazer chorar enquanto escrevo sobre isso), estabelecer vínculos de confiança com as mulheres foi um desafio porque, como eu sempre estava em contato com os gestores, elas ficavam ressabiadas que eu pudesse levar as informações para os gestores. Com o tempo e pela troca que tive com elas das minhas próprias intimidades, esse desconforto foi superado e encontrava nelas abrigo e suporte. Acredito que desenvolvemos relações honestas de amizade e companheirismo.

Mesmo com a internet ruim, o frio extremo, a solidão, a falta de acesso fácil aos alimentos do meu costume, as dificuldades de deslocamento, entre muitas outras coisas, não tenho dúvidas que a minha estadia em Itatinga foi essencial para que realmente me conectasse com a pesquisa e as agricultoras.

A maior surpresa durante as entrevistas, foi perceber o poder do impacto da horta na saúde mental das mulheres. Apesar de ouvir diariamente o quanto elas amavam o contato com a terra e com os alimentos, saber do histórico de problemas de ansiedade, pânico, depressão, timidez e raiva e como eles melhoraram a partir da vivência com a horta foi revelador.

Outro destaque que gostaria de trazer está relacionado ao poder das aparências para os gestores. Apesar do prefeito municipal ter aparecido no almoço da Oficina do Futuro e tirado muitas fotos e feito post no Facebook (com informações erradas sobre o tipo do trabalho, nome da pesquisadora e propósito da ação), ele não sabia responder as perguntas sobre a horta na entrevista e, segundo as agricultoras, não costuma ir até lá para visitar ou comprar verduras.

Confesso que me senti incomodada com a presença dele pois o processo de construção da Oficina demandou muitas articulações e não senti a presença da prefeitura como gostaria para essa construção. Talvez, derivado do orgulho, ciúmes e falta de reconhecimento, me incomodei com a presença dos gestores, além do receio de que a presença deles pudessem inibir a interação livre e espontânea entre nós, que só poderia acontecer naquele dia no horário do almoço.

Em termos gerais, o sentimento mais forte vivenciado foi o de atenção e cuidado das mulheres comigo, sempre me abençoavam na saída para vendas e ida para casa e se interessavam em saber como eu estava. O sentimento era recíproco.

Na verdade, o cuidado atravessou a pesquisa e a minha própria vivência em múltiplas e variadas esferas. As demandas de cuidado a minha própria saúde mental e física, ao cuidado familiar (ainda mais pesado considerando-se a distância que estive da minha família), ao cuidado nas muitas relações que tive que desenvolver para a pesquisa se tornar possível.

Até mesmo na ausência de cuidado social que eu tive que vivenciar ao ir morar no estado de São Paulo, em uma cidade grande, para os meus padrões. Ver, repetidas vezes, crianças, mulheres, às vezes famílias inteiras em situação de rua (uma condição que pouco vi nas cidades do interior da Bahia, as quais morei a maior parte do tempo) me consternava absurdamente. A naturalidade social daqueles nos carros de luxo. A invisibilização daqueles seres humanos, como nós, pensantes e complexos. A dor da fome expressa nos seus rostos. Seus rostos pretos.

Eu não via pretos no meu bairro, não via na ESALQ, não via na EECFI, não via no meu laboratório. Mas eram sempre pretos no semáforo, nos chãos das ruas dormindo à noite. Pessoas pretas sempre estiveram em todos os meus espaços físicos e relacionais até ir morar no Sudeste. Ver caras parecidas com as da minha mãe, da minha vó e das minhas amigas, de dentro do carro do Uber, indo até um restaurante jantar, me fazia querer fugir para qualquer lugar longe daquilo. Mas eu não ver não faz passar. Continua lá. Enquanto eu escrevo esse texto. Enquanto você o lê pronto. As barrigas ainda doem. As mulheres ainda choram por não ter leite para alimentar as suas crianças. As idosas ainda pensam sobre todos os motivos que fazem ela viver daquela forma. Ainda dói, e continua a doer. A ausência de cuidado social que mantemos na sociedade capitalista é alienante e capaz de desumanizar profundamente outros seres.

Durante a pandemia e o governo Bolsonaro, assisti ao aumento da fome na televisão e nas ruas. A produção de alimento orgânico, em área periurbana, com participação apenas de mulheres, em uma cidade do interior, me fez encher os olhos. A horta me apareceu como utopia, mas, conhecê-la e poder me aprofundar nos conhecimentos que ela produziu me arrebatou definitivamente.

Percebo todos os problemas e desafios, assim como todas as melhorias possíveis, entretanto, compreender que, mesmo dessa forma e em pequena escala, ela é capaz de transformações tão significativas para a vida das pessoas que se relacionam com o território, facilitando mudanças na saúde mental, alimentação e relação com o meio ambiente e a cidade; aliando a resolução de diversos problemas sociais (fome, desemprego, vulnerabilidade de gênero, racismo ambiental, vazios urbanos) em uma solução viável e exequível, me faz crer no poder que a mobilização social e políticas públicas têm na transformação dos territórios.

O cuidado foi, gradualmente, tomando conta da minha filosofia pessoal e, simultaneamente, perpassando a pesquisa na fundamentação teórica, nas leituras que estava consumindo, nas aulas e palestras que assisti e, extraordinariamente, nas transcrições das entrevistas semiestruturadas. Foi como se, de súbito, eu fosse capaz de ver o que já estava na minha frente desde o início.

### **5.1.7. Análise dos dados**

Para a análise de dados através da triangulação de sujeitos e técnicas, detalhada na seção Tronco, foi necessário, inicialmente, a transcrição integral e sistematização de todo o material de campo coletado. Em um primeiro momento, a categorização havia seguido uma lógica mais segmentada, e dividia-se em seis eixos orientadores, sendo: gênero; Horta Comunitária Cheiro Verde; políticas públicas; Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga; Itatinga; e, Agricultura Urbana e Periurbana.

Cinco desses eixos foram definidos de modo indutivo, no qual são definidos previamente a partir dos temas teóricos, da literatura e do campo da pesquisa, sendo: Gênero, políticas públicas, agricultura urbana e periurbana, Itatinga e Horta Comunitária Cheiro Verde; e um foi definido de modo dedutivo, quando, a partir da escuta e leitura atenta, percebe-se pontos que não estão contemplados e são igualmente importantes para a compreensão do conteúdo, sendo: Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga.

Entretanto, essas categorias não refletiam ainda o que de fato eu buscava compreender com a pesquisa, sendo mais uma categorização para organizar os dados. Com os eixos orientadores definidos e leitura frequente do material, iniciou-se o processo de estudo e incorporação dos objetivos a fim de encontrar as categorias analíticas para me debruçar sobre as análises e discussões. A partir desse aprofundamento, as categorias analíticas foram emergindo. Para cada eixo foram definidas algumas categorias analíticas, conforme Figura 47.

<b>Itatinga (Território/Comunidade)</b>				
<b>Origens, constituição do território, memória coletiva</b>	<b>Comunidade: sentido de pertencimento, identidade</b>	<b>Modos de vida, ruralidade</b>	<b>Vulnerabilidades: considerar a interseccionalidade</b>	<b>Empoderamento comunitário</b>
<b>Horta Comunitária Cheiro Verde</b>				
<b>Cotidiano</b>	<b>Organização</b>	<b>Saúde (Auto-cuidado, auto-atenção, alimentação)</b>	<b>Relacionamentos</b>	
<b>Políticas Públicas</b>				
<b>Vivências</b>	<b>Utopias</b>	<b>Pertencimento</b>	<b>Meio ambiente (agricultura urbana e periurbana)</b>	
<b>Gênero</b>				
<b>Noções do cuidado</b>	<b>Vida cotidiana</b>	<b>Relação com a natureza</b>		
<b>EECFI</b>				
<b>Vivências</b>	<b>Papel da universidade</b>			

Figura 47. Eixos orientadores e categorias analíticas.

Fonte: autora.

Iniciei a categorização das entrevistas com base nas categorias apresentadas acima, mas, assim que percebi que a categoria analítica foco do trabalho, capaz de se alinhar aos meus objetivos, seria o cuidado – em múltiplas dimensões, me debrucei a categorizar os dados a partir dela.

É possível reparar que noções relacionadas ao cuidado aparecem em diferentes eixos orientadores. Em noções do cuidado no eixo gênero e autocuidado no eixo HCCV. Além disso, o cuidado se relaciona com outras categorias como relacionamentos, relação com a natureza e vulnerabilidades. Isso foi percebido através das primeiras categorizações e constante leitura da transcrição das entrevistas, que totalizaram 323 páginas. A tabela com os códigos e descrição de cada uma das participantes está no Anexo J. Apesar da perspectiva da ética do cuidado estar em foco em produções acadêmicas, para esta pesquisa, de caráter exploratório, decidi expandir a noção de cuidado para outras esferas, sendo elas: cuidado e gênero; cuidado e natureza e, cuidado e saúde.

Subdividi, portanto, a categoria cuidado em outras três, como demonstrado na Figura 48.

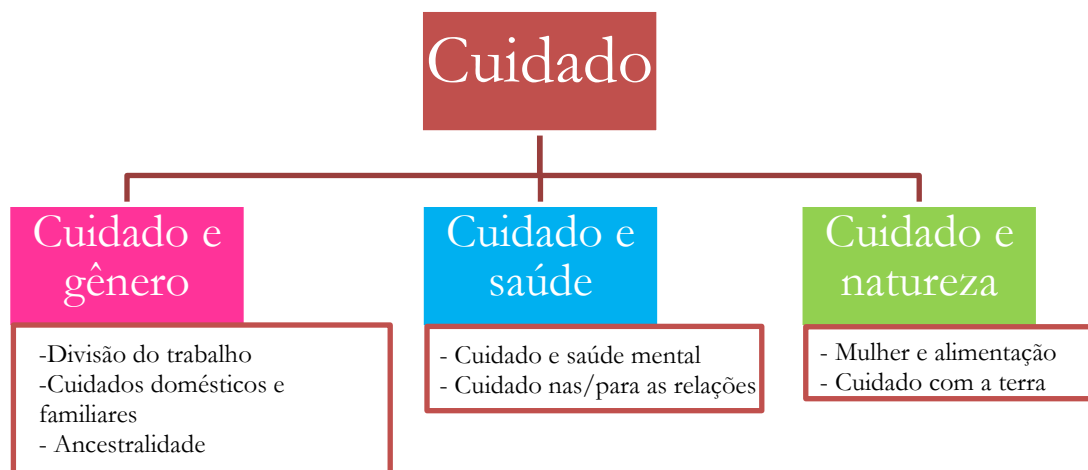


Figura 48. Divisão da categoria cuidado

Fonte: autora.

Obviamente, as subcategorias se misturam e se sobrepõem. A escolha de subdividir, se deu apenas para facilitar o direcionamento dos estudos e procura por referencial teórico, além de orientar a categorização dos dados.

Iniciei pela categorização de todos os trechos relacionados a cuidado encontrados nas entrevistas; posteriormente, categorizei dentro das 3 subdivisões, separadamente, entre as entrevistas das agricultoras e dos gestores, a fim de poder comparar as frequências e conexões mais comuns dentro das subdivisões e nos diferentes grupos. Produzi, portanto, um documento específico, com a categorização dos trechos, em cada subdivisão para os dois grupos, gestores e agricultoras. As transcrições de conversas com os burocratas de rua não foram usadas tendo em vista que se tratou de diálogos informais que não seguiram uma estrutura metodológica robusta.

Após a decisão, com base na sistematização das entrevistas semiestruturadas e na trajetória metodológica, de trabalhar com cuidado, me debrucei sobre os dados das entrevistas, Oficina do Futuro e diário de bordo a partir da ótica do cuidado. A análise desses dados e as reflexões por eles suscitadas, encontram-se nos frutos dessa pesquisa.



## 6. FRUTOS

Os frutos de uma árvore são o resultado de seu processo de crescimento e desenvolvimento, representando a materialização de sua capacidade de gerar vida e reproduzir-se. De maneira semelhante, a seção "Frutos" da pesquisa representa a etapa final do processo de investigação, na qual são apresentados os resultados e reflexões, bem como suas implicações e contribuições para o campo de estudo, tendo como base as informações coletadas e analisadas nas etapas anteriores.

Assim como os frutos de uma árvore são a materialização de seu processo de crescimento e desenvolvimento, a seção "Frutos" representa a consolidação do trabalho de pesquisa realizado. Além disso, assim como os frutos de uma árvore possuem diferentes formas, cores, tamanhos e sabores, os resultados e reflexões apresentados na seção "Frutos" também podem variar bastante, dependendo das características da pesquisa realizada. Essa diversidade de resultados e reflexões é uma das riquezas do trabalho de pesquisa, que permite a descoberta de novos conhecimentos e a ampliação de nossa compreensão sobre o mundo.

Por fim, assim como os frutos de uma árvore são fundamentais para a perpetuação da vida e a continuidade da espécie, a seção "Frutos" da pesquisa é importante para o avanço do conhecimento e a contribuição para a resolução de problemas e desafios enfrentados pela sociedade.

### 6.1. Resultados e reflexões analíticas

Para realização da análise dos dados obtidos, foi feita, primeiramente a codificação do material dentro das categorias estabelecidas, sendo que "cuidado" se tratava da categoria geral, com subcategorias: cuidado e gênero, cuidado e natureza, e cuidado e saúde. Para a codificação nas subcategorias foi utilizado o programa ATLAS.ti versão número 23.

Dois documentos foram inseridos no programa, um para as agricultoras e um para os gestores, com o compilado de todos os trechos das entrevistas previamente codificados no Word na categoria "cuidado". No ATLAS.ti houve uma segunda codificação, selecionando trechos que se relacionavam mais com as subcategorias de cuidado estabelecidas. Os trechos que apresentavam conexão com mais de uma categoria simultaneamente, foram codificados em ambos.

Como resultado da codificação, é possível perceber, através do Gráfico 10, as frequências em que cada um dos códigos aparece para os dois grupos, de agricultoras e de gestores. Os valores foram normalizados para que a diferença absoluta dos dados (maior para as agricultoras, considerando que foram feitas mais entrevistas para esse grupo) fossem igualados e a comparação entre os grupos pudesse ser realizada.



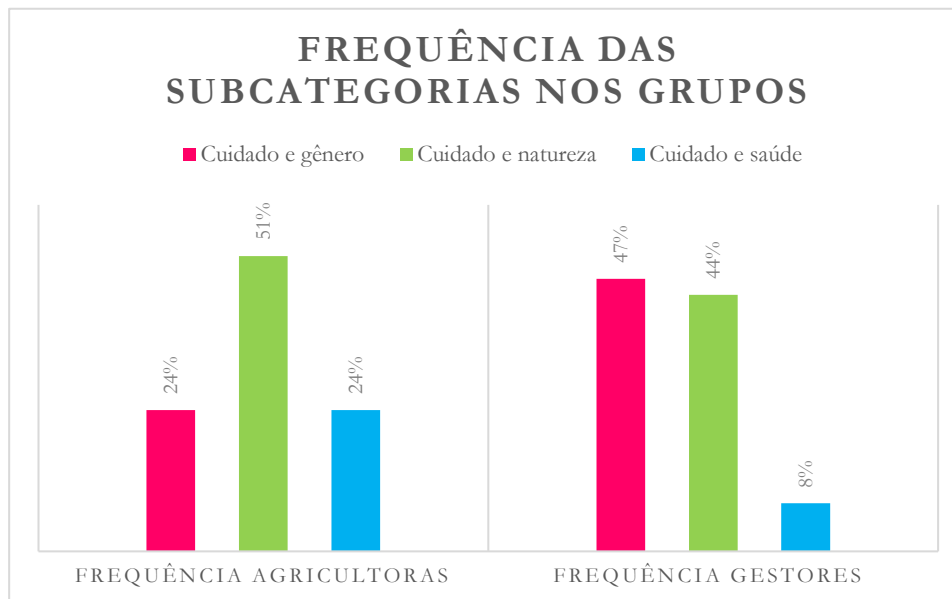


Gráfico 10: Frequência das subcategorias no grupo das agricultoras e dos gestores.

Fonte: autora.

É interessante perceber que existe uma diferença com relação a distribuição das categorias entre os grupos. Enquanto que, para as agricultoras, o assunto cuidado e natureza aparece mais, tendo igual porcentagem os assuntos relacionados a cuidado e gênero e, cuidado e saúde; para os gestores, o foco está nos assuntos relacionados à cuidado e gênero, seguido por cuidado e natureza, com uma porcentagem baixa para a subcategoria cuidado e saúde.

Para as agricultoras, possivelmente, a natureza engloba as noções vinculadas a gênero e saúde; e, para os gestores, existia uma preocupação em vincular a política pública da horta com questões de gênero, não sendo, talvez, perceptível para esse grupo as possíveis interconexões com cuidado e saúde.

A experiência cotidiana de lidar com a terra e estar em um ambiente rodeado de árvores, onde elas participaram e acompanharam ativamente do processo de transformação do território, ao realizarem plantios para recuperação das matas ciliares e conservação das nascentes, certamente é importante para que as conexões entre natureza, gênero e saúde ocorram de forma mais natural na vida das mulheres agricultoras.

Para o grupo das agricultoras, é possível perceber a correlação das três subcategorias no trecho da agricultora 6. Para ela:

"E eu gosto muito daqui também, da horta, me sinto muito bem. A gente trabalha muito contente. Tudo amizade, né? Tudo aqui assim, graças a Deus. Ah, eu gostei muito daqui. Lidar com as plantas, né? Aguar, plantar, eu adoro, eu adoro trabalhar. E outra que distrai a cabeça da gente também, né? Que a gente que é viúva [...] é sempre na casa e com as crianças, igual aos meus netos e bisnetos, para comigo e para com a outra vó, né? Então eu gosto demais da horta. Eu gostei muito. Nossa!" (Agricultora 6, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

É possível notar que, para ela, a horta desempenha um papel que perpassa o contato com a natureza (cuidado e natureza) e a alma no sentido de ser uma atividade fora do meio doméstico, ao qual a mulher muitas vezes é destinada a estar (cuidado e gênero), acarretando em benefícios mentais e criação de laços relacionais (cuidado e saúde).

Para a agricultora 9, os temas se relacionam em outra perspectiva. Podendo ser percebida através do trecho:

“Aí ela falava que Raiz de Sapé era bom. Pra nenenzinha quando está rasgando os dentinhos. E é muito bom. E assim chazinho, tem uma folha também que disse que não pode dar pra nenenzinho que eu sempre dei pros meus filhos pra cólica. Disse que não pode. Mentraço. Mas eu sempre dei a meus filhos. Diz que não. Aprendi com a minha vó.” (Agricultora 9, entrevista semiestruturada, 15/06/2022).

Nesse trecho, a natureza (cuidado e natureza) relaciona-se com a apropriação por meio da medicina natural e uso na saúde (cuidado e saúde). Esses ensinamentos são perpetuados através dos conhecimentos tradicionais e da ancestralidade (cuidado e gênero), no qual a avó ensinou à neta o uso de remédios naturais.

Além dos trechos, de forma semelhante, é possível notar a relação entre essas temáticas através da nuvem de palavras geradas a partir das entrevistas com o grupo das agricultoras, na Figura 49.



Figura 49. Nuvem de palavras gerada a partir das entrevistas semiestruturadas com o grupo de agricultoras.

Fonte: ATLAS.ti e autora.

Uma nuvem de palavras é uma representação visual de um conjunto de palavras, usada para resumir ou visualizar os termos mais relevantes ou frequentes em um documento. O tamanho e a localização das palavras são determinados pela frequência ou importância delas.

O processamento de texto, cálculo da frequência das palavras e a criação da nuvem de palavras foram feitos pelo programa ATLAS.ti. O processamento das palavras, a fim de remover as irrelevantes, como artigos, preposições e conjunções, assim como a remoção de stopwords (palavras comuns que não contribuem significativamente para o sentido do texto) foram feitas pela autora.

As palavras que são maiores e mais proeminentes na nuvem, são as mais frequentes e/ou importantes no documento. Essas palavras-chave podem fornecer uma visão geral dos principais temas, tópicos ou conceitos presentes no texto analisado. É importante lembrar que a nuvem de palavras é uma representação visual simplificada e não captura completamente a complexidade e o contexto do material original.

No caso da nuvem das agricultoras, em destaque, tem-se a palavra “gostar”, reforçando o aspecto de emoções positivas reiterado diversas vezes pelas agricultoras com relação ao trabalho na HCCV. Próximas a ela, encontram-se “plantar”, “árvore”, “cidade”, “comer” e “chá”, assuntos recorrentes no cotidiano da horta e que apareceram com frequência nas entrevistas.

Para os gestores, a união entre as três subcategorias aparece apenas em apenas um trecho. Trata-se da gestora 2, que diz:

“algumas ficam porque elas gostam de mexer com isso, é uma terra... Já escutei muito que era terapia pra cabeça, de ficar lá, de cuidar da... Ver crescer a alface, ver... É que geralmente, elas, as mulheres com... As mais humildes, aí elas... Ou elas não têm um cônjuge ou alguém na casa que ajuda, então elas criam-se sozinhas. Então era isso que... Aí acarreta um monte de coisas, né? Que no fundo leva a hora que elas fazem de lá ser uma terapia que acaba ajudando no custeio da casa também, né? Primeiro que ela vai financeiramente, depois que ela melhora psicologicamente. E isso é a linha de acontecer, né? A mudança na vida das pessoas. Não que... A gente sabe que é um valor simbólico, mas..., mas..., mas isso muda a vida de muitas mulheres, né? De poder estar ocupando... Ocupando a mente, ocupando o trabalho, né? Ocupando... Acho que deixa até de ficar pensando coisas ruins, às vezes de situações frustradas, né? Que precisam daquilo, mas que também muitas se tirarem aquilo faz mal pra cabeça delas, né?” (Gestora 2, entrevista semiestruturada, 24/08/2021).

Na fala é possível notar que a gestora percebe múltiplos benefícios relacionados a política pública da horta e a vida das agricultoras. O poder que o trabalho com a terra e vínculo com a natureza (cuidado e natureza) têm nos processos psicológicos (cuidado e saúde) e como isso as empodera no sentido de se ocupar para além das demandas do lar (cuidado e gênero).

Para o restante dos gestores, apesar do distanciamento da maioria deles do cotidiano da horta, era possível perceber uma insistência na vinculação da política pública da horta com questões de gênero e empoderamento feminino. Essa tendência é reforçada pela nuvem de palavras gerada a partir das entrevistas do grupo, na Figura 50.



Figura 50. Nuvem de palavras gerada a partir das entrevistas semiestruturadas com o grupo de gestores.

Fonte: ATLAS.ti e autora.

A palavra “mulher” encontra-se em destaque, próxima as palavras “parir”, “casar”, “alimentar” e “cuidar”, um indicativo dos estereótipos de gênero que foram reforçados nas perspectivas dos gestores. Ademais, poucas palavras relacionam-se ao tema saúde.

Além dos dados para comparação entre as frequências dos códigos para os diferentes grupos, de agricultoras e gestores, e as nuvens de palavras, foi gerado pelo programa ATLAS.ti, por meio da inteligência artificial (IA) novos códigos, que não são trabalhados nessa pesquisa, mas foram usados para a elaboração de uma nuvem de conceitos, que pode ser visualizada na Figura 51.

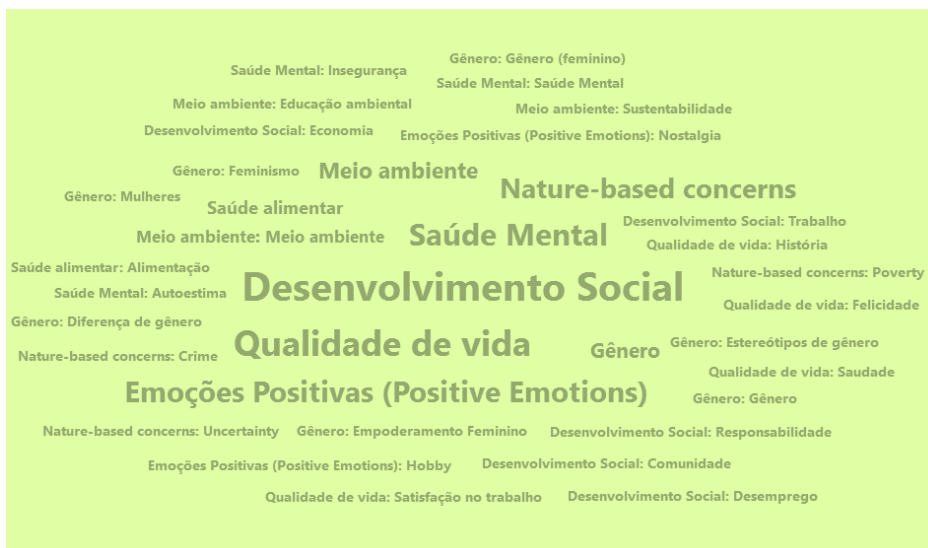


Figura 51. Nuvem de conceitos dos códigos gerados pela IA do ATLAS.ti

Fonte: ATLAS.ti

A construção de uma nuvem de conceitos envolve o uso de palavras que são dispostas próximas umas das outras. Isso pode indicar que essas palavras são frequentemente mencionadas juntas nos dados ou que estão relacionadas conceitualmente. Seu tamanho é proporcional à sua frequência nos dados.

É interessante perceber o destaque para o termo “desenvolvimento social” próximo às palavras “saúde mental” e “qualidade de vida”, corroborando as conexões entre os assuntos trabalhados. Ademais, “meio ambiente” está próximo de “saúde alimentar” e “preocupações baseadas na natureza”, mais um indicativo das múltiplas correlações que um projeto de política pública no qual a questão ambiental é trabalhada são alavancadas.

A discussão sobre os resultados em cada uma das subcategorias e as reflexões suscitadas, são trabalhadas detalhadamente nos tópicos seguintes.

### 6.1.1. Cuidado e gênero

Para a subcategoria “cuidado e gênero”, foi gerado uma nuvem de conceitos, com os trechos codificados dentro da subcategoria, para ambos os arquivos, dos gestores e das agricultoras, que se encontra na Figura 52.

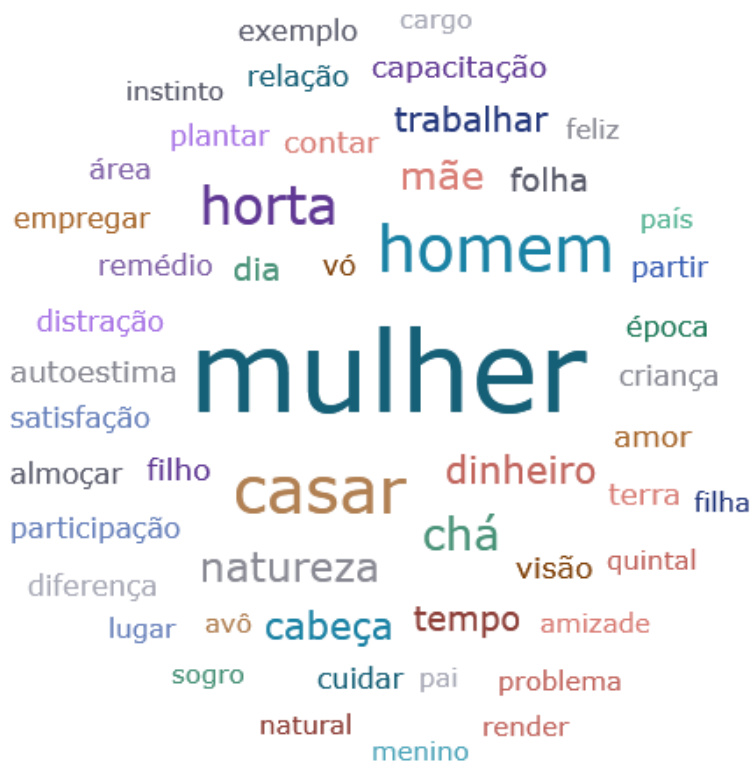


Figura 52. Nuvem de conceitos gerada a partir da codificação dos trechos em “cuidado e gênero”.

Fonte: ATLAS.ti e autora.

A palavra mulher aparece em destaque, próxima a outras palavras, que também se evidenciam, como “casar” e “homem”. Questões relacionais são trazidas em diversos momentos durante as entrevistas, como será possível ver no decorrer desse capítulo. Os conceitos relacionados às emoções positivas estão próximos e são “distração”, “autoestima”, “satisfação” e “participação”. O detalhamento desses sentimentos também é trazido neste capítulo conforme as temáticas são abordadas, iniciando-se com o entendimento sobre as necessidades de um indivíduo e o peso dos bens relacionais nesse contexto.

Amplas e vastas são as necessidades humanas que se comunicam e entrelaçam com nossos níveis de satisfação e bem-estar (CARRASCO, 2014). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o bem-estar ocorre à medida que um indivíduo ou grupo é capaz, por um lado, de realizar aspirações e satisfazer necessidades e, por outro, de lidar com o meio ambiente (FAO, 2013). De acordo com Cristina Carrasco (2003), o modelo de produção vigente, mesmo que recente, contraposto ao tempo de existência da humanidade, nos faz acreditar que a subjetividade do contentamento pessoal e coletivo está atrelada com as necessidades de produção do mercado.

Muitos estudos se propõem a detalhar os limites entre o crescimento do bem-estar econômico e os níveis de felicidade. De acordo com E. Iglesias et al. (2013) é notório que se estabeleça as diferenças entre bem-estar, qualidade de vida e felicidade. Para os autores, o bem-estar e a qualidade de vida são aspectos relacionados com as

condições necessárias para um bom desenvolvimento da vida, sendo o bem-estar corriqueiramente mais relacionado com fatores que garantem a sobrevivência econômica do indivíduo. Já a felicidade estaria conectada com o bem-estar subjetivo partindo do campo das dimensões afetivas e cognitivas (IGLESIAS et al. 2013).

Citando estudos de Patrici Calvo (2013); e, Luigino Bruni e Stefano Zamagni (2007), Carrasco (2003) afirma que tais autores apontam para a evidente relação entre o aumento do consumo e a redução da disponibilidade de tempo para relações sociais e familiares, fontes de qualidade de vida. Esse cenário permite a compreensão das razões pelas quais nas sociedades industrializadas, mesmo com altos níveis de renda, os níveis de felicidade não apresentam diferenças relevantes com outros países de renda mais baixa.

Em suas obras, Cristina Carrasco, expoente na linha de estudo da Economia Feminista, detalha a relevância dos aspectos relacionais na vida das pessoas, destacando a importância das relações interpessoais. Sobre os bens relacionais, de acordo com Martha Nussbaum (2001), pioneira na conceitualização do termo, se trata de "experiência humana em que o bem é a relação em si mesma", e não seus resultados, sendo, portanto, bens coproduzidos e coconsumidos ao mesmo tempo por todos envolvidos na relação. Em congruência com Bruni (2005, p.120), os bens relacionais têm valor e satisfazem as necessidades humanas, porém, não são mercadorias, e, quando pautados na lógica da sociedade guiada pelo mercado para manutenção do consumo, tendem a ocasionar o isolamento.

No contexto da HCCV, era perceptível o valor que os relacionamentos estabelecidos entre elas tinham. Esse aspecto foi trazido como um componente de incentivo a continuar trabalhando na horta em diversos relatos das agricultoras, como os que seguem:

“Aí por conta da renda que a gente tem, né? A renda, a verdura e entreter a cabeça da gente, a gente conversa, dá risada, passa a hora, passa o dia que nem vê. Ai, eu sinto, nossa, muito divertido.” (Agricultora 8, entrevista semiestruturada, 15/06/2022).

“Ah, eu gosto, tem vez que nem é meu dia eu venho pra ajudar a Agricultora 7. Eu gosto daqui porque alivia um pouco a cabeça também. (...) Aqui na horta? Ah aí eu me sinto feliz, porque daí está no meio de gente a pessoa conversa, brinca, dá risada. agora em casa não, criança fica tudo no quarto com o celular, a gente fica sozinho só olhando pra TV. Aí vai pra lá, volta pra cá, não tem nada pra fazer. Aqui na horta a pessoa se sente bem.” (Agricultora 3, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Aí eu gosto muito. Gosto muito, tenho muita amizade com todas elas, né? E a gente se dá muito, nossa, eu gosto muito daqui.” (Agricultora 6, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

“Eu gosto de mexer com as coisas, né? Daí único lugar que eu conhecia pra trabalhar era aqui, né? (...) Ah a amizade, o companheirismo” (Agricultora 11, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

Para uma das gestoras, esse aspecto também é percebido e englobado na dinâmica da horta como uma das razões que promovem a melhoria de vida das agricultoras, como é visto no trecho a seguir:

“Então a hora que eu vejo essas mulheres assim, realmente trabalhando e muitas delas assim, às vezes algumas chegam a falar assim, olha realmente isso é pesado pra mim, não quero. Mas assim, a grande maioria fala assim, olha, eu precisava disso pra eu... Sabe? Descansar, sair de casa, pensar em outros assuntos. Então, assim, acho que é uma satisfação. É bem interessante a hora que você vê a satisfação delas...Então elas acabam que...uma incentiva a outra. Ver clientes,

ver locais, ver como... O que que a gente poderia melhorar de comunicação, melhorar assim de lugares, de rotas mesmo que elas acham que podem ter, mais pessoas que consumam mais esse tipo de alimento. Então assim, você parar, aí que a gente vê essa etapa do processo, né? De você produzir, você vê o que que você vai vender, aquilo que você acha que vende mais, os locais que elas precisam passar, habilidade física, porque elas estão levando tudo isso no carrinho de mão, né? São esses momentos que eu tô lá, mas elas acabam assim demonstrando que que tão satisfeitas e é isso pra gente acaba sendo, acaba gerando esse bem-estar maior ainda, né?” (Gestora 1, entrevista semiestruturada, 11/08/2021).

Segundo M. Nussbaum (2001), a importância dos relacionamentos reside na necessidade humana de se relacionar, já que seríamos biologicamente programados para encontrar felicidade em uma vida comum, que é empobrecida quando a sociedade é oprimida e cerceada. De acordo com a lógica aristotélica, trazida em diversos trabalhos na conceitualização do Bem e dos bens relacionais, o último poderia ser destrinchado entre o amor recíproco, a amizade e a participação civil ou política (BRUNI, 2008).

Já os autores Diego Klautau, Raúl Fernandes e Seimor Walchhütter (2019) trazem outros aspectos, como: personalismo, reciprocidade, gratuidade, simultaneidade e objetividade para caracterizar as subdivisões do tema. Para Gallegos (2012), o bem relacional deve ser acrescentado ao trabalho não alienado e a relação bioética, que se refere à relação das pessoas com a natureza.

Sobre a relação com a natureza estabelecida entre as agricultoras através do trabalho na HCCV, evidenciou-se que a conexão com o meio ambiente e o contato com a terra é a maior motivação para que elas se engajem a trabalhar na horta. A possibilidade de renda é o que justifica e honra o trabalho das agricultoras. Entretanto, o que as torna comprometida com o trabalho, mantendo-se por muito mais tempo do que aquele previsto em lei, é o contato com a natureza e o aprimoramento do senso de pertencimento que surge a partir disso. Pertencimento a um grupo, um espaço e um projeto: produzir alimentos orgânicos para auto sustento e renda coletiva.

Para a Agricultora 7, isso perpassa o trabalho na horta e transforma o ambiente doméstico. Sobre os motivos para manter um quintal em casa ela diz:

“É, então, mas eu gosto de ter pra manter, sabe? Plantar algumas coisinhas, a gente ter ali no dia a dia, nossas plantinhas na casa pra ficar cuidando, entendeu? Pra colher tudo fresquinho. Eu gosto, sempre gostei.” (Agricultora 7, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

Sobre a relação que o meio ambiente tem com as nossas vidas e como isso afeta as escolhas dela, a agricultora 4 relata:

“O ar livre e puro faz toda a diferença na vida da gente eu acho. Não, eu tenho certeza. Eu vivo na cidade porque eu já vivo lá beirando o mato, tenho um pé no mato outro na calçada da cidade senão acho que não moraria na cidade.” (Agricultora 4, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

Para a Agricultora 1 a relação com a natureza perpassa por aspectos relacionados à saúde física e mental. Os efeitos disso na experiência de vida dela, é relatado no trecho a seguir:

“Eu sei que eu quando eu estou ruim eu vou pro meio do mato eu me sinto melhor. Até minha respiração volta ao normal. (...) muito, muito, muito que nem a gente se enfia no meio do mato, no meio da mata. e some, eu sumo, eu vou, ando uns vinte quilômetros ou volto numa paz, eu volto numa paz. Que nem você acredita (...) distrai muito a minha mente, que eu tenho

minha mente muito perturbada e essa horta ela não é uma coisa assim que te prende. que te explore. como que eu vou explicar pra você? Não é uma escravidão, né? Que a gente vem aqui, a gente distrai bem a mente e ajuda muito. Ajuda muito, nossa. principalmente eu que sou meio depressiva porque sou depressiva. Me ajuda muito, bastante. Minha mente. A coisa que eu mais amo sabe? a natureza. Eu se eu pudesse nunca entraria dentro de uma lanchonete pra eu trabalhar. Só terra, terra, terra. Então eu amo, só na minha casa mesmo tem mais de trezentas flor. Só minha (...) porque eu amo. Coisa que eu acho que eu mais amo nesse mundo, acho que é flor, terra, mexer com terra. Ah então eu tenho de várias espécies, uma de cada um. Tenho coleção de cactos.” (Agricultora 1, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

Sobre o trabalho na horta, a agricultora 3 pontua que a natureza é seu maior estímulo, no trecho a seguir:

“acho que é a vontade de mexer com terra, porque se for ver o salário não adiantava, não compensava. É porque eu gosto mesmo de estar trabalhando aqui.” (Agricultora 3, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

Sendo assim, o bem relacional trata de recursos que só podem ser produzidos e consumidos em companhia, usufruídos juntamente com os demais produtores e usuários do bem estabelecido através de relações de notória qualidade (CALVO, 2013).

Cristina Carrasco (2014) apresenta o Cuidado como um bem relacional de significativa importância, negligenciado pelos autores em seus estudos. A autora sinaliza que essa falta de reconhecimento está, possivelmente, atrelada a uma visão masculina e parcial do tema, categorizando as relações de amizade, trabalhistas e com a natureza como as únicas fortificadoras do bem-estar subjetivo, excluindo a família deste rol, já que, o olhar masculino, raramente se volta ao espaço doméstico (CARRASCO, 2014).

O cuidado é o resultado efetivo de muitos atos conscientes e inconscientes que não devem ser considerados como completamente naturais ou sem esforços. É necessário ressaltar a importância da intencionalidade para disposição do sentimento, esforço, ação, saberes e, principalmente, tempo (HOCHSCHILD, 1983). De acordo com Cavalcanti et al. (2010) “o tempo é um recurso fundamental que é distribuído igualmente entre todos, mas pode ser usado de diferentes maneiras”.

Sobre a relação da mulher com o lar, uma das gestoras explicou a sua visão sobre o assunto no trecho que segue:

“o quanto que a gente acaba assumindo esse papel, né? E aí eu vejo muito como assim a casa mesmo, como a gente é responsável, em geral, se a gente olhar, né? O quanto que hoje a mulher é responsável e talvez não em manter, mas em cuidar da casa, talvez seja assim, se a gente pensar em ecologia, né? Que é o estudo da casa. Então eu acho que pensar como o planeta Terra, eu pensaria algo nesse sentido também, né? Quanto que a gente é responsável em cuidar da casa como sendo a terra, algo assim, né? E aí eu vejo muito assim, teve uma vez que eu vi algo que em geral tem muito aquela ideia, né? De que o homem, ele precisa prover o alimento, né? Então... E a mulher é que vai fazer tudo isso dentro da casa. Então ele vai prover o dinheiro e aí a mulher ela vai, ela que vai fazer a compra, ela que vai cuidar, então se ela faz tudo isso, ela já sabe em relação ao lixo, o quanto que tem de desperdício, quanto que não tem. Então quanto que os recursos são estão sendo distribuídos dentro da casa, pra qual área e aonde que tá faltando, então eu penso muito nisso assim também como essa obrigação que foi imposta também. Mas que é real, né? Dentro de uma casa e a gente pensar isso como da terra-mãe assim como o quanto que talvez a



mulher também tenha mais essa, esse vislumbre, né? De... Dos recursos, do quanto que precisaria ser distribuído, mas também a sua participação é bem menor, né? Então, se a gente assim, eu acho que em geral, essa mesma ideia da casa de que o homem provém e a mulher se distribui dentro da casa, dentro do... Fora do contexto de uma casa, mas da terra mãe assim, eu acho que é a mesma coisa. Se a gente olhar os grandes cargos, eles estão sempre sendo preenchidos pelos homens e as mulheres talvez estejam mais nesses cargos de a gente vai planejar, a gente vai receber a ordem e a gente vai executar, a gente vai planejar e a gente só vai passar aquilo que tá acontecendo, né?” (Gestora 1, entrevista semiestruturada, 11/08/2021).

As agricultoras relatam os cenários vivenciados dentro de casa nos trechos que seguem:

“Até no raciocínio da gente, quando eu venho pra horta me distrai. Aí eu fico em casa a pessoa fica sem fazer nada. Aqui ajuda em tudo. Eu fico mais em casa, assistindo TV, mexendo no celular. O que não é bom, né? Por que se a pessoa ficasse aqui na horta de mais tempo eu achava melhor.” (Agricultora 3, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Eu gosto aqui é minha distração, porque a o problema que a gente tem na casa a gente vem pra horta a gente esquece depois chega na casa a gente já lembra tudo de novo vem tudo em cima de novo (...) É assim tipo, porque eu tenho meu pai, né? Pra eu cuidar, né? Que daí não tem como, porque meu irmão trabalha, minha mãe também já não é nova mais também né? Daí não tem como, sair e deixar ele. Só ele e ela também.” (Agricultora 9, entrevista semiestruturada, 15/06/2022).

Não há registros elaborados das entrevistas sobre a rotina de cuidados domésticos, pois tratava-se de uma pergunta objetiva, do tipo: “quem faz mais serviços domésticos na sua casa?”, dessa forma, as respostas foram mais curtas. Entretanto, as falas revelaram que todas elas acumulam mais serviços domésticos relacionados à limpeza, alimentação, cuidado com os filhos e outros familiares e, quando têm, serviços de manutenção do quintal. Quando há o envolvimento de algum outro familiar em qualquer uma das tarefas, ele é enquadrado como “ajuda” e não parte da responsabilidade comum dos moradores da casa, e, portanto, igualmente compartilhada.

O cuidado ganha conteúdo e identidade quando analisado através da fragilidade e vulnerabilidade - física e emocional - do ser; o que torna todos indivíduos interdependentes, atribuindo ao cuidado desde que nascemos (historicamente destinado a mulheres), ao sucesso do nosso desenvolvimento (CARRASCO, 2015). De acordo com Martha Albertson Fineman (2006), a dependência do cuidado, não somente no início do ciclo vital como em todo o processo de existência, torna-o universal e inevitável.

Outro aspecto que conceitualiza o trabalho do cuidado, é o que o diferencia do trabalho com fins mercadológicos, referindo-se aos aspectos relacionais afetivos (CARRASCO et al. 2011). Ainda de acordo com a obra “El trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales”, no trabalho para o mercado, a produção é despersonalizada, traduzido em um significativo afastamento entre a pessoa que produz com a que irá consumir, desconfigurando uma relação direta, o que concede ao produto o objetivo e resultado de seu processo.

De acordo com as autoras Cristina Carrasco, Cristina Borderías e Teresa Torns (2011), em contramão da lógica de produção, o trabalho do cuidado é entendido como uma atividade que se justifica na individualidade da relação em que se aplica, sendo a relação o objetivo do processo.

Com o impulso das novas ondas do movimento feminista na Europa, a divisão sexual do trabalho se torna alvo de estudo a partir da década de 1970 e é responsável por assentar a base que viria a se tornar tal conceito (HIRATA & KERGOAT 2007). Ainda segundo as autoras, foi necessária uma tomada de consciência efetiva de que

grande parte do trabalho invisibilizado da sustentação da sociedade (atividades relacionadas ao cuidado com alojamento, alimentação, saúde, educação, assistência social, serviços pessoais e serviços domésticos), era realizado de forma gratuita pelas mulheres, evocando o compromisso não com elas mesmas, mas com os outros, justificando-se pelo amor e o dever materno natural as mulheres.

Durante a segunda metade do século XX, a reestruturação das economias capitalistas no Ocidente, vivenciando a transição da economia industrial para a de serviços, promoveu o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que viabilizou a transferência das mesmas do trabalho não pago para o trabalho remunerado (CASTELLS, 1999). Com tal necessidade, parte das mulheres europeias começaram a investir em suas carreiras e, para isso, precisavam transferir o trabalho do cuidado que desempenhavam em seus âmbitos domésticos.

Essa transferência evidencia a interseccionalidade da temática do cuidado na medida em que mulheres pobres, negras e imigrantes, se tornaram as responsáveis pelo trabalho doméstico não somente em seu próprio lar, como também na casa das mulheres que agora exercem uma profissão (HIRATA & KERGOAT 2007).

Essa cisão entre o ambiente doméstico e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, é trazido pelo Gestor 3 no trecho abaixo:

“Essa diferença ainda de homem e mulher trabalhar, né? E hoje não... Tá se perdendo isso. Não está tendo mais isso, né? Por causa... Né? Está difícil só o homem trabalhar hoje, e a... Tudo, tudo tão caro, né? Então é uma iniciativa legal para... para elas terem o próprio dinheiro delas para... para agregar dentro da casa, né? o ponto mais importante pra mim é a autoestima das pessoas que eleva quando você trabalha, é muito bacana quando a gente trabalha, do nosso suor sai o nosso sustento...” (Gestor 3, entrevista semiestruturada, 10/09/2021).

Para a Gestora 1, destaca-se os efeitos psicológicos que o trabalho gera, essa posição é notória no trecho a seguir:

“A capacitação disso e um trabalho psicológico também, porque eu vejo assim, que muitas delas, elas já se sentem meio que a parte da sociedade, sabe? Eu tenho vergonha disso, ou eu não tenho uma aparência legal. Então, isso talvez interfere também em desenvolver algum outro serviço que, por exemplo, algumas não se sentem à vontade em sair e vender. Elas não... De se expor a esse nível, né? Então as vezes é... Eu acho que esse trabalho psicológico, esse trabalho assim de conversas, isso é importante, até pela vivência de cada um, dos grandes dos problemas pessoais que acabam trazendo, mas eu acho que a capacitação também. Porque muitas delas nem terminaram... Não estudaram assim, né? Então, acabam que só tem aquele conhecimento é... De casa mesmo. Uma doméstica, tem aquele... Não que seja pouco, mas assim pra você oferecer essa capacitação, talvez abriria novas frentes de trabalho, novas possibilidades, habilidades, assim, talvez assim descobrir quais seriam melhores habilidades (...) e mesmo de convivência, de conseguir conversar, se expor, de... Sabe? Da TV Tem que chegar aqui e entrevistar uma delas, elas se sentem à vontade de falar da realidade que elas tão vivendo ali (...) eu acho que é algo que elas conseguem, tipo, pagar uma conta e acho que isso já vai melhorando a autoestima delas. E... Então sempre às vezes assim, a gente faz um almoço, faz algumas assim, o dia das mulheres... Faz algumas ações, e aí você já percebe que já vai assim ó... O fato delas terem é minimamente uma autonomia financeira, eu acho que isso já faz... Já vai melhorando a autoestima delas. Mas além disso eu acho que é o... Talvez aquela coisa de eu trabalho fora, de eu tenho alguma outra coisa pra fazer, um compromisso, talvez assim. Então eu acho que isso... tem efeitos positivos assim,

sabe? Cê vê que né? Eu imagino mais esse lado mesmo. Acho que assim, o fato de você ter, de você sair de casa e ter algum trabalho, ter alguma outra ocupação que não seja dentro da casa, que é o que elas tavam habituadas, eu acho que isso psicologicamente tem melhorado a autoestima de algumas.” (Gestora 1, entrevista semiestruturada, 11/08/2021).

Essas ideias corroboram o que é relatado pela Agricultora 7, que diz, no trecho a seguir:

“Me ajudou bastante assim na saúde, sabe? Eu não entrei assim numa depressão, porque teve umas épocas que eu não andava muito bem assim, sabe? Quando o marido bebia bastante, então eu acho que nessa época que eu entrei, foi uma época boa que me ajudou bastante pra isso.” (Agricultora 7, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

A Gestora 4 relata a relação dela com uma das agricultoras e a percepção que teve a partir do trabalho dela na horta. Segue trecho:

“Bem humilde mesmo. Não sei se o marido não trabalha, que eu só vejo ele na rua, sabe? Bebe ainda. Então dá essa autonomia, né? Aí ela tá toda feliz de trabalhar na horta, sabe? Tá toda feliz de ter o dinheirinho dela, de ir comprar as coisinhas dela, ela vai lá, conversa comigo. Tem uma menina que está entrando na adolescência. Então, com certeza o impacto muda, né? É um emprego, qualquer tipo de emprego, né? O emprego é a dignidade do ser humano.” (Gestora 4, entrevista semiestruturada, 12/08/2021).

Fontoura e outras autoras (2016) afirmam, em seu livro “Uso do Tempo e Gênero” que a diferença latente na divisão do tempo entre homens e mulheres é caracterizada pela definição da mulher como responsável pelo cuidado e trabalho doméstico, enquanto os homens destinam seu tempo ao seu desenvolvimento ao mercado de trabalho.

De acordo com estimativas produzidas com base na PNAD 2009 (BRASIL, 2010), as mulheres dedicam, em média, seis vezes a mais de horas ao cuidado do lar do que os homens. Tal estimativa decresce conforme o aumento de renda da população, sendo destinada a mulheres pobres sete vezes a mais de horas atribuídas ao âmbito doméstico; entre as mulheres mais ricas esse número tende a cair para três.

As autoras Karina Batthyány, Lorena Asesina e o autor Nicolás Brunet (2007) afirmam que, no ambiente familiar, as mulheres são responsáveis por garantir a sobrevivência familiar através do cuidado, sobrepondo os custos que implicam em termos de conforto e realização pessoal, excluindo-as do mercado de trabalho ou enfrentando maiores dificuldades do que seus parceiros. Em 1989, Okin evidenciava a “doutrina das esferas separadas” na qual associavam-se a separação entre trabalho e casa com as características desejáveis para homens e mulheres.

De acordo com Bila Sorj (2013), o trabalho mercantil e remunerado era visto como competitivo, racional e realizador, aspectos conectados ao papel do homem na sociedade, enquanto o cuidado doméstico era associado com a pureza, o sagrado e o altruísmo, características limitadas e limitadoras das mulheres.

Com o fortalecimento das mulheres no mercado de trabalho, aliada a necessidade de maior renda nas famílias, a imagem das mulheres como responsáveis únicas pelo cuidado enfraqueceu, o que provocou e provoca rupturas com as referências de feminilidade e maternidade tradicionais impostas até então (SORJ, 2013). A tradição da divisão dos papéis, na qual o homem era o provedor e a mulher a cuidadora, foi sobreposta por uma divisão de trabalho desigual, na qual as mulheres agora são responsáveis pela divisão de seu tempo entre o trabalho remunerado e doméstico (GORNICK; MEYERS, 2003).

Segundo Sorj, Fontes e Machado (2007), a condição de mãe se sobrepõe e fragiliza ainda mais sua posição no mercado, sendo para elas destinado à participação em ocupações de menor qualidade quando comparadas às condições de trabalho dos homens, em qualquer posição na família, e às das mulheres sem filhos.

Em relação ao cuidado com as crianças, Sorj (2013) afirma que a perspectiva desse cuidado como responsabilidade social, compartilhada com as instituições extrafamiliares, como o Estado, só surge no Brasil na década de 1970, ao passo que as creches só se oficializaram como dever do poder público a partir da década de 90. Filgueiras (1994) demonstra um panorama histórico no qual, nessa época, vizinhos, mães e paróquias se uniam no Brasil para compartilhar a guarda e, por consequência, o cuidado dessas crianças, possibilitando a inserção menos cansativa das mulheres no mercado de trabalho.

Segundo Mari Luz Esteban (2003), a naturalização e invisibilidade do cuidado tem como consequência a garantia da continuidade da sua execução exclusivamente pelas mulheres.

Sobre a questão das possíveis diferenças entre a relação do homem com a natureza, e da mulher com a natureza, os relatos revelam uma crença essencialista sobre o assunto. A maioria dos entrevistados, principalmente no grupo dos gestores, acreditam haver uma suposta aproximação maior das mulheres com o meio ambiente, por causa da biologia dos seus corpos e maternidade.

Nos trechos a seguir é possível notar essa posição em ambos os grupos:

“Eu visualizo muito porque eu acho que a mulher, ela acaba já tendo esse cuidado maior. Então essa preocupação em... É... Em cuidar, em se alimentar melhor, em... Eu não sei se já vem essa coisa de... De que é colocado na nossa cabeça, acho que nos nossos ideais, assim de que a mulher, ela precisa proteger, ela precisa cuidar. Depois tem esse instinto de maternidade, que você daí tem que dar uma alimentação legal pra sua pros seus filhos, não sei o que... Então, eu acho que é... Eu não sei se isso já é algo imposto, tipo que a gente já... Já acredita que é uma função da mulher e eu acho que isso já foi sendo perpetuado. Ou se isso já é instintivo mesmo. Mas eu acho que existe sim essa diferenciação entre... Do... Do respeito talvez, pro espaço, dessa preocupação das coisas se manterem melhor, então você consegue ter um... Você precisa cuidar um pouco mais, talvez não sei, eu acho que existe mesmo isso.” (Gestora 1, entrevista semiestruturada, 11/08/2021).

“A mulher é muito, a mulher cuidadora, muito mais... Tem muito mais amor ... Nessas coisas, né? Do que o homem, né? Porque eu vejo na horta. Eu vejo as mulheres o carinho que trata a::: bondade e nisso também elas têm um amor enorme nessas coisas que... Eu sinto nelas que até o tratamento com cães, gato, nossa é um outro tratamento. Elas têm amor, né? Ela pega amor, né?” (Gestor 2, entrevista semiestruturada, 11/08/2021).

“Além das capacitações, a gente sempre faz um almoço para elas, a cada dois, três meses... Fazia, né? Agora parou por conta da pandemia. Eu consegui um dia da beleza para elas, né? Um patrocínio de um salão. A última vez que a gente fez, elas foram, pintaram o cabelo, cortaram, cada uma fez o que quis. Fez maquiagem e logo em seguida foi para o almoço. Tinham mulheres lá que nunca tinham ido ao salão. Então você vê ela valorizada, você vê ela empoderada, é outra situação, sabe? Você ver aquela que tá separando e cria força para o divórcio porque sabe que vai ter um apoio, que vai sempre tá assistida. Você as vê empoderadas, crescendo... Elas têm às vezes conflitos com o filho, alguma demanda assim, elas passam aqui, a gente atende....as mulheres, elas se dedicam mais assim, com a natureza. Eu não sei. A gente já teve a experiência de

inserir homens na horta e não aderiram, abandonaram com o tempo. Diferente, por exemplo, da Agricultora 7 que faz anos. Que ama aquilo que ela faz. E que quando entra uma que tá mais folgadinha, ela já se empodera lá também. Sabe assim, você ver que tem... cria um vínculo, elas criam um vínculo com o local. Ver que tá bem bonito, bem cuidado, por conta delas mesmo. Merecimento delas, eu acho, sabe?” (Gestora 3, entrevista semiestruturada, 12/08/2021).

“Diferencia muito, né? Acho que a mulher ela é mais... Ela vê a... A... Ela tem uma visão bem ampla do que o homem. O homem é mais centrado, né? Então eu vejo que o cuidado da mulher é muito maior que do homem. Isso na minha opinião... Nós homens deveríamos, né? Deveríamos aprender isso com as mulheres, né? Ter essa visão, nós fomos mais focados, né? E as mulheres não. As mulheres têm uma visão ampla, né? Então... Essa é a diferença.” (Gestor 3, entrevista semiestruturada, 10/09/2021).

“A mulher, ela... Eu acredito que inconscientemente, mesmo ela tipo não, não... É... Como que eu posso dizer? Mesmo sem ela ter se aprofundado no tal, no assunto ela tem e eu acredito... É... Porque eu acredito que ela tem mais empatia. É uma coisa que de instinto da mulher de cuidar das coisas, de pensar no depois, não nos... No agora só, entendeu? Eu e... Eu acho que vou estar sendo feminista agora, mas o..., mas o homem, o homem é imediatista, né? Ele é... para conseguir o resultado, ele não pensa no depois. E por isso que nós estamos vivendo o que nós estamos vivendo hoje, né? Aquecimento global, é... E tudo mais.” (Gestora 4, entrevista semiestruturada, 12/08/2021).

“A mulher é como uma semente, ela é uma semente, ela gera fruto, ela tem o ventre, ela tem a fertilidade e ela tem o caráter protetivo, ela tem um caráter de alimentar, veja, a mulher, a natureza, a via láctea. Meu, tudo isso aqui é feminino, a alma, entende? se nós tivéssemos na horta, eu tenho certeza que quando uma mulher colhe alguma coisa, ela colhe melhor do que um homem. Aí cê fala: “não, mas existem homens que melhor”. Claro. Eu não estou pegando minha exceção e colocando uma lupa. Eu estou falando dentro da regra geral. Então a mulher é mais cuidadosa. Tudo o que eu falei... Ela é protetiva, ela é fértil, ela... Ela tem ventre, ela consegue fazer com que a coisa prospere, tenha um diálogo melhor. O homem agride a natureza, eu acredito que a mulher tem um contato melhor com a natureza e a mulher amamenta, né? A natureza alimenta, né? Então é uma relação bem... Bem parecida.” (Gestor 4, entrevista semiestruturada, 10/08/2021).

As agricultoras têm opiniões semelhantes em alguns casos, como os que seguem:

“Lógico que tem, porque a natureza você encontra paz. O homem você só encontra problema. As mulheres mais com a natureza mais delicada com a natureza do que os homens...Ah, não sei te explicar, mas eu acredito que sim, tipo, cê vê um paraíso, eu acho que a mulher fica mais dedicadas assim tipo assim nossa daí o homem já é mais ogro.” (Agricultora 1, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Eu acho que tem. Porque o homem desmata muito, né? A natureza. A mulher eu acho que não. Eu acho que a mulher cuida mais da natureza do que o homem.” (Agricultora 2, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

“Porque nós mulheres somos mais pacientes, mas detalhistas com as coisas, os homens ficam passando trator, passando por cima, se não tiver alguém que freie a coisa não fica boa, né?

Eu acho que tem sim. Maior, porque é mais detalhista, pensa pra fazer, olha, avalia, vê tudo certinho. É, eu acho.” (Agricultora 4, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

Tal processo de se fazer natural uma maior relação das mulheres com a natureza, e, conseqüentemente, com o cuidado, é característico por causar inúmeros efeitos, dentre eles, aspectos significativos na saúde feminina (ESTEBAN, 2003). A partir do entendimento da divisão sexual do trabalho e a sensibilização do trabalho do cuidado, a interação entre a saúde, cuidado e gênero torna-se assunto necessário de investigação.

### 6.1.2. Cuidado e saúde

Para a subcategoria “cuidado e saúde”, foi gerado uma nuvem de conceitos, com os trechos codificados dentro da subcategoria, para ambos os arquivos, dos gestores e das agricultoras, que se encontra na Figura 53.

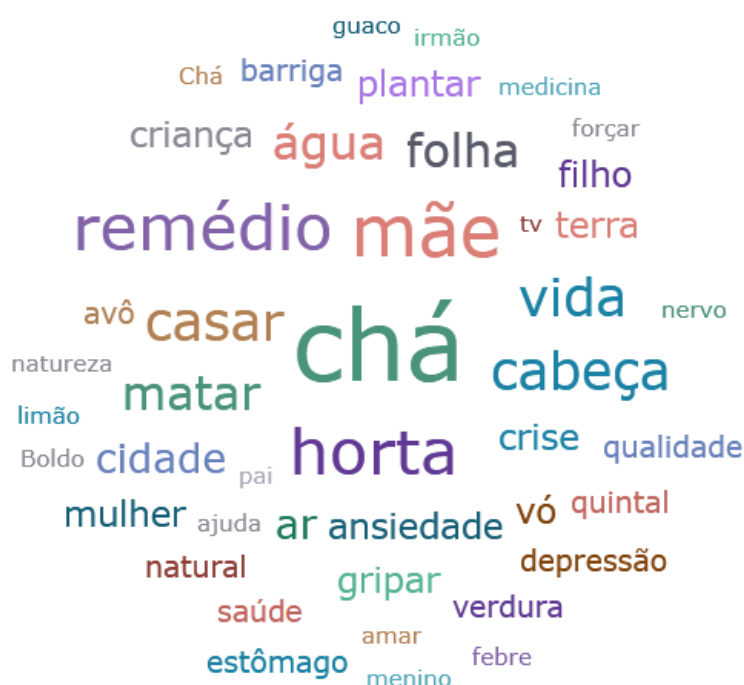


Figura 53. Nuvem de conceitos gerada a partir da codificação dos trechos em “cuidado e saúde”.

Fonte: ATLAS.ti e autora.

Em destaque, encontra-se a palavra “chá”, próxima a outras palavras que se relacionam intimamente com os assuntos trazidos nesse tópico, como “mãe”, “remédio”, “cabeça” e a própria “horta” nesse contexto de saúde. Alguns ingredientes de remédios naturais também estão presentes, como “limão”, “guaco” e “boldo”; além de problemas de saúde, como “ansiedade”, “depressão”, “gripar” e “febre”.

As relações entre esses assuntos e como eles estão presentes na vida das agricultoras, são elucidadas com maior riqueza ao longo deste tópico.

Na década de 1990, o Relatório sobre Saúde e Mulheres na Comunidade de Madrid (1996), apontou que muitas mulheres têm suas identidades femininas e de saúde definidas através do cuidado e da sua capacidade de cuidar. A médica e antropóloga Mari Esteban (2003), sinaliza que a comunicação e as relações das mulheres

perpassam pelo cuidado, o que diferencia as atitudes interpessoais empreendidas e esperadas socialmente e influencia na percepção sobre os corpos (Doyal, 2001; Korin, 2001; Connell; Messerschmidt, 2005).

As construções de feminilidade e masculinidade estabelecem relação de contraposição, negando ao homem comportamentos baseados no cuidado à saúde, atribuindo aos homens dificuldades na busca por assistência em saúde, em razão da sua autopercepção de necessidades de cuidados e pela noção de que esta é uma tarefa do feminino (MACHIN et al. 2011).

No diário de bordo da pesquisa, é possível perceber que, na Horta Comunitária Cheiro Verde, assuntos relacionados à saúde, médicos e condição de doença na família, eram frequentes e sempre respondidos com recomendações de remédios ou providências a tomar. No período em que frequentei a horta, aprendi diversos remédios caseiros para todas as complicações de saúde que sentia e compartilhava com o coletivo. Existia uma preocupação entre elas com o bem-estar umas das outras, no sentido físico e mental. Situações vivenciadas que as perturbasse psicologicamente eram trazidas, formando uma rede de apoio feminino, no qual as agricultoras se sentem ouvidas e acolhidas.

Gutierrez e Minayo (2010), citam a obra de Gerhardt (2006) “Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade” para afirmar que, através das habilidades sociais e comunicativas - excluindo a possível obrigação de desenvolvê-las a fim de garantir sua sobrevivência - as mulheres geram redes de apoio mútuo, mobilizando grupos religiosos, vizinhos e comunidade local com o objetivo de cuidar com maior eficiência.

Devido às diferenças nas necessidades fisiológicas do corpo, Costa Junior et al. (2016), sinaliza que o cuidado com si se torna uma rotina para as mulheres devido ao aspecto ginecológico e reprodutivo que garantem a maternidade. Sendo assim, as mulheres foram e ainda são educadas para cuidar do corpo e da saúde com maior afinco, uma vez que devem garantir sua saúde reprodutiva (Martins, 2004; Rohden, 2003).

A idealização da mulher como a principal responsável por sua prole e família, faz com que elas tenham maior temor em adquirir condições graves de saúde, tornando-as mais preocupadas e estimuladas aos cuidados preventivos (COSTA JUNIOR et al. 2016). Em plena concordância com as ideias apresentadas por Costa Júnior et al. (2016), as autoras Denise Machado Gutierrez e Maria Cecília Minayo (2010), apresentam a família como produtora de cuidados essenciais à saúde. Segundo elas, é no seio familiar que se originam as interações afetivas mais importantes para o pleno desenvolvimento da saúde mental e da personalidade madura de seus membros, assim como o aprendizado da higiene e da cultura alimentar.

Com relação a questão alimentar e saúde, as agricultoras da HCCV relataram que a alimentação delas mudou desde que começaram a trabalhar na horta, como é possível notar nos trechos que seguem:

“É tudo natural né? A minha saúde está outra que era antes de eu entrar aqui na horta então a gente comia qualquer verdura comprado qualquer lugar de gente só porque conhecia a pessoa, mas não conhecia os procedimentos a cultura da verdura, a gente comia de qualquer jeito depois que eu vim pra cá e comecei ver que é tudo natural então modifica assim faz toda a diferença.” (Agricultora 4, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

As Agricultoras 11 e 8, também destacam a segurança em saber a procedência do alimento.

“Ah porque a gente sabe que é saudável né... é que a gente mesmo planta” (Agricultora 11, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

“Ah a verdura tem que ser sem veneno mesmo, o veneno faz mal pra saúde, né? Se preocupa, né? Dá medo, né? Por isso que eu gosto só de levar aqui da horta, porque daqui eu sei como que é, né?” (Agricultora 8, entrevista semiestruturada, 15/06/2022).

A Agricultora 10 relata as mudanças alimentares que ocorreram e sua opinião sobre alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos:

“Muda porque a gente que ganha pouco não tem condição de comprar, né? Então eu levo um pé de alface, levo um cheiro verde, né? Quando tem legumes eu levo também. Então já aumenta, né? Não, eu não ia consumir, porque eu não consumia quando eu... Antes deu trabalhar aqui (...) com tempo vai fazendo mal pra pessoa. Não é um alimento rico em vitamina que eles falam, né? É um alimento cheio de veneno.” (Agricultora 10, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

É possível perceber que existe, por parte delas, uma preocupação com a procedência e uso ou não de agrotóxicos nos alimentos. A participação na horta garante o acesso às agricultoras e suas famílias, a alimentos saudáveis e orgânicos, que provavelmente não conseguiriam consumir caso não pudessem pegar da horta.

A saúde das mulheres não se relaciona apenas ao acesso à alimentos agroecológicos, mas abrange também uma perspectiva de medicina natural e apropriação dos recursos naturais nos tratamentos de diversas complicações físicas e psicológicas.

Assim como na atribuição de tarefas na cozinha, a responsabilidade pela aquisição, engarrafamento e preparo dos chás recai predominantemente sobre as mulheres. As mulheres assumiram o manto de preservar os saberes medicinais, transmitidos de mãe para filha por meio da tradição oral, o que as colocou em posição de tutela. O uso de plantas para medicações – fitoterapia, torna-se um componente vital da cultura popular, na qual converge a experiência, ancestralidade e conhecimento científico (DOS SANTOS; DOS SANTOS, 2020).

A natureza atua na saúde à medida que existe uma apropriação medicinal dos seus benefícios para melhorias no corpo e mente. Na HCCV, as mulheres possuem uma bagagem de conhecimentos da etnobotânica vastos e complexos, que, segundo os relatos, foram passados por suas mães, avós, ou outras figuras femininas do seu convívio. Os relatos e saberes podem ser lidos nos trechos a seguir:

“No nosso tempo era assim esses chazinhos caseiro, que a nossa mãe sempre colhia mesmo no quintal, sabe? Aquelas folhas que eram, tinha uma dor de barriga, era esse tipo de folha assim, tinha no quintal, as folhas, eu achava muito bom, eu achava assim que era ótimo e a gente sempre se aliviava com esses chazinhos que a gente tomava quando criança, sabe? Até remédio assim pra... Como se fala assim, pro estômago. Todas essas coisas, dorzinha que a gente tinha era tudo chás natural que a gente tomava. Realmente eu aprendi mesmo isso daí.” (Agricultora 7, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Que nem eu vou falar pra você, eu, que nem quando ataca com a minha crise de ansiedade, eu me dopo muito no remédio. E o que que vem me fortalecendo? Foi a minha sogra e a vó que me ensinou que era pra eu sair do clonazepam e ficar mais nos naturais. Então tudo que é chá que eu encontro eu levo. A cidreira ou hortelã. Então me ajuda muito na minha crise de ansiedade e hoje eu vi que eu consegui sair do clonazepam pelos medicinais.” (Agricultora 1, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Porque minha mãe sempre falava sobre isso daí, que era bem melhor do que comprar um remédio. Antigamente era raro pra ela conseguir comprar um remédio. Aí me curava mesmo com o remédio do mato mesmo. Aprendeu com a mãe dela, que ela falava sempre que a mãe dela, a vó dela falava, ensinava ela a fazer. Minha sogra também, até hoje em dia quando eu fico ansiosa



com menino meu, pra lavar os pontos da cesárea, ela pegava os matos e mandava colocar assim no lugar do corte.” (Agricultora 3, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Aprendi com a minha mãe, com a minha avó, com a minha bisa. Que a gente sempre foi, está com febre, dá um chá de semente de melancia. Por aí a fora. O AS infantil. Ah está com gripe? Faz o chá da casca de amburana não sei com o que é. Foi assim que nós crescemos. Eu procuro pros meus filhos sempre dá a base do natural, um chá de guaco pra gripe, um chá de hortelã pra acabar o mau, os nervos, um chazinho de camomila, uma erva doce pro estômago e por aí a fora. Eu gosto muito dessas coisas.” (Agricultora 4, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Eu aprendi porque a minha mãe quando nós éramos criança, era muito difícil ela ter o dinheiro também pra comprar um remédio. Não ficava muito doente. E quando a gente ficava doente, a minha mãe fazia um chá. O chá de folha de laranja. Pra tosse ela fazia chá de flor de mamão. Então é assim, aprendi que nas plantas há cura. Porque tem. Porque se não fosse as plantas, não existia os remédios.” (Agricultora 10, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

A Agricultora 6 destaca a desvalorização que esses saberes têm para seus familiares mais novos.

“Aprendi. E o chá dá tanta coisa, é muito melhor do que de farmácia. A minha avó falava que o chá é muito melhor, chá de... É estrela, tem a poejo, tem hortelã, tudo isso aí é tudo tempo nosso. E agora a gente fala, eles não acreditam. Que ainda fala que não vale nada.” (Agricultora 6, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

Os ofícios tradicionais de saúde têm origem nos saberes tradicionais relacionados com o uso de plantas medicinais, mas estão ameaçados pela destruição do território e pela necessidade de validação científica dos saberes e práticas de saúde. Apesar da pouca discussão sobre convergências entre medicina tradicional e feminismo, o papel das mulheres é reconhecido nas práticas de medicina natural e na produção e uso de plantas para remédios caseiros e outros usos fitoterápicos (GOMES, 2020). Para a valorização desse conhecimento, é necessário que haja a valorização dessas mulheres.

Em linha com Donna Haraway (2019, p. 158), a condição humana se configura pela geração e composição de núcleos e interações - humanas e não humanas - sendo elas a fonte comum firmada na pluralidade dos pensamentos (DE PINHO VALLE, 2019). Segundo as teorias de Christelle Terreblanche (2019), a política ecofeminista busca promover a emancipação humana por meio de economias solidárias regenerativas, desenvolvidas no compartilhar da vida cotidiana, tendo o cuidado como base dessas relações.



“Me sinto bem, muito bem. Me sinto fortalecida, acho que diante eu passei muitos problemas na vida é que eu separei, casei de novo, e na separação eu não tinha um parente que ficou só eu e os meus filhos e eu acho que se não fosse esse pedaço importante na minha vida, eu não sei se eu teria sobrevivido. É muito importante pra mim.” (Agricultora 4, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Eu gosto de trabalhar aqui. Eu gosto de mexer com terra, eu gosto de mexer com verdura, eu gosto dessas coisas, sabe? Eu fui criada assim, né? Porque aqui, aqui é... É bem cuidado, vamos falar assim. Aqui os matos, os matos, né? Os matos são bem cuidados (...) se não fosse o meio ambiente, se não fosse as plantas, nós não existíamos mais.” (Agricultora 10, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

“Minha vida é o verde, a roça, é tudo. Não consigo. Eu moro aqui na cidade assim porque eu tenho contato com a roça, tem aqui a horta, se eu sair daqui eu hoje ainda vou pro sítio ainda dez quilômetro daqui. Então se não fosse isso acho que eu nem moraria aqui na cidade.” (Agricultora 4, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Meu namorado falou assim: "você quer plantar tudo também". Eu gosto. Eu gosto de plantar, eu gosto de ver os pezinhos bonitinhos nascer, crescer. (Agricultora 2, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

“Ah, o meio ambiente que eu fico é aqui na horta por que na cidade não tem, é raro você ver, na cidade não tem meio ambiente. O lugar de meio ambiente que eu fico é aqui na horta mesmo.” (Agricultora 3, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“É que eu gosto da agricultura familiar, eu gosto da vida da roça, eu gosto é de plantar, cultivar, colher, eu gosto do natural. E assim é... as plantinhas é porque eu gosto muito e eu... se eu levantar cedo acho que não vê um verde na minha frente. Não está bom. Nem que seja bem pequenininha pra mim por ali pra eu olhar enquanto limpar o fogão. Mas tem que ter alguma coisa” (Agricultora 4, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Eu gosto de ter pra manter, sabe? Plantar algumas coisinhas, a gente ter ali no dia a dia, nossas plantinhas na casa pra ficar cuidando, entendeu? Pra colher tudo fresquinho. Eu gosto, sempre gostei. Começando a trabalhar aqui na horta mesmo, sabe? Assim, porque eu sempre, eu gostei muito, sempre gostei de mexer com plantinha, sabe? Então, eu acho que depois que eu entrei aqui na horta, eu acho que, nossa, me ajudou bastante assim, sabe? Nessa parte assim de atividade, aí eu vim aqui na horta, daí às vezes eu chegava e queria fazer mais coisas, sabe assim? Queria estar mais dias ainda aqui na horta, que antigamente era só um dia. Ainda queria estar mais dias. Então, acho que foi nessa parte, quando eu entrei aqui na horta.” (Agricultora 7, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Eu gosto. Muito gostoso ficar aqui. Se eu pudesse ficava o dia inteiro, ia embora só de noite pra dormir.” (Agricultora 9, entrevista semiestruturada, 15/06/2022).

“Eu creio que se o Brasil fosse um país que gostasse disso, né? Porque eu creio que eles não... Gostam mais é de plantar eucalipto. Não é? A produção do Brasil está sendo essa hoje, não está sendo alimentação. Muito pouco aí os estados que estão fazendo isso, plantando feijão, arroz, trigo. Eu acho. Eucalipto é pra quê? Madeira. Construir casa. Né? Mas o brasileiro não tá precisando muito disso, o brasileiro está precisando de alimentação, estão passando fome. Você vê

quantas pessoas estão passando fome hoje? Cada vez mais, principalmente as pessoas que não tem renda familiar. Estão passando fome e necessidade, e daí pra pior. Eu creio que daí pra pior. Eu acredito nisso. Porque do jeito que está indo aí oh, os fazendeiros, eles não querem mais saber de fazer produção. Eles querem saber de plantar laranja, eucalipto, máquinas. O povo está sem emprego. Antigamente não, antigamente as pessoas pegavam um pedacinho de chão, plantava arroz, feijão. Hoje não existe mais, é muito raro. Eu não vejo, eu não vejo, quando eu era criança eu via. Meu pai plantava arroz, feijão. Hoje você não vê mais isso, os fazendeiros não querem saber mais disso. E o preço que está. Barra Bonita, Lençóis Paulista é produção de açúcar. Olha o preço do pacote de açúcar no mercado.” (Agricultora 10, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

Algumas agricultoras opinaram sobre a conexão e diferenças entre a zona urbana e rural, nos trechos:

“Porque por exemplo eu moro aqui, mas estou sempre no campo. a minha responsabilidade não vai mudar só porque eu saí daqui pra ir no campo. E aí eu acho que todo mundo tem que ter sim. É. Tem a mesma responsabilidade. Tem que ter a mesma responsabilidade. Nós daqui vamos pro campo temos que ter consciência daquilo que está certo e do que está errado. Procurar fazer sempre o que é o correto pra gente. E os que vem de lá pra cidade também é a mesma coisa. Saber usar... cada um no seu espaço porque tem espaço pra todos. Cada um com sua responsabilidade. Porque tem que estar sempre tudo em ordem.” (Agricultora 4, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Tanto faz no campo quanto na cidade, a pessoa tem que ter responsabilidade de cuidar.” (Agricultora 3, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

Para os gestores, as opiniões sobre o meio ambiente e a relação das agricultoras com a horta, podem ser lidas nos trechos a seguir:

“De você ter o contato, de você ir lá escolher, de colher aquilo que o que você vai consumir, essa proximidade assim eu vejo que ela é bem interessante também. eu tenho uma satisfação pessoal mesmo em cuidar, em tá lá, em ver que a gente consegue fazer essa, manter essas características e: trazer algum retorno ambiental assim, né? A gente conseguir manter uma horta, sem utilização de veneno, sem assim, por mais que ela esteja nessa área de APP. Então a gente acaba tendo um cuidado assim dobrado, né? (...) acho que hoje em dia as pessoas estão começando a perceber isso, o quanto que cuidar do meio ambiente tem a ver com cuidar de si, cuidar do... E que, o quanto que isso também gera qualidade ambiental, né? Se a gente parar pra pensar se é um é um lixo no meio da rua, o quanto que isso afeta as pessoas, mas assim, principalmente, a gente tá gerando uma poluição ambiental, mas isso também afeta algo negativo nas pessoas, né? Ninguém quer isso na frente de casa. Se a gente não parar pra pensar nessas ações humanas mesmo, o lado social, a gente não vai chegar nesse... Numa solução, né? Então eu acho que a qualidade de vida, é assim, talvez seja esse o... Esse o assunto que a gente tá tentando, o ponto, né? Que a gente tá tentando mostrar pras pessoas. Assim, olha, o quanto que essas ações que inicialmente parecem só com o viés ambientais, mas o quanto que ela interfere na qualidade do município. Porque se a gente falar de lixo, de falta, né? Eu havia falado, né? Da falta de arborização. A gente recebe só pedidos de corte. Então, a hora que eu falo pras pessoas, olha, se você... A sua árvore, ela está com problema, a gente vai cortar, mas a lei diz pra cada árvore cortada a gente tem que replantar uma nova. Ah, mas aí não sei o que. Então, sabe? Sempre tem um... Árvore suja, árvore... Ah e as pessoas (...) porque

daí a pessoa vai querer parar o carro aqui em frente à minha casa. E então, assim começar a mostrar... falar assim, não a árvore, ela tem tudo isso, mas ela tem outros pontos positivos, né? A gente não pode ficar só... Olhar pra ela e só ficar... Que desejando coisa ruim assim, né? Então acho que é demonstrar que as questões, o quanto que as questões ambientais elas interferem no dia a dia das pessoas, né? Seja de lixo, a própria alimentação, da onde elas tão vindo. Incentivar o que a gente tem feito na horta é isso mesmo, é ter uma produção grande, pra gente conseguir incentivar as pessoas a terem uma boa alimentação. Então, assim, em geral, os nossos preços são mais baixos que mercado e pouca coisa assim, mas assim pra gente ter a venda, né? E as pessoas que tão lá, elas tão consumindo também. Então talvez elas não teriam o acesso a esse... Esses não seriam os alimentos que elas escolheriam no mercado. A gente sabe que hoje em dia, talvez a pessoa vai comprar um miojo, vai comprar uma alimentação que não é nada saudável, por ser barata e deixa de comprar um alimento tipo uma alface, de comprar uma verdura, né? Até eu acho, pela propaganda mesmo, né? É aquela coisa, a mídia passa isso como sendo bonito, né? Você consumir alguns alimentos. E então... E tudo isso vai interferindo na qualidade de vida, então eu acredito fortemente que as questões ambientais e a qualidade de vida, elas caminham juntas e que isso precisa ser demonstrado com atitudes para a população. Porque senão fica... A teoria as pessoas sabem, né? A teoria elas já estão... Se escuta desde sempre que um alimento saudável, de que uma alface é muito melhor que um salgadinho. Mas na hora, talvez da pessoa ir comprar, ela ainda... ah, não é... não é isso que está na... que elas estão habituadas a fazerem” (Gestora 1, entrevista semiestruturada, 11/08/2021).

“Olha mais qualidade de vida, né? Eu acho que tudo isso que a gente tá passando... Eh:... Diferença no clima, essa coisa toda. Eu acho que já foi uma questão que talvez nós, até os nossos antepassados já descuidaram um pouco, né? Deveriam ter cuidado melhor lá atrás.” (Gestor 1, entrevista semiestruturada, 27/09/2021).

“Meio ambiente é tudo. A gente respirar melhor, a gente cuidar da água é algo, né? Importantíssimo, né? Você não jogar um lixo, eu acho que é muito importante não só no meio ambiente, mas a educação, né? Né? Dos nossos filhos. Então assim é muito importante essa... Esse cuidado nosso com o meio ambiente, que é uma bandeira muito digna, né? Né... A gente vê aí tantas pessoas aí que não tenham acionamento de água que está tendo bastante, né? Então a gente tem que cuidar.” (Gestor 3, entrevista semiestruturada, 10/09/2021).

“Porque tudo é produção, né? O boi é produção, a galinha é produção, o porco é produção e é sofrimento, é sofrimento, é sofrimento. Então, por exemplo, eu tenho galinhas no meu quintal ((risos)). A minha casa é quase um sítio. E quando eu descobri como vivem as galinhas, numa granja, eu já não gostava de ovo. E agora tipo... E meu marido come muito ovo. E falei assim: “você quer ovo?” Aí ele ama animais de pena. Eu tenho muita afinidade, não. E daí a gente ganhou um casal, um galo e uma galinha, nós criamos lá e o ovo que se come na minha casa não é mais o de granja... Então eu acho assim, que tudo... A gente tem que começar, a dar o primeiro passo, a gente fala assim: “ah, mas você não vai mudar o mundo”. Não é porque você vai deixar de comer o ovo da granja, que a granja não vai mais existir, a galinha não vai mais sofrer. Mas se todo mundo pensar assim, pelo menos a gente vai diminuir, né? Então... É... Eu super acredito, sabe? Nessa... A minha mãe é... Super... Super gosta de comprar coisas orgânicas, sabe? Até por conta do veneno, agrotóxico que é usado, que não é orgânico. Eu se eu pudesse, meu sonho, meu objetivo pessoal, já

faz um tempo e vai demorar um tempo até eu conseguir, mas eu vou conseguir. É ter um sitinho, uma chácara, sabe? Para poder plantar, para poder::: criar lá mais galinha, ter mais ovo... Já pensando em toda essa crueldade que... Que gera assim nesse consumo. Eu sempre converso com o meu marido, né? Como que... E nem é um passado tão distante assim, os meus avós, por exemplo, não tinham a... A facilidade de um supermercado que você vai lá, você vê e encontra carne, pão, tudo industrializado, nós comemos. Antigamente não era assim, por que que virou isso tudo? Tudo bem por conta da facilidade, da comodidade. Tá. Mas e o que tá custando isso pra gente? Então, assim, faz bastante tempo que eu sempre penso muito nisso, sabe? Porque eu acho que pequenas atitudes a gente::... Eh:: deixa de existir muito sofrimento. Tanto animal e... Quanto da saúde humana mesmo, né? Porque é o que eu falo, não tem animal e natureza... Está ligado com saúde pública, é saúde. Né? E existentes permanência da existência humana (...) é tudo consequência de uma mudança brusca de jeito de viver e de tratar onde a gente vive, entendeu? Hoje, na ó, vou dar um exemplo que é um algo que se eu falar aqui na cidade, nossa. Aqui, que nem eu falei pra você, as pessoas vivem do que? Da a maioria, né, da zona rural que é o plantio de laranja, né? Tem as fazendas de laranja que exportam tudo e o eucalipto. O que que o eucalipto faz no solo? Degrada o solo, acaba com rios, entendeu? E quem tem? Quem está se preocupando com isso? Você está... Eu tenho vontade de chorar. E eu vejo assim, sabe? A nossa terra virando areia. É tudo muito triste. E eu ouço os mais velhos falando que aqui era muito rico de água. Hoje você não vê mais. Você não vê rios, sabe? E é muito triste. Por mim, dependendo de mim, eu proibia de plantar eucalipto aqui. Mas é o que também o povo sobrevive. Então, é um impasse. Só que eu acho assim, nada funciona, nada deve funcionar a ferro e fogo. Mas tudo tem que ter um estudo e um meio termo, né? Não só pensar no dinheiro e não, tipo assim -- ah, é natureza, paz e amor, a gente não precisa mais de dinheiro -- não. Não é isso, né? A gente tem que, tem sempre que colocar uns..., mas tudo que você tem que ver, aí infelizmente a gente num... Eu não vi, pelo tempo que eu tô aqui ninguém se preocupando, ninguém que estivesse na política pensando nisso. E aqui é muito rico. Aqui Itatinga é enorme, se você for ver aonde que acaba aqui e até onde vai na Castelo Branco. É muito grande, se duvidar é maior do que Botucatu de território, entendeu? Por que que a gente não cresce? Entendeu? Quem que a gente tá enriquecendo? Qual... Quem que a gente tá enriquecendo a troco de acabar com o nosso solo daqui? Então é tudo muito assim... É tudo relativo, né? Hoje nós vemos nas grandes cidades as pessoas querem se aposentar e ir para onde? Ir para o interior. Não tem ar bom pra respirar. Começou aí, o ar que é vital pra gente sobreviver. Aí depois a água que também é outra coisa vital. Hoje é muita... Não sei, né? Aqui eu acredito que a nossa... A qualidade da nossa água é boa. Não costumo viajar, mas outras pessoas que viajam falam: "ah, em tal lugar a água é horrível, cê tem que comprar água mineral". Então o ponto básico é tipo... É muito... Vai muito mais além. Mas começou aí, do ar e da qualidade da água. O que que depende disso? A nossa vida. E o que que degrada isso? A não conscientização sobre, né? A degradação do meio ambiente, do ecossistema, as queimadas." (Gestora 4, entrevista semiestruturada, 12/08/2021).

É importante para o corpo e a mente práticas mais saudáveis e conscientes, sendo o local do trabalho no campo uma grande questão referente ao tema, trazendo esses espaços como um refúgio da vida acelerada dos centros urbanos (DUARTE, 2017).

Segundo Luísa de Pinho Valle (2022), a agroecologia traduz um processo de transformação político e socioeconômico transferindo à natureza um significado distante da lógica da agricultura industrial, voltada à produção, resgatando uma proposta de ações técnico-produtivas e sociopolíticas em torno do manejo equilibrado e ecológico dos recursos naturais (SEVILLA GUZMÁN, 2010).

O *The Economics of Ecosystems and Biodiversity* sinaliza os serviços ecossistêmicos como as contribuições diretas e indiretas da relação dos ecossistemas ao bem estar humano, caracterizados como provisão (por exemplo, de alimentos, água, madeira, biomassa e combustível), regulação (equilíbrio climático, controle de cheias, controle de doenças), culturais (importância cênica, recreativa, turística, espiritual, educacional) e de suporte, ou habitat (ciclagem de nutrientes, formação de solo) (CABRAL, 2015).

As árvores compõem esses serviços e são mencionadas pelos participantes da pesquisa nos trechos que seguem:

“É porque árvore na cidade é uma coisa que plantar essas árvorinha pequena é uma coisa boa, né? Porque você vê tem alguém que trabalha na rua igual essas meninas que trabalha na rua, toma um solzinho, as vezes cansa um pouquinho, né? Isso aí eu acho assim.” (Agricultora 6, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

“É que as vezes você tá saindo, tá um sol muito quente, você para ali, você vai na sombra daquela árvore. E que outros benefícios posso falar pra você... Ah, porque as árvores tem que existir, certo? Porque se não existir árvore, porque [...] diz que a água também não vem se não tiver árvore, porque a árvore protege.” (Agricultora 7, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“É bom pra cidade ficar mais arborizada, né? fica mais bonito, quando está sol a gente recorre a árvore também, né?” (Agricultora 11, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

“Ah melhora bem a qualidade do ar melhora bem principalmente o ar, a sombra faz toda a diferença na época do calor fica mais fresquinho eu acho. Se plantar acho que a árvore certa não tem nenhum malefício eu acho. (Agricultora 4, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

“Nós respiramos por elas. A gente tem o ar que está muito poluído, principalmente na cidade grande, por falta de árvore. Né? As árvores que respiram, respiram por nós. E nós respiramos por elas. E a poluição está demais. E tem gente que fala assim "ah não vem". Vem, vem para as cidades pequena, vem pra tudo quanto é lugar. Quando você tá num lugar, só tem árvore, você se sente bem, respira melhor, porque elas seguram um pouco o calor. Por causa de quê? Porque os homens eles destruíram, né? Eu acredito que não é Deus que está fazendo isso, mas sim os homens. A humanidade está destruindo o que era pra estar bom, ótimo. Os homens estão destruindo tudo. E se não parar com isso, vai chegar um tempo que não vai ter mais árvore nem na Amazônia. Ela vai secar as águas. Como que o povo vai viver? Sem água? Todos têm que fazer a parte dele, né?” (Agricultora 10, entrevista semiestruturada, 14/06/2022).

“Mas a gente descendo aqui você pode pegar essa rua aqui inteira aqui que ela é árvore até lá na praça. Você tem que ver que a sua respiração é completamente diferente de você estar andando numa rua que nem eu mesmo eu não troco essa estrada aqui por aquela de cima, porque essa daqui pra mim eu respiro bem. Por causa das árvores, da sombra. Por causa daquela mata que tem então tipo assim acho que fica uma parte leve uma parte pesada então eu amo aquela parte ali daí eu não sou boba só passo ali, por fora que é sombra, fresco e muda muito.” (Agricultora 1, entrevista semiestruturada, 03/06/2022).

As mulheres trabalham em um território cercado por árvores, fresco e com presença de muitos animais. Além dos benefícios terapêuticos, no caso da horta, existe ainda a relação econômica que ocorre por meio do extrativismo de frutos (abacate, limão, mamão, goiaba e amora), sementes e mudas. Essa relação com as árvores também poderia oferecer retornos econômicos extras para as agricultoras da horta, com a venda de frutos, sementes e produção de mudas, caso houvessem incentivos nesse sentido. Ademais, as árvores e os frutos que elas nos presenteiam têm o poder de mudar, desde os nossos hábitos alimentares, como foi citado no caso da guacamole, em que encontramos uma nova forma de consumir os abacates, até o caminho que escolhemos ao ir para casa, como relatado na entrevista.

A conexão entre o humano, a natureza e o cuidado à saúde, já está sendo incorporada em políticas públicas urbanas e de saúde, incluindo prescrições médicas associadas às atividades em ambientes naturais (STELNRICH, 2017; RAZANI et al., 2018). Muitos países, particularmente aqueles em desenvolvimento, nos quais a crise ambiental e as condições precárias de bem-estar e qualidade de vida são alarmantes, utilizam essa correlação como estratégia para promover a função das áreas naturais e de conservação dos ecossistemas (CUNHA et al. 2022).

As áreas naturais, sejam de lazer, conservação ou produção de alimentos, tem seu papel enfatizado quando permitem que a conservação da natureza e o uso sustentável da biodiversidade sejam usados como vetores de desenvolvimento territorial (SANCHO; DEUS, 2015), promoção do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas (BARNAUD et al., 2018) e da qualidade ambiental das cidades.

Tornando assim, a contribuição de áreas verdes urbanas para a saúde e a conexão com a natureza, catalisadoras de mudanças na agenda de políticas públicas em diversos países (BARNAUD et al., 2018), destacando a relevância dos parques e áreas de produção alimentar em centros urbanos e periurbanos, e os benefícios para a saúde física, desempenho cognitivo e bem-estar psicológico (KENIGER et al., 2013). Isso demonstra a importância da horta como um espaço de reprodução de cuidados, além de alimentos, há o cultivo do cuidado.

O contato com a natureza no desenho do espaço urbano também se justifica devido à importância dos processos ecológicos, já que essas localidades podem filtrar o ar, reduzir taxas de poluição do ar, sonora e paisagística, promovendo equilíbrio térmico, melhoria de qualidade da água e redução de enchentes (MAZZEI et al., 2007; LARSON et al., 2016).

Essas áreas possibilitam a (re)conexão com a natureza, criando ambientes de sociabilidade, permitindo o encontro e a prática de atividades físicas, de lazer e produção de alimentos com repercussões diretas para a saúde dos usuários, como redução do sedentarismo e a diminuição do estresse do dia a dia (SZEREMETA; ZANNIN, 2013; BUCKLEY, 2020). Na HCCV, para além das múltiplas esferas de cuidados reproduzidos, as agricultoras atuam como cuidadoras da comunidade, por garantir a manutenção e reprodução desse espaço de troca e vínculos de pertencimento com outros seres (humanos e não humanos) e com seu território.

#### **6.1.4. Cuidados do presente e Oficina do Futuro**

Os resultados da “Oficina do Futuro” trabalhados são as manifestações feitas em todas as suas etapas: a árvore dos sonhos; o muro das lamentações e o caminho adiante.

A oficina resultou em um plano de ações, percebido como não sendo uma Agenda 21 do Pedaco, pois não houve tempo para o aprofundamento sobre os pontos levantados, estudando e dialogando sobre cada uma delas, de forma que se tornasse possível saber se eram contraditórias entre si ou se estavam contidas por outras, hierarquizar as que se sustentassem, em termos de prioridades e definir responsabilidade pelas ações por parte das



agricultoras, como é esperado que ocorra para que a execução e sustentabilidade dos processos sejam garantidos. O destaque desses dados é para os cuidados atuais que as agricultoras recebem, em termos de infraestrutura e recursos financeiros e humanos. Os registros de todas as etapas da “Oficina do Futuro” anteriores ao plano de ações, encontram-se na Figura 55.

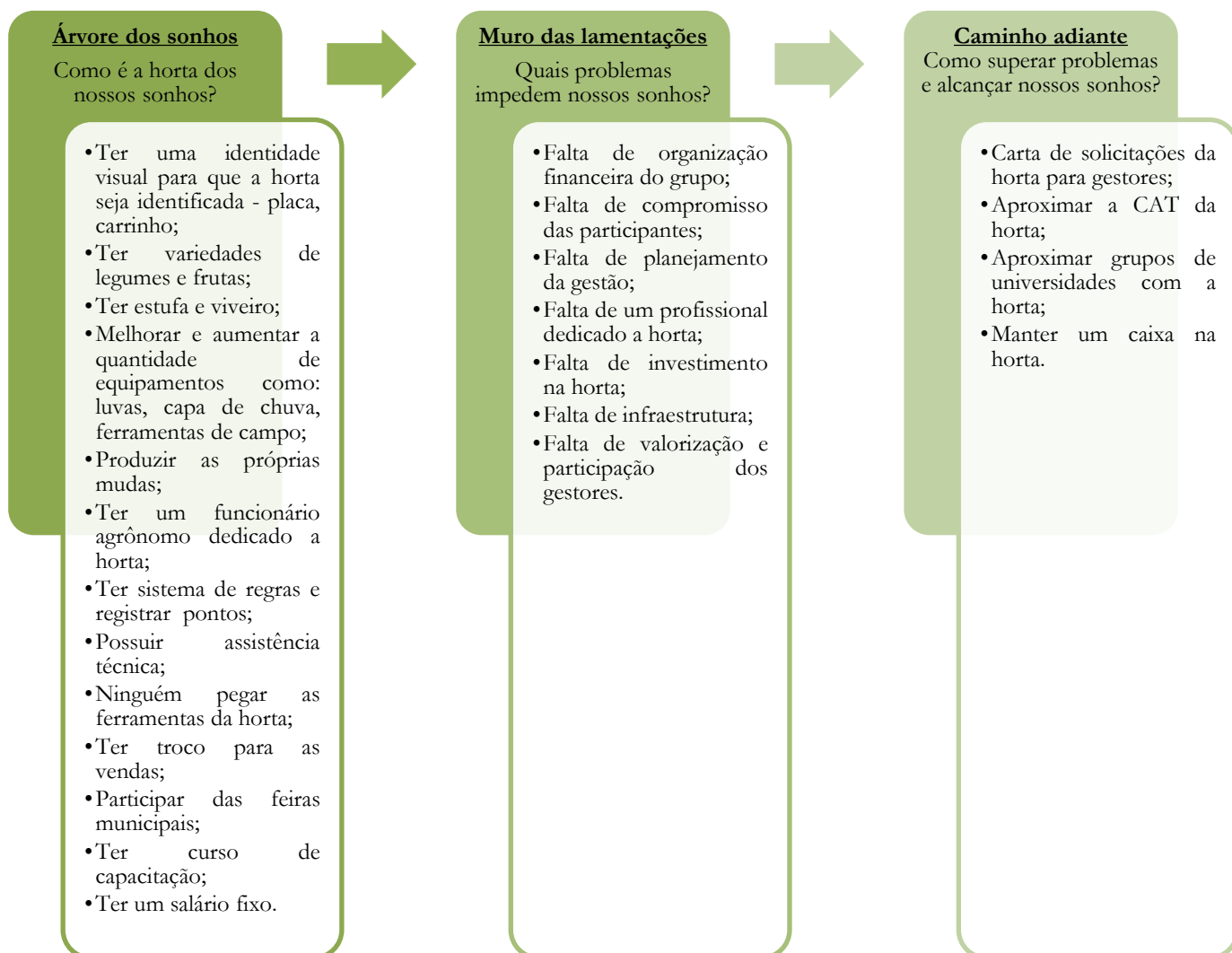


Figura 55. Sistematização dos resultados da “Oficina do Futuro”.

Fonte: autora.

As agricultoras trouxeram entre os sonhos, o desejo de ter um funcionário técnico de agrárias com dedicação exclusiva à horta. É notório que elas têm dificuldade em se posicionar para incidir nas tomadas de decisões relacionadas ao manejo agrícola da horta. A atuação de um profissional técnico, dedicado ao acompanhamento e manejo da horta, como ocorreu no passado, traria benefícios financeiros e técnicos para as mulheres agricultoras. Em muitos momentos da Oficina do Futuro, o antigo técnico da HCCV foi citado com demonstração de saudade e consideração pelas mudanças que ele executou durante o tempo em que trabalhou na horta.

Outros sonhos relacionam-se à tomada de autonomia na produção agrícola. Produzir as próprias mudas, participar das feiras municipais, ninguém pegar as ferramentas da horta, ter variedades de frutas e verduras e, ter

estufa e viveiro, são condições para que exista, por parte das agricultoras, maior controle de variáveis produtivas e de gestão.

Para as agricultoras, haveria maior variedade de legumes e frutas, o que reverbera com noções agroecológicas de aumento de biodiversidade e segurança alimentar.

Os demais pontos são questões trabalhistas, como: ter salário fixo, ter curso de capacitação, ter sistema de regras e registrar pontos. O último deve-se ao fato de que as agricultoras se queixaram com o compromisso das colegas e se esforçaram para elaborar sugestões que dirimissem a situação. Nas lamentações, é possível ver fatores relacionados à dinâmica interna da horta, aos gestores municipais e aos recursos financeiros alocados para o projeto.

O caminho adiante gerou o plano de ações, com quatro ações que se encontram abaixo, na Figura 56.

## PLANO DE AÇÕES

<p><b>Ação: Carta de solicitações</b></p>	<p>Materiais e custos: Papelaria e vinda para Itatinga</p> <p>Prazos: Primeira semana de julho</p> <p>Responsável: Pesquisadora e estagiárias</p> <p>Como avaliar: Através da resposta dos gestores</p>
<p><b>Ação: Aproximar a Secretaria de Agricultura</b></p>	<p>Materiais e custos: Ir na secretaria</p> <p>Prazos: Semana do dia 20/06</p> <p>Responsável: Todas as mulheres</p> <p>Como avaliar: Com a visita ou não dos técnicos</p>
<p><b>Ação: Aproximar grupos da universidade da horta</b></p>	<p>Materiais e custos: Ir em reuniões.</p> <p>Prazos: A partir da terceira semana de julho.</p> <p>Responsável: Pesquisadora e estagiárias.</p> <p>Como avaliar: A partir da visita deles.</p>
<p><b>Ação: Manter um caixa na horta</b></p>	<p>Materiais e custos: R\$20,00 reais (R\$10,00 para rua e R\$10,00 para horta)</p> <p>Prazos: A partir da semana do dia 20</p> <p>Responsável: Todas as mulheres</p> <p>Como avaliar: Sair e ter troco</p>

Figura 56. Ações tiradas no plano de ações da Oficina do Futuro da HCCV.

Fonte: autora.

Como já discutido em outros momentos, o plano de ações elaborado não pode ser entendido como uma Agenda 21 do Pedaco, tendo em vista a sua falta de aprofundamento e a responsabilidade pelas ações ter ficado mais para as pessoas que não estão diretamente vinculadas ao território. Entretanto, é fundamental pontuar que a Oficina

do Futuro permitiu que fosse desvelado o papel educador que o grupo das agricultoras têm. Demonstrando para Itatinga como a agricultura urbana pode transformar vidas e territórios.

Ademais, sobre o plano de ações, é possível notar que, a maioria das ações tratam de estabelecimento e fortalecimento de vínculos com iniciativas externas à horta. A dificuldade de atuação da horta, para que esteja alinhada a outras frentes de trabalho da gestão pública municipal ou fora dela, é vista como uma fraqueza para as agricultoras, que expressam o desejo de desenvolver mais parcerias.

O resumo e observações trazidas aqui e nos tópicos anteriores, referentes a Oficina de Futuro, não revelam a riqueza do que lá ocorreu. A provocação para a emergência de críticas, para que elas possam ser tratadas de forma transparente e solidária, não podem dar margem a interpretações que desvalorizem a relevância e importância de um Município como Itatinga ter promovido e permanecer promovendo uma horta municipal que busca ser agroecológica e com mulheres.

Os cuidados, ou falta deles, que a horta e as agricultoras recebem no presente, são refletidos nos sonhos, lamentações e caminhos que as mulheres expressaram no percurso metodológico da pesquisa. É possível perceber pelos registros, que falta apoio de recursos financeiros, técnicos e humanos, e que elas estão cientes das melhorias possíveis e têm ideias de quais poderiam ser elas. A pouca autonomia e participação dificultam que esse diálogo ocorra entre os envolvidos (agricultoras, gestores, e possíveis parceiros externos) e mudanças ocorram.

### **6.1.5. Frutificando cuidados: convergências entre ecofeminismo e agroecologia**

O papel tradicional da mulher no contexto da agricultura revela a subordinação e a subvalorização do trabalho feminino, que muitas vezes é considerado uma mera ajuda ao trabalho masculino. Isso coloca as mulheres em uma condição de membros não remunerados da família, com suas contribuições frequentemente invisibilizadas. O trabalho feminino na agricultura é visto como uma extensão de seu papel de mãe, esposa, dona de casa e provedora das necessidades da família, enquanto os homens são vistos como provedores do estabelecimento (SILVA; DE OLIVEIRA, 2015).

A divisão social do trabalho no meio agrícola perpetua a desvalorização do trabalho feminino, mesmo quando ele é realizado com caráter e esforço equivalentes aos trabalhos considerados "pesados" e melhor remunerados. Essa situação decorre do patriarcado que preconiza a valorização social do homem como "chefe de família" e responsável pela produção, enquanto o trabalho das mulheres é relegado a um plano secundário, recebendo apenas uma remuneração que "ajuda" a compor o orçamento familiar (OLIVEIRA; VILACA; MUFATTO, 2019).

Essa invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino se refletem na agricultura urbana e periurbana e são consequências diretas das desigualdades de gênero presentes na sociedade. A subordinação das mulheres e a atribuição cultural de papéis de cuidado e reprodução têm um impacto significativo na participação e no reconhecimento das mulheres nesses espaços. Suas contribuições e conhecimentos são muitas vezes marginalizados, limitando suas oportunidades de liderança, autonomia e desenvolvimento.

A agroecologia se apresenta como uma alternativa nesse cenário e busca a justiça social, a saúde ambiental e a soberania alimentar, reconhecendo a interconexão entre a agricultura, a natureza e as relações de poder (ROSENDO et al. 2019). No contexto da produção de alimentos, à agroecologia, é fundamental reconhecer e confrontar as desigualdades de gênero presentes nas estruturas sociais e nas relações de trabalho no meio agrícola. A agroecologia oferece a oportunidade de transformar essas relações, promovendo a participação equitativa das

mulheres no processo produtivo, valorizando seu trabalho e contribuição, e fortalecendo a segurança e soberania alimentar e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas (VAROTTO, 2017).

A importância de cultivar relações de cuidado tanto com a natureza quanto com as pessoas envolvidas na produção de alimentos é característica de processos de agroecologização. Nesse contexto, o cuidado também se estende às relações sociais e ao reconhecimento das contribuições e necessidades de todos os seres envolvidos na agricultura. Segundo Rosendo e outras autoras (2019), isso inclui valorizar o trabalho das mulheres, garantindo sua participação ativa e equitativa nas decisões e nos processos de produção, comercialização e gestão.

Ao valorizar o cuidado como uma atividade fundamental para a sustentabilidade da vida e dos sistemas alimentares, é necessário desafiar as hierarquias de gênero e superar as desigualdades existentes. A agroecologia como uma abordagem holística e integrada promove a valorização dos saberes tradicionais e locais, incluindo o conhecimento das mulheres no manejo sustentável dos recursos naturais e na preservação da agrobiodiversidade. Essa valorização contribui para a construção de sistemas alimentares mais resilientes e culturalmente diversificados (LARANJEIRA, 2019)

Isso implica reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres, proporcionar condições de igualdade de acesso e participação, fortalecer suas capacidades e conhecimentos, e promover a construção de relações mais justas e sustentáveis. Somente dessa forma poderemos alcançar uma agricultura verdadeiramente agroecológica, que seja inclusiva, empoderadora e capaz de contribuir para a construção de sociedades sustentáveis.

A conexão entre o cuidado da alimentação com a agroecologia revela a importância de repensar as relações sociais e de gênero envolvidas nas produções alimentares, do campo até a mesa, valorizando o trabalho das mulheres, promovendo a equidade e fortalecendo a sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

O ecofeminismo nos permite perceber as desigualdades de gênero presentes na agricultura urbana e periurbana de base agroecológica. Ao destacar o papel predominante das mulheres no cuidado e ressaltar sua participação muitas vezes invisibilizada, essa perspectiva nos convida a repensar as relações sociais e a trabalhar em direção a uma agricultura mais inclusiva, equitativa e sustentável. Como uma corrente teórico-prática que une os movimentos ecológico e feminista, o ecofeminismo desempenha um papel fundamental na compreensão das dinâmicas de cuidado presentes na agricultura urbana e periurbana de base agroecológica. Ele nos permite reconhecer as estruturas de poder que subjazem essas atividades, revelando como o "fardo e a benção" dos cuidados recaem predominantemente sobre as mulheres.

Seja por uma perspectiva materialista, que destaca a divisão sexual do trabalho e a exploração das mulheres na esfera doméstica, ou por uma abordagem essencialista, que ressalta a conexão intrínseca entre as mulheres e o cuidado, é inegável que a responsabilidade pelas tarefas de cuidado é desproporcionalmente atribuída às mulheres. Essa dinâmica se reflete de maneira evidente na participação das mulheres na agricultura urbana e periurbana de base agroecológica.

Ao considerar o ecofeminismo como uma ferramenta para repensar as relações de cuidado na agricultura urbana e periurbana de base agroecológica, é possível vislumbrar um cenário mais justo e sustentável. Isso implica reconhecer e valorizar os saberes e as práticas das mulheres, promovendo sua inclusão e liderança nos processos decisórios. Além disso, é necessário estabelecer políticas e estratégias que promovam a equidade de gênero, combatam a discriminação e as desigualdades, e incentivem a participação ativa das mulheres na construção de sistemas alimentares mais resilientes.

Nesse contexto, o ecofeminismo oferece um aparato poderoso para a organização e a elucidação dessas questões. Ele nos instiga a questionar e desafiar as estruturas patriarcais e os sistemas de opressão que perpetuam a

desigualdade de gênero na agricultura e na sociedade como um todo. Ao destacar a interseccionalidade das lutas feministas, ecológicas e agroecológicas, o ecofeminismo nos convida a repensar e reconstruir as relações sociais, valorizando o cuidado, a participação ativa das mulheres e a equidade de gênero.

O ecofeminismo e a agroecologia são movimentos que se entrelaçam, unindo a preocupação com a relação entre a mulher e a natureza, a crítica à dominação patriarcal e a busca por uma sociedade mais justa e sustentável. Eles compartilham a perspectiva de que as estruturas de dominação, como o patriarcado e a colonização, moldaram relações opressivas e criaram um potencial de resistência e empatia entre as partes oprimidas. Essa visão comum permite a identificação de elementos compartilhados em suas lutas por justiça, seja em relação às mulheres, ao meio ambiente ou aos animais (ROSENDO et al, 2019).

Ainda segundo o livro “Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais” de Daniela Rosendo e outras autoras (2019), ambos os movimentos reconhecem a ligação entre a dominação cultural e a dominação geográfica, entendendo que a colonização não poderia ter ocorrido sem a exploração da natureza e que a exploração da natureza depende da colonização de determinados povos. Nesse sentido, o ecofeminismo decolonial e a agroecologia se associam na compreensão de que defender mulheres, animais e o meio ambiente requer uma abordagem conjunta, uma compreensão de como essas opressões se conectam, fortalecem e transformam umas às outras.

A frase "sem feminismo, não há agroecologia" ressalta as desigualdades de gênero dentro do movimento agroecológico e na agricultura familiar. Ela questiona a ideia de neutralidade do conhecimento técnico e científico, ao chamar atenção para a invisibilidade do trabalho das mulheres, a sobrecarga de trabalho doméstico e a apropriação dos saberes produzidos por mulheres (ROSENDO et al, 2019).

O ecofeminismo, a agroecologia e as perspectivas feministas decoloniais dialogam sobre diversos aspectos, colocando em xeque o antropocentrismo, o androcentrismo e o etnocentrismo característicos do paradigma moderno ocidental. Essas correntes questionam a centralidade humana em relação ao universo, a perpetuação do patriarcado em nossa sociedade e a visão de mundo que considera um grupo étnico ou nação socialmente superior aos demais.

Os movimentos criticam a apropriação masculina da agricultura e da reprodução biológica, reconhecendo como as mulheres são as mais afetadas pelos sistemas industriais, militares e capitalistas, devido ao papel crucial que desempenham no cuidado e na reprodução da vida

Ao explorar as conexões entre ecofeminismo decolonial e agroecologia, torna-se evidente que essas correntes não buscam ser essencialistas sobre uma suposta natureza feminina, mas sim questionar a cisão arbitrária entre Humanidade - Animalidade/Cultura - Natureza. Essa cisão tem sido utilizada como justificativa para a apropriação da natureza como mercadoria e para a subvalorização do trabalho realizado pelas mulheres, que desempenham um papel essencial no cuidado e na reprodução da vida (DE SOUSA ALVES; DO NASCIMENTO, 2020).

Através dessas percepções é possível entender que é necessária uma abordagem holística para enfrentar as múltiplas formas de opressão, promovendo uma visão integrada de justiça social, ambiental e de gênero. Ambos os movimentos destacam a importância do cuidado como um princípio fundamental para a construção de um futuro mais sustentável e igualitário.

Ao reconhecer as conexões entre ecofeminismo e agroecologia, somos convidados a repensar nossas relações com a natureza, com os outros seres vivos e com as estruturas sociais que perpetuam desigualdades. Essa

perspectiva nos encoraja a buscar formas de resistência e transformação que promovam a interconexão, o respeito mútuo e o cuidado como bases para uma coexistência harmoniosa e justa.

A interseção entre o ecofeminismo, a agroecologia e a perspectiva do cuidado oferecem uma abordagem enriquecedora para repensar e transformar os sistemas agrícolas e alimentares atuais. Ela nos desafia a superar os padrões patriarcais e as desigualdades de gênero, reconhecendo e valorizando a contribuição das mulheres na agricultura urbana e periurbana de base agroecológica. Somente assim poderemos construir sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e inclusivos, nos quais o cuidado seja compartilhado e todas as envolvidas sejam beneficiadas.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e no fortalecimento da agricultura urbana de base agroecológica. Ao alinhar a participação das mulheres nesse contexto, tais políticas não apenas contribuem para o avanço da agroecologia nos municípios, mas também para a melhoria de vida das mulheres e o desenvolvimento sustentável das cidades.

É necessário que as políticas públicas promovam espaços de diálogo e participação ativa, nos quais as mulheres possam ter voz ativa na tomada de decisões relacionadas à agricultura urbana. Isso envolve a inclusão das mulheres em conselhos, comitês e fóruns de discussão, nos quais elas possam expressar suas necessidades, demandas e perspectivas. Essa participação ativa contribui para a formulação de políticas mais inclusivas e adequadas à realidade das mulheres.

No caso das mulheres agricultoras urbanas da Horta Comunitária Cheiro Verde, a participação só é possível pois existe flexibilidade nas horas de trabalho. É possível para elas atender as demandas domésticas e familiares de cuidado e, trabalharem na horta durante duas manhãs na semana. Os benefícios descritos neste capítulo são múltiplos e complexos. As políticas públicas têm o papel de perceber a relação que existe entre as demandas de cuidado e a noção social de que elas são deveres das mulheres. Para que, dessa forma, atue como promotor de ações que incorporem essas mulheres no trabalho - socialmente reconhecido como tal.

Apesar do sistema de produção utilizado na horta não ser o sistema agroflorestal (SAF), comumente relacionado a práticas agroecológicas, o fato de estar inserida em uma Área de Preservação Permanente (APP) e ter passado por um processo de transição, em que uma diversidade de mudas de árvores nativas – espécies do tipo pioneiras, secundárias e clímax foram plantadas, com a restauração do Córrego do Toledo por meio da recuperação da sua mata ciliar, a horta é um território com presença abundante de árvores.

Mesmo que não haja a apropriação econômica (apenas extrativista) dos recursos disponíveis na floresta, e as espécies, florestais ou não, estarem dispostas fora do consórcio previsto nos sistemas agroflorestais, a biodiversidade do fragmento florestal implantado, garante a presença de diferentes estratos vegetais no território da horta.

Os efeitos da presença das árvores e o bem-viver vivenciado pelas mulheres agricultoras ao se conectarem com a natureza na horta é explicitado em diversos momentos dos resultados, e, ao estar no território é possível perceber mudanças no microclima, na paisagem e a presença constante de animais, especialmente aves.

O uso, pelo município de Itatinga, de uma APP para geração de alimento, trabalho e renda para mulheres socio vulneráveis, seguindo preceitos agroecológicos, é um diferencial na ocupação desse tipo de área que gera benefícios múltiplos, inclusive com relação ao aumento da biodiversidade. Agroecologizar um território é também o transformar culturalmente, ressignificando as relações da comunidade com os espaços que as cercam.

As políticas públicas que alinham a participação das mulheres e a agricultura urbana de base agroecológica são essenciais para impulsionar o avanço da agroecologia nos municípios e promover a melhoria de vida das mulheres. Ao reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres nesse contexto, fortalecer sua participação, garantir o

acesso a recursos e promover a comercialização de seus produtos, essas políticas representam um passo importante na igualdade de gênero e na construção do bem-viver nos territórios.

Além disso, contribuem para: (I) a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e inclusivos; (II) a promoção da saúde física e emocional, emancipação e empoderamento das mulheres agricultoras a partir da geração de trabalho, renda e contato com a terra; (III) aprimoramento da participação e pertencimento da comunidade com seu território; e, (IV) construção de cidades mais sustentáveis e resilientes.

Apesar da importância do estabelecimento da lei municipal que institui a Horta, principalmente para garantia de continuidade, organização na gestão e sustentabilidade, ter se transformado em lei não apresentou mudanças reais no cotidiano das agricultoras entrevistadas. A iniciativa que partiu de um prefeito municipal e o envolvimento comunitário gerado a partir dela, garantiu que a horta se mantivesse mesmo sem uma lei por muitos anos, permanecendo em vários governos diferentes.

Ao vivenciar a rotina no território, é possível perceber a identidade da comunidade com ela, o que indica que, mesmo sem a lei, a horta se tornou uma iniciativa sustentável. As mulheres agricultoras urbanas da Horta Comunitária Cheiro Verde, atuam como agentes de transição agroecológica na horta, em suas casas, famílias, bairros e relações, pois suas vivências baseiam-se no cuidado como ética fundante.





## 7. SEMENTES

As sementes são o início do ciclo de vida de uma nova planta. Elas contêm todo o potencial genético para o desenvolvimento de uma nova árvore, e seu plantio em um solo fértil e adequado pode resultar em um belo e vigoroso exemplar. Na pesquisa, a seção "Sementes" representa as considerações finais a serem plantadas no campo do conhecimento.

Na seção "Sementes", são apresentadas as considerações finais e as reflexões sobre a pesquisa, incluindo suas limitações, implicações e possibilidades para futuros estudos. É nesta etapa que são plantadas as sementes para a continuidade do trabalho, seja aprofundando questões ainda não completamente resolvidas, seja explorando novas perspectivas que surgiram ao longo da pesquisa.

Assim como as sementes requerem cuidado e atenção para germinar e crescer, as considerações finais apresentadas na seção "Sementes" são fundamentais para a continuidade da produção de conhecimento na área e a abertura de novas possibilidades de pesquisa. É nesta etapa que são lançadas as bases para futuros estudos e aprofundamentos. Assim como as sementes podem germinar, crescer e se tornarem novas árvores, as considerações finais apresentadas na seção "Sementes" podem gerar novas ideias e perspectivas, contribuindo para a expansão do campo de estudo e para a resolução de problemas e desafios enfrentados pela sociedade.

A seção "Sementes" da pesquisa representa as considerações finais e as reflexões sobre a pesquisa, incluindo suas limitações, implicações e possibilidades para futuros estudos, assim como as sementes são fundamentais para o início do ciclo de vida de uma nova planta.

### 7.1. Considerações finais

Na presente pesquisa, é importante ressaltar, inicialmente, a sua natureza militante, engajada e decolonial, que se propõe a contribuir não apenas para o campo acadêmico, mas também para a construção de outros saberes e práticas. Nesse sentido, abraçamos uma abordagem epistemológica decolonial e feminista, reconhecendo a importância de questionar e desarranjar os paradigmas hegemônicos que sustentam as desigualdades de gênero, as opressões estruturais, as relações de poder na sociedade e a construção do conhecimento pautada na racionalidade.

Ao adotarmos uma postura militante, buscamos dar voz e visibilidade às perspectivas e experiências das mulheres, destacando a sua atuação na agricultura urbana e periurbana de base agroecológica. Essa abordagem, alinhada com o ecofeminismo e a agroecologia, permite compreender a potência das mulheres como agentes de transformação social, rompendo com as estruturas patriarcais que as subjugam.

A pesquisa militante e engajada também se propõe a desconstruir os sistemas de conhecimento hegemônicos, promovendo uma epistemologia decolonial e feminista. Nesse sentido, reconhecemos a importância de diversificar e descentralizar os saberes, valorizando os conhecimentos tradicionais e ancestrais das comunidades locais, bem como os conhecimentos produzidos pelas mulheres. Essa abordagem nos permite questionar a neutralidade e a universalidade do conhecimento científico, abrindo espaço para a construção de saberes alternativos e mais inclusivos.

Esta pesquisa se insere em um contexto mais amplo de busca por justiça social, equidade de gênero e decolonização do conhecimento. Por meio da sua abordagem militante, engajada e decolonial, busca-se contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e sustentável, que reconheça e valorize os saberes e as práticas

das mulheres, promovendo a diversidade e a pluralidade de vozes. Dessa forma, esta pesquisa se configura como um instrumento de resistência, transformação e construção de um futuro mais justo, emancipatório e sustentável.

Além de sua relevância imediata, esta pesquisa tem o potencial de abrir caminho para pesquisas futuras, fornecendo uma base sólida e argumentos alinhados para investigações posteriores. A abordagem aqui adotada, que explora as conexões entre ecofeminismo, agroecologia e o papel das mulheres na agricultura urbana e periurbana, no contexto de uma política pública municipal, oferece um ponto de partida rico e promissor para a continuidade do debate e aprofundamento dessas temáticas.

Uma das possibilidades de pesquisa futura é a ampliação do escopo geográfico, investigando experiências e perspectivas de mulheres em diferentes contextos regionais, culturais e socioeconômicos. Isso permitiria uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de gênero na agricultura urbana e periurbana e da contribuição das mulheres para a agroecologia em diferentes realidades.

Além disso, considerando a interseccionalidade entre gênero, raça, classe e outras dimensões de desigualdade, seria interessante explorar as experiências de mulheres pertencentes a grupos marginalizados, como mulheres negras, indígenas, migrantes e LGBTQIA+. Essa abordagem enriqueceria ainda mais o entendimento das relações de poder e opressão, bem como das formas de resistência e luta dessas mulheres no contexto agroecológico.

Outro caminho possível para pesquisas futuras seria investigar as políticas públicas e os programas de apoio que promovem a participação das mulheres na agricultura urbana e periurbana. Seria interessante analisar como essas políticas podem ser fortalecidas e aprimoradas para melhorar as condições de vida das mulheres e impulsionar a adoção de práticas agroecológicas em nível municipal, regional e nacional.

Ademais, é válido explorar a dimensão econômica da agricultura urbana de base agroecológica e seu impacto na autonomia financeira e no empoderamento das mulheres. Investigar estratégias de comercialização, formas de acesso a mercados e redes de apoio econômico para as mulheres agricultoras pode fornecer percepções valiosas para fortalecer essas práticas e promover a autonomia econômica das mulheres no meio rural e urbano.

Por fim, futuras pesquisas podem explorar mais profundamente as conexões entre ecofeminismo, agroecologia e questões ambientais mais amplas, como a conservação da biodiversidade, da natureza e dos bens que ela propicia aos humanos e a adaptação às mudanças climáticas. Compreender como as perspectivas ecofeministas e agroecológicas podem contribuir para enfrentar esses desafios urgentes do nosso tempo é um campo fértil para investigações futuras.

Esta pesquisa não apenas traz contribuições para a compreensão das relações entre ecofeminismo, agroecologia e o papel das mulheres na agricultura urbana e periurbana, mas também estabelece uma base sólida para estudos subsequentes, expandindo o conhecimento e abrindo novos horizontes nesse campo interdisciplinar e socialmente relevante.

A política pública da Horta Comunitária Cheiro Verde desempenha um papel fundamental na promoção do conceito de "Bem-viver", voltado ao contexto urbano, contribuindo para a construção de uma cidade mais resiliente e sustentável. O "Bem-viver" é um conceito que se baseia na compreensão de que o desenvolvimento humano não pode ser medido apenas por indicadores econômicos, mas também deve considerar aspectos sociais, culturais e ambientais. Trata-se de uma visão holística que busca promover a harmonia entre os seres humanos e a natureza, valorizando a diversidade cultural e reconhecendo a interdependência de todas as esferas que compõem a vida.

Nesse contexto, a agricultura urbana e periurbana emerge como uma resposta efetiva à crise que muitas cidades enfrentam. As cidades têm sido afetadas por uma série de desafios, como o crescimento populacional, a

degradação ambiental, a escassez de recursos naturais e as mudanças climáticas. Essas questões ameaçam a resiliência e a sustentabilidade das áreas urbanas, comprometendo a qualidade de vida das pessoas que nelas habitam.

A horta comunitária de Itatinga se destaca ao reconhecer e aproveitar o potencial da agricultura urbana e periurbana como uma solução para esses problemas. Essa iniciativa promove o uso sustentável de um espaço urbano, transformando um terreno que poderia estar ocioso e promovendo a produção local de alimentos orgânicos e de qualidade. Além disso, o espaço torna-se convidativo e atrai a participação ativa da comunidade, estimulando o senso de pertencimento e fortalecendo os laços sociais.

Além da produção de alimentos, a horta atua como um espaço de promoção da saúde física e mental. O acesso a alimentos orgânicos contribui para diversificar a dieta e reduzir a dependência de alimentos processados e industrializados, que muitas vezes são fontes de problemas de saúde. Ao alinhar o cuidado com o meio ambiente e a participação das mulheres, essa política pública reconhece a interdependência entre a saúde dos ecossistemas e a saúde das comunidades.

A agricultura urbana contribui para a segurança e soberania alimentar, reduzindo a dependência de sistemas de produção distantes (passíveis de interrupções) e vulnerabilidades diante de crises. Ademais, aumenta a biodiversidade, reduz a pegada ecológica das cidades e melhora a qualidade ambiental, ajudando a mitigar os impactos negativos associados à agricultura convencional, como o uso excessivo de agrotóxicos, a degradação do solo e a emissão de gases de efeito estufa.

Portanto, a HCCV, desempenha um papel crucial na promoção do "Bem viver" urbano. Ao fomentar a agricultura urbana e periurbana, essa iniciativa contribui para a resiliência de Itatinga, enfrentando os desafios da crise urbana de maneira integrada e abrangente. Através da criação de um espaço verde produtivo na área periurbana, a horta fortalece a conexão entre as pessoas (agricultoras e comunidade) e a natureza, possibilitando o cultivo de alimentos orgânicos, o aprendizado sobre práticas agroecológicas e a sensibilização sobre a importância da conservação ambiental.

Ao implementar a política pública da horta, o governo municipal proporciona benefícios sociais, econômicos e ambientais para a comunidade. Além de garantir o acesso a alimentos orgânicos e frescos, a horta comunitária fortalece os laços sociais, promove a coesão comunitária e empodera as participantes.

Para as agricultoras, a participação na horta possibilita inúmeras melhorias na vida. Os motivos relacionam-se à: (I) obtenção de trabalho e renda extra, que fornece alguma autonomia financeira e emancipação feminina doméstica; (II) interação e diálogo com outras mulheres que, em situações relatadas, foi capaz de promover a auto reflexão e libertar as mulheres de situações de violência doméstica, abuso, vícios e depressão; (III) incremento da alimentação familiar, pois é permitido para as agricultoras levarem hortaliças e verduras orgânicas livremente para suas casas; e, (III) promoção da saúde mental de todas as entrevistadas, com relatos de superação de depressão, ansiedade, pânico e introspecção. Segundo as agricultoras, isso foi propiciado pelo contato com a terra e conexão com a natureza.

Através da participação das mulheres na agricultura urbana, ocorre uma redistribuição do trabalho e uma maior inclusão de gênero, desafiando estereótipos e promovendo a equidade. Isso se reflete não apenas na esfera da agricultura, mas também em outros aspectos da vida das mulheres, fortalecendo sua autonomia e ampliando suas oportunidades de participação social e econômica.

Pesquisas futuras podem se basear nos resultados e na experiência da Horta Comunitária Cheiro Verde para avançar ainda mais no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a agricultura urbana e periurbana. Novas investigações podem explorar diferentes abordagens de implementação, avaliar os impactos socioeconômicos

a longo prazo, aprofundar o entendimento dos benefícios ambientais e estudar estratégias de ampliação e replicação dessas iniciativas em outros contextos urbanos. A partir desta pesquisa, é possível vislumbrar o potencial transformador da agricultura urbana e periurbana como uma solução viável para os desafios enfrentados pelas cidades contemporâneas.

Entretanto, é fundamental que esses projetos estejam comprometidos com uma abordagem militante, engajada e decolonial, buscando desconstruir as estruturas de opressão e desigualdade presentes no sistema alimentar e promovendo uma visão mais justa e inclusiva. Nesse sentido, epistemologias decoloniais e feministas devem orientar a produção de conhecimento, reconhecendo e valorizando os saberes tradicionais e populares, dando voz às comunidades envolvidas e colocando-as como protagonistas na construção de sociedades sustentáveis.

Essa abordagem também abre caminho para uma reflexão crítica sobre o modelo predominante de desenvolvimento urbano e suas consequências socioambientais. Ao destacar a importância da agricultura urbana e periurbana na promoção do "Bem-viver" urbano, somos levados a repensar a forma como as cidades são planejadas, os sistemas de produção de alimentos são estruturados e as políticas públicas são implementadas.

Pesquisas posteriores podem se beneficiar dessas descobertas, buscando explorar novas estratégias e aprofundar o conhecimento sobre os benefícios da agricultura urbana e periurbana. Questões como o fortalecimento da participação comunitária, a promoção da inclusão social, a gestão sustentável dos recursos naturais e a integração entre os diferentes atores urbanos podem ser aprofundadas para impulsionar ainda mais a resiliência urbana. Ao unir a prática da política pública e a pesquisa acadêmica, estamos construindo um conhecimento mais completo e engajado, capaz de orientar ações efetivas para enfrentar os desafios urbanos contemporâneos. É imperativo que continuemos a explorar e aprofundar essas abordagens.

Em um contexto em que as mulheres são oprimidas socialmente de diferentes formas, é essencial destacar como a geração de trabalho, renda e alimentos promove o empoderamento dessas mulheres. A política pública da Horta Comunitária Cheiro Verde, ao priorizar a participação feminina e proporcionar condições para o seu engajamento social, contribui significativamente para a construção do "Bem-viver" e para a transição para sociedades sustentáveis.

Ao envolver as mulheres, que atuam como agricultoras na produção de alimentos de forma agroecológica, a Horta Comunitária Cheiro Verde não apenas as capacita em termos de habilidades agrícolas, mas também as fortalece como agentes de mudança em suas comunidades. Elas exercem um papel ativo na segurança alimentar local, produzindo alimentos saudáveis e nutritivos para suas famílias e comunidades. Além disso, a geração de trabalho e renda proporciona uma fonte de autonomia financeira, reduzindo sua dependência econômica e ampliando suas possibilidades de escolha e tomada de decisão.

As melhorias vão além da esfera individual. Essas iniciativas promovem a igualdade de gênero e a equidade social, desafiando as normas e estruturas patriarcais que historicamente restringiram o acesso das mulheres aos recursos produtivos e ao poder de decisão. Essa transformação social é fundamental para a construção do "Bem viver" e para a transição para sociedades sustentáveis. Ao empoderar as mulheres agricultoras e promover sua participação na agricultura urbana, estamos criando condições para uma governança mais inclusiva e democrática, na qual as decisões podem ser tomadas levando em consideração uma diversidade de perspectivas e interesses, o que contribui para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

As agricultoras têm um profundo conhecimento, tanto sobre as necessidades e demandas alimentares de suas famílias e comunidades, quanto sobre os usos e benefícios de diferentes plantas. Sua presença na produção de alimentos possibilita uma abordagem mais holística e integrada para enfrentar os desafios relacionados à segurança

alimentar e à nutrição. Elas trazem consigo práticas agroecológicas e conhecimentos tradicionais que promovem a diversidade de cultivos, a conservação dos recursos naturais e o uso sustentável da terra.

Para elas, a geração de trabalho e renda representa uma oportunidade de romper com a lógica do emprego formal, muitas vezes inacessível para elas, especialmente em contextos urbanos. Diante das inúmeras demandas de cuidados diários, a HCCV torna-se uma alternativa viável para obtenção de renda e possibilita o aprendizado de novas habilidades e conhecimentos que podem ser aplicados em outros aspectos da vida. Gerar renda própria é um elemento-chave para o empoderamento das mulheres, permitindo-lhes tomar decisões autônomas e contribuir ativamente para o desenvolvimento de suas comunidades.

A agricultura urbana e periurbana, quando baseada em princípios agroecológicos, busca utilizar práticas que excluem o uso de agroquímicos, promovem a reciclagem de resíduos orgânicos e maximizam a eficiência energética. Essa visão de sustentabilidade ambiental aliada à perspectiva de geração de trabalho e renda para as mulheres agricultoras é fundamental para uma transição para sociedades mais sustentáveis.

A biodiversidade de espécies do território, de hortaliças e árvores da mata ciliar do Córrego do Toledo, possibilita uma vivência de trabalho envolvida por muitos bens naturais. Estar inserida em Área de Preservação Permanente (APP), torna a horta singular com relação ao seu entorno, cercado por espécies florestais. Tratando-se de uma iniciativa de agricultura urbana e periurbana, o uso agroecológico de parte de uma APP, para geração de alimento, renda e trabalho para mulheres vulneráveis socioeconomicamente, parece uma solução eficiente de gestão pública desses espaços.

O processo de transformação da horta para uma vertente agroecológica, no qual houve a conservação das nascentes, os plantios de mudas e as mudanças no sistema de plantio, foi o início da agroecologização da HCCV. A transição é contínua e outras iniciativas podem ser consideradas, como o manejo adequado de uma composteira, novos plantios, e a geração de renda com frutos, sementes e mudas da floresta do território. A apropriação do elemento arbóreo, especialmente de produtos florestais não madeireiros deve ser explorada em experiências com hortas e agricultura urbana e periurbana.

Através da horta, são criados momentos de aprendizagem e troca de conhecimentos, nos quais as agricultoras têm a oportunidade de desenvolver habilidades técnicas, fortalecer sua autoconfiança e ampliar sua rede de contatos. Esses momentos também possibilitam a construção de outros saberes, ancorados em uma epistemologia decolonial e feminista, que desafiam as formas tradicionais de produção e consumo, promovendo práticas mais sustentáveis, conscientes e conectadas com a realidade local.

Ao reconhecer a importância do conhecimento tradicional e local das agricultoras, essa pesquisa desafia a centralidade do conhecimento científico ocidental e abre espaço para uma diversidade de perspectivas e saberes. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais ampla e inclusiva da agricultura urbana, levando em consideração aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais.

Através da política pública da Horta Comunitária Cheiro Verde, há a construção de uma agricultura alternativa às lógicas econômicas baseadas no lucro e na exploração, valorizando a importância do cuidado, da solidariedade e do respeito à natureza. Ao colocar as mulheres no centro dessa transformação, promove-se a igualdade de gênero, a inclusão social e a construção coletiva de um futuro mais próspero e harmonioso.

Ao gerar conhecimentos, evidências e experiências concretas, essa pesquisa abre caminho para a ampliação e aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a promoção do "Bem-viver" urbano, da resiliência urbana e da transição para sociedades sustentáveis.

A partir dos resultados e aprendizados obtidos, é possível traçar diretrizes e recomendações para a implementação de outras iniciativas semelhantes em diferentes contextos urbanos. A participação ativa das mulheres nesse processo é essencial para garantir a efetividade e a sustentabilidade dessas políticas. É necessário que sejam criados mecanismos de apoio e incentivo específicos para as mulheres, considerando suas necessidades, demandas e potenciais.

As recomendações derivadas dessa pesquisa podem orientar a formulação de políticas públicas mais abrangentes, que incorporem a perspectiva de gênero e promovam a inclusão das mulheres em todas as etapas da cadeia produtiva da agricultura urbana e periurbana. Isso envolve desde a criação de oportunidades de capacitação e acesso a recursos, até a promoção de espaços de participação e tomada de decisão coletiva. Além disso, é fundamental desenvolver estratégias para garantir a segurança e a valorização do trabalho das mulheres agricultoras, por meio da implementação de remuneração justa, proteção social e reconhecimento da importância de seu papel na agroecologização dos territórios.

É importante que questões como a distribuição equitativa dos benefícios gerados pela agricultura urbana, a mitigação dos desafios enfrentados pelas mulheres no acesso a recursos e oportunidades, e a promoção de uma abordagem interseccional que leve em consideração as diferentes realidades e contextos socioeconômicos das mulheres agricultoras sejam explorados em outras investigações.

A colaboração entre pesquisadores, formuladores de políticas, organizações da sociedade civil e comunidades locais é fundamental para impulsionar a agenda da agricultura urbana e periurbana como uma estratégia efetiva para a construção do "Bem-viver" urbano e a transição para sociedades sustentáveis. A criação de redes de apoio, troca de experiências e compartilhamento de recursos fortalece a resiliência e a sustentabilidade das iniciativas de agricultura urbana, possibilitando a ampliação de seu alcance e impacto.

É necessário criar espaços de diálogo e compartilhamento de conhecimentos, nos quais diferentes atores possam contribuir com suas experiências, perspectivas e expertise. A pesquisa militante, engajada e decolonial, em parceria com a comunidade, desempenha um papel fundamental na construção dessas colaborações e na promoção de um conhecimento mais inclusivo e transformador.

Além das políticas públicas específicas, é necessário criar um ambiente propício para o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana de forma mais ampla. Isso envolve a criação de marcos legais e regulatórios que reconheçam e promovam a importância da agricultura urbana, a alocação de recursos adequados para seu desenvolvimento e a integração dessa prática nas políticas de planejamento urbano. Também é fundamental promover a conscientização e a educação da sociedade em geral sobre os benefícios da agricultura urbana, incentivando a participação e o engajamento ativo da população.

A construção do "Bem viver" urbano e a transição para sociedades sustentáveis devem estar enraizadas em valores como a equidade, a justiça social, solidariedade e cuidado. A geração de trabalho, renda e alimentos, juntamente com a promoção e empoderamento das agricultoras, desempenham um papel fundamental nessa construção. Essa abordagem não só promove a segurança alimentar e nutricional, a autonomia financeira e o empoderamento das mulheres, mas também contribui para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, fortalece a resiliência urbana e desafia as estruturas de poder desiguais. Ao avançarmos nesse caminho, estamos construindo sociedades mais inclusivas e equitativas para todas as pessoas.

De fato, o empoderamento das agricultoras na HCCV é um passo importante para sua emancipação. No entanto, é fundamental reconhecer que, esse empoderamento por si só, não é suficiente para alcançar a plena emancipação das mulheres. Para isso, é necessário ir além do simples acesso a recursos e oportunidades, e garantir

sua participação efetiva na tomada de decisão e gestão da horta, bem como promover processos educativos que as capacitem a exercer esse papel de forma autônoma e consciente.

A emancipação vai além do empoderamento, pois implica na capacidade das mulheres de se tornarem sujeitos ativos na transformação de sua realidade. Isso requer a criação de espaços de diálogo e participação, nos quais as mulheres agricultoras possam expressar suas necessidades, ideias e perspectivas, e contribuir para a definição das políticas, práticas e estratégias da horta comunitária.

Além disso, é fundamental promover processos educativos que valorizem e fortaleçam os conhecimentos e saberes das mulheres agricultoras. Isso inclui o acesso a informações técnicas e científicas, mas também a valorização dos conhecimentos tradicionais e experiências acumuladas ao longo do tempo. A educação deve ser um processo contínuo e dialógico, no qual as mulheres agricultoras tenham a oportunidade de aprender, ensinar, questionar, refletir e fazer escolhas de forma crítica e livre.

A participação das mulheres agricultoras na tomada de decisão e gestão da horta não apenas fortalecerá sua posição dentro do projeto, mas também contribuirá para a construção de relações de igualdade e respeito. Quando as mulheres trabalhadoras são envolvidas ativamente nos processos de decisão, as estruturas de poder desiguais podem ser desafiadas e transformadas, permitindo que elas exerçam sua autonomia e influência de maneira significativa.

As agricultoras têm conhecimentos e experiências únicas que podem enriquecer os processos de aprendizagem e promover uma abordagem mais holística e contextualizada. Ao envolvê-las na definição dos conteúdos, métodos e estratégias educacionais, é possível garantir que suas necessidades e perspectivas sejam consideradas, aumentando a efetividade e relevância das atividades educativas.

Portanto, para alcançar a plena emancipação das mulheres agricultoras na Horta Comunitária Cheiro Verde, é necessário ir além do empoderamento promovido pela geração de trabalho, renda e alimento, possibilitando sua participação ativa na tomada de decisão e gestão, bem como garantindo processos educativos que valorizem seus conhecimentos e saberes. Somente assim será possível criar um ambiente verdadeiramente emancipatório, no qual as mulheres se tornem sujeitos ativos na transformação de sua realidade e na construção de sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis.

As mulheres trazem perspectivas e necessidades específicas que muitas vezes são negligenciadas em políticas públicas tradicionais. Sua participação ativa e sua influência nas decisões relacionadas à organização da produção, comercialização, acesso a recursos e distribuição de renda podem contribuir para a construção de sociedades sustentáveis.

Na perspectiva da ética do cuidado, as mulheres demonstraram uma conexão profunda com a terra e com o meio ambiente, manifestando um senso de responsabilidade e atenção na produção de alimentos e na conservação dos bens naturais. Ao priorizar a participação das mulheres nessas políticas, é possível potencializar o seu papel como cuidadoras da terra e possibilitar que todas as pessoas aprendam a ser cuidadoras.

As relações interpessoais estabelecidas nas atividades agrícolas, especialmente no contexto da agricultura urbana e periurbana, têm um impacto significativo no senso de pertencimento das mulheres. Ao trabalhar em conjunto com outras mulheres e atender a membros da comunidade, elas desenvolvem laços sociais e fortalecem sua identidade como produtoras de alimentos. A valorização dessas relações interpessoais nas políticas públicas é fundamental para promover o empoderamento das mulheres e sua participação ativa na tomada de decisões.

No âmbito das políticas públicas de gênero, um cuidado, é que haja uma conexão entre a saúde mental da mulher e o contato com o meio ambiente. A partir dos resultados obtidos, percebeu-se que a prática da agricultura



urbana e periurbana pode contribuir para a superação de problemas como depressão, vícios, controle de ansiedade e raiva, promoção da autoestima e melhoria dos relacionamentos interpessoais.

Portanto, as políticas públicas de gênero devem pensar no acesso das mulheres a essas atividades, reconhecendo o seu potencial terapêutico. Ao promover a participação das mulheres na agricultura urbana e periurbana, as políticas públicas estão investindo na saúde e no bem-viver das mulheres, fortalecendo sua resiliência emocional e promovendo a construção de relações interpessoais saudáveis e de apoio mútuo.

As políticas públicas que buscam promover a agricultura urbana e periurbana, aliadas à participação ativa das mulheres, têm o potencial de gerar uma série de interações e impactos positivos em diversos aspectos da sociedade. Essa visão é compartilhada pelos gestores de Itatinga, que acreditam que a Horta Comunitária Cheiro Verde é uma política pública de sucesso. Eles costumam comprar produtos da horta e acreditam que a participação de mulheres no programa traz melhorias no sentido de diminuir a vulnerabilidade de gênero e aprimorar a soberania alimentar do município.

Reconhecendo e valorizando os conhecimentos, habilidades e contribuições das mulheres, é possível fortalecer o protagonismo feminino na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. A valorização do trabalho das mulheres no contexto da agricultura urbana e periurbana, por meio de políticas públicas adequadas, pode estimular o empreendedorismo feminino e a criação de cooperativas e redes de comercialização, fortalecendo sua capacidade de organização, mobilização e participação política, gerando benefícios econômicos tanto para as mulheres quanto para suas comunidades.

As políticas públicas de agricultura urbana e periurbana que priorizam a participação das mulheres têm o potencial de impulsionar a agroecologização de territórios, promover o bem-viver urbano, gerar trabalho, renda e alimento, emancipar as mulheres, e, contribuir para a transição em direção a sociedades sustentáveis. Essas políticas fortalecem a conexão entre as mulheres, a natureza e a comunidade, reforçando a importância do cuidado com o meio ambiente e com as relações interpessoais.

A agroecologização é um processo que vai além da mera adoção de técnicas agrícolas sustentáveis. Trata-se de uma transformação profunda nos sistemas de produção de alimentos, nas relações sociais, com o meio ambiente e consigo próprio. Nesse sentido, um dos papéis fundamentais desse processo é a capacidade de transformar conhecimentos técnicos, como os obtidos por meio desta pesquisa, em políticas públicas e mudanças culturais.

Enquanto abordagem que integra conhecimentos científicos, práticas tradicionais e saberes locais, a agroecologia proporciona uma base sólida para a construção de políticas públicas que promovam a agroecologização. Os conhecimentos técnicos desenvolvidos através de pesquisas e experimentações são essenciais para embasar essas políticas, fornecendo evidências sobre os benefícios ambientais, sociais e econômicos da agroecologia.

No entanto, transformar esse conhecimento em políticas públicas efetivas requer mais do que apenas evidências científicas. É necessário um trabalho de mobilização social, articulação política e diálogo entre os diversos atores envolvidos, incluindo governos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e comunidades. A construção de políticas públicas participativas e inclusivas é essencial para garantir que os diferentes interesses e perspectivas sejam considerados, e que as soluções propostas sejam contextualizadas e adaptadas às realidades locais.

Nesse sentido, a agroecologização não se limita apenas à adoção de técnicas agrícolas mais sustentáveis, mas envolve uma mudança de mentalidade e uma transformação cultural. Ela desafia as concepções dominantes de desenvolvimento e progresso, propondo uma visão de mundo baseada na interdependência e na harmonia dinâmica com a natureza. A agroecologia promove a valorização do conhecimento local, o fortalecimento das identidades

culturais e a construção de novas formas de relacionamento com o meio ambiente e com os alimentos que consumimos.

As soluções agroecológicas não são universais, e cada local possui suas especificidades ambientais, sociais e culturais. Portanto, é fundamental promover uma abordagem descentralizada, que valorize o conhecimento local e permita a adaptação das práticas agroecológicas às necessidades e demandas de cada comunidade.

Para isso, é necessário a promoção de processos educativos e de conscientização. É importante capacitar agricultores, consumidores e membros da comunidade em geral para compreender os princípios da agroecologia, os benefícios associados a ela e as formas de implementá-la em suas vidas cotidianas. Isso envolve a promoção de programas de educação ambiental, a criação de espaços de troca de conhecimentos e a disseminação de informações acessíveis sobre práticas agroecológicas.

Ao adotar essas práticas, as agricultoras se tornam agentes de transformação e educadoras, rompendo com modelos de produção que priorizam a quantidade em detrimento da qualidade, a padronização em vez da diversidade e a competitividade em detrimento da cooperação.

Em síntese, esta dissertação buscou explorar as conexões entre o ecofeminismo e a agroecologia, destacando como esses movimentos se entrelaçam por meio do cuidado, da crítica à dominação patriarcal e da busca pela equidade de gênero e justiça social. Através de uma análise teórica embasada em referências acadêmicas consideradas relevantes, foi possível compreender a importância de unir essas perspectivas para promover reflexões acerca da realidade da Horta Comunitária Cheiro Verde e semear transformações profundas em nossa relação com o meio ambiente e na forma como produzimos alimentos.

Ficou evidente que o ecofeminismo desempenha um papel fundamental na percepção de como as demandas de cuidados são majoritariamente atribuídos às mulheres. Essa realidade reflete-se na participação das mulheres na HCCV, na qual elas desempenham um papel essencial, porém muitas vezes subvalorizado e invisibilizado.

Esta pesquisa demonstrou que as políticas públicas desempenham um papel crucial no fortalecimento da agroecologia e na melhoria de vida das mulheres envolvidas nesse contexto. Ao alinhar a participação das mulheres na agricultura periurbana, garantir o acesso a recursos econômicos e facilitar a comercialização dos produtos agroecológicos, a política da HCCV contribui para o avanço da agroecologia no município, promovendo um sistema alimentar mais justo e impulsionando a transição para sociedades sustentáveis e a igualdade de gênero.

Ressalta-se ainda, a importância de aprofundar as discussões e práticas que integram o ecofeminismo e a agroecologia, a fim de ampliar o espectro dos conceitos teóricos e fortalecer a luta por um futuro melhor. É necessário continuar promovendo diálogos, pesquisas e ações que reconheçam a interseccionalidade das opressões e que valorizem o papel das mulheres como agentes de transformação na construção de sistemas alimentares mais saudáveis, equitativos e sustentáveis.

Com base nisto, espera-se que esta dissertação contribua para o enriquecimento do campo acadêmico e para a promoção de políticas e práticas que valorizem a interconexão entre ecofeminismo e agroecologia, promovendo uma abordagem holística que reconhece a importância do cuidado, da equidade de gênero e da justiça social na construção de sociedades mais sustentável para as presentes e futuras gerações.



## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. O Buen Vivir. Uma oportunidade de imaginar outro mundo. **Um campeão visto de perto**, p. 211, 2012.
- ADAM, M. Definition and Boundaries of the Peri-urban Interface: Patterns in the Patchwork. Em: DRECHSEL, P.; KUNZE, D. (Ed.). **Waste Composting for Urban and Peri-urban Agriculture**. Oxfordshire, CABI Publishing, p. 193-209, 2001.
- ALIER, J. M. Justiça Ambiental e decrescimento econômico a aliança dos dois movimentos. Em: **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. RJ, Garamond, p. 55-78, 2012.
- ALMEIDA, D. A. O. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia: a ciência da gestão de recursos naturais para agricultores pobres em ambientes marginais. **Agricultura, ecossistemas e meio ambiente**, v. 93, n. 3, p. 1-24, 2002.
- ALVES, D. M. G. et al. Em Busca da Sustentabilidade Educadora Ambientalista. **Ambientalmente Sustentável**, v.1, n. 9, 2010.
- ANGOTTI, T. Agricultura urbana: estratégia de longo prazo ou sonho impossível? Lições de uma fazenda em potencial no Brooklyn, Nova York. **Saúde pública**, v. 129, n. 4, p. 336-341, 2015.
- BARBOSA, R. J.; DE SOUZA, P. H. G. F.; SOARES, S. Distribuição de Renda nos Anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza. **Texto para Discussão**, 2020.
- BARNAUD, C. E. et al. Ecosystem services, social interdependencies, and collective action: a conceptual framework. **Ecology and Society**, v. 23, n. 15, 2018.
- BARON, B. C. **Agroecologia e urbanidade: uma investigação a partir da agricultura urbana na região metropolitana de São Paulo**. Trabalho de Graduação Individual (curso de Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BARRICHELO, L. **Itatinga - Linha do tempo**. Disponível em: <[www.luiz.barrichelo.nom.br/Itatinga/Itatinga.htm](http://www.luiz.barrichelo.nom.br/Itatinga/Itatinga.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- BATTHYÁNY, K.; ASESINA, L.; BRUNET, N.; **Género y cuidados familiares.¿ Quién se hace cargo del cuidado y la atención de los adultos mayores en Montevideo**. Proyecto de Investigación. CSIC-UDELAR, Montevideo, Facultad de Ciencias Sociales, 2007.
- BECK, U. et al. **Sociedade de risco**. São Paulo: Editora, v. 34, p. 49-53, 2010.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.
- BELIK, W.; DA SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 119-129, 2001.
- BERNDT, A. **Estratégias nutricionais para redução de metano**. Em: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE NUTRIÇÃO ANIMAL, São Pedro, SP. Anais, p. 295-306, 2010.
- BIAZOTTI, A. R. **Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Interunidades em Ecologia Aplicada, Esalq - USP, Piracicaba, 2020.
- BOFF, L. **Crítica ao modelo padrão de sustentabilidade**. 2016.
- BOFF, L. O viver melhor ou o bem viver. **Adital – Agência de Informação Frei Tito para a América Latina**. 2009. Disponível em: <[www.adital.com.br/site/noticia.asp](http://www.adital.com.br/site/noticia.asp)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora. 2016.
- BORMA, L. S. et al. Beyond carbon: The contributions of South American tropical humid and subhumid forests to ecosystem services. **Reviews of Geophysics**, v. 60, n. 4, p. 21-66, 2022.
- BOUKHARAEVA, L. M. et al. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 2, p. 413-425, 2005.
- BRANCO, M. C.; DE ALCANTARA, F. A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura brasileira**, v. 29, p. 421-428, 2011.
- BRAND, P.; MUNOZ, E. Cultivando cidadãos: agricultura urbana desde uma perspectiva política. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. 21, n. 1, Rio de Janeiro, 2007.
- BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. Em: BRANDÃO, C.R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, p.223-252. 1984.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Primeiras análises: Situação da educação brasileira: avanços e problemas**. Brasília, Ipea, 2010.
- BRUNI, L. **Comunhão e as novas palavras em economia**. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, 2005.
- BRUNI, L. **El precio de la gratuidade**. Madrid, Cidade Nova, 2008.
- BRUNI, L.; ZAMAGNI, S. **Economía civil: eficiencia, equidad, felicidad pública**. Madrid, Prometeo libros, 2007.
- BRYLD, E. Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in developing countries. **Agriculture and human values**, v. 20, n. 1, p. 79-86, 2003.
- BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo, Centauro, 2001.
- BUCHMANN, C. Cuban Home Gardens and Their Role in Social–Ecological Resilience. **Human Ecology**, v. 37, p. 705–721. 2009.
- BUCKLEY, R. Nature tourism and mental health: parks, happiness, and causation. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 28, n. 9, p. 1409-1424, 2020.
- CABRAL, M. **A contribuição da natureza ao bem-estar humano**, 2015. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/p22on/article/view/64575/62471>>. Acesso em: 18 out. 2022.
- CALVO, P. Economía civil desde una ética de la razón cordial. **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 79, p. 115-143, 2013.
- CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, 2007.
- CAMPS-CALVET, M. et al. Serviços ecossistêmicos fornecidos por jardins urbanos em Barcelona, Espanha: Insights para políticas e planejamento. **Ciência e Política Ambiental**, v. 62, p. 14 - 23 de 2016.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, MDA/SAF/DATER, 2004.
- CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. Em: FARIA, N.; NOBRE, M. **Produção do viver**. Cadernos SOF, São Paulo, 2003.
- CARRASCO, C. El cuidado como bien relacional: hacia posibles indicadores. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**, v. 128, p. 49-60, 2014.

- CARRASCO, C.; MONDEJAR, C. B.; TORNS, T. El trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales. Em: **El trabajo de cuidados: historia, teoría y políticas**. Los libros de la Catarata, p. 11-93, 2011.
- CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo, Gaia, 1964.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, Cortez, 2006.
- CARVALHO, I. C. M.; STEIL, C. A. A sacralização da natureza e a ‘naturalização’ do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 289-305, 2008.
- CASTELLS, M. O poder da identidade. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**, v. 2, 1999.
- CASTELO BRANCO, M.; ALCÂNTARA, F. A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Revista Horticultura Brasileira**, v. 29, n. 3, 2011.
- CASTRO, J. **Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, p. 73-74, 1948.
- CASTRO, M. **Écologisation: ses contours, ses perspectives**. INRA, Ecodéveloppement, 2009.
- CAVALCANTI, L. G. A.; PAULO, M. A.; HANY, F. E. S. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010.
- CENTENERA, M. PANDEMIA DE CORONAVÍRUS: **Pandemia faz condições trabalhistas das mulheres recuarem uma década na América Latina**. EL PAÍS, Buenos Aires, p. 1, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-02-11/pandemia-faz-condicoes-trabalhistas-das-mulheres-recuarem-uma-decada-na-america-latina.html>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- COGO, N. P.; LEVIEN, R.; SCHWARZ, R. A. Perdas de solo e água por erosão hídrica influenciadas por métodos de preparo, classes de declive e níveis de fertilidade do solo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 27, n. 4, p. 743-753, 2003.
- COHEN, N; REYNOLDS, K. Urban agriculture policy making in New York’s “new political spaces” strategizing for a participatory and representative system. **Journal of Planning Education and Research**, v. 34, n. 2, p. 221-234, 2014.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic Masculinity. **Gender & Society**. v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.
- COSTA, J. R.; DA COSTA, P.; EIDT, J. S. S.; HAMMES, V. S. **Cidades e Comunidades sustentáveis**. EMBRAPA, 2018.
- COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 4, p. 50-60, 2000.
- COSTA-JÚNIOR, F. M.; COUTO, M. T.; MAIA, A. C. B. Gênero e cuidados em saúde: Concepções de profissionais que atuam no contexto ambulatorial e hospitalar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, p. 97-117, 2016.
- COUTINHO, M. N.; COSTA, H. S. de M. **Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade**. Em: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Anais. Rio de Janeiro, 2011.
- CUADRA, S. V., HEINEMANN, A. B., BARIONI, L. G., MOZZER, G. B., BERGIER, I. **Ação contra a mudança global do clima: contribuições da Embrapa**. EMBRAPA, 2018.
- CUNHA, A. de A. et al. A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e para o desenvolvimento infantil. **Sociedade & Natureza**, v. 34, 2022.

- DA SILVA, M. Z. T. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Revista Ciências Sociais**, v. 25, p. 97-111, 2020.
- DA SILVA, R. O.; DE BORBA, C. dos A.; FOPPA, C. C. O sistema/mundo colonial/moderno e a natureza: reflexões preliminares. **Revista Videre**, v. 13, n. 26, p. 138-169, 2021.
- DE MORAES PISSALDO, A. P.; SANCHES, S. N. Direito Humano ao meio ambiente sustentável na pós-modernidade. **Revista Argumentum – Argumentum Journal of Law**, v. 16, p. 99-116, 2016.
- DE OLIVEIRA, F. L. Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa sociológica: vantagens e desafios. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 2, p. 133-143, 2015.
- DE PASSOS, P. N. C. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, 2009.
- DE PINHO VALLE, L. Ecofeminismo, estratégias e práticas de cuidado com a vida: fragmentos de uma narrativa-biográfica enquanto morriam os vampiros de galinhas. **Revista Ñanduty**, v. 7, n. 11, p. 82-103, 2019.
- DE PINHO VALLE, L. et al. “Somos o que comemos!”: Uma reflexão da política de cuidado ecofeminista plasmada na prática da agroecologia. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. 58-84, 2022.
- DE SOUSA ALVES, M.; DO NASCIMENTO, A. T. A. As interfaces e sinergismos entre agroecologia e ecofeminismo podem impulsionar a sustentabilidade? **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 2, p. 5-15, 2020.
- DE SOUZA FILGUEIRA, A. L. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. **Ateliê Geográfico**, v. 15, n. 2, p. 186-201, 2021.
- DELGADO, L. de A. N. **História Oral: memória, tempo e identidades**. Belo Horizonte, Autêntica, p. 15-31, 2006.
- DEMO, P. Participação e planejamento-arranjo preliminar. **Revista de Administração Pública**, v. 25, n. 3, p. 31-54, 1991.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental, princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 2003.
- DIELEMAN, H. Urban agriculture in Mexico City; balancing between ecological, economic, social and symbolic value. **Journal of Cleaner Production, Oxford**, v. 163, p. 156-163, 2017.
- DOS SANTOS, E. N.; DOS SANTOS, E. N. As Mulheres e os Saberes Fitoterápicos: uma etnografia do Povoado Altão dos Cassianos, Jaramataia-AL. **REVEXT-Revista de Extensão da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL**, v. 5, n. 2, p. 33-41, 2020.
- DOYAL, L. Sex, Gender, and health: the need for a new approach. **British Medical Journal**. v. 7320, n 323, p. 1061-1063, 2001.
- DUARTE, T. E. P. et al. O papel da cobertura vegetal nos ambientes urbanos e sua influência na qualidade de vida nas cidades. **Desenvolvimento em questão**, v. 15, n. 40, p. 175-203, 2017.
- ELLIOT, L. **The global politics of the environment**. 2. ed. New York, New York University Press. 2004.
- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula rasa**, n. 1, p. 51-86, 2003.
- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ. **ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CIÊNCIAS FLORESTAIS - ITATINGA**. 2020. Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/svee/lcf-itatinga>. Acesso em: 08 set. 2020.

- ESTEBAN, M. L. Cuidado y salud: costes para la salud de las mujeres y beneficios sociales. Género y cuidados: algunas ideas para la visibilización, el reconocimiento y la redistribución. Em: **Actas del Congreso Internacional Cuidar cuesta: costes y beneficios del cuidado**. Donostia. p. 13-14, 2003.
- FERREIRA, R. J.; DE CASTILHO, C. J. M. Agricultura urbana e gestão territorial em Recife/PE/Brasil: qual o lugar da agricultura urbana no planejamento da cidade? **Ateliê Geográfico**, v. 10, n. 2, p. 65-81, 2016.
- FILGUEIRAS, C. A. C. A creche comunitária na nebulosa da pobreza. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 88, p. 18-29, fev. 1994.
- FINEMAN, M. Dependency and social debt. **Poverty and inequality**, p. 133-152, 2006.
- FLICK, U. (2019). **Introdução à pesquisa qualitativa**. Artmed Editora.
- FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte**. Santiago, Chile, RIMISP, 2006.
- FONTOURA, N. de O. et al. **Uso do tempo e gênero**. IPEA. 2016.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **1.02 billion people hungry**. 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/pt/item/20568/icode/>>. Acesso em: 01 ago. 2021.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar: estudio de caso de ocho países. **Programa de Cooperación Internacional Brasil-FAO**. Brasília: Representação da FAO, 2013.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **Essential documents, statistics, maps and multimedia resources**. 1996. Disponível em: <[www.fao.org/](http://www.fao.org/)> Acesso em: 9 out. 2021
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **Statistical Yearbook 2013**. 2013. Disponível em: <<https://www.fao.org/home/>>. Acesso em: 19 nov. 2021.
- FRANCISCO, P.; BERGOGLIO, J. M. **Carta Encíclica Laudato Si': sobre el cuidado de la casa común**. 2015.
- FRANZOLIN, J. L. **Présepio da Serra**. 2. ed. São Paulo: Arcádia, 131 p, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- FRIEDMAN, M. **My Friendship with Martin Buber**. Syracuse University Press, 2013.
- GADOTTI, M. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. **Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Artigos**, 2000.
- GALLEGOS, R. R. La vida buena como "riqueza" de las naciones. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 1, n. 135, p. 237-249, 2012.
- GARCIA, B. O. **O fortalecimento da agricultura familiar no sistema agroalimentar local. Uma intervenção no município de Itatinga-SP**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2022.
- GERHARDT T. E. Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. **Caderno de Saúde Pública**, v. 22, n.11, p. 2449-2463, 2006.
- GIACCHÈ, G.; PORTO, L. Políticas Públicas de Agricultura Urbana e Periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações Econômicas**, v. 45, n. 6, p. 45-60, 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2007.
- GILLIGAN C, **Joining the Resistance**. Cambridge, Polity Press, p. 140, 2011.
- GILLIGAN, C., ROGERS, A. AND TOLMAN, D. **Women, Girls, and Psychotherapy: Reframing Resistance**. New York, Haworth Press. 1992.



- GIRÃO, R. J. **O Programa Município VerdeAzul e sua influência na gestão ambiental municipal no estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2012.
- GOMES JÚNIOR, N. N. **Segurança alimentar e nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 2007.
- GOMES, L. B. Medicina tradicional: saberes e práticas ancestrais na região metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 3, 2020.
- GONÇALVES, J. M. de S. S. Educação, meio ambiente e direitos humanos nas Conferências da ONU. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-5/GT-05-06.htm>>, 2019. Acesso em: 15 out. 2020.
- GORNICK, J. C. E.; MEYERS, M. K. **Families that work. Policies for reconciling parenthood and employment**. New York, Russell Sage Foundation, 2003.
- GOULART, J. **Brasil volta ao mapa da fome e começa a chegar ajuda global**. VEJA, [S. l.], p. 1, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar-economico/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-e-comeca-chegar-ajuda-global/>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016.
- GUÉNEAU, S. et al. **Rumos, ensinamentos e perspectivas para as políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica**. CRV. 2019.
- GUERRA, S. C. S. **Desenvolvimento sustentável na sociedade de risco global: Breves reflexões sobre o direito internacional ambiental**. Em: Anais do XV Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. 2006.
- GUGELMIN, E. E. et al. Agenda 21 Local no Brasil. Em: LITTLE, P. E. (Org.) **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo, Peirópolis, p.89-112, 2003.
- GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. S. R. dos. Rio+ 20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012.
- GUTIERREZ, D. M. D.; MINAYO, M. C. de S. Produção de conhecimento sobre cuidados da saúde no âmbito da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1497-1508, 2010.
- HARAWAY, D. Quando as espécies se encontram: uma introdução. **Tabula Rasa**, n.31, p. 23-75, 2019.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.
- HOCHSCHILD, A. **The managed heart: Commercialization of human feeling**. Berkeley, University of California Press, 1983.
- HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. Em: HOGAN D. J. (Org.) **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas, Núcleo de Estudos de População-Nepo, p.13-49. 2007.
- HOWE, J. Planning for urban food: The experience of two UK cities. **Planning Practice and Research**, v. 17, n. 2, p. 125-144, 2002.
- IGLESIAS, E. M.; PENA-LÓPEZ, A.; SÁNCHEZ SANTOS, J. M. Bienestar subjetivo, renta y bienes relacionales: Los determinantes de la felicidad en España. **Revista Internacional de Sociología (RIS)**, v. 71, n. 3, p. 567-592, 2013.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE – (org.). **Panorama municipal:** Portal do Governo Brasileiro. Itatinga, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/itatinga/pesquisa/10058/60027>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- INSTITUTO ITAPOTY. **Atlas da Cuesta.** Botucatu, FEPAF, 2012. Disponível em: [http://itapoty.org.br/portal/pdf/atlas\\_pdf\\_tela\\_2017.pdf](http://itapoty.org.br/portal/pdf/atlas_pdf_tela_2017.pdf). Acesso em: 15 mai. 2021.
- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. Disponível em: <https://mapas.inmet.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-206, 2003.
- JACOBI, P. O Brasil depois da Rio+10. **Revista do Departamento de Geografia.** São Paulo, n.15, 2002. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- JÚNIOR, C. dos. CAPITALISMO E A COVID – 19. Em: OLIVEIRA, A. F. de. **Capitalismo e a Covid-19/.** São Paulo: Produção Independente, 2020.
- KENIGER L E, GASTON K J, IRVINE K N, FULLER R A. What are the benefits of interacting with nature? **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 10, n. 3, p. 913-935, 2013.
- KLAUTAU, D. G.; FERNANDES, R. C. G.; WALCHHÜTTER, S. Bens relacionais e inclusão social: o ingresso dos estudantes de primeira geração no ensino superior. Em: Congresso internacional de ensino da universidade estadual do norte do paraná, 2019, Cornélio Procópio, **Anais [...]Pr**, Universidade Estadual do Norte do Paraná, p. 1240-1249, 2019.
- KNOEPFEL, P.; LARRUE, C.; ZIMMERMANN, W. Mudança regulatória e rearranjo institucional: construindo novas arenas políticas para a ecologiza o da agricultura. Uma análise comparativa dos programas na França e na Su a. **Informa o em Ciências Sociais**, v. 26, n. 4, p. 683-731, 1987.
- KOERICH, M. S.; BACKES, D. S.; DE SOUSA, F. G. M.; ERDMANN, A. L.; ALBURQUERQUE, G. L. Pesquisa-a o: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 11, n. 3, 2009.
- KORIN, D. Nuevas perspectivas de gênero en salud. **Adolescência Latinoamericana.** v. 2, n. 2, p. 67-79, 2001.
- KUHNEN, T. A. A  tica do cuidado como teoria feminista. **Simpósio G nero e Políticas Públicas**, v. 3, 2014.
- LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL - OCA. O “método oca” de educa o ambiental: fundamentos e estrutura incremental. **Ambiente & Educa o**, v. 21, n. 1, p. 75–93, 2016.
- LARA, A. C. F.; ALMEIDA, D. **Agricultura urbana: Belo Horizonte cultivando o futuro.** Belo Horizonte, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.
- LARANJEIRA, N. P. F. et al. Para uma ecologia de saberes: trajetória da constru o do conhecimento agroecológico na ABA. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 2, p. 15-25, 2019.
- LARSON, L.; JENNINGS, V.; CLOUTIER, S. Public Parks and Wellbeing in Urban Areas of the United States. **Plos One**, v. 11, n. 4, p. 15-32, 2016
- LATHER, P. **Getting smart: Feminist research and pedagogy with/in the postmodern.** Routledge. 1991.
- LAYRARGUES, P. P. A conjuntura da institucionaliza o da Política Nacional de Educa o Ambiental. **OLAM-Ciência & Tecnologia.** Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 1-14, 2002.
- LE PRESTRE, P. **Ecopolítica Internacional.** 2. ed. São Paulo, SENAC, p. 174-175. 2005.
- LEME, M. K. **Agricultura urbana em Rio Claro (SP): produ o e políticas públicas.** São Carlos,: UFSCar, 2012.

- LIMA, G. F da C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, v. 35, n. 1, p. 145-163, 2009.
- LOSADA, H.; MARTINEZ, H.; VIEYRA, J.; PEALING, R.; CORTÉS, J. Agricultura urbana na zona metropolitana do México: mudanças ao longo do tempo nas áreas urbanas, suburbanas e periurbanas. **Meio Ambiente e Urbanização**, v. 10, n. 2, p. 37-54, 1998.
- LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1473-1494, 2005.
- LOUREIRO, C. F. B. et al. **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo, Cortez, 2016.
- LOUREIRO, C. F. B. et al. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo, Cortez, 2006.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo, Cortez, 2004.
- LOURENÇO-LINDELL, I. Food for the poor, food for the city: the role of urban agriculture in Bissau. **Documento apresentado no Seminário da ODA sobre as implicações sociais e ambientais da agricultura urbana**, Universidade do Zimbábue, Harare, 1995.
- LOVO, I. C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.
- MACHIN, R. et al. Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde: estudo com profissionais de saúde da atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 4503-4512, 2011.
- MADALENO, I. M. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2002.
- MAGRINI, A.; MARCO, A. S. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. **Revista Brasileira de energia**, v. 8, n. 2, p. 1-8, 2001.
- MALTA, I. dos S. **Impactos da modernização na agricultura familiar de autoconsumo, em famílias rurais da comunidade de Lombas, Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santo Antônio da Patrulha, 2011.
- MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, v. 20, n. 35, p. 201-208, 2014.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. Em: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, p. 121-192, 2000.
- MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Fiocruz. 2004.
- MATTHÄUS, H. Oficina do futuro como metodologia de planejamento e avaliação de projetos de desenvolvimento local. **Metodologia participativa: uma introdução**, v. 29, 2001.
- MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T.; SANTOS, D. G. Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 33-43, 2007.
- MAZZOTTI, A. J. A.; GEWANDSZNAJDER, F. O Planejamento de pesquisas qualitativas. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**, v. 2, 2004.
- MBIBA B. Urban agriculture policy in Southern Africa: from theory to practice. Em: **Productive open space management with a shared focus on the potential of urban agriculture (urban food production) policy and Agenda 21**. 1998.

- MESSEDER, S. A. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. Em: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, v. 01, p. 155-171, 2020.
- MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** 19ª ed. 2001.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Hucitec. 2010.
- MONTAÑO, C. Pobreza, " questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, p. 270-287, 2012.
- MONTEIRO, D; MENDONÇA, M. M. Quintais na cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v.1, n.0, p. 29-31, 2004.
- MOREIRA, C. Agricultura urbana e periurbana: por cidades verdes, produtivas e socialmente inclusivas. **IV Fórum Urbano Mundial**. Pequim, 2008.
- MORIMOTO, I. A. **Direito e educação ambiental: estímulo à participação crítica e à efetiva aplicação de normas voltadas à proteção ambiental no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.
- MORIN, E. From the concept of system to the paradigm of complexity. **Journal of social and evolutionary systems**, v. 15, n. 4, p. 371-385, 1992.
- MOUGEOT, L. J. A. et al. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. **Growing cities, growing food: Urban agriculture on the policy agenda**, v. 1, p. 42, 2000.
- MOURA, A. M. M. de. Governança ambiental colaborativa: aspectos conceituais e reflexões sobre casos empíricos. Em: WEISS, J. S. (org.). **Movimentos socioambientais: lutas, conquistas, avanços, retrocessos, esperanças**. Goiás: Xapuri Socioambiental, p. 105-123. 2019.
- MOUSTIER, P. La complémentarité entre agriculture urbaine et agriculture rurale. Em: OLANREWAJU, B. S. (ed.), **Agriculture urbaine en Afrique de l'Ouest: une contribution à la sécurité alimentaire et à l'assainissement des villes**. Wageningen, CTA. 1998.
- NAJAM, A. Developing countries and global environmental governance: From contestation to participation to engagement. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 5, n. 3, p.303-321, 2005.
- NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? **Ciência Cultura**, v. 62, n. 4, p. 34-38, 2010
- NERY-SILVA, A. C.; SANTANA, L. C. Políticas públicas e educação ambiental: concepções e contextos nas pesquisas acadêmicas brasileiras. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 33, n. 2, p. 158-176, 2016.
- NEWELL, P.; PATERSON, M. **Climate Capitalism: Global Warming and the Transformation of the Global Economy**. Cambridge, Cambridge University Press. 2010.
- NUSSBAUM, M. C. **The fragility of goodness: Luck and ethics in Greek tragedy and philosophy**. Cambridge University Press, 2001.
- OKIN, S.; MOLLER, S. **Justice, genre et famille**. Paris, Flammarion. 1989.
- OLIVEIRA, A. F. de. et al. **Capitalismo e a Covid-19**. São Paulo, Produção Independente, 2020. 268 p. Disponível em: < <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2020.
- OLIVEIRA, D. A. M. **Agricultura e agrossilvicultura urbana e suas políticas públicas: uma análise no município de Piracicaba**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2018.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2016.

- OLIVEIRA, M. R.; VILACA, A.; MUFATTO, L. M. Agricultura familiar: Reflexões sobre gênero. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 9, n. 1, p. 52-76, 2019.
- ORSOLINI, A. V. P.; OLIVEIRA, S. F. P. **Estudo de caso como método de investigação qualitativa: uma abordagem bibliográfica**. 2010. Disponível em: <[http://pos.unifacef.com.br/\\_livros/Cultura\\_Desenv/Artigos/Alba\\_Sheila.pdf](http://pos.unifacef.com.br/_livros/Cultura_Desenv/Artigos/Alba_Sheila.pdf)> Acesso em: 16 ago. 2022.
- PALACIOS, F.; TERENCEZZO, M. **O guia completo do Storytelling**. Alta Books Editora, 2016.
- PALHARES, J. C. P.; DE OLIVEIRA, V. B. V.; JUNIOR, M. F.; CERDEIRA, A. L.; DO PRADO, H. A. **Consumo e produção responsáveis**. Brasília, DF, Embrapa. 2018.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, v. 1, 2009.
- PATEL, R. Food sovereignty. **The journal of peasant studies**, v. 36, n. 3, p. 663-706, 2009.
- PAUER-STUDER, H. **O certo ou o bom? Crítica feminista do liberalismo e do comunitarismo**. 1996.
- PENSSAN, Rede. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - **PNAD Contínua 2015 - 2018**. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 22 mar. 2022
- PIMENTEL, A. E. B.; LAURA, C. A. Hortas Urbanas Comunitárias e a Economia Solidária. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, 2009.
- PISANI, R. J. **Diagnóstico de ambiência na sub-bacia do Rio das Pedras, Município de Itatinga-SP, visando o planejamento sócio conservacionista**. UNESP. 2009.
- PONTES, F. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; COSTA, M. B. B. Transição agroecológica a partir da formação técnica no assentamento Gleba XV de Novembro em Rosana - SP. **Retratos de assentamentos**, v. 20, p. 246, 2017.
- PORTUGAL, S.; SANTOS, W. L. P. dos. Educação ambiental emancipatória na escola: participação e construção coletiva. **Reunião Anual da ANPED**, v. 30, p. 1-16, 2004.
- PREFEITURA DE ITATINGA, **Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos**. 2014. Disponível em: <https://www.itatinga.sp.gov.br/public/admin/globalarq/plano-municipal/3924193e04d9197aa71e50540721fe7b.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- PREFEITURA DE ITATINGA. **Audiência Pública - Edital De Audiência Pública Do Ppa**. 2023. Disponível em: <https://www.itatinga.sp.gov.br/audiencia-publica/detalhe/65/>. Acesso em: 23 mai. 2023.
- PREFEITURA DE ITATINGA. **Plano Diretor de Turismo**. 2019. Disponível em: <https://www.itatinga.sp.gov.br/public/admin/globalarq/plano-municipal/7b198356265c55a7a723b9a28017689b.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.
- PREFEITURA DE ITATINGA. **Plano Municipal de de arborização urbana e áreas verdes, e normas de proteção e conservação da flora no perímetro urbano**. 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itatinga/lei-ordinaria/2015/201/2011/lei-ordinaria-n-2011-2015-institui-o-plano-municipal-de-arborizacao-urbana-e-areas-verdes-e-estabelece-normas-de-protecao-e-conservacao-da-flora-no-perimetro-urbano-de-itatinga-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- PREFEITURA DE ITATINGA. **Plano Municipal de Saúde**. 2022. Disponível em: <https://www.itatinga.sp.gov.br/public/admin/globalarq/plano-municipal/86e11b495400ff1f2a79c571dcc11680.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

- PREFEITURA DE ITATINGA. **Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico**. 2020. Disponível em: <https://www.itatinga.sp.gov.br/public/admin/globalarq/plano-municipal/46b5ec6906170adeb93000fc7fd6ddc1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- PRIMAVESI, A. M. Agroecologia, Solos. **Agricultura Sustentável**, p. 1, 2019. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/2019/06/19/agricultura-sustentavel/>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- PRIMAVESI, O.; ARZABE, C.; PEDREIRA, M. dos S. **Mudanças climáticas: visão tropical integrada das causas, dos impactos e de possíveis soluções para ambientes rurais ou urbanos**. EMBRAPA. 2007.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta**. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/arquivos/relatorio\\_sintese\\_ods.pdf](http://www.pnud.org.br/arquivos/relatorio_sintese_ods.pdf). Acesso em: 3 mai. 2020.
- PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. Instituto Cidadania, 2001.
- PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 5 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p.11- 20, 1992.
- RAZANI, N. et al. Effect of park prescriptions with and without group visits to parks on stress reduction in low-income parents: SHINE randomized trial. **PLoS ONE**. v. 13, n. 2, p. 19-29, 2018.
- RENTE, M. A. M. O diálogo em Martin Buber. Em: MONTEIRO, R. A. A.; SORRENTINO, M.; JACOBI, P. R., **Diálogo e transição educadora para sociedades sustentáveis**. São Paulo, Na Raiz. 2020. Disponível em: [www.bit.ly/baixarlivrodialogo](http://www.bit.ly/baixarlivrodialogo). Acesso em: 21 set. 2020.
- RICHART, A.; TAVARES FILHO, J.; BRITO, O. R.; LLANILLO, R. F.; FERREIRA, R. Compactação do solo: causas e efeitos. **Ciências Agrárias**, v. 26, n. 3, p. 321-343, 2005.
- ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003.
- ROHDEN, F. A construção da diferença sexual na medicina. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 19, n. 2, p. 201-212, 2003.
- ROSA, P. P. V. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, 2011.
- ROSENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A. (org.). **Ecofeminismos; fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro, Ape’Ku, 2019.
- ROSSET, P. M.; BARBOSA, L. P. Territorialização da agroecologia na Via Campesina. **Boletim**, n. 39, p. 46-51, 2019.
- ROSTICHELLI, M. **Entre a terra e o asfalto: a região metropolitana de São Paulo no contexto da agricultura urbana**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2013.
- RUBIO, K. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2020.
- SANCHO-PIVOTO, A.; DEUS, J. Áreas Protegidas e Ambientes Urbanos: novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva. **Sociedade & Natureza**, v. 27, p. 223-238, 2015.
- SANT’ANNA, F. M.; MOREIRA, H. M. Ecologia política e relações internacionais: os desafios da Ecopolítica Crítica Internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 20, p. 205-248, 2016.

- SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Belo Horizonte, 2007.
- SANTOS, C. F. dos, et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 33-52, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Q8YfrW7m6mLWBWBcmcbKKrQ/?lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2021.
- SANTOS, M. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2000.
- SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. Cengage. 2013.
- SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto LUPA [2016/2017]: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2017. Disponível em: <<http://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais1617.php>>. Acesso em: 14 out. 2020
- SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO. **Política de Águas e Educação Ambiental: processos dialógicos e formativos em planejamento e gestão de recursos hídricos**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2013. Disponível em: [http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-azul\\_politicas-da-gua-e-educacao-ambiental\\_web-\\_completo\\_com-mapa-1.pdf#page=93](http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2015/01/livro-azul_politicas-da-gua-e-educacao-ambiental_web-_completo_com-mapa-1.pdf#page=93). Acesso em: 02 nov. 2021.
- SEVILLA GUZMÁN, E. et al. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**, 2010.
- SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminism**. New Jersey, Zed Books, 1993.
- SILIPRANDI, E. A alimentação como um tema político das mulheres. **Ariús**, Campina Grande, v. 18, n. 1, p. 143-159, 2012.
- SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 3, p. 38-48, 2002.
- SILVA, A. T. B.; DE OLIVEIRA, G. Os saberes locais como promotores de desenvolvimento e de novas relações de gênero. Em: **Diálogos Interdisciplinares em Desenvolvimento Territorial Sustentável: Políticas, Ecologias e Saberes**. 2015.
- SILVA, J. C. B. V. **Ecologização do agricultor familiar: avançando desde uma transição ecoformadora**. 2014.
- SILVA, M. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Configurações**, v. 25, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/8626#quotation>>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, p. 478-491, 2013.
- SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.
- SORRENTINO, M.; PORTUGAL, S.; SERANTES PAZOS, A.; VALES VAZQUEZ, C. Por una Nueva Cultura de la Tierra, Tierra y Territorio: rutas de transición para sociedades sustentables. **Carpeta Informativa del CENEAM**. Madrid, v. 1, p. 3-9, 2020.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.
- SOUTH COMMISSION. **The challenge to the South: the report of the South Commission**. Oxford, Oxford University Press. 1990.

- SOUZA, D. V.; ZIONI, F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Saúde e Sociedade**, v.12, n. 2, p.76-85, 2003.
- SOUZA, I. M. L. Multirreferencialidade e pesquisa qualitativa em educação: possibilidades e desafios. **Revista Educação em Questão**, v. 42, n. 27, p. 138-156, 2012.
- SOUZA, J. N. de. Covid19 e capitalismo: uma visão. Em: OLIVEIRA, A. F. de; et al (org.). **Capitalismo e a Covid19: um debate urgente**. São Paulo: Produção Independente, 2020. Disponível em: <<http://abetrabalho.org.br/wpcontent/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf#page=11>>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.
- STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. **Portal EcoDebate**, p. 5-27, 2011.
- STELNRICH, N. From Intuitive to Evidence Based: Developing the Science of Nature as a Public Health Resource. **Environmental Health Perspectives**, v. 125, 2017.
- STEVANOVIĆ, M. et al. The impact of high-end climate change on agricultural welfare. **Science Advances**, v. 2, n. 8, p. 1-9, 2016.
- SZEREMETA, B.; ZANNIN, P. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida em cidades. **Raega- O Espaço Geográfico em Análise**, v. 29, p. 177-193, 2013.
- TASSARA, E. T. de O.; ARDANS, O. Intervenção psicossocial: desvendando o sujeito histórico e desvelando os fundamentos da educação ambiental crítica. Em: **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, p. 201-216, 2005.
- TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, Artmed. 1998.
- TERREBLANCHE, C. Ecofeminism. Em: **Un Diccionario para el Posdesarrollo**, p. 236-239, 2019.
- THE WORLD CONFERENCE ON WOMEN, 1980, Copenhagen. **Report Of The Word Conference Of The United Nations Decade For Women: Equality, Development And Peace**. New York, 1980. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_copenhagem.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_copenhagem.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2021.
- TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa-ação: compartilhando saberes. Pesquisa e ação educativa ambiental. Em: **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivo educadores**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. Atlas. 2008.
- TROVARELLI, R. A.; SORRENTINO, M. **Do antropoceno à transição para sociedades sustentáveis: formação de profissionais em educação ambiental**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. 2021.
- VAN VEENHUIZEN, R. Cities farming for the future: Urban agriculture for green and productive cities. Em: **Agriculture (Eds.)**. RUAF Foundation, IDRC. 2006.
- VAREJÃO, A. et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.
- VAROTTO, D. P. Agroecologia e gênero: perspectivas para a emancipação das mulheres e a agricultura familiar. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 3, 2017.



- VIEIRA, J. **CETESB interdita Aterro Municipal de Itatinga**. 2011. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/blog/2011/09/22/cetesb-interdita-aterro-municipal-de-itatinga/>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020.
- VIELTES, R. L.; DAIUTO, É. R.; DE CAMPOS, A. J. Políticas públicas para a capacitação familiar com produtos hortícolas orgânicos. **Revista Ciência em Extensão**, v. 8, n. 3, p. 289-293, 2012.
- VON ZUBEN, N. A. A questão do inter-humano uma releitura de Eu e Tu de Martin Buber. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 35, n. 111, p. 87-110, 2008.
- VON ZUBEN, N. A. Introdução. Em: BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, p. 9-51, 2001.
- WARREN, K. J. Feminism and ecology: Making connections. **Environmental ethics**, v. 9, n. 1, p. 3-20, 1987.
- WEZEL, A.; BENDER, S. Plant species diversity of homegardens of Cuba and its significance for household food supply. **Agroforestry systems**, v. 57, n. 1, p. 88-100, 2003.
- WITTMAN, H.; DESMARAIS, A; WIEBE, N. **Food sovereignty**. Nova Scotia, Fernleaf, 2010.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.
- ZAAR, M. H. A agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 3, p. 26-44, 2015.

## ANEXOS

**ANEXO A.** Endereços online e códigos QR para acesso de materiais relevantes produzidos durante a pesquisa:

- Vídeo submetido recebeu menção honrosa no edital “Prémio Vídeo Pós-Graduação USP 2022”:  
Link: [https://www.youtube.com/watch?v=pf\\_JkuT62lY&t=18s](https://www.youtube.com/watch?v=pf_JkuT62lY&t=18s)



Figura 57. Código QR para acesso ao vídeo do prémio.

- Vídeo sobre diálogo produzido a partir de estudos:  
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=F-6L0y8PDn4>



Figura 58. Código QR para acesso ao vídeo sobre diálogo.

- Álbum de fotos e vídeos da Horta Comunitária Cheiro Verde e Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga, registrados durante a realização da pesquisa:  
Link: <https://photos.app.goo.gl/Ucf8dno2cLKyGB2i9>



Figura 59. Código QR para acesso ao álbum.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

- ESTADO DE SÃO PAULO -

Rua Nove de Julho n.º 304 – Centro – CEP. 18690-000

CNPJ n.º 46.634.127/0001-63

E-mail: [secretaria@itatinga.sp.gov.br](mailto:secretaria@itatinga.sp.gov.br)

Site: [www.itatinga.sp.gov.br](http://www.itatinga.sp.gov.br)

### PROJETO DE LEI N.º 60 /2018.

Institui o Programa Horta Comunitária – Cheiro Verde.

**Art. 1.º** Fica criado o "Programa Horta Comunitária – Cheiro Verde", de caráter assistencial, a ser coordenado pela Diretoria Municipal de Assistência Social, visando proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda para até 30 (trinta) trabalhadores, integrantes de parte da população desempregada ou em estado de vulnerabilidade, residente no município.

**Parágrafo único.** O Programa de que trata esta lei será coordenado pela Diretoria Municipal de Assistência Social e, contará com a participação das Diretorias de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Agropecuária.

**Art. 2.º** O Programa referido no Art. 1.º consiste na concessão de Cartão Social referente a uma Cesta Básica no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), na realização de curso de capacitação junto a Diretoria de Desenvolvimento da Agropecuária, Curso de Alfabetização na Rede Municipal e a divisão dos resultados referente a venda dos produtos.

**Parágrafo único.** A participação no Programa será pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogáveis em até 6 (seis).

**Art. 3.º** As condições para o alistamento no programa, mediante seleção simples, serão definidas por Decreto Municipal, observados os seguintes requisitos:

**I** – situação de desemprego igual ou superior a 6 (seis) meses, desde que não seja beneficiário de seguro-desemprego ou outro benefício de caráter previdenciário;

**II** – residência, no mínimo, pelo período de 6 (seis) meses, em local próximo ao da colaboração prevista no artigo 4.º;

**III** – apenas 1 (um) beneficiário por núcleo familiar;

**IV** – estar a família em condições de penúria que ameace a sua subsistência, de acordo com laudo técnico a ser realizado pelo setor competente;

**V** – inscrição no Cadastro Único.

**Parágrafo único.** No caso do número de alistamentos superar o de vagas, a preferência para participação no programa será definida mediante aplicação, pela ordem, dos seguintes critérios:

**1** – maiores encargos familiares;

**2** – mulheres arrimo de família;

**3** – maior tempo de desemprego.

(B)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

- ESTADO DE SÃO PAULO -  
Rua Nove de Julho n.º 304 – Centro – CEP. 18690-000  
CNPJ n.º 46.634.127/0001-63

E-mail: [secretaria@itatinga.sp.gov.br](mailto:secretaria@itatinga.sp.gov.br)  
Site: [www.itatinga.sp.gov.br](http://www.itatinga.sp.gov.br)

**Art. 4.º** A participação no programa implica a colaboração, em caráter eventual, sem vínculo empregatício no plantio, manutenção e venda dos produtos produzidos na Horta Comunitária do Município.

**§ 1.º** A jornada de atividade no programa será de 8 (oito) horas semanais, além dos cursos a serem realizados dentro do período do programa.

**§ 2.º** A idade máxima para a participação no Programa é de 59 (cinquenta e nove) anos.

**Art. 5.º** Fica o Poder Executivo autorizado a criar condições para o deslocamento de trabalhadores desempregados participantes do programa de que trata esta lei, bem como locar máquinas e equipamentos necessários para a sua execução.

**Parágrafo único.** As plantas para a efetivação do programa serão fornecidas pela Prefeitura Municipal de Itatinga.

**Art. 6.º** Será destinado 1/3 (um terço) da produção do Programa para o Fundo Social de Solidariedade, com a finalidade de contra partida ao município.

**Art. 7.º** O Poder Executivo regulamentará esta lei através de Decreto, no que couber.

**Art. 8.º** As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações a serem consignadas anualmente no orçamento municipal.

**Art. 9.º** Esta lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

Prefeitura Municipal de Itatinga, 24 de outubro de 2018.

  
**JOÃO BOSCO BORGES**  
Prefeito Municipal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATINGA

- ESTADO DE SÃO PAULO -

Rua Nove de Julho n.º 304 – Centro – CEP. 18690-000

CNPJ n.º 46.634.127/0001-63

E-mail: [secretaria@itatinga.sp.gov.br](mailto:secretaria@itatinga.sp.gov.br)

Site: [www.itatinga.sp.gov.br](http://www.itatinga.sp.gov.br)

Itatinga, 24 de outubro de 2018.

Exm.º. Senhor Presidente,  
Exm.ºs. Senhores Vereadores,

MENSAGEM N.º 077/2018.  
Justificativa ao Projeto de Lei n.º 60, de 2018.

Com a presente Mensagem, encaminhamos para fins de ser submetido à elevada apreciação e votação dessa Colenda Edilidade, o incluso Projeto de Lei que “*Institui o Programa Horta Comunitária – Cheiro Verde*”.

### **Justificativa:**

Itatinga é um município que tem sua economia baseada na agricultura, principalmente no reflorestamento e cultivo de laranja, e em pequena escala a indústria e comércio. Assim, a maioria dos trabalhadores atuam no serviço braçal (serviços gerais), recebendo baixas remunerações.

As famílias vêm sofrendo dificuldades financeiras e muitos chefes de famílias estão perdendo seus empregos. Nessa esteira, mister o crescimento da mulher assumindo o papel de chefe, necessitando trabalhar fora para suprir as necessidades básicas de seus familiares, por motivos de novos arranjos familiares ou desemprego.

É do conhecimento dos nobres pares que, a oferta de trabalho é restrita, e grande parte da população itatinguense possui baixa escolaridade e pouca qualificação profissional.

Considerando essa problemática, a Diretoria de Assistência Social, desde o ano de 1998, procurou elaborar alternativas de geração de renda, criando o Projeto Cheiro Verde – Horta Comunitária na intenção de contribuir para a melhoria na qualidade de vida das famílias. Além disso, por via de consequência, oferece outro benefício, que é a valorização enquanto pessoas, desenvolvendo as potencialidades dos indivíduos, estimulando a participação em grupo e a liderança, como também capacitação profissional.

Por meio do projeto, as famílias inscritas receberão uma cesta básica e o lucro das vendas, sendo certo que o cálculo do lucro será dividido mensalmente entre os participantes.

Com a regularização através do presente projeto de lei, as famílias do município terão uma seguridade maior quanto a oportunidade de participar do presente programa.

Julgando plenamente justificada a inclusa propositura, solicitamos o apoio e o empenho de Vossas Excelências, no sentido de que a presente propositura seja apreciada e votada por esse Legislativo Municipal dentro do prazo regimental.

Atenciosamente.

  
**JOÃO BOSCO BORGES**  
Prefeito Municipal

Exm.ºs. Senhores  
**VEREADOR PRESIDENTE JOSÉ GERALDO CELESTINO DE OLIVEIRA**  
E DEMAIS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA  
Nesta

## ANEXO C. Roteiro de entrevista semiestruturada para gestores municipais de Itatinga

**Público-alvo:** Gestores do município de Itatinga-SP.

### Bloco 1: Perguntas mais pessoais, para eu conhecer o entrevistado

- 1: Me conte um pouco sobre sua trajetória profissional.
- 2: Como é ser morador (a) de Itatinga?
- 3: Na sua opinião, quais são os maiores problemas do município atualmente?
- 4: Como seria a Itatinga dos seus sonhos/utópica?
- 5: Para você, qual o papel das políticas públicas?

### Bloco 2: Perguntas sobre meu o local da pesquisa

- 1: Você tem ou já teve algum contato com a Horta Cheiro Verde? Pode relatar a experiência?
- 2: Poderia me falar a respeito do que você sabe sobre a Lei municipal 2.148 que instituiu a Horta?
- 3: Você sabe como ocorre a gestão da HCCV? Você acredita que a participação das mulheres no programa, pode gerar autonomia na gestão da horta comunitária? O que você acharia se as trabalhadoras tivessem autonomia na gestão da horta?
- 4: Quais iniciativas podem contribuir para as mulheres aumentarem a autonomia na HCCV e a atuação no município?
- 5: Você percebe ou percebeu alguma mudança no comportamento das mulheres que participam da Horta?
- 6: Na sua opinião, a participação na horta afeta a vida dessas trabalhadoras? Como?
- 7: Qual o impacto da horta comunitária para o município e para você?
- 8: Você sabe de onde vem os alimentos consumidos em Itatinga?
- 9: Na sua opinião, o que você entende por “agricultura urbana e periurbana”? Acredita que seja possível aumentar a produção dos alimentos com maior incentivo a AUP?

### Bloco 3: Perguntas sobre meus temas teóricos

- 1: Você visualiza uma relação diferenciada das mulheres com a natureza? Por quê?
- 2: Você já ouviu falar sobre ecofeminismo? O que considera?
- 3: Na sua opinião, a questão ambiental se relaciona com a qualidade de vida da população? Como?
- 4: Você já ouviu falar sobre agroecologia e agroecologização de territórios? O que acha?
- 5: Tem alguma sugestão de pergunta que sentiu que eu poderia ter feito ou gostaria de fazer algum comentário adicional?

Explicar um pouco os nexos entre os temas conforme a entrevista for acontecendo.

### **Percepções da entrevistadora**

Caracterização do sujeito (idade e outras impressões)

Grau de atenção durante a entrevista (1 2 3 4 5)

Grau de paciência para responder as perguntas (1 2 3 4 5)

Grau de compreensão das perguntas (1 2 3 4 5)

Grau de clareza nas respostas (1 2 3 4 5)

**ANEXO D.** Roteiro de entrevista semiestruturada para agricultoras da Horta Comunitária Cheiro Verde

**Público-alvo:** Mulheres agricultoras da Horta Comunitária Cheiro Verde

Bloco 1: Perguntas mais pessoais, para eu conhecer a entrevistada

1. Qual seu nome
2. Há quanto tempo você reside em Itatinga?
3. Quantos anos você tem?
4. Você se considera branca, preta, parda, amarela ou indígena?
5. Atualmente, além da participação na horta você faz outra atividade (estudo ou trabalho)?
6. Com quem você reside atualmente?
7. Em média, qual a renda familiar mensal na sua casa?
8. Quantas pessoas contribuem para a obtenção dessa renda familiar?
9. Quantas pessoas são sustentadas com a renda familiar?
10. Com relação à sua atividade remunerada mensal, em média é de quanto?
11. Qual seu nível de escolaridade?
12. Qual seu estado civil?
13. Quantos filhos (as) você tem?
14. Qual o maior nível de escolaridade entre seus filhos?
15. Você reside em casa própria?
16. Quanto tempo você trabalha na horta?
17. O que te motivou a participar da horta?
18. Como você se sente ao fazer os serviços na horta?
19. As verduras que você leva da horta para casa afetam a sua alimentação e orçamento doméstico?  
De que forma?
20. Você teve contato com trabalho no campo antes da horta? Pode relatar?

Bloco 2: Perguntas relacionadas a mulheres e meio ambiente

21. Você tem quintal em casa? (Considere como quintal uma área de terra (que pode estar em vasos) com pelo menos 2 espécies para consumo próprio, como hortaliças, plantas medicinais, árvores frutíferas)
22. Caso tenha respondido "não" na última pergunta, por favor, indique por qual motivo. (Motivos possíveis: demanda de espaço (falta de espaço); demanda de trabalho (limpeza, dificuldade de manutenção e falta de tempo); não gosta; presença de animais indesejados (escorpiões e insetos); outros (problemas diversos))
23. Caso tenha respondido "sim" sobre ter quintal, por favor, indique por qual motivo. (Motivos possíveis: para consumo da família; gosto de ter contato com a terra por benefícios terapêuticos; ter plantas em casa faz com que eu me sinta bem; tenho plantas para serem ornamentais e decorativas; faço a venda de parte dos produtos; outros (motivos diversos))
24. Caso tenha respondido "sim" sobre ter quintal: quem faz a manutenção dele?

25. Quem na casa acumula mais trabalhos de manutenção doméstica (limpeza da casa em geral)?
26. Quem mais assume as tarefas relacionadas a alimentação doméstica (fazer as compras, ir a feira, cozinhar etc.)?
27. "Através de mulheres mais velhas (mãe, avós, tias, amigas) eu aprendi sobre o uso de elementos naturais (chás, remédios naturais, etc)". Qual a sua opinião sobre essa afirmação?
28. "Me preocupo se os alimentos que são consumidos dentro da minha casa são orgânicos ou não". Qual a sua opinião sobre essa afirmação?
29. Você conhece iniciativas municipais de venda de produtos orgânicos além da horta?
30. Você compra mais verduras para casa além das que pega na horta? Você sabe de que município vem os alimentos in natura (alimentos de origem vegetal consumidos em seu estado natural) que você compra no mercado/feira?
31. Você participaria de iniciativas municipais voltadas a mulheres e meio ambiente mesmo que isso te tomasse algumas horas semanais (cursos sobre hortas domésticas, oficina de compostagem, plantio coletivo de árvores em praças etc.)?
32. De 0 a 5, que nota você daria para questões relativas ao meio ambiente em Itatinga? Escala - quanto menor o número pior a situação, quanto maior melhor. (Zero: péssimo; Um: muito ruim, Dois: ruim; Três: estável; Quatro: bom; Cinco: excelente.)
33. "A questão ambiental se relaciona com a minha qualidade de vida". Qual a sua opinião sobre essa afirmação?
34. Com que frequência você costuma passar seu tempo livre em espaços verdes na cidade (praças, parques etc.)?
35. Normalmente, como você se sente ao passar tempo em áreas verdes?
36. Qual seu nível de satisfação com a quantidade de árvores na cidade?
37. Quais os principais problemas relacionados à presença de árvores nas calçadas e/ou espaços públicos você já vivenciou ao caminhar em locais arborizados de Itatinga?
38. Quais os principais benefícios relacionados a presença de árvores nas calçadas e/ou espaços públicos você já vivenciou ao caminhar em locais arborizados de Itatinga?
39. "Estou disposta a mudar meus hábitos diários por motivos ambientais". Qual a sua opinião sobre essa afirmação?
40. "As áreas urbanas (cidades) têm responsabilidades com o meio ambiente tal qual as áreas rurais (campo)". Qual a sua opinião sobre essa afirmação?
41. Você se considera uma mulher feminista?
42. Comparando a relação do homem com a natureza e da mulher com a natureza, você acredita haver diferenças? Quais? Por quê?
43. Gostaria de fazer algum comentário adicional sobre o questionário e os temas aqui abordados?

#### **Percepções da entrevistadora**

Grau de atenção durante a entrevista (1 2 3 4 5)

Grau de paciência para responder as perguntas (1 2 3 4 5)

Grau de compreensão das perguntas (1 2 3 4 5)

Grau de clareza nas respostas (1 2 3 4 5)



**ANEXO E.** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para gestores municipais

Prezado/a

Você está convidado/a participar como voluntário/a da pesquisa intitulada “MULHERES QUE ALIMENTAM CIDADES: ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS”. A pesquisa é conduzida por ANNA FRIDHA SANTOS OTT, mestranda no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO em RECURSOS FLORESTAIS, orientada pelo Prof<sup>o</sup>, Dr<sup>o</sup>. MARCOS SORRENTINO, docente do departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ da Universidade de São Paulo - USP.

Sua participação nesta pesquisa será através de conversas/entrevistas, feitas e gravadas pela pesquisadora responsável, em que será perguntado sobre sua relação com o município de Itatinga; o que acha da cidade e de seus espaços; se conhece a Horta Comunitária Cheiro Verde e a Lei Municipal 2.148, o que acha dela e qual sua relação com ela (se existir uma). Essas entrevistas farão parte de uma pesquisa sobre como as mulheres de Itatinga atuam na cidade e nos espaços dela, especificamente as trabalhadoras da Horta Comunitária Cheiro Verde. Serão feitas entrevistas semiestruturadas e uma Oficina do Futuro com as agricultoras da Horta e entrevistas com gestores públicos municipais.

Os possíveis riscos em participar dessas entrevistas são o constrangimento que algumas perguntas podem trazer. Você é livre para não responder, para responder o que quiser, e para encerrar sua participação na pesquisa se desejar.

Os pesquisadores responsáveis serão os únicos a terem acesso às entrevistas. Sua participação será sigilosa, e seu anonimato será garantido pela omissão de seu nome, endereço, dados e informações privadas, de todos os trabalhos e textos que decorrerão delas. Portanto, a tese, artigos e textos que vierem a público não terão sua identificação individual.

Sua participação não terá qualquer custo, reforçamos que você pode encerrar sua participação nesta pesquisa em qualquer momento, e sem qualquer prejuízo ou constrangimento. Caso tenha dúvidas ou queira quaisquer explicações durante ou após as entrevistas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável que lhe responderá e auxiliará no que for possível. Segue o contato.

**Pesquisadores Responsáveis:**

Anna Fridha Santos Ott; E-mail: [annafridha@usp.br](mailto:annafridha@usp.br); Telefone: (19) 99925-4928

Endereço: Rua José Ferraz de Camargo, 624, São Dimas – Piracicaba/SP

Marcos Sorrentino; E-mail: [macsor@usp.br](mailto:macsor@usp.br); Telefone: (19) 98250-6513

Endereço: Av. Pádua Dias, 235 - Agronomia – Piracicaba/SP

Eu, \_\_\_\_\_, declaro por meio deste termo e para os devidos fins, ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente, a respeito desta pesquisa. Foi explicado sobre os seus propósitos, os procedimentos, riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário. Afirmando que concordo em colaborar, participar e fornecer, em entrevista, os dados necessários para a realização da pesquisa intitulada “MULHERES QUE ALIMENTAM CIDADES: ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS”.

---

Assinatura do participante

Local: \_\_\_\_\_, data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**ANEXO F.** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das agricultoras da HCCV para entrevistas semiestruturadas

Prezada,

Você está convidada a participar como voluntária da pesquisa intitulada “MULHERES QUE ALIMENTAM CIDADES: ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS”. A pesquisa é conduzida por ANNA FRIDHA SANTOS OTT, mestranda do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO em RECURSOS FLORESTAIS e por seu orientador Prof<sup>o</sup>, Dr<sup>o</sup>. MARCOS SORRENTINO, docente do departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ da Universidade de São Paulo - USP.

Sua participação nesta pesquisa será através de conversas/entrevistas e de uma Oficina do Futuro, feitas e gravadas em áudio pela pesquisadora responsável, em que será perguntado sobre sua relação com o município de Itatinga, o que acha da cidade e de seus espaços, se conhece a Horta Comunitária Cheiro Verde e a Lei Municipal 2.148, o que acha dela e qual sua relação. Essas entrevistas e a Oficina do Futuro farão parte de uma pesquisa sobre como as mulheres de Itatinga atuam na cidade e nos espaços dela, especificamente as agriculturas da Horta Comunitária Cheiro Verde. Serão feitas entrevistas e uma Oficina do Futuro em momentos distintos com as agricultoras da Horta e entrevistas com gestores públicos municipais.

O possível risco em participar dessa entrevista é o constrangimento que algumas perguntas podem trazer. Você é livre para não responder, para responder o que quiser, e para encerrar sua participação na pesquisa a qualquer momento, se desejar. O uso deste TCLE está relacionado apenas às entrevistas semiestruturadas.

Os pesquisadores responsáveis serão os únicos a terem acesso às entrevistas e o material da Oficina do Futuro. Sua participação será sigilosa, e seu anonimato será garantido pela omissão de seu nome, endereço, dados e informações privadas de todos os trabalhos e textos que decorrerão delas. Portanto, a dissertação, artigos e textos que vierem a público não terão sua identificação individual. Sua participação não terá qualquer custo, reforçamos que você pode encerrar sua participação nesta pesquisa em qualquer momento, e sem qualquer prejuízo ou constrangimento.

O uso das informações fornecidas por você, estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Caso tenha dúvidas ou queira quaisquer explicações durante ou após as entrevistas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável que lhe responderá e auxiliará no que for possível. Segue o contato:

**Pesquisadores Responsáveis:**

Anna Fridha Santos Ott; E-mail: [annafridha@usp.br](mailto:annafridha@usp.br); Telefone: (19) 99925-4928

Endereço: Rua José Ferraz de Camargo, 624, São Dimas – Piracicaba/SP

Marcos Sorrentino; E-mail: [macsor@usp.br](mailto:macsor@usp.br); Telefone: (19) 98250-6513

Endereço: Av. Pádua Dias, 235 - Agronomia – Piracicaba/SP

Eu, \_\_\_\_\_, declaro por meio deste termo e para os devidos fins, ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente, a respeito desta pesquisa. Foi explicado sobre os seus propósitos, os procedimentos, riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário. Afirmando que concordo em colaborar, participar e fornecer os dados necessários em entrevista para a realização da pesquisa

intitulada “MULHERES QUE ALIMENTAM CIDADES: ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS”.

Assinatura do participante

Local: \_\_\_\_\_, data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**ANEXO G.** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido das agricultoras da HCCV para Oficina do Futuro

Prezada,

Você está convidada a participar como voluntária da pesquisa intitulada “MULHERES QUE ALIMENTAM CIDADES: ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS”. A pesquisa é conduzida por ANNA FRIDHA SANTOS OTT, mestranda do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO em RECURSOS FLORESTAIS e por seu orientador Prof<sup>o</sup>, Dr<sup>o</sup>. MARCOS SORRENTINO, docente do departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ da Universidade de São Paulo - USP.

Sua participação nesta pesquisa será através de conversas/entrevistas e de uma Oficina do Futuro, feitas e gravadas em áudio pela pesquisadora responsável, em que será perguntado sobre sua relação com o município de Itatinga, o que acha da cidade e de seus espaços, se conhece a Horta Comunitária Cheiro Verde e a Lei Municipal 2.148, o que acha dela e qual sua relação com ela (se existir uma).

Essas entrevistas e a Oficina do Futuro farão parte de uma pesquisa sobre como as mulheres de Itatinga atuam na cidade e nos espaços dela, especificamente as agriculturas da Horta Comunitária Cheiro Verde. Serão feitas entrevistas e uma Oficina do Futuro com as agricultoras da Horta e entrevistas com gestores públicos municipais.

O possível risco em participar dessa entrevista é o constrangimento que algumas perguntas podem lhe trazer. Você é livre para não responder, para responder o que quiser, e para encerrar sua participação na pesquisa a qualquer momento, se desejar. O uso deste TCLE está relacionado apenas à Oficina do Futuro.

Os pesquisadores responsáveis serão os únicos a terem acesso às entrevistas e o material da Oficina do Futuro. Sua participação será sigilosa, e seu anonimato será garantido pela omissão de seu nome, endereço, dados e informações privadas de todos os trabalhos e textos que decorrerão delas. Portanto, a dissertação, artigos e textos que vierem a público não terão sua identificação individual. Sua participação não terá qualquer custo, reforçamos que você pode encerrar sua participação nesta pesquisa em qualquer momento, e sem qualquer prejuízo ou constrangimento.

O uso das informações fornecidas por você, estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Caso tenha dúvidas ou queira quaisquer explicações durante ou após as entrevistas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável que lhe responderá e auxiliará no que for possível. Segue o contato.

**Pesquisadores Responsáveis:**

Anna Fridha Santos Ott; E-mail: [annafridha@usp.br](mailto:annafridha@usp.br); Telefone: (19) 99925-4928

Endereço: Rua José Ferraz de Camargo, 624, São Dimas – Piracicaba/SP

Marcos Sorrentino; E-mail: [macsor@usp.br](mailto:macsor@usp.br); Telefone: (19) 98250-6513

Endereço: Av. Pádua Dias, 235 - Agronomia – Piracicaba/SP

Eu, \_\_\_\_\_, declaro por meio deste termo e para os devidos fins, ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente, a respeito desta pesquisa. Foi explicado sobre os seus propósitos, os procedimentos, riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário. Afirmando que concordo em colaborar, participar e fornecer os dados necessários na Oficina do Futuro, inclusive de imagem e vídeo, para a realização da pesquisa intitulada “MULHERES QUE ALIMENTAM CIDADES: ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS”.

---

Assinatura do participante

Local: \_\_\_\_\_, data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**ANEXO H.** Roteiro da Oficina do Futuro com as agricultoras urbanas**ROTEIRO DE OFICINA DO FUTURO COM AGRICULTORAS**

- Café da manhã: recebê-las para o café da manhã coletivo. Fim às 9:00.
- Recepção: “Como eu chego” em uma frase. Frases de saudação escritas pela sala.
- Presente: estar realizando a atividade.
- Apresentar a oficina e a metodologia, o cronograma, os objetivos e o que é a Agenda 21 do pedaço. Utilizar um fluxograma explicativo escrito no flipchart para facilitar visualização e controle do tempo (40 min). Fim às 10:00.

**1. Primeira parte da oficina: “Árvore dos sonhos”. (40 min), Fim às 10:40.**

Como é a Horta dos seus sonhos?

Materiais necessários:

- Banner com árvore com galhos bem separados para que seja possível agrupar os sonhos por temas;
- Quinze folhas em cartolinas verdes recortadas em formato de folhas e canetas piloto para escrever os sonhos.

Dinâmica:

- Conversar e escrever no coletivo sonhos que almejam para aquele pedaço relacional. Escrever os sonhos escolhidos em consenso nas folhas.
- Expor todas as folhas no flipchart para que seja possível ler todos os sonhos, opinar se estão contempladas e agrupá-los em temas. Cada galho é referente a um tema.

**2. Segunda parte da oficina: “Muro das Lamentações” (40 min). Fim às 11:20.**

Quais são os problemas que impedem os nossos sonhos?

Materiais necessários:

- Banner com muro para que seja possível colar os problemas.
- Cartolinas marrons recortadas em formato de pedras e canetas piloto para escrever os problemas

Dinâmica:

- O grupo se debruça sobre os problemas que as impedem de alcançar os sonhos. Escrevemos coletivamente os problemas escolhidos em consenso nas pedras.
- Expor todas as pedras no flipchart para que seja possível ler todos os problemas, opinar se estão contempladas e agrupá-las em temas. Cada área do muro é referente a um tema. Os participantes da oficina escolhem quais desejam ver resolvidas em primeiro, em segundo, em terceiro lugar e assim por diante.

**Intervalo para o almoço de 2:30h. Almoço servido às 12:30. Fim às 14:00.**

**3. Terceira parte da oficina: “Caminho adiante” (40 min). Fim às 15:00.**

Como superar os problemas para alcançar nossos sonhos?

Materiais necessários:

- Banner com caminho para que seja possível colar as ações;
- Cartolinas marrons recortadas em formato de pés e canetas piloto para escrever as ações/passos.

Dinâmica:

- O grupo se debruça sobre ações possíveis para resolver os problemas e chegar aos sonhos. Escrevem as ações escolhidas em consenso nos pés.

- Expor todos os pés no flipchart para que seja possível ler todas as ações, opinar se estão contempladas. As ações são elencadas em prioridades e pelo menos 4 ações devem ser escolhidas para serem trabalhadas pelo grupo no momento do “plano de ações”. Caso o tempo permita, o grupo pega mais ações de acordo com a prioridade. Os participantes da oficina escolhem quais desejam ver resolvidas em primeiro, em segundo, em terceiro lugar e por diante.

**4. Quarta parte da oficina: “Plano de ações” (1 hora e 30 min). Fim às 16:30.**

O que podemos fazer para materializar o “Caminho adiante?”

Materiais necessários:

- Cartolinas brancas com esquema para o plano de ações;
- Canetas piloto para escrever as ações.

Dinâmica:

- O grupo se debruça sobre ações prioritárias para resolver os problemas e chegar aos sonhos. Escrevem as etapas das ações na cartolina esquematizada.

- Expor todas as cartolinas/plano de ação ao coletivo.

**5. Avaliação coletiva usando a metodologia de Célestin Freinet (20 min). Fim às 16:50.**

Eu crítico;

Eu agradeço;

Eu pergunto;

Eu proponho.

**Café da tarde coletivo (1 hora). Fim às 18:00h.**



**ANEXO I.** Sistematização da Oficina do Futuro com a Horta comunitária Cheiro Verde**Árvore dos sonhos: “Como é a horta dos nossos sonhos?”**

- Ter uma identidade visual para que a horta cheiro verde seja identificada (placa, carrinho)
- Ter maior variedades de legumes e frutas
- Ter estufa e viveiro
- Melhorar e aumentar a quantidade de equipamentos, como luvas, capa de chuva, ferramentas.
- Produzir as próprias mudas
- Ter um funcionário agrônomo dedicado a horta
- Ter sistema de pontos e de regras
- Possuir assistência técnica
- Ninguém pegar as ferramentas da horta
- Sair com troco para as vendas na rua
- Participar das feiras municipais
- Ter curso de capacitação
- Ter um salário fixo

**Muro das lamentações: “Quais são os problemas que impedem nossos sonhos?”**

- Falta de organização financeira do grupo
- Falta de compromisso das participantes
- Falta de planejamento da gestão
- Falta de um profissional dedicado a horta
- Falta de investimento na horta
- Falta de infraestrutura
- Falta de participação e valorização dos gestores

**Caminho adiante: Como superar os problemas para alcançar nossos sonhos?**

- Carta de solicitações da horta para gestores
- Aproximar a CAT da horta
- Aproximar grupos de universidades com a horta
- Manter um caixa na horta (com a líder)

**Plano de ação:**

1. Ação: Carta de solicitações

Materiais e custos: Papelaria e vinda para Itatinga

Prazos: Primeira semana de julho

Responsável: Pesquisadora e estagiárias

Como avaliar: Através da resposta dos gestores

2. Ação: Aproximar a secretaria de agricultura

Materiais e custos: Ir na secretaria

Prazos: Semana do dia 20/06

Responsável: Todas as mulheres

Como avaliar: Com a visita ou não dos técnicos

3. Ação: Aproximar grupos da universidade da horta.

Materiais e custos: Ir em reuniões.

Prazos: A partir da terceira semana de julho.

Responsável: Pesquisadora e estagiárias.

Como avaliar: A partir da visita deles.

4. Ação: Manter um caixa na horta

Materiais e custos: R\$20,00 reais (R\$10,00 para rua e R\$10,00 para horta)

Prazos: A partir da semana do dia 20

Responsável: Todas as mulheres

Como avaliar: Sair e ter troco

**ANEXO J.** Tabela dos códigos e descrição dos sujeitos

<b>Código</b>	<b>Codinome</b>	<b>Data da entrevista</b>	<b>Descrição</b>
Entrevista 1	Agricultora 1	03/06/2022	Mulher Cisgênero, parda, menos de 40 anos
Entrevista 2	Agricultora 2	14/06/2022	Mulher Cisgênero, parda, menos de 40 anos
Entrevista 3	Agricultora 3	03/06/2022	Mulher Cisgênero, parda, menos de 40 anos
Entrevista 4	Agricultora 4	03/06/2022	Mulher Cisgênero, parda, mais de 50 anos
Entrevista 5	Agricultora 5	15/06/2022	Mulher Cisgênero, parda, mais de 50 anos
Entrevista 6	Agricultora 6	14/06/2022	Mulher Cisgênero, branca, mais de 60 anos
Entrevista 7	Agricultora 7	03/06/2022	Mulher Cisgênero, branca, mais de 50 anos
Entrevista 8	Agricultora 8	15/06/2022	Mulher Cisgênero, parda, mais de 50 anos
Entrevista 9	Agricultora 9	15/06/2022	Mulher Cisgênero, preta, menos de 50 anos
Entrevista 10	Agricultora 10	14/06/2022	Mulher Cisgênero, branca, mais de 50 anos
Entrevista 11	Agricultora 11	14/06/2022	Mulher Cisgênero, parda, menos de 40 anos
Entrevista 12	Gestora 1	11/08/2021	Mulher Cisgênero, parda, menos de 40 anos
Entrevista 13	Gestora 2	24/08/2021	Mulher Cisgênero, branca, menos de 50 anos
Entrevista 14	Gestora 3	12/08/2021	Mulher Cisgênero, branca, menos de 40 anos
Entrevista 15	Gestora 4	12/08/2021	Mulher Cisgênero, branca, menos de 40 anos
Entrevista 16	Gestor 1	27/09/2021	Homem Cisgênero, branco, mais de 50 anos
Entrevista 17	Gestor 2	11/08/2021	Homem Cisgênero, pardo, mais de 50 anos
Entrevista 18	Gestor 3	10/09/2021	Homem Cisgênero, pardo, menos de 50 anos
Entrevista 19	Gestor 4	10/08/2021	Homem Cisgênero, branco, menos de 50 anos